



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

DLLANE DE SOUZA DIAS LEAL

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR:
SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR ADULTOS E JOVENS DO MUNICÍPIO DE
BARREIRAS-BA**

GOIÂNIA, GO
2017

DLLANE DE SOUZA DIAS LEAL

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR:
SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR ADULTOS E JOVENS DO MUNICÍPIO DE
BARREIRAS-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Aldimar Jacinto Duarte.

GOIÂNIA, GO

2017

L435h

Leal, Dllane de Souza Dias

História e memória da ditadura militar [manuscrito]:
sentidos atribuídos por adultos e jovens do município
de Barreiras-BA/ Dllane de Souza Dias Leal.-- 2017.
233 f.; il. 30 cm

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Educação , Goiânia, 2017
Inclui referências

1. Educação de jovens e adultos. 2. Brasil - História
- 1964-1985. 3. Memória. I. Duarte, Aldemir Jacinto.
II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III.
Título.

CDU:

321.64(043)

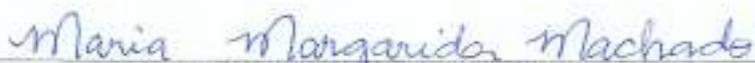
**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR: SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR
ADULTOS E JOVENS DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS BA**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 28 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Aldinair Jacinto Duarte / PUC Goiás (Presidente)



Profa. Dra. Maria Margarida Machado / UFG



Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida / PUC Goiás

Profa. Dra. Miriam Fábila Alves / UFG (Suplente)

Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante / PUC Goiás (Suplente)

RESUMO

Esta dissertação está vinculada ao projeto de pesquisa Centro de Memória, Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e Movimentos Sociais do Estado de Goiás, denominado Centro Memória Viva. Busca-se analisar os sentidos atribuídos à ditadura militar por um grupo de adultos e um grupo de jovens do Município de Barreiras-BA, tanto em âmbito nacional como local. Procurou-se apreender a conjuntura histórica do Brasil e do município de Barreiras, no período de 1964 a 1984; e identificar o processo de constituição do regime militar no município de Barreiras. Recorreu-se a diversos autores considerados como centrais para este estudo. No campo de memória recorreu-se a Halbwachs (2006), Ricoeur (2007) e outros; acerca da História Oral, a Paul Thompson (1992); e no que diz respeito à ditadura militar no Brasil, especialmente a Gaspari (2014), Fausto (1995) e Germano (2011), dentre outros. Esta pesquisa se insere na metodologia de pesquisa qualitativa, pois busca privilegiar a história, a memória e, em especial, as histórias de vida dos sujeitos, como elementos explicativos das descrições e sentidos atribuídos à realidade e à condição por eles vividas. Orienta-se pelo método histórico-dialético, pela perspectiva relacional e por autores da História Oral. Concluiu-se que o sentido que os estudantes atribuem à ditadura militar no Brasil é algo vago e sem consistência histórica e, no caso de Barreiras, permeado pelas memórias coletivas construídas em torno da importância do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC). Constata-se ainda que, em relação aos adultos, há contradições em torno da memória sobre esse período, sendo que alguns se referem à ditadura militar como algo positivo enquanto outros demonstram o caráter ditatorial e repressivo do regime.

Palavras-chave: Jovens, Adultos, Memória, Ditadura militar.

ABSTRACT

This dissertation is linked to the research project Center of Memory, Documentation and Reference in Education of Young and Adults (EJA), Popular Education and Social Movements of the State of Goiás, denominated Living Memory Center. It intends to analyze how a group of adults and young people from Barreiras-BA feel about the period of military dictatorship within the national and local scope. It aimed to understand the historical context in Brazil and in the municipality of Barreiras, from 1964 to 1984; to identify the process of constitution of military dictatorship in Barreiras. Several authors were considered as significant in this study. About memory studies Halbwachs (2006) and Ricoeur (2007) were used, among others; about Oral History, Paul Thompson (1998) was the main author; and on the military dictatorship in Brazil, Gaspari (2014), Fausto (1995) and Germano (2011) were mainly used as reference. This study is part of a qualitative research methodology, since it seeks to privilege the history, memory and specially, the individuals' life histories, as explanatory components of descriptions and meanings attributed to the reality and the life condition they lived. It is guided by the historic- dialectical method, by the relational perspective and in Oral History authors. Finally, it was concluded that the meaning attributed by the students about the military dictatorship in Brazil is something vague and without any historical consistency, and referring to Barreiras, it was surrounded by the collective memories built around the importance of 4º BEC. It is also observed that, in relation to the elderly, there are contradictions about the memory about this period, some referring to the military dictatorship as something positive while others demonstrate the dictatorial and repressive character of the regime.

Key-words: Young people; adults; memory; military dictatorship.

“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos”.

Mateus 5.6

Ao meu filho João, que de forma prematura nos deixou, porém foi a motivação para prosseguir. Como está escrito em uma parte de I Tessalonicenses 2: *“Estamos longe dos olhos, mas perto do coração”*. Sentimos muitas saudades...

Também a todos aqueles que bravamente lutaram por um país mais justo. O Salmo 126.6 diz assim: *“Aqueles que saíram chorando, levando a semente para semear, voltarão cantando, cheios de alegria, trazendo nos braços os feixes da colheita”*.

AGRADECIMENTOS

À Trindade – Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito. Agradeço muito a Deus por ter aberto essa porta, a PUC de Goiás, por ter-me capacitado para esse estudo, por ter-me guardado todos esses dias que precisei estar longe de casa. Também pelo sustento e provisão dos recursos financeiros. A Deus, toda honra e toda glória!

Ao meu orientador, Dr. Aldimar Jacinto Duarte, pela parceria, paciência e por acreditar em mim.

Ao meu esposo Agnaldo. Guina, muito obrigada por seu amor e carinho e por ter me ajudado a chegar até aqui.

À minha mãe, Dene, por segurar as pontas na administração da nossa casa e por ser uma grande incentivadora na caminhada. Mãe, muito obrigada mesmo!

Ao Samuel, meu filho, uma grande alegria para mim. Sam, obrigada por compreender minhas ausências durante o curso.

À Ari, minha irmã, por nossas brincadeiras e incentivo.

Ao meu pai, Wilton (*in memoriam*). Pai, onde o senhor estiver eu sei que está feliz com essa conquista.

Aos meus avôs: Elenita Dias e João Souza (*in memoriam*), que me deram muito amor.

Ao meu sogro, Samuel, e à minha sogra, Rubenita. Samu e Rubi, muito obrigada por tudo. Que Deus continue a abençoar todos os dias de suas vidas.

À minha sogra, Creuza (*in memoriam*). Creuza, sei que onde estiver você está feliz com essa vitória.

Aos meus tios, tias, primos e primas. Especialmente ao meu primo Fábio, a quem considero um grande amigo.

Aos meus colegas: Nilton, Nelson, Fabrício, Roberto, Rosângela, Irene e Luana. Aqui citei o nome de alguns, porém devo gratidão à turma toda, pelo carinho e cuidado para comigo.

Aos meus professores: Esperança, Eduardo, Baldino, Cláudia, Zeneide e Aldimar. Às Marias que compuseram as Bancas de Qualificação e de Defesa: Maria Margarida e Maria Zeneide. Obrigada pelas contribuições e pelas palavras de incentivo proferidas nos dias da qualificação e da defesa da dissertação.

À Caren, Luíza e Tina, por me acolherem na residência de vocês em Goiânia. Esse abrigo foi muito importante pra mim.

Também aos funcionários da PUC, por muitas vezes cuidarem de mim.

Aos Gideões do Campo 170 e à minha igreja, a Primeira Igreja Batista em Barreiras. Ao meu pastor e irmãos em Cristo, por sempre estarem orando por mim.

Às minhas irmãs do coração: Cíntia, Neide, Rosi, Celda, Ana Lu, Irá, Grazi, Fernanda e Jô.

Também às minhas cunhadas Cris, Gal e Lidi; e aos meus sobrinhos.

Aos entrevistados adultos e jovens que, de forma tão brilhante, enriqueceram a pesquisa.

Aos meus colegas do Colégio Municipal Costa Borges e do Colégio Estadual Prisco Viana. E os meus colegas professores, Igor, Zoraíde, Ayala, Bruno e Vanessa, por terem-me ajudado no ponto de partida.

LISTA DE SIGLAS

AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANPUH	Associação Nacional de Professores universitários de História
AP	Ação Popular
BA	Bahia
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CIA	Agência Central de Inteligência (<i>Central Intelligence Agency</i>)
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPC	Centro Popular de Cultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOI-CODI	Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
ESG	Escola Superior de Guerra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPM	Inquérito Policial Militar
JUC	Juventude Universitária Católica

KGB	Comité de Segurança do Estado (<i>Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti</i>)
ME	Movimento Estudantil
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRR	Partido Republicano Riograndense
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Socialista Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SINDIPETRO	Sindicato dos Petroleiros
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEB	Universidade Estadual da Bahia
UDN	União Democrática Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 HISTÓRIA E MEMÓRIA: DA MEMÓRIA COLETIVA À LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO.....	22
1.1 Memória individual e memória coletiva em Halbwachs	22
1.2 Memória em Ricouer: a produção do esquecimento	29
1.3 Jackes Le Goff e Pierre Nora: entre a memória e a história	33
1.4 Ecleia e a importância da memória	39
1.5 Paul Thompson: a memória como fundamento da História Oral	41
1.6 A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e Comissão da Verdade	47
2 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL E A INSTALAÇÃO DO 4º BEC EM BARREIRAS-BA.....	56
2.1 Antecedentes da ditadura militar: de Vargas a Jango	56
2.2 A instauração da ditadura militar	62
2.3 Os Presidentes gerais	66
2.4 A ditadura militar na Bahia	80
2.5 O município de Barreiras e a constituição do 4º BEC	87
2.6 A sociedade política e a ditadura militar em Barreiras	92
2.7 Jovens baianos na resistência contra a ditadura militar	94
3 SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR ADULTOS E JOVENS À DITADURA MILITAR	100
3.1 Os sentidos atribuídos pelos adultos e idosos entrevistados sobre o regime militar em Barreiras	101
3.1.1 Os sentidos atribuídos ao 4º BEC	105
3.1.2 Os sentidos atribuídos aos movimentos de esquerda.....	111
3.1.3 Os sentidos atribuídos às consequências da ditadura militar em Barreiras	115
3.1.4 A interferência militar na vida escolar.....	118
3.2 Os sentidos atribuídos pelos jovens à ditadura militar.....	121

3.2.1	Concepções sobre a ditadura militar	122
3.2.2	A relevância do 4º BEC para os jovens	127
3.2.3	Os jovens e o retorno da ditadura militar.....	130
3.2.4	O sentido atribuído à imagem	134
3.3	Diálogo entre idosos e jovens sobre a ditadura militar em Barreiras.....	137
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICE A – Questionário para os jovens	157
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com os jovens	165
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com os adultos	166
	ANEXO A – Entrevistas dos jovens.....	167
	ANEXO B – Entrevistas com os adultos	184
	ANEXO C – Fotos de locais, fatos e personagens históricas de Barreiras.....	224

INTRODUÇÃO

O tema proposto partiu do interesse em compreender o processo de constituição da ditadura militar no Brasil e seus desdobramentos na cidade de Barreiras. A ditadura militar no âmbito nacional é tema comum de se encontrar em livros de pesquisa, artigos e jornais, dentre outros meios de comunicação. Porém, a reconstituição do que foi esse momento na vida dos barreirenses ainda é pouco explorada. Por isso a inclinação pelo tema.

Barreiras é uma cidade do interior da Bahia com 126 anos de emancipação e com aproximadamente cento e cinquenta mil habitantes. Há dezessete anos, moro nessa cidade juntamente com minha família e sou professora da Rede Municipal de Educação. Viver e trabalhar nessa cidade despertou em mim a vontade de transformar essa curiosidade em conhecimento científico.

Essa intenção culminou em 2013 e 2014, período em que o país passava por constantes protestos e manifestações, uma vez que muitos cidadãos partiram para as ruas na tentativa de externar o descontentamento com o cenário político da época. Verifiquei, no entanto, que houve casos recorrentes em que muitos manifestantes se utilizavam de cartazes conclamando o retorno da ditadura militar ao Brasil.

Em 2015, quando ingressei no Mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação da PUC Goiás, na Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, alguns meios de comunicação, como revistas e jornais, destacavam em suas manchetes a lembrança do momento que marcou a história brasileira: cinquenta e um anos da instauração do regime militar no Brasil – período compreendido entre 01 de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Seu contexto foi marcado por intervenções repressivas e processos de desumanização praticados pelo próprio Estado. Passado meio século, o momento ainda permanece vivo na memória de alguns brasileiros, mas no esquecimento de tantos outros.

Todas as instâncias sociais foram controladas pelas Forças Armadas. O domínio e o autocontrole foram institucionalizados nos mais variados segmentos, para além da política, da economia e da educação, por exemplo. Os meios de comunicação sofreram retaliação e reformas a fim de que atendessem ao interesse exclusivo do aparelho repressor. Ao finalizar o livro intitulado *A ditadura envergonhada*, assim afirmou Gaspari (2014, p. 364): “O Exército brasileiro tinha

aprendido a torturar”. Nesse caso, o autor faz alusão ao aparelho repressor utilizado pelo governo, que muitas vezes se apropriou da violência como instrumento de manutenção do regime.

As Forças Armadas, ao usurparem o poder, romperam com a democracia e os direitos constitucionais fundamentados em uma pretensa relação de respeito entre o Estado e o cidadão, entre a população civil e a política nacional. Ressalta-se que a democracia de então, marcadamente populista, iniciou-se em meados da década de quarenta e foi aniquilada severamente com o golpe.

Assim, conforme Stampa, Santana e Rodrigues (2014), nesse período de 1964 a 1985 vigorou a ditadura militar no Brasil. O caráter forçado de sua instauração no país lhe rendeu algumas nomenclaturas, como “golpe-militar”, “ditadura-militar” ou “ditadura-civil-militar”. Além disso, a violência do sistema repressivo configurou a prática de condutas agressivas desde sua origem até seu fim, que só foi possível pelo enfrentamento da sociedade por meio do movimento “Diretas Já”, na luta pela democracia.

O regime instaurado no Brasil, sob a alegação de que se buscava o controle político e que duraria “apenas” dois anos, converteu-se em uma ilegítima e brusca tomada de poder, que se prolongou pelo período de vinte e um anos. Segundo Germano (2011):

As ações desencadeadas tomaram o sentido contrário do que havia sido proclamado. Assim, logo no dia 9 de abril de 1964 foi assinado o Ato Institucional nº 1 (AI-I), pelo dito Supremo Comando Revolucionário, através do qual avocou a si poderes constituintes, enfraquecendo, portanto, o Legislativo, controlando o judiciário e fortalecendo o Executivo. (GERMANO, 2011, p. 56).

Os resultados da política nacional instaurada pós-64 consistiram em prisões, cassações, torturas e mortes, um cenário montado contrariando o que rege os direitos humanos, uma vez que para a manutenção do poder a coerção e a agressão física e moral se tornaram instrumentos institucionalizados.

O desenho dessa conjuntura estabelecida a partir de 01 de abril de 1964 poderá ser apagado da lembrança de muitos brasileiros. Como afirma Ricoeur (2007, p. 448), “o esquecimento designa então o caráter despercebido da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência”. Dessa

forma, a ausência da compreensão do passado compromete a consciência das memórias de um povo, sobretudo memórias traumáticas.

O presente estudo busca compreender a representação histórica de um grupo de adultos e de um grupo de jovens do ensino médio do município de Barreiras-BA sobre a ditadura militar no País e, em especial, no município. Pretende-se também: a) apreender a conjuntura histórica no Brasil e no município de Barreiras, no período de 1964 a 1984; e b) identificar o processo de constituição do regime militar no município de Barreiras.

Dessa forma, a pergunta central que orienta essa investigação é: Quais os sentidos atribuídos por um grupo de adultos e um grupo de jovens do ensino médio do município de Barreiras ao regime militar implantado no Brasil e suas consequências no município de Barreiras-BA?

Ao discutir a ditadura militar, revelou-se de suma importância agregar a essa discussão o estudo das categorias *memória* e *esquecimento*, para se compreenderem os elementos do passado e as relações que se estabelecem na formação das novas gerações. A importância desta pesquisa está em apreender o legado histórico de uma geração que viveu as atrocidades do período da ditadura militar frente às representações dos jovens atuais sobre tal regime, o que pode nos levar à compreensão da memória na construção da identidade social desse povo.

Este estudo traz em sua matriz o quanto é fundamental a reconstrução do passado por meio da memória, sobretudo da memória coletiva, e as diversas formas de esquecimento. Segundo Ricoeur (2007):

De um lado, o esquecimento nos amedronta. Não estamos condenados a esquecer tudo? De outro, saudamos como uma pequena felicidade o retorno de um fragmento de passado arrancado, como se diz, ao esquecimento. As duas leituras prosseguem no decorrer de nossa vida - com a permissão do cérebro. (RICOEUR, 2007, p. 427).

Para esse teórico, o esquecimento é uma condição de ameaça à história, por torná-la suscetível ao desaparecimento, não obstante o autor ter tratado também do esquecimento por outro viés, como recurso para apagar as marcas e as feridas do passado. Ressalta-se, aliás, que a perda da lembrança é a vulnerabilidade da dialética entre a história e a memória.

Tendo em vista que em parte das manifestações ocorridas no país em 2013 muitos jovens expressaram o desejo pelo retorno da ditadura militar, essas ocorrências também contribuíram para direcionar esta investigação. Isso porque a

ditadura militar, marcada por um processo agressivo e configurada pela violação do exercício da cidadania, não deveria ser cogitada novamente.

Gaspari (2014, p. 132) afirma que “existiu uma identidade, uma relação e um conflito entre o regime instalado em 1964 e a manifestação mais crua da essência repressiva que o Estado assumiu na sua obsessão desmoralizadora da sociedade: a tortura”. Então, a reivindicação do retorno da ditadura por parte da população, jovem em sua maioria, desperta preocupação quanto à formação desses sujeitos.

Esta pesquisa contempla em sua metodologia a pesquisa qualitativa, pois busca privilegiar a história, a memória e, em especial, as histórias de vida dos sujeitos, como elementos explicativos das descrições e sentidos atribuídos à realidade e à condição por eles vividas. Orienta-se pelo método histórico-dialético e pela perspectiva relacional, fundamentada em autores da História Oral. Compreende-se, portanto, que a elaboração das formulações teóricas e empíricas na construção do objeto proposto necessita de uma análise tanto em seu aspecto histórico e antropológico quanto sociológico, aqui, no intuito de se compreender a consciência histórica dos jovens sobre a ditadura militar no Brasil.

O projeto recorreu a autores que evidenciam o processo de instauração bem como o *modus operandi* dos governos militares na condução do Estado brasileiro entre 1964 e 1984. Além disso, valeu-se de documentos impressos e orais, para evidenciar como se deu a ditadura militar no Brasil e no município de Barreiras. Para compreender melhor essas questões, empregaram-se entrevistas com dois grupos: o de adultos “egressos” da época e o de jovens estudantes do ensino médio. Buscou-se, assim, apreender os sentidos atribuídos por eles à ditadura militar e compreender se a memória sobre aquele período foi transmitida para as novas gerações ou se ela ruiu no esquecimento.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de campo, cujos procedimentos metodológicos adotados se pautaram na revisão bibliográfica, que abrangeu o processo de ditadura militar no Brasil, com literatura que abarcou a história local e os autores da memória. Em seguida, para a composição do trabalho, fez-se necessário um levantamento de documentos, artigos de jornais, revistas e depoimentos que tratam da ditadura militar no estado da Bahia.

Por isso, os depoimentos e narrativas foram de extrema importância na construção da pesquisa. Destaca-se que, reconhecida atualmente por desenvolver um papel social, a história passou a compreender as vozes dos sujeitos comuns

como relevante subsídio na construção da pesquisa. Embora por algum tempo se negasse a história oral como fonte, por ser considerada subjetiva, atualmente o reconhecimento de sua contribuição a coloca como sinônimo de preservação e riqueza para valorizar a tradição, ao reconhecer a reconstrução do passado por meio das vozes. Thompson (1992) destaca o quanto a memória dos sujeitos anônimos é imprescindível na composição da história social.

É importante destacar que o título da pesquisa passou por mudança. Antes: *História e memória da ditadura militar em Barreiras entre 1972 a 1984: Sentidos atribuídos por jovens do ensino médio*. O título destacava apenas o sentido atribuído por jovens ao período da ditadura militar no município de Barreiras. Ao se realizarem as entrevistas, porém, foi possível perceber que as falas dos adultos deram uma nuance à investigação. Esses relatos trouxeram contribuições bastante pertinentes, que acabaram indicando o rumo da investigação.

A pesquisa foi realizada com um grupo de oito adultos e um grupo de doze jovens, alunos do ensino médio de um colégio da rede estadual. Inicialmente, foram entregues questionários a quarenta jovens, dos quais apenas vinte e nove preencheram e entregaram os questionários. Desses vinte e nove respondentes, doze foram entrevistados, atendendo aos critérios de disponibilidade e interesse em participar da continuidade da pesquisa. Inclusive, de início, se mais jovens se propusessem a participar do projeto, estaríamos abertos a recebê-los; no entanto, os doze jovens entrevistados foram os que se disponibilizaram a fazer parte do empreendimento.

Para captar os relatos, os instrumentos utilizados foram questionários e entrevistas. Para os adultos, foram realizadas apenas as entrevistas. Porém, para os jovens, além das entrevistas foram aplicados questionários socioeconômicos. Realizou-se também um grupo focal, proporcionando o diálogo entre os adultos e os jovens anteriormente entrevistados.

O Grupo Focal foi realizado com nove jovens e dois adultos. Tanto os jovens como os adultos convidados foram as mesmas pessoas que já haviam participado anteriormente das entrevistas. Dividiu-se o encontro em quatro momentos: o primeiro foi destinado à fala das adultas convidadas, no qual elas narraram suas vivências durante o período da ditadura militar em Barreiras. O segundo momento foi a vez dos jovens direcionarem perguntas às convidadas; depois, perguntou-se aos adultos se o momento foi proveitoso e, para finalizar, algumas questões foram

dirigidas aos alunos. O objetivo do grupo focal foi o de aproximar as duas gerações e, depois, entender o que o momento poderia provocar nos jovens.

Vale ressaltar que as entrevistas só foram realizadas mediante a submissão do trabalho ao “Comitê de ética em Pesquisa da PUC Goiás” e, depois de cumpridas as exigências da entidade, o projeto recebeu parecer favorável para iniciar essa fase. Aos adultos foi entregue o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Adultos”, termo que trazia alguns esclarecimentos aos entrevistados quanto à pesquisa e sua vinculação à Plataforma Brasil. Aos jovens, além do “Termo de assentimento”, em que os pais autorizavam os filhos a participarem da investigação, também foi entregue o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Jovens”, documento pelo qual as pessoas ficavam a par do que tratava a proposta da pesquisa.

Este trabalho se estrutura em três capítulos. O primeiro aborda a memória, que tem como uma de suas especificidades a conservação do passado e, portanto, a preservação da história, em particular da propriedade humana de salvaguardar a identidade. Ao tratar desse assunto, fez-se necessário trazer o referencial teórico pautado no estudo da memória, reconhecendo na obra de alguns pensadores o fundamento para a construção dessa seção da pesquisa. Os aspectos teóricos desenvolvidos por alguns autores fundamentam e ampliam as discussões ora construídas. Considerou-se necessário, pois, compreender as especialidades da memória; porém, em se tratando desse campo de estudo, o esquecimento se apresenta como instabilidade para esse atributo humano. Partiu-se, portanto, desse pressuposto e se buscou explorar as mediações de autores como Halbwachs (2006), Ricoeur (2007), Le Goff (1990), Nora (1993), Bosi (1994) e Thompson (1992), bem como seus focos de discussões nos processos formativos da memória, inclusive o paradoxo do esquecimento. Halbwachs (2006) e Ricoeur (2007) são, porém, autores centrais da pesquisa. Ao longo do capítulo, contempla-se, ainda, a história oral e alguns de seus componentes, a fim de subsidiar o trabalho. Para finalizar o capítulo, acrescentou-se um tópico com a finalidade de explanação acerca da Comissão de Anistia, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão Nacional da Verdade. Nesse tópico, destacou-se a relevância desses comitês na elucidação dos fatos, com vistas a assegurar o direito à memória e à verdade, em respeito aos militantes que morreram ou foram punidos

por terem idealizado a democracia e a execução da justiça no país, durante a ditadura militar.

O segundo capítulo apresenta o caminho desde os preâmbulos dos fatos que anunciavam uma possível instalação militar até a instauração do golpe de 1964 e seus desdobramentos, bem como os impactos refletidos na sociedade brasileira devido à militarização política. Esse capítulo apreciou o período histórico em que o sistema democrático foi substituído por um regime autoritário, contornado pela truculência vivenciada pelos cidadãos da época. A análise perpassa todos os governos dos presidentes indicados pelas Forças Armadas, sua articulação para permanecer no poder e a legitimação de alcance com o objetivo de ganhar a adesão de muitos segmentos sociais. Para tanto, o tema foi norteado pelos seguintes autores: Germano (2011), Vieira (2014), Fausto (1995), Gaspari (2014), Campos Filho (2012), Furtado (1977) e Skidmore (1988), dentre outros.

Em paralelo à ditadura militar no âmbito nacional, o capítulo traz os desdobramentos das ações militares na Bahia e como se deu esse período em Barreiras, além de abordar o contexto do processo de constituição da ditadura militar na cidade. De igual modo, a matéria traz a instalação e a trajetória do 4º BEC na cidade de Barreiras-BA e para finalizar apresenta três grandes personagens baianos da resistência.

O terceiro capítulo apresenta a análise das entrevistas, primeiro com os adultos que vivenciaram o período em estudo; e em seguida com o grupo de jovens estudantes do ensino médio de uma escola da rede estadual de Barreiras. A entrevista é importante instrumento catalisador da história oral, uma vez que valoriza os relatos de agentes comuns para, a partir deles, evidenciar a memória coletiva de um povo. Para Thompson (1992, p. 34), “a pesquisa de história oral pode também levar a própria exposição a se aproximar mais do original histórico”. Dessa forma, as narrativas dessas testemunhas poderão ser o esteio para se alcançarem os objetivos propostos. As perguntas destinadas aos adultos foram focadas no ponto de vista deles com respeito à ditadura militar em âmbito nacional e em Barreiras, como também o depoimento pessoal quanto às atividades desenvolvidas durante o período em questão e sobre a chegada do 4º BEC à cidade e sua relação com a população barreirense. Para os jovens, foi em torno da concepção deles acerca do regime militar, da eventual volta da ditadura militar e, também, sobre o batalhão

militar na cidade. O capítulo é concluído com o diálogo entre adultos e jovens sobre a ditadura militar no município de Barreiras.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA E MEMÓRIA: DA MEMÓRIA COLETIVA À LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO

Este capítulo tem o objetivo de analisar as categorias atinentes aos estudos da memória para se compreenderem os elementos do passado, fazendo uma relação com as referências da sociedade atual. A contribuição desta pesquisa está em expor a importância dos estudos sobre história e memória na preservação da identidade social de um povo. Além disso, o estudo traz em sua matriz o quanto é fundamental a reconstrução do passado por meio da memória.

De forma geral, a preocupação dos estudiosos com história e memória é assegurar o processo de conservação da memória a partir da realidade do homem, na busca pela construção de sua existência e da transformação que ele vive cotidianamente. Da mesma forma que a preservação da memória tem sido objeto de constante investigação, alguns teóricos se dedicam ao estudo das fragilidades da recordação.

Seja no âmbito social ou individual, a compreensão da memória embasará o percurso no desenvolvimento da sistematização desse levantamento investigativo, levando-se em consideração seus percalços dentro de uma esfera que caracteriza o sujeito histórico.

1.1. Memória individual e memória coletiva em Halbwachs

Um dos precursores da análise da constituição social da memória foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs, com a publicação, no ano de 1950, do livro “A Memória Coletiva”. Halbwachs trouxe uma grande inovação com a nova conotação atribuída a esse campo de pesquisa. Nascido na França, de origem judia, perdeu sua vida no campo de concentração de Buchenwald no ano de 1945, deixando seu legado às futuras gerações de pesquisadores.

Em sua trajetória acadêmica, bebeu da fonte de Durkheim e dialogou com pensadores como Bergson, Leibniz e muitos outros. De Émile Durkheim, herdou o conceito de fato social, ao agregar essa concepção a seu pensamento, uma vez que Durkheim não enxergava o homem dissociado da vida em sociedade e, por isso,

toda a forma de ser e de viver do ser humano era vista como permeada pela influência do meio no qual ele estava inserido.

Nessa perspectiva, Halbwachs (2006) foi considerado o primeiro pensador a tratar a memória como fenômeno coletivo, por aproximar essa doutrina com a vida cotidiana, tomando como ponto de partida os quadros sociais na recomposição da evocação e localização das lembranças. Assim, para ele toda memória é coletiva. A tese principal de Halbwachs tem como princípio norteador os estudos da memória em uma abordagem social, uma vez que o ser humano se encontra configurado no tempo e no espaço coletivo.

O ponto de partida teórico de Halbwachs (2006) está no reconhecimento dos indivíduos inseridos no meio social, uma vez que os agentes se encontram envolvidos num contexto político, econômico e social fazendo parte de uma sociedade. Na reconstrução do passado todos esses fatores são levados em consideração. Para Halbwachs (2006),

é preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Concordando com o autor, no relato a seguir, a jovem que ainda está cursando o ensino médio traz em sua fala o que ela entende da ditadura militar no país a partir do que provavelmente ouviu, leu ou pesquisou sobre o contexto em pauta, devido ao seu convívio em sociedade. Assim, ao ser questionada acerca do que foi a ditadura militar no país, a aluna trouxe seu ponto de vista dessa maneira (Júlia entrevista dia 14/11/2016): “O que eu entendo da concepção da ditadura militar no Brasil aconteceu vários atos sendo que fez a expressão do povo se limitar com várias agressão e com o desenvolvimento da opressão”.

A espinha dorsal da doutrina da memória para esse autor gira em torno da discussão da existência de duas memórias: a memória individual e a memória coletiva. Nessa perspectiva, os contextos sociais servem de base para a reconstrução da memória. Portanto, ainda que dotado de consciência pessoal, o ser humano sofre a influência do ambiente externo para compor a história. Por isso, confirma Halbwachs (2006):

Haveria, portanto, motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior - ou então uma memória pessoal e a outra, memória social.[...] Mais exatamente ainda (e do ponto de vista que terminamos de indicar), diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte de história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso (HALBWACHS, 2006, p. 73).

Reconhece-se, porém, que a memória individual se alicerça na memória coletiva, uma vez que a segunda é mais abrangente que a primeira e engloba todos os aspectos da vida social, enquanto no plano da memória autobiográfica, os indivíduos têm a possibilidade de selecionar, dentro de cada contexto, os acontecimentos que mais lhes marcaram. Em certo sentido, os recortes subjetivos de cada homem tomam consistência diante das relações exteriores.

Sem negar a intuição sensível, mesmo contemplando objetos e vivenciando experiências pessoais, ainda assim, os indivíduos nunca estão sozinhos. Cada lembrança está carregada da sombra de outrora. Por isso na capacidade de evocação, fazem-se necessárias as lembranças do passado incorporadas à percepção do presente. Nesse processo, ainda que se trate de uma lembrança individual, o suporte de outros pensamentos é necessário para refazer o caminho da memória. Diante dessa compreensão, Halbwachs (2006, p. 30) afirma: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outro, ainda que se tratem de eventos em que somente nós estivermos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós”.

Dessa forma, as lembranças externas contribuem para a formação da memória coletiva. Para falar da construção da memória, Halbwachs (2006) traduz essa relação da seguinte forma:

Assim como é preciso introduzir um germe em meio saturado para que ele cristalize, o mesmo neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que ele vire uma constante massas de lembrança. (HALBWACHS, 2006, p. 32).

Para tanto, na visão do teórico, é impossível evocar o passado sem os registros dos outros. Logo, as lembranças são apoiadas em outras lembranças. Dessa maneira, ao discutir esse assunto, ele discorda que a mente humana seja

semelhante a uma tábula rasa¹, ou seja, para ele o ser humano já carrega consigo certa carga de informação, de suas vivências e de seu grupo. Esse conjunto de impressões do meio externo na formação de suas lembranças forma uma massa consistente de lembrança.

A memória pessoal retém os valores, as ideias, a cultura, os costumes e sentimentos, características que são compartilhadas nos espaços do grupo. Assim, partindo desse contexto de partilhar essas qualidades sociais, as lembranças podem ser reconhecidas e constituídas. Além disso, tais lembranças constroem nossas formas de perceber e se relacionar com o mundo.

Ao discutir o pensamento coletivo, Halbwachs (2006) traz para essa área o quanto as lembranças e as recordações do passado a partir das referências dos outros sujeitos na composição dos fatos são importantes.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos que vemos ainda agora no momento em que o recordamos do ponto de vista desse grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 41).

O autor afirma que, na medida em que são coletadas, lembranças, relatos, narrações e informações dos “protagonistas” anônimos são elementos necessários para composição da memória coletiva. Contudo, para ele, os fatos reportados pela memória e as experiências tidas dentro das relações vividas em sociedade seguem uma espécie de hierarquia, dividindo-se em dois planos:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. As relacionadas a um número muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória (já que, pelo menos em parte, ocorram em seus limites), passam para o segundo plano. [...] Embora em certos momentos suas vidas decorrem em ambientes diferentes, através de cartas, descrições ou por narrativas quando se aproximam, eles podem dar a conhecer um ao outro detalhes de circunstâncias em que se encontravam quando se aproximavam, eles podem dar a conhecer um ao outro detalhes de circunstâncias em que se

¹ O termo tábula rasa foi utilizado pelo filósofo empirista John Locke. O pensador usou o substantivo tábula, que possui o significado de “tábua” ou “placa”, juntamente com o adjetivo “rasa” para exprimir sua teoria de que o homem, ao nascer, não possui registro algum em sua mente. Para o autor, seria a partir das experiências sensíveis que as ideias se construiriam ao longo de sua vida (COTRIM; FERNANDES, 2010).

encontravam quando não estavam mais em contato, mas será preciso que se identifiquem um ao outro para que tudo o que de suas experiências fosse estranho para um ou para outro seja assimilado em seu pensamento comum. (HALBWACHS, 2006, p. 51).

O estudo da memória se tornou de suma importância para o conhecimento porque apresenta fundamentos que salientam a memória coletiva como forma de preservação da identidade e da cultura de um povo. Outro aspecto relevante em torno dessa discussão é “dar voz” aos cidadãos comuns, ou seja, pessoas anônimas que fizeram parte da história e, por isso, são tão importantes quanto os grandes protagonistas dos fatos.

Desse ponto de vista, as duas memórias citadas em “Memória Coletiva” seriam: autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, uma vez que as relações humanas são construídas no espaço social e sua história é formada dentro do coletivo. Dessa maneira, a segunda naturalmente seria bem mais extensa do que a primeira.

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspirados pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! [...]. (HALBWACHS, 2006, p. 64).

O autor destaca também a importância da história viva, ainda que ao lado de uma história escrita, uma vez que esta enfatiza o passado como conhecimento teórico que contempla o tempo cronológico, as datas e os grandes nomes, tal qual o que é apresentado nos livros. Ressalta, porém, a forma como a história viva se renova, por tratar-se de uma corrente que conota a amplitude da vida prática pela qual passam os indivíduos.

Halbwachs inovou em seus conceitos, por enxergar o ser humano vinculado ao mundo social e às suas mudanças. Dessa maneira, os acontecimentos públicos, enquanto fatos exteriores aos indivíduos enquadram-se no que ele entende e interpreta de duas memórias:

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por

outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 2006, p. 73).

Ao distinguir dois tipos de memória, Halbwachs traz para o centro de seus debates a significação histórica, quando conceitua os acontecimentos nacionais que serviriam de suporte para as impressões do tempo passado. Assim, o autor privilegia a história vivida, em detrimento da história aprendida. Enquanto a primeira humaniza os fatos a partir de uma concepção subjetiva, a segunda é abordada dentro de uma história hierarquizada, isto é, prioriza-se uma história oficial e construída do ponto de vista apenas dos acontecimentos, datas e sucessão de fatos.

O significado concernente à história vivida implicou um expressivo olhar sobre esses sujeitos, atores e testemunhas, ao conotar um novo sentido na compreensão do real, uma vez que esse novo quadro imbricou o preenchimento de lacuna, ao reconstruir o passado.

Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentem apenas um quadro muito esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 2006, p. 78).

Tem-se, portanto, a partir dessa análise, uma tendência sobre a nova forma de se configurar a história. Isso porque o professor-pensador deve abordar a história em que serão levadas em consideração as mudanças, as transformações pelas quais a sociedade passa.

Dessa maneira, ao apresentar seus conceitos sobre o estudo da memória, Halbwachs também apontou uma nova proposta de significado da história, indicando uma abordagem que aproximaria a história o mais possível da realidade. Por isso argumenta essa questão da seguinte forma:

Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro esquemático e incompleto (HALBWACHS, 2006, p. 79).

Ao reinventar as fontes históricas, essa revolução influenciará alguns teóricos, bem como a forma de explorar e analisar as condições de existência dos indivíduos, levando-se em consideração as mais variadas formas de vida cotidiana do ser

humano, o que engloba suas crenças e a sua forma de produção material, política e ideológica.

Embora Halbwachs (2006) conceitue uma série de fatos históricos como o tempo social, aponta esses eventos como auxiliares da nossa memória. O autor argumenta, ainda, que tais acontecimentos são pontos de referência, necessários à “divisão da vida coletiva”.

O autor reforça a ideia de que a história geral é mais abrangente do que a história individual, sendo que a primeira contém acontecimentos públicos, vividos por uma nação, geralmente abarcando circunstâncias políticas e sociais; por sua vez, a segunda apresenta conteúdo das experiências pessoais, além de ser interpretada como um elo entre o passado e o presente.

Ressalta-se que Halbwachs (2006) faz analogia da história com um cemitério, onde os eventos históricos, por si só, são vazios, amorfos. Sobretudo porque os acontecimentos têm sentido a partir das vivências dos sujeitos.

Nessa forma de conceber a relação entre a memória interna e a memória histórica, a dinâmica delas percorre junta e fomenta a memória coletiva. Ao realizar esse levantamento dos dois exemplos de memória, a social e a interna, Halbwachs (2006) apresenta algo fundamental para a perpetuação da memória por meio da vivência com os outros.

Ele leva em consideração o significado histórico, no qual a memória histórica seria o suporte material do pensamento coletivo, indicando uma história que sempre se modifica, retirando dela impressões e vestígios de cada época, quando as formas de ser e pensar tiveram seus momentos. Assim:

A história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número de correntes antigas que desapareceram apenas em aparência. Se não fosse assim, teríamos o direito de falar de memória coletiva, e que serviços nos prestariam contextos que subsistiriam apenas na qualidade de noções históricas, impessoais e despojadas? Os grupos, nos quais concepções foram outrora elaboradas, e um espírito que por algum tempo dominaram toda a sociedade, logo recuam e dão lugar a outros que, por sua vez, detêm por algum período o cetro dos costumes e moldam a opinião segundo novos modelos. (HALBWACHS, 2006, p. 86).

Por meio das mudanças pela qual a história passou, um dos pontos que mais chama a atenção do autor é a antiga pretensão dessa área do conhecimento de considerar um tempo fixo, ou seja, a ideia de história sem movimento.

Na perspectiva de Halbwachs, o passado vivido deverá sobrepor-se à história escrita, pois os livros apresentam narrativas, eventos e compilação de fatos, embora essa série de acontecimentos sirva de suporte referencial na composição das lembranças individuais. No entanto, os quadros coletivos da memória asseguram a continuidade de um grupo para além do tempo e do espaço. E, para confirmar, o autor apresenta o seguinte argumento:

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuimos a matéria de uma tragédia em muitos atos. Mas, ao passo que uma peça, de um ato a outro, acontece à mesma ação e com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace segundo suas individualidades, cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que tudo se renova de um período a outro- interesses em jogos, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro. (HALBWACHS, 2006, p.102).

Ainda nesse raciocínio, pode-se dizer que a história divide o tempo em períodos, pois na memória coletiva inexistente linha de separação e a história é uniforme. Por outro lado, não existe apenas uma memória coletiva; diante do panorama do real, o que existem são muitas memórias.

1.2 Memória em Ricoeur: a produção do esquecimento

Paul Ricoeur foi um grande filósofo francês, nascido em 27 de fevereiro de 1913. Dedicou seus estudos a diversos debates sobre a pessoa humana, narrativas e história, sobretudo questões culturais e históricas sobre as lentes da fenomenologia e da hermenêutica para compreender a memória. É a partir dessa discussão que surge um dos maiores clássicos de sua autoria: *A memória, a história, o esquecimento*.

Sofreu a influência dos pensamentos de Halbwachs, embora tenha procurado ir além desse autor, questionando inclusive o caráter social da memória, pois, para Ricoeur, a memória individual é constituída pelo recordar sozinho.

Por um lado, Halbwachs entende a construção da memória nas relações sociais nas quais os testemunhos de vida seriam o esteio de formação do caráter

social da memória, mediante o apoio mútuo na memória do grupo, fator imprescindível no combate ao esquecimento. Por outro, Ricoeur aponta o atributo do recordar sozinho também como atributo de formação da memória, por meio da memória individual.

Sua produção abordou muitas inquietações entre a dialética histórica e a memória, como, por exemplo, os abusos da memória, a rememoração, a manipulação da memória e, especialmente, o quesito esquecimento, que foi considerado sua marca nesse debate.

A problematização de Ricoeur (2007) parte do seguinte princípio: Como preservar o passado diante do esquecimento? Assim, o eixo de sua argumentação considerou as fragilidades da memória, isto é, as limitações e problemas enfrentados por essa faculdade humana. Nesse caso, os processos ocorridos na memória podem comprometer a identidade de um povo, porquanto a preservação da história por meio da memória é interrompida quando há esquecimento.

Ricoeur (2007) exaltou esse dote humano, que é a memória, de forma clara em uma de suas análises:

Por meu lado, estou tanto mais atento a esse perigo pelo fato de meu livro ser uma apologia da memória como matriz da história, na medida em que ela continua sendo a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado. (RICOEUR, 2007, p. 100).

Ainda nesse espírito de exaltação à memória, o teórico compara a memória à virtude da prudência, paralela a excelência da coragem e da justiça. O autor ainda cita Santo Agostinho ao declarar: “Grande é, por certo, o poder da memória” (AGOSTINHO *apud* RICOEUR, 2007, p. 80). Isso porque Agostinho também havia avaliado as venerabilidades da memória, principalmente o esquecimento.

Ricoeur (2007) qualifica a memória em um primeiro plano, do ponto de vista objetual; e, em segundo, pragmático. Esse segundo ponto, haja vista que ele constatou oponentes à memória, enxerga que essa propriedade precisa de estímulos. Por isso, considerou a rememoração e a memorização duas modalidades essenciais à conservação da memória. Segundo o autor,

Com a rememoração, enfatiza-se o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido. A marca temporal do antes constitui, assim, o traço distintivo da recordação, sob a dupla forma da evocação simples e do reconhecimento que conclui o processo de recordação. A memorização, em contrapartida, consiste em maneiras de

aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, de tal modo que estes sejam fixados, que permaneça disponível para uma efetuação, marcada do ponto de vista fenomenológico por um sentimento de facilidade, de desembaraço, de espontaneidade. (RICOEUR, 2007, p. 73).

Além de reconhecer nesses aspectos de rememoração e da memorização suportes da lembrança, o autor amplia sua abordagem pragmática, ao citar a aprendizagem como forma de transmissão e sustento da memória, uma vez que a aprendizagem tem esse papel de difundir os elementos herdados pela sociedade, nesse caso, a herança cultural, social e política de um povo.

Ao analisar a fugacidade dos registros da recordação, indicou o uso da “memória artificial” mediante a arte de recitar, aprender e decorar como recurso de combate ao esquecimento.

Diferente de Halbwachs, ao interpretar as lembranças a partir dos vestígios memoriais dos seus pares, Ricoeur concede a constituição da lembrança ao que ele chama de “memória-hábito”, levando em consideração as vivências cotidianas do grupo, com suas tarefas, suas normas de condutas, seus costumes e valores. Assim, Ricoeur (2007) descreveu a lembrança:

A lembrança não consiste mais em evocar o passado, mas em efetuar saberes aprendidos, arrumados num espaço mental. Em termos bergsonianos, passamos para o lado da memória-hábito. Mas essa memória-hábito é uma memória exercitada, cultivada, educada, esculpida, diriam alguns textos. (RICOEUR, 2007, p. 77).

No desenvolvimento de sua investigação, assim como Halbwachs, Ricoeur (2007) foca, por suas argumentações, no dualismo entre memória e identidade a partir da indagação: “De fato, o que significa permanecer o mesmo através do tempo?” (RICOEUR, 2007, p. 94).

Dessa forma, sua preocupação se relaciona com a preservação do passado, levando em conta, portanto, a memória individual, uma vez que a memória é passível de fragilidades. Nessa discussão, o autor aponta três intempéries: a relação com o tempo, o confronto com o outro e a violência usada pelos Estados. Dentre os pontos citados por Ricoeur, para quem a memória necessita subsistir diante da temporalidade das mudanças do ser humano consigo e com os outros, e em sua relação com a memória manobrada, a violência pelo Estado é considerada a mais tenebrosa, por deixar marcas e feridas não só individuais, mas também coletivas, o que acaba gerando um abuso de memória. Nesse sentido, o autor descreve:

O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso de memória, em tal região do mundo; portanto, abuso de memória-insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa de fragilidade da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta aquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre imaginação e memória, e nesta encontra seu incentivo e seu adjuvante. (RICOEUR, 2007, p. 96).

Em relação às mazelas do intelectual humano já expostas por Ricoeur (2007), existe uma que o autor julga ser um dos piores infortúnios da condição humana, relacionada à memória, que é essa astúcia pela qual a memória é subjugada: o esquecimento. Esse conceito trazido para o centro de seus debates tornou-se o emblema da trajetória investigativa do autor.

Essa discussão se encontra no cerne dos usos e abusos da memória, pois apresenta uma ameaça à preservação da representação do passado. Assim, Ricoeur (2007, p. 423) argumenta que “De fato, o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história”. A dialética que se encontra entre a memória e o esquecimento justifica a preocupação do teórico em manter os rastros e impressões históricas.

No paradoxo de luta defrontada na reconstrução da memória, Ricoeur (2007) identificou o esquecimento, subordinado tanto a uma patologia biológica, como submetido às estratégias de cunho externo, como é o caso da manipulação ideológica. Lamentavelmente, os acontecimentos históricos de um povo podem ser sucumbidos, tendo em vista as desventuras do intelecto humano. Em sua proposta investigativa, ele também apresenta o esquecimento assumindo outro viés.

Dessa forma, como uma espécie de antídoto para suplantar as marcas e as feridas, esquecer pode tornar-se sinônimo de reserva. Segundo Ricoeur (2007),

A falta excessiva de memória, de que se falou em outro lugar, pode ser classificada como esquecimento passivo, na medida em que pode aparecer como um déficit do trabalho de memória. Mas, enquanto estratégia de evitação, de esquiva, de fuga, trata-se de uma forma ambígua, ativa tanto quanto passiva, de esquecimento. Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não agir, nas quais, posteriormente, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que se devia e se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia e se podia intervir. Reencontram-se, assim, no caminho da reconquista pelos agentes sociais do domínio de sua

capacidade de fazer narrativa, todos os obstáculos ligados ao desabamento das formas de socorro que a memória de cada um pode encontrar na dos outros enquanto capazes de autorizar, de ajudar a fazer narrativa de modo ao mesmo tempo inteligível, aceitável e responsável. (RICOEU, 2007, p. 456).

Assim, se por causa biológica, por manipulação ou mesmo dispersão da memória como condição subjetiva, o esquecimento muitas vezes se torna um grande obstáculo de manutenção da identidade de um povo.

1.3 Jackes Le Goff e Pierre Nora: entre a memória e a história

O historiador Jacques Le Goff (1990) também compôs a terceira geração da Escola dos Annales e, assim como seus colegas, comungou com a ideia de criticar os textos oficiais como única fonte documental. Empenhou-se em estender os elementos considerados documentos; por isso, inseriu a memória como uma importante fonte no terreno da história, por compreender que, por meio da memória, pode ser extraído o silêncio da história, ou o que se encontrava subjacente nas entrelinhas. Outra abordagem de grande relevância desse autor foi a de demarcar a objetividade da história, bem como a especificidade, o método, as ações, o campo de compreensão e os princípios que regem essa área.

Diferente de outros enfoques epistemológicos, ao retratar a memória, Le Goff (1990) acrescentou em sua investigação o itinerário histórico da memória na própria história, abrangendo desde a memória nas sociedades primitivas, ausentes de escrita, perpassando pelo desenvolvimento da oralidade, até a contemporaneidade, enfatizando a inserção da cibernética com toda a sua tecnologia, possibilitando assim o surgimento da memória eletrônica ou artificial.

Le Goff (1990) destinou o primeiro capítulo de “História e Memória”, para descrever o limiar da história em sua trajetória até se consolidar como ciência. Paralelo a essa temática, tratou do surgimento da memória nas ciências humanas. Em sua atitude investigativa de interpretar a memória como um importante aparato na construção do historiador, conclui: “Hoje os documentos chegam abranger a palavra, o gesto. Constituem-se arquivos orais; são coletados etnotextos” (LE GOFF, 1990, p. 10).

Em seu esforço por reconhecer a história como uma verdadeira ciência, ou fenômeno social, valorizou aspectos, descartados no passado, como cultura,

ideologias e concepções de uma sociedade. Nessa perspectiva, Le Goff (1990) buscou maneiras para que o historiador pudesse vivenciar algo muito importante em suas buscas, trazer o confronto entre os fatos e a práxis para dentro das representações históricas, uma vez que a realidade social pode ser confrontada com a prática. No 100° Congresso Nacional das Sociedades de Cultura Francesa, realizado em Paris, Le Goff e Touert, ao discutirem a noção de documento, chegaram à seguinte conclusão quanto a esse recurso:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que os produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo ensinamento [...] que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. (LE GOFF; TOUBERT, 1996, p. 537-538).

Uma preocupação esboçada em Le Goff foi a questão da imparcialidade diante dos fatos. Uma vez que o monopólio das ideias faz parte dos abusos da memória, a mesma pode ser um instrumento de manipulação, sobretudo para atender interesses coletivos e individuais. Por isso, para o autor, um dos pressupostos da história é a verdade. Assim, primar pela verdade é manter a memória resguardada dos excessos partidários e doutrinários. Segundo o teórico:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma grande preocupação das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426).

Portanto atribuir o caráter laico à memória é uma das preocupações do pesquisador, o que significa retratar as lutas e as histórias dos grupos sociais sem alteração dos fatos. Sobretudo porque a História Oral se tornou um grande progresso à historiografia, pois a história subjetiva alargou e implementou novas possibilidades a essa investigação científica.

Para Le Goff (1990), a oralidade sempre esteve presente, desde os primeiros períodos da humanidade. Em *História e memória*, descreve as quatro fases da memória, desde os primórdios até contemplar a memória artificial. A trajetória dos seres humanos foi marcada pela transmissão oral, foi latente na Grécia antiga, com o período mítico, quando poetas rapsodos, como Homero e Hesíodo, proferiam nas praças públicas as histórias mitológicas envolvendo deuses e semideuses. Nesse período já se notava a relevância do discurso como recurso mantenedor da cultura e dos valores de um povo.

Porém, como um recurso tão antigo pode sedimentar as bases teóricas e metodológicas na contemporaneidade? Cabe a pergunta por que a evidência oral se tornou conteúdo de investigação histórica recentemente. Com esse movimento, a perspectiva tradicional passa a ser suplantada por um novo conceito de recurso. Embora os registros convencionais fossem configurados como legítimos, em contraposição eram vulneráveis, restritos, inacessíveis e manipuláveis. Algumas vezes utilizados como instrumento de poder, e dominação, para legitimar e posteriormente, consolidar uma ideologia. Assim, a História oral surge nesse contexto para difundir outra perspectiva de documentação.

Pierre Nora, historiador francês, contribuiu de forma incisiva nos estudos relacionados à história e à memória. Tornou-se referência nesse campo por reconhecer que ambas são necessárias na preservação dos acontecimentos históricos. Fez parte do grupo que compunha a terceira geração da Escola dos Annales². Esta escola que havia proposto uma ampliação quanto às fontes documentais e às variações de métodos, dessa forma engendrando diferentes recursos para os pesquisadores da história.

Iniciou seus projetos voltados ao estudo da memória no início da década de 1970, quando a inserção do tema passou a ser difundido na França. Foi considerado um revolucionário no campo da memória por destacar os objetos como ferramentas de preservação histórica. Na realidade, a própria adesão do historiador à Escola dos Annales despontava uma inclinação do pensador a buscar novos recursos de

² Sendo fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, a Escola dos Annales foi fundada na França e tinha como proposta suplantiar o método positivista aplicado na história, uma vez que a antiga metodologia valorizava a posição dos grandes nomes. Assim, esse movimento rompeu com as velhas tradições, buscando novas possibilidades de métodos e fontes. A nova historiografia vigente, além de proporcionar a interdisciplinaridade entre as mais variadas áreas do conhecimento, passou a privilegiar os sujeitos comuns, como integrantes da sociedade. Através da inserção dos relatos e testemunhos desses cidadãos como parte intrínseca da história (SAVIANI; LOMBARDI; SANFELICE, 2000).

colaboração aos estudos da memória. Em uma entrevista, Nora descreve esse recurso que modernizou a história:

A análise da “reviravolta” no campo das tradições se faz pelo estudo do sentimento nacional de um ponto de vista novo, ou seja, a partir da valorização de objetos, na maior parte das vezes, então, desprezados pela disciplina histórica. Esse tipo de abordagem, que se distancia das análises clássicas da questão nacional, se faz pela escolha de um método de pesquisa que consiste, principalmente em aproximar dos objetos de maneira direta e em olhá-los de seu interior. Esse procedimento resultou na criação de um conceito, o de lugares de memória, que foi sendo elaborado ao longo do tempo e por meio de uma aproximação cada vez mais estreita dos objetos analisados. (NORA *apud* BREFE, 1999, p. 14).

Foi observando os impactos do êxodo rural sobre os espaços urbanos, na própria França, que o pensador apontou dentro desse quadro de mudança social, a a memória e os costumes dos camponeses se perdendo conforme o impacto das transformações sociais. O seu projeto nasceu em um cenário de preocupação com a dispersão de consciência de um povo diante de seu legado.

Nessa direção, acompanhando essa tendência de desaparecer a herança cultural de um povo, insere na história o empreendimento de valorização dos registros da memória por meio da matéria. Nora (*apud* BREFE, 1999) apresenta o ponto de partida de seus trabalhos da seguinte forma:

Assim, com o desaparecimento da velha base camponesa, cristã também, enfim da velha base rural francesa, o início de uma vasta transformação ou a consciência de uma vasta transformação começa, mostrando primeiramente, a consciência da perda, a contrapartida dessa crença é o desaparecimento dos antigos costumes, das antigas tradições, das antigas paisagens, dos antigos sítios, das antigas culinárias, dos antigos tipos de sociedades, dos antigos artesanatos que ainda restavam, da antiga classe operária sobre a qual sobre a qual o Partido Comunista Francês foi fundado. É toda uma França a respeito da qual temos a impressão de que ela se revira e desaparece para sempre. (NORA *apud* BREFE, 1999, p. 20).

Da mesma forma em que os documentos e fontes históricas receberam uma nova conotação frente ao grupo dos Annales, Nora elaborou uma nova tendência quanto ao significado dos objetos, destinados aos elementos de materialização na tentativa de dirimir o esquecimento. Dessa maneira, diante dessa revolução de fonte histórica, também os museus, arquivos, bandeiras, comemorações, entre outros suportes materiais mereceram destaque como novo pavimento de recurso no campo histórico, nesse caso atribuindo inovação diante dessa perspectiva dos símbolos.

Essa maneira inovadora de conceber a história subsidiou Nora (1993) a configurar um novo significado dentro dessa ótica, por considerar a necessidade de

valorizar o que era descartado e ignorado, uma vez que essa disciplina valorizava o rigor técnico e os aspectos formais dos fatos, dando ênfase a novos paradigmas. Em relação à importância da Escola dos Annales³, Reis argumenta que

Os documentos referem-se à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, às suas crenças coletivas. Os documentos não são mais ofícios, cartas, editais, textos explícitos sobre a intenção, mas listas de preços, de salários, séries de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários e oficiais. Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncios das fontes. (REIS, 2000, p. 23).

A partir dessa perspectiva teórica e metodológica Nora (1993) baliza o debate entre os limites da história e memória. E pontua as características de cada categoria. Em relação à história, traz em sua matriz uma operação metódica e objetiva trazendo em seu bojo o discurso e a análise. Adverso à história, a memória ainda que suscetível a usos e abusos, renova-se, cristaliza a história, traz consigo as lembranças, levando em conta a multiplicidade, as mais variadas manifestações dos indivíduos.

Mas o autor reconhece o antagonismo existente entre a memória e a história, porém constata a relação de dependência entre ambos componentes na preservação das identidades sociais. Nas palavras de Nora (1993),

Tudo que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. (NORA, 1993, p. 12).

No primeiro capítulo do seu livro intitulado “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”, Nora (1993) problematiza esse texto explanando uma inquietação acerca do “fim da história-memória”, tema do debate proposto pelo autor, uma vez que o mesmo demonstra preocupação com a velocidade dos fatos

³ Dentro dessa discussão, cabe ressaltar a metamorfose pela qual passou o estudo da história, sobretudo com o surgimento da Escola dos Annales (1929) quando privilegia o subjetivo, a cultura, as percepções e especialmente as mudanças, frente à condição do tempo histórico. Assim, em uma de suas máximas esse documento exprime essa nova visão da seguinte forma: A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com o eclipse da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (Annales d'histoire économique et sociale, 1929).

presentes e os acontecimentos do passado. A partir desse evento, o autor apresenta um termo, o qual ele intitula “Aceleração da História”. Nesse sentido, mais que uma expressão metafórica, essa inquietação resulta em um paradoxo entre a conservação da memória diante dos fatos passados e a dinâmica em que se encontra a história no tempo presente, o que significa dizer um problema quanto ao desaparecimento da história, dos valores e das tradições de um grupo.

O campo da historiografia a partir da cristalização da memória recorrendo a essas representações, quer seja material, quer seja imaterial, reorganizou assim, o discurso de identidade social, sobre esse olhar de registros da memória. Cabe ressaltar que o método utilizado por Nora se estendeu a outros campos de pesquisa.

A atualidade é configurada pelo imediatismo e a ação passageira das coisas tornam os fatos efêmeros. Nesse sentido, Nora (1993), responsabiliza também a mídia por causar essa brevidade à história social. E, nesse aspecto, o autor expõe argumentos questionando a duração da historicidade diante do tempo, o que poderá corroborar com a ruptura do passado com o presente, comprometendo o sentimento de continuidade de um povo.

Esse suporte material, que agora expandia as fontes de investigação da história, resultou no conceito construído por Nora, de “Lugares de Memória”. O que o teórico explicou como esses lugares se convertiam em matriz documental; nesse sentido, esses elementos materiais fortaleceriam o processo de alicerçar a memória coletiva.

Vale lembrar que dentro da proposta de “memória Coletiva” em Halbwachs (2006) de potencializar a memória social, como relevante subsídio de conservação da história, Nora compartilha com o autor a mesma ideia, porém abrange o projeto ressaltando a relevância das matrizes simbólicas, entendidas como ferramenta de preservação da existência humana.

Entre a memória e a história, Nora (1993) evoca o passado como elemento de ligação dessas categorias. Por entender que tanto a história como a memória são necessárias no quesito conservação da identidade social, porém as considera como categorias em oposição.

Portanto, apesar da vulnerabilidade da memória e de estar submetida às forças coercitivas, como manipulação e esquecimento, a memória se renova por estar o tempo todo em construção, conforme aponta Nora acerca dos atributos da memória e da história:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1993, p. 9).

Portanto, na correlação história e memória, os aportes materiais seriam o elo entre esses dois componentes. O autor leva em consideração a austeridade da história e, em seguida, enxerga a fragilidade da categoria por meio da fugacidade do tempo. Nessa análise as vivências, os costumes e o espírito de continuidade desaparecem no contexto histórico. Para o autor os lugares de memória abrangem o cunho material, funcional e simbólico e possibilitam preencher a lacuna de ligação entre a preservação da história e a consciência.

1.4 Ecléa e a importância da memória

A psicóloga social Ecléa Bosi (1994), também lançou mão da metodologia de reconhecer o significado da memória como mecanismo de reconstrução histórica. Ao publicar *Memória e sociedade: Lembrança de velhos*, a autora trilha um caminho, que se tornou um marco nesse eixo de investigação no Brasil. Nessa obra, Bosi seleciona oito adultos que fizeram parte da construção da cidade de São Paulo. A riqueza da obra está no resgate dos processos narrativos e no significado da vida de cada idoso, como agente construtor da sociedade.

Para Bosi (1994, p. 39), “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. Assim, a pesquisadora enaltece esse componente como subsídio da história, uma vez que os depoimentos e as histórias de vida são aflorados e exteriorizados a partir das recordações.

Em seu repertório investigativo, Bosi reconhece o passado como importante subsídio da memória. Por isso, pela evocação das lembranças e da extração das experiências, acontecem os reencontros dos indivíduos consigo mesmos, fomentando assim um sentido mais humano à história. Para Bosi (1994),

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p. 47).

Vale ressaltar que a autora, ao dialogar com Bergson, apropria-se do enfoque teórico deste quanto à etimologia da palavra “lembrança” e, de igual modo, relaciona o termo com o sentido de fazer emergir o que se encontra imerso, ou seja, a combinação das experiências passadas com as percepções do presente na memória. Pois a lembrança, uma vez estimulada pelos depoimentos, proporciona o afloramento das percepções da realidade dos sujeitos.

Para compreender a fonte oral como evidência, faz-se necessário levar em consideração o modo de ser da sociedade, isto é, a forma como vivem os homens com seu grupo. Por isso Bosi (1994) faz referência aos hábitos incorporados na vida social, influenciando assim a percepção das pessoas. Fundamentada em Bergson, a autora classificou esse fenômeno como “memória-hábito”.

Bosi (1994) compartilha com Halbwachs o olhar sobre a memória e faz desse debate o centro de suas discussões, sobretudo porque enxerga na memória os desdobramentos da vida social.

A interpretação social que Halbwachs dá da capacidade de lembrar é radical. Entende-se que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, tenham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças. (BOSI, 1994, p. 59).

Dessa forma, Bosi (1994) passou a destacar o papel do idoso na sociedade. Assim, para compor a sua produção, contou com o relato de oito anciãos, que compartilham com a autora a interpretação da realidade que vivenciaram. A história de vida desses sujeitos na labuta do cotidiano e na sua relação com a coletividade é narrada, de modo que os recortes e as informações são selecionados a partir do que lhes é atribuído como mais significativo.

A ideia de se privilegiarem as lembranças dos idosos também foi comungada por Halbwachs, por entender essas trajetórias de vida como guardiãs do passado. De acordo com Bosi (1994):

Note-se a coerência do pensamento de Halbwachs: o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (BOSI, 1994, p. 63).

A partir das narrações desses grupos minoritários, os acontecimentos ganham nova dimensão narrativa, na qual os participantes da vida social, ancorados em trajetórias pessoais, lançam-se no campo social. É, pois, a história se tornando patrimônio da memória.

1.5 Paul Thompson: a memória como fundamento da História Oral

Embora esta pesquisa não tivesse como orientação metodológica os percursos indicados pela História Oral, considerou-se como pertinente fazer uma breve abordagem da importância da memória para a História Oral. Ou seja, buscou-se discutir como, nessa abordagem histórica, as lembranças e narrativas dos sujeitos se constituem como documentos históricos.

O britânico Paul Thompson é reconhecido por difundir o método proposto pela História oral. O seu livro *A Voz do Passado* (1992) tornou-se uma espécie de manual, orientando os procedimentos dessa ciência. Thompson (1992) potencializou as fontes orais por desempenharem papel fundamental em relação à história social. Transformou a memória em artifício da história.

Em suas explorações epistemológicas, exemplificou vários projetos pessoais e de pesquisadores em que a evidência oral se fazia presente, cumprindo tarefa de alargar a história e suscitar o intercâmbio interdisciplinar entre as mais variadas áreas do conhecimento. Dessa forma, o autor destaca:

Em suma, a história oral cresceu onde subsistia uma tradição de trabalho de campo dentro da própria história, como com a história política, a história operária, ou a história local, ou onde os historiadores têm entrado em contato com outras disciplinas de trabalho de campo, como sociologia, antropologia ou pesquisa sobre dialetos e folclore. (THOMPSON, 1992, p. 98).

Além disso, a inserção das narrações orais se deu muitas vezes pela dificuldade enfrentada por pesquisadores quando tiveram que lidar com a ausência

de acervos, destruídos ou desaparecidos, sem deixar rastros ou vestígios de contextos históricos.

Ao descrever os métodos da História Oral⁴, o autor destaca a entrevista como importante ferramenta de coleta de dados, pois por meio desse instrumento os entrevistados têm oportunidade de expressar suas experiências de vida particular e coletiva. No entanto, essa proposta foi alvo de muitas críticas quanto à cientificidade da matéria-prima. Thompson (1992) procurou rebater o julgamento acerca da autenticidade e veracidade dessas narrativas como recurso científico.

A tessitura da história tradicional foi desenhada por possuir uma concepção de supremacia, que considerava apenas os documentos oficiais e formais como legítimos. Porém, reconhecendo as minorias e suas memórias ocultas, Paul Thompson (1992) inicia sua obra *A voz do passado*, trazendo uma reflexão acerca desse debate a partir da seguinte indagação: “A reconstrução que fazem do passado baseia-se na autoridade de quem? E com vistas a quem ela é feita? Em suma, de quem é a voz do passado?” (THOMPSON, 1992, p. 11).

Nessa perspectiva, o historiador aciona personagens simples, pessoas comuns, que nunca puderam exprimir suas narrações, por serem consideradas desvalorizadas quando confrontadas com grandes personagens e os documentos oficiais. Entre esses sujeitos inseridos nesse novo contexto estavam sindicalistas, trabalhadores rurais, professores, comerciantes, enfim os indivíduos marginalizados, subalternos sem vez, sem voz. Por isso, esses atores são privilegiados com suas trajetórias sociais e conclamados a transmitir o passado como fonte desse novo movimento da história. Segundo Thompson (1992),

A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma visão mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo. (THOMPSON, 1992, p. 26).

⁴ Na esteira da análise da *História Oral* por meio de uma de seus principais autores, há que se reforçar que essa metodologia de pesquisa nasceu em 1948, tendo sido formulada por Allan Nevins, nos Estados Unidos através uma nova abordagem de fonte documental, a partir da visão de um grupo de historiadores que formavam a *Oral Association*, pela Universidade de Columbia. Muitas foram as premissas que levaram essa equipe de historiadores a buscarem outro viés quanto à forma de coletar dados e buscar inovar as fontes documentais

Esse entendimento de valorização dos sujeitos anônimos para composição histórica promoveu um deslocamento da história considerada como plausível, apenas a oficial e ostensiva, para uma história social, em que a memória de um indivíduo pode ser a memória de muitos outros, alcançando, nesse sentido, a memória coletiva. Thompson (1992) tece uma analogia da história oral com a autobiografia, porém destaca a amplitude e a multiplicidade gerada pela fonte oral.

Incorporar as narrações e histórias de vida ao campo de atuação da produção histórica desenhou uma história mais democrática, preencheu as lacunas omitidas pela história hierarquizada e formalizada. Assim, a interpretação do passado por meio desses testemunhos promoveu uma dimensão de múltiplas faces das fontes documentais. Para confirmar essa análise, sob esse enfoque nas vigências subjetivas, Thompson (1992) argumenta que:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato - e, pois, a compreensão - entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilham das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. (THOMPSON, 1992, p. 44).

Ao definir a oralidade no processo de investigação, a memória autobiográfica se consolida como fonte histórica. E os instrumentos de construção das fontes se dão por meio da evocação e das lembranças afloradas pelas experiências e percepções cotidianas. Embora a aceitação acerca das matrizes da memória como ferramenta de reconstrução do passado, para sedimentar a pesquisa, tenha tido colocada em xeque quanto a seu grau de cientificidade, Thompson (1992) enxergou no resgate das releituras dos sujeitos, uma preciosa fonte de dimensionar a história:

Eu queria falar do dia que o povo chegou lá. Eu inclusive sempre tive curiosidade em saber o que que acontecia naquela sala, porque meu pai também era da esquerda, era tido como comunista e eu sempre tive muita curiosidade em saber o que acontecia naquela sala e um certo dia eu presenciei um carro, uns carros chegando lá com vários jovens daqui da cidade, daquela época, da jovem guarda né, lá, lá no 4º BEC e esses jovens foram levados para essa sala, para serem interrogados, agora eu não sei o que houve lá dentro, que tipo de interrogamento eu não sei, eu não sei, só sei que eles foram levados para lá, ficaram detidos, eu também não sei nem quantos dias, nem quantas horas, só sei que eles ficaram detidos e eu não sei o motivo que eles ficaram detidos e eu não sei que o motivo pelo qual eles foram levados para lá, para serem interrogados. [Ana Laura, em

entrevista no dia 15/08/16].

No entanto, na crítica à História Oral, por ser considerada intrinsecamente subjetiva, faz-se necessário analisar que todo ser humano interage com o meio no qual está inserido. Por isso, ao viver em comunidade ele compartilha das mais diversas relações: cultural, afetiva, econômica e política. Nesse sentido, o homem traz consigo as muitas percepções que tem do mundo individual e coletivo, conforme Thompson (1992) aponta:

A possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem de natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais - e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva. [...] As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história. (THOMPSON, 1992, p. 41).

Todo esse projeto enaltece a fala como meio de transmissão na construção do fenômeno oral. Por se encontrar enquadrado na sociedade, o sujeito presenciou, participou, envolveu-se no contexto daquele momento, por isso ao falar do que viveu, ele convoca o passado muitas vezes carregado de sentido. Por isso é de grande relevância o intercâmbio de relatos e informações, principalmente por estabelecer aproximação entre elementos teóricos e os fatos empíricos. Nessa perspectiva, Thompson (1992) reafirma a memória como matriz da história capaz de constituir a identidade de um povo.

Um dos entraves enfrentados por pesquisadores se deu em relação à captação de documentos, porque em alguns momentos essas evidências eram destruídas, principalmente o que se remetia às classes baixas; outras vezes, esses vestígios eram desaparecidos. Alguns percalços também se deram devido ao que era considerado fonte tradicional de documento; nesse sentido, apenas os repertórios oficiais e institucionalizados eram tidos como legítimos. Desse modo, apenas os feitos de personalidades, arquivos de reis, rainhas, generais, ou seja, apenas grandes nomes eram reverenciados e registrados na história. Com isso o empreendimento da Nova História permitiu um leque no ponto de vista das fontes.

Muitos teóricos haviam sinalizado a memória como subsídio da história, porém Paul Thompson (1992) apontou a dimensão e a magnitude dos relatos orais, para a reconstrução da história particular e coletiva. Declarou essa abordagem como

“Investigação itinerante” (THOMPSON, 1992, p. 63), por reconhecer que onde estivesse uma história de vida ou de grupo, essa fonte poderia ser um potencial para investigação de cunho histórico.

Certamente, essa nova configuração da História Oral trouxe novidade nos aspectos que englobam a materialidade dos fatos, estendeu as fontes, tornando a interpretação da realidade mais próxima das relações entre as vivências e o contexto histórico. Assim, o homem passou a ser visto imbuído do tempo, da mudança e da transformação. Fatores agora levados em consideração diante de cada história pessoal, a colaboração dos sujeitos nesse projeto suplantou uma história fragmentada pelo formato da macro-história.

Os agentes solicitados para delinear essa proposta podem vir de qualquer território e comunidade, abrangem todo sujeito ou grupo disponível a contribuir com sua trajetória de vida, podendo assim enriquecer a pesquisa e fomentar sentido ao que se apresentava como espaços vazios. As produções pautadas na História Oral valorizam as experiências, com isso proporcionado uma nova versão da história. Como argumenta Thompson (1992),

Para maior parte dos tipos existentes de história, provavelmente o resultado crítico dessa nova abordagem será propiciar evidência vinda de uma nova direção. O de política de classe operária pode justapor as afirmações do governo ou dos dirigentes do sindicato e a voz das pessoas do povo - sejam elas apáticas, ou militantes. Não há dúvida alguma de que isso deve contribuir para uma reconstrução mais realista do passado. A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se crie a multiplicidade original de pontos de vista. (THOMPSON, 1992, p. 25).

O meio de descrever a realidade a partir desse empreendimento, não descontextualiza os processos de conhecimento históricos por conta dos protagonistas agora considerados, valendo-se do senso comum para subsidiar a reconstrução do passado. O retrato biográfico mediado pela voz se torna fonte para dar sentido à recomposição do passado. Na reminiscência da memória é possível aos sujeitos imprimir o recorte ao qual ele atribui um maior significado do momento vivido. Os testemunhos passam a ganhar uma nova dimensão, pois em seus relatos os indivíduos imprimem os reflexos do real.

Embora o registro escrito seja bastante usado nas pesquisas, Thompson (1992) exalta a abundância dos testemunhos. Portanto, a maneira de sistematizar a dinâmica entre o sujeito e a história se faz por meio da entrevista, que por sua vez é

um elemento basilar como procedimento metodológico da História Oral. A entrevista é utilizada principalmente na investigação de cunho qualitativo. É o momento de interação social entre o(a) entrevistador(a) e o(a) entrevistado(a). Tem-se em vista que, nessa perspectiva, o investigador tem a liberdade de selecionar previamente o personagem para compor sua busca. Sobre isso, descreve o autor:

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, por que não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados sobre o divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair o mais profundo de SEUS segredos? (THOMPSON, 1992, p. 197).

Dessa forma, a âncora destinada a esse campo do saber é o diálogo, prática em que o interlocutor expõe suas concepções, sentimentos e realidade de vida. Algo muito importante que pode ser destacado nessa atividade é o momento que garante ao outro ser ouvido. Assim, a história será interpretada por outra visão. Quanto à relevância desse exercício, Szymanski (2004) afirma que

Por outro lado, a entrevista também se torna um momento de organização de ideias e de construção de um discurso para um interlocutor, o que já caracteriza o caráter de recorte da experiência e reafirma a situação de interação como geradora de um discurso particularizado. Esse processo interativo complexo tem um caráter reflexivo, num intercâmbio contínuo entre significados e o sistema de crenças e valores, perpassados pelas emoções e sentimentos dos protagonistas. (SZYMANSKI, 2004, p. 14).

Em torno dessa ação, a ferramenta de grande significado da História Oral, que é a entrevista, foi muito questionada no que diz respeito à autenticidade e à veracidade das fontes. O fato se dá por meio da condição fornecida pela materialidade das narrações, uma vez que se trata de um itinerário de vida pessoal e particular, contendo, portanto, acontecimentos essenciais capazes de mudar o enfoque histórico.

A pesquisa guiada pelos preceitos da História oral engendrou grandes reflexões trazidas do resultado desse trabalho. Ampliou as fronteiras do conceito de documento e das possibilidades de novas fontes. Rompeu, ainda, com as barreiras entre o discurso institucionalizado e o pessoal, possibilitou pelo depoimento a decodificação do mundo por meio do vivido, dos símbolos e das práticas. Dessa forma, Thompson (1992) concebe a singularidade e a representatividade das histórias dos sujeitos, como as profundas lições da História Oral.

1.6 A comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e Comissão da Verdade

Ao tratarmos de memória e esquecimento no Brasil, um dos períodos históricos que se apresentam de forma contundente é o da ditadura civil e militar instalada no país entre 1964 e 1985. Apesar de seu grande impacto político, social econômico e cultural no país, o que se constata na atualidade é uma tentativa por parte dos setores dominantes de impor o esquecimento ou de distorcer o que significou esse período. No entanto, a Comissão da Verdade, instalada em 2011, busca reconstruir a memória desse período, trazendo a público documentos que antes eram secretos e as controvérsias no campo da memória dos diferentes agentes que participaram da luta política naquele período.

Ou seja, para responder às lacunas e identificar as práticas degradantes dos governos militares, algumas ações foram articuladas com o propósito de elucidar as barbáries ocorridas mediante procedimentos invasivos do Estado, nas circunstâncias daquele período.

Para reconhecer as violações dos direitos humanos e a violência presente nas ações do regime militar, o Brasil aderiu à Justiça de transição. A justiça de transição, surgida no século XX, refere-se a comissões temporárias formadas para averiguar os abusos cometidos contra alguns integrantes da sociedade pelo próprio Estado em determinado momento histórico.

De forma geral, é pertinente lembrar o papel desses comitês frente à solução desses crimes: geralmente as comissões são provisórias, tendo como missão o empenho em punir os responsáveis pelas violações, esclarecer a verdade e devolver inclusive a dignidade e a moral das vítimas, bem como a reparação material das famílias dos cidadãos vítimas dos abusos do Estado. Entretanto, segundo Bettamio (2014),

os julgamentos não devem ser vistos apenas como uma retribuição social às vítimas, pois são também essenciais para a reafirmação de valores e regras primordiais a uma sociedade pacífica e democrática. [...] Afinal, com o processo e julgamento dos violadores de direitos humanos, os cidadãos, em geral, restabelecem a confiança no Estado. Toda, e não apenas uma parte da sociedade, consegue se sentir contemplada pelas mesmas leis e pelos mesmos direitos. (BETTAMIO, 2014, p. 25).

Diante desse cenário de articulação em prol da aplicação da justiça nos casos pós 1964, alguns movimentos pontuais foram articulados com esse fim, pela iniciativa de familiares e algumas instituições como igrejas e associações. Além da Lei de Anistia, porém, duas Comissões que atingiram repercussões relevantes, foram formadas para desempenhar um trabalho sistemático na busca de vestígios e informações sobre brasileiros que ousaram enfrentar o regime instituído: A comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e em seguida a Comissão da verdade.

Em outros países, a Justiça de transição agiu como parte atuante em busca de esclarecimento de alguns processos sobre essa questão. No Brasil, ainda na conjuntura do regime militar, porém próximo ao fim do sistema ditador, a primeira comissão formada foi a da Lei de Anistia. No contexto, mobilizações de massa clamavam das autoridades políticas o retorno à abertura política. Dessa forma, em agosto de 1979 foi instituída a Lei da Anistia, de nº 6.683/79. A Lei de Anistia é considerada o ponto de partida da construção das bases legais que ampararam a vanguarda da verdade, inclusive, considerada um marco divisor entre a “lenta e gradual” queda do regime e o retorno da democracia.

Nessa direção, outros grupos se empenharam em reivindicar o direito à memória e à verdade a todas as vítimas que tiveram seus direitos cerceados no período da ditadura militar.

A comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, foi instituída pela Lei nº 9.140, de dezembro de 1995, na tentativa de solucionar os casos dos desaparecimentos e mortes de opositores políticos ocorridos entre 1961 e 1988. Uma espécie de remissão do Estado diante de todas as violações ocorridas durante o golpe.

Após 11 anos de pesquisa e trabalho árduo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República publica um livro trazendo à tona todo o material recolhido durante essa busca, mas a maior importância destinada a esse documento é garantir o direito à memória dessas vítimas, que sofreram com a tirania do Estado. Sobre isso, o livro *Direito à memória e à verdade* (COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2007) revela:

Depois de quase sufocado, com a Anistia de 1979, o tema do direito à memória e a verdade voltou a adquirir visibilidade crescente nos anos 90. No Congresso Nacional, em 1991, o deputado Nilmário Miranda, ex-presos político, teve êxito na proposta de criar uma Comissão de Representação

Externa da Câmara, para acompanhar as buscas do cemitério de Perus e apoiar as famílias dos mortos e desaparecidos. Apesar de não ter o poder de uma CPI, a Comissão Externa funcionou durante três anos, valendo como espaço de debate em torno da questão e contribuindo para que o assunto ganhasse ainda mais divulgação (p. 32)

Esse projeto, porém, tomou fôlego quando Fernando Henrique Cardoso, ao ocupar o cargo de presidente da República em 1998, assumiu perante os familiares das vítimas da ditadura o compromisso de procurar os restos mortais dessas pessoas ou tornar público um parecer relativo a pessoas vitimadas nesse período. Assim, essa política específica teve apoio dos Direitos humanos e a divulgação desse trabalho contou com Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado Rubens Paiva, um resistente ao sistema militar desaparecido durante o tempo em que os militares assumiram o poder⁵.

A Lei nº 9140/95 (BRASIL, 1995) foi uma forma de o Estado reconhecer e assumir a responsabilidade histórica e administrativa pelos casos dos cidadãos que sofreram as mais variadas formas de violência geradas pelo próprio Estado. Cabe salientar também que a conclusão desse dossiê contou com a colaboração de familiares, parentes dessas vítimas, que contribuíram com relatos e depoimentos.

A compilação realizada pela Secretaria dos Direitos Humanos, *Direito à Memória e à Verdade* (BRASIL. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2007) é uma espécie de livro-relatório para resgatar a memória de todos os brasileiros injustiçados pelo Estado. Por meio do exercício dessa memória será possível, garantir aos cidadãos o direito à democracia e a se expressar livremente.

De acordo com os dados fornecidos pela Comissão, foram possíveis concluir o exame de quase todos de todos os familiares que conseguiram provar que seus parentes foram vítimas dessa história. Em *Direito à memória e à verdade*:

A comissão encerrou, no final de 2006, uma longa primeira etapa de suas atividades. Concluída a fase de análise, investigação e julgamento dos processos relativos aos 339 casos de mortos e desaparecidos apresentados para sua soberana decisão, que se somam a outros 136 nomes já reconhecidos no próprio Anexo da Lei nº 9.140/95, vem se concentrando, agora, em dois outros procedimentos. [...] O primeiro deles, iniciado em setembro de 2006, é a coleta de amostras de sangue dos parentes consanguíneos dos desaparecidos ou dos mortos cujos corpos não foram

⁵ A consequência dessa intervenção militar deixou um saldo de 419 mortos e desaparecidos de 1964 a 1968 e a partir de 1968 foram reveladas mais de 380 civis vítimas das atrocidades em nome da Segurança Nacional (VIEIRA, 2014, p. 114).

entregues aos familiares, para constituir um banco de dados de perfis genéticos- Banco de DNA visando á comparação e identificação com certeza científica dos restos mortais que ainda venham a ser localizados, bem como ossadas já separadas para exame. [...] O segundo é sistematizar sobre a possível localização de covas clandestinas nas grandes cidades e em áreas prováveis de sepultamento de militantes na área rural, em especial na região do rio Araguaia, no sul do Pará. Ao fazê-lo, a CEMDP estará cumprindo o disposto no Inciso II do artigo 4º da Lei nº 9.140/95, que a criou: “envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados”. (BRASIL. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2007, p. 17).

A relevância dessa atitude do Ministério da Justiça de fazer justiça aos resistentes ao estabelecimento das Forças Armadas no Brasil em 1964 é de grande importância para a história nacional. Primeiro, porque reconhece esses brasileiros não como terroristas ou agentes de potência estrangeira, mas como homens e mulheres que lutaram pela redemocratização do país e, depois, a questão do resgate da memória desses mártires, para que nunca mais as atrocidades do Estado deixem marcas em seus cidadãos.

A Comissão Especial sobre mortos e Desaparecidos políticos, atuou procurando solucionar os crimes sob a responsabilidade do Estado, delimitando os períodos entre 1961 a 1988, para desenvolver o trabalho de busca dentro desse recorte. Nessa vertente, os casos que chegaram à mão da comissão foram analisados com o objetivo de responder para a sociedade sobre o paradeiro dos políticos que perderam suas vidas lutando pelo ideal do estabelecimento da soberania popular.

Mesmo diante de muitas dificuldades, a comissão conseguiu administrar essas barreiras, conseguindo solucionar a maior parte das demandas relacionadas aos desaparecidos e identificação de alguns corpos, estendendo a operação. Outra proposta do comitê foi a de indenizações aos parentes das vítimas dos políticos presos e executados durante a ditadura militar.

No caso dos irmãos Dourados, segundo a fala de Lara, a família abriu mão das indenizações alegando que o valor estimado não traria a vida dos dois, nem apagaria os danos e sofrimentos causados no período. De acordo ela,

Quando muitas famílias reivindicam, isso eu faço questão de que você ponha em seu trabalho, reivindicam indenizações em dinheiro, aos irmãos dele tem sido, porque os pais morreram, aos irmãos têm sido oferecido muitas vezes indenização e eles jamais aceitaram e disseram que nunca jamais vai querer receber alguma coisa por uma sofrimento tão grande que foi pra eles mesmos, porque tudo que eles fizeram lá embora foi voluntário, mas se transformou tudo num grande

sofrimento e esse sofrimento terminou com morte e depois a morte dos pais. (entrevista dia 26/09/2016).

Para rastrear as buscas, a equipe contou com o depoimento de ex-presos, encarregados do Estado atuante na época e agentes ligados ao próprio comando da repressão; de igual modo fontes encontradas em acervos públicos e documentos privados foram elementos imprescindíveis no processo de busca e conclusão do esclarecimento dos casos.

Esse movimento em defesa da memória e da verdade só foi possível, porque juntamente com esses saudosos presos políticos, muitos brasileiros lutaram a favor da queda do regime ditador. Dessa forma, o governo, diante das provas e testemunhos colhidos, na tentativa de desmascarar fatos ainda ocultos, reconheceu e reparou as famílias desses mártires.

Merece destaque quanto à categoria “verdade”, por quê? Porque algumas mortes foram indiciadas como suicídio e outras como reação da vítima contra a polícia, tento em vista que, aos olhos do Estado, os militantes eram considerados terroristas e adversários da estrutura política militar. Por essa razão, as famílias foram movidas à busca da verdade em oposição à versão do Estado. A partir disso o documento *Em direito à memória e à verdade* (BRASIL. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2007) traz a seguinte elucidação:

Cada morte tinha uma versão oficial falsa, alegava-se sempre que a vítima tinha sido morta em fuga ou tiroteio, ou ainda, cometido suicídio. Contudo, as investigações demonstraram que a maioria absoluta foi presa, torturada e executada. Aos familiares e advogados caberia provar isso, mesmo com alguns setores do Estado dificultando o acesso à informação. (BRASIL. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2007, p. 35).

O reconhecimento público do Estado na responsabilidade pelas mortes e desaparecimento só foi adiante pelo empenho de algumas instituições e familiares das vítimas em trazer os caos à tona. A persistência das famílias em esclarecer os crimes cometidos no período de dominação militar permitiu o alívio e a honra dos mortos frente a acusações falsas. Para Stampa, Santana e Rodrigues (2014),

Dessa forma, é possível conceituar que a primeira fase do desenvolvimento da justiça de transição, no Brasil, envolveu, principalmente, ações de reparação. São exemplos desses mecanismos pioneiros a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e a Comissão de Anistia (2002).

A reparação, bem compreendida, não se refere apenas ao aspecto financeiro, mas também, à reparação moral ou simbólica, por meio do pedido de desculpas oficial do Estado brasileiro, além da recuperação de determinados direitos, como a retomada de cursos acadêmicos por parte dos alunos que foram perseguidos pelo regime militar, ou a reintegração de servidores públicos exonerados por motivos políticos. (STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014, p. 50).

Os resultados dessas mobilizações significou trazer para a sociedade a luta pela dignidade humana, promovendo o debate e a discussão acerca das fragilidades dentro do Estado de direito, frente a um governo ditador.

Mas uma nova comissão foi instituída em 2011 para aprofundar a investigação sobre as ações do Estado brasileiro no período da ditadura militar. Trata-se, portanto, de um trabalho que propiciou a averiguação para esclarecer fatos e circunstâncias que pudessem revelar o paradeiro dos brasileiros que tiveram seus direitos violados.

No dia 04 de abril de 2012, a revista *Isto É* explorou uma matéria que trazia em seu conteúdo uma entrevista com Celso Amorim, que à época ocupava o cargo de Ministro da Defesa e estava à frente da “Comissão da Verdade”. Essa reportagem trazia em destaque a seguinte frase: “A comissão da verdade é o epílogo da transição democrática”. Fazendo alusão a ditadura militar, Amorim traz na reportagem uma explicação do que seria o trabalho da Comissão.

A publicação do livro “Tortura Nunca mais” da Arquidiocese de São Paulo (2011) foi considerada de grande relevância e inspiração para a criação da Comissão da Verdade. Esta foi composta por sete membros indicados pela então Presidente da República, Dilma Rousseff, para iniciar um processo de inquérito investigativo sobre os destemidos cidadãos brasileiros que resistiram à truculência do Estado e, por isso, foram mortos e desaparecidos no período da ditadura militar.

Com base na Constituição Federal da República de 1988, que assegura o Estado democrático e o exercício dos direitos sociais, o artigo primeiro da Lei nº 12.528/2011 já oferece um panorama da finalidade e objetivo da criação da Comissão:

Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

A lei 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi sancionada no dia 18 de novembro de 2011, e a Comissão foi instituída em 16 de maio de 2012, no governo da Presidente Dilma Rousseff. De acordo com Bettamio (2014, p. 31), “a Comissão Nacional da Verdade tem por finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, incluindo, portanto, todo o período da ditadura militar (1964-1985)”.

A CNV trabalhou dentro de três esferas, que foram a pesquisa, a busca por provas que garantissem o ressarcimento às vítimas e a lisura de suas atividades. Assim, a CNV foi muito mais que devolução material aos familiares, mas a devolução da dignidade a quem idealizou a liberdade e a democracia. Para Bettamio (2014),

a pesquisa é necessária para esclarecer os fatos e as circunstâncias das graves violações de direitos humanos, ocorridos entre 1946 a 1988, e desvendar as circunstâncias dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres, com especial enfoque nos fatos ocorridos durante o regime ditatorial, instalado a partir do golpe civil-militar de 1964. Porém, apesar desse trabalho de pesquisa ser o insumo principal do relatório final da Comissão, a CNV atua também por meio do contato constante com a sociedade civil, através de relações com as Comissões Estaduais da Verdade, Comitês de Verdade, Memória e Justiça, além de estar articulada com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional de História (ANPUH). [...] Assegura dessa forma a capacidade de aumentar a potencialidade dos resultados de seu trabalho, além de fornecer, por meio de audiências e outros eventos públicos, a oportunidade das vítimas partilharem as terríveis experiências que viveram durante o período de repressão ditatorial. O terceiro meio de atuação da CNV é o compromisso com a transparência. Este vem ocorrendo por meio da constante publicidade de suas atividades, através do permanente contato com a imprensa e divulgação de suas realizações recentes. (BETTAMIO, 2014, p. 35).

Embora tenha encontrado dificuldades para atuar, a CNV significou um passo relevante de constituição da memória nacional, em relação ao processo de ditadura militar. Tendo em vista que todos os crimes cometidos nesse período foram justificados pela doutrina de Segurança Nacional e em nome do estabelecimento da ordem, as investigações desconstruíram, dessa forma, algumas versões do passado. Inclusive quanto à data das mortes cometidas pelo Estado, pois se achava que as perseguições só ocorreram a partir de 1968; no entanto, as violências já foram estabelecidas desde a instalação do regime.

De acordo com Stampa, Santana e Rodrigues (2014),

As Comissões da verdade, bem como as iniciativas voltadas à abertura de arquivos de polícia têm vinculação direta com a efetivação do direito à

memória e à verdade, no sentido de garantir, em primeiro lugar, que a verdade sobre as violações sistemáticas dos direitos humanos venha à tona e, em sequência, que os fatos relacionados a essas violações não sejam esquecidos para que não se repitam – o que pressupõe a adoção de uma série de iniciativas destinadas a garantir a preservação da memória. (STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014, p. 47).

Cabe ressaltar que, das ditaduras implantadas nos países da América Latina, o Brasil é o país com o maior número de documentos referentes ao período em curso, graças ao SNI, instrumento de coleta de informação criado pelo próprio governo e o maior informante da ditadura militar. O SNI exerceu inúmeras atividades voltadas à investigação e coleta de informação dos considerados inimigos do Estado.

A contribuição dessa força-tarefa não buscou restringir-se ao campo investigativo para averiguar as torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáver. Antes, buscou assegurar a essas vítimas o direito à verdade e à memória. Nos anos de busca, identificaram-se 377 agentes responsáveis pela repressão e 434 mortos e desaparecidos, com 33 corpos localizados. Foi identificado também um total de 6.591 militares a quem a ditadura perseguiu, incluindo integrantes da Aeronáutica, Marinha, Exército e policiais estaduais.

A conclusão à qual chegou a comissão foi a seguinte:

No âmbito desse quadro de graves violações de direitos humanos, a CNV teve condições de confirmar 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar, que se encontram identificados de forma individualizada no Volume III deste Relatório, sendo 191 os mortos, 210 os desaparecidos e 33 os desaparecidos cujos corpos tiveram seu paradeiro posteriormente localizado, um deles no curso do trabalho da CNV. Esses números certamente não correspondem ao total de mortos e desaparecidos, mas apenas ao de casos cuja comprovação foi possível em função do trabalho realizado, apesar dos obstáculos encontrados na investigação, em especial a falta de acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas, oficialmente dada como destruída. Registre-se, nesse sentido, que os textos do Volume II deste Relatório correspondentes às graves violações perpetradas contra camponeses e povos indígenas descrevem um quadro de violência que resultou em expressivo número de vítimas. (BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 963).

O processo de análise resultou na construção de um documento que reúne 4.328 páginas. O trabalho da equipe buscou apurar os casos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. Os métodos utilizados pelo colegiado para a apuração dos fatos foram entrevistas, perícias, bem como audiências

públicas. Segundo consta do relatório final da CNV (BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014):

Conforme se encontra amplamente demonstrado pela apuração dos fatos apresentados ao longo deste Relatório, as graves violações de direitos humanos perpetradas durante o período investigado pela CNV, especialmente nos 21 anos do regime ditatorial instaurado em 1964, foram o resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro. Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares. Operacionalizada através de cadeias de comando que, partindo dessas instâncias dirigentes, alcançaram os órgãos responsáveis pelas instalações e pelos procedimentos diretamente implicados na atividade repressiva, essa política de Estado mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura, que se abateu sobre milhares de brasileiros, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres. Ao examinar as graves violações de direitos humanos da ditadura militar, a CNV refuta integralmente, portanto, a explicação que até hoje tem sido adotada pelas Forças Armadas, de que as graves violações de direitos humanos se constituíram em alguns poucos atos isolados ou excessos, gerados pelo voluntarismo de alguns poucos militares. (BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 963).

Em relação aos acusados, a Comissão adotou medidas institucionais para que os algozes se responsabilizem pelas autorias de violação. Quanto às vítimas e seus familiares, o Estado propôs o direito à reparação, ao esclarecimento da verdade, à memória e à reconciliação nacional. As lembranças desse legado histórico serão incorporadas às percepções do presente por meio da memória.

A memória, nesse caso, fornece importante contribuição nos esclarecimentos e divulgação dos fatos, porém por meio da verdade. A construção da identidade de um povo depende da memória, sobretudo como fenômeno coletivo. O esquecimento seria uma triste realidade, caso a experiência do regime militar fosse suprimida da memória coletiva do povo. Para não se correr o risco de um retorno sombrio pelo qual passou o país no pós-64.

CAPÍTULO 2

PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL E A INSTALAÇÃO DO 4º BEC EM BARREIRAS-BA

Este capítulo pretende discutir o processo de instalação da ditadura militar no país, procurando contemplar desde os instantes históricos que antecederam o golpe até a instalação do regime ditatorial. De igual modo, o texto traz em seu bojo a trajetória dos presidentes que comandaram o Brasil no período em questão, bem como as características desses governos. Contempla, também, as estratégias do Estado para legitimar e sustentar as práticas repressivas que nortearam os princípios do sistema em vigência.

Muitos foram os fatos que precederam a instauração da ditadura militar no Brasil. A maneira como foi instaurado o governo militar no país apontou um momento de fragilidade e transgressão da Constituição brasileira, o que legitimou a violência e opressão em nome da “Segurança Nacional”, como discurso de legitimação dos mecanismos utilizados pelo Estado. A discussão empreendida neste capítulo contempla a eleição de Getúlio Vargas (1951), passa pelo Governo de Juscelino Kubitschek (1956), Jânio Quadros (1961), culmina com a posse de João Goulart (1964); em seguida, o desenrolar do Golpe de 1964, delineando um dos momentos mais sombrios da história.

2.1 Antecedentes da ditadura militar: de Vargas a Jango

Getúlio Vargas assumiu o cargo de Presidente da República por duas vezes: primeiro, de 1930 a 1945; e o segundo mandato quando retornou à presidência por meio do voto popular, no ano de 1951 até 1954. Para Fausto (1995, p. 331), Getúlio foi “a figura de maior expressão da história política brasileira do século XX”. Filho de um líder do partido PRR (Partido Republicano Riograndense), nasceu na região gaúcha, desde cedo respirava essa atmosfera política, chegando até a assumir o Ministério da Fazenda. Conhecido por integrar uma frente populista e nacionalista, enfrentou uma grande crise em âmbito nacional, especialmente em seu segundo mandato.

Cabe lembrar, que em 1945, surgiu a União Democrática Nacional (UDN), partido ostensivamente contrário ao governo de Vargas. Em 1947, surge o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Socialista Democrático (PSD) e o partido Comunista do Brasil (PCB) (Fávero, 1995). Durante sua administração política, Getúlio Vargas contou com o apoio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); no entanto, encontrou grandes adversários a seu governo que foram os integrantes da UDN, que tinha como linha de frente o jornalista Carlos Lacerda. Segundo Skidmore (1988),

a atribulada presidência de Vargas no período 1951-54 foi marcada pelo aprofundamento da polarização política. O principal apoio político do presidente provinha do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundado sob a égide de Vargas em 1945. Seguiu as linhas dos partidos socialistas democráticos europeus, e chegou a ser o principal partido de esquerda, mas era marcado pelo personalismo e seu matiz ideológico variava de um estado para outro. (SKIDMORE, 1988, p. 23).

Quando assumiu a presidência entre 1951 e 1954, Vargas encontrou um cenário nacional marcado por crise econômica, gerada pela queda de preço do café no mercado internacional, da qual resultou, conseqüentemente, uma inflação que tornou o custo de vida dos brasileiros muito alto. Este fato resultou, em 1953, na eclosão de greves, envolvendo vários setores trabalhistas, com os trabalhadores reivindicando aumento salarial de sessenta por cento. Se, por um lado, os trabalhadores batalhavam por reajuste no salarial, os militares cobravam correção de seus salários; a categoria se encontrava insatisfeita. Ainda nesse cenário Vargas foi acusado pela oposição de escândalo financeiro e crime de corrupção. No entanto, o que tornou o ambiente mais hostil foi quando o jornalista Carlos Lacerda, principal opositor ao governo Vargas, sofreu uma tentativa de assassinato e um oficial da força aérea que se encontrava ao lado de Lacerda foi atingido e morto. O Presidente Vargas foi, então, considerado o principal suspeito desse atentado e esse episódio tornou-se, assim, o estopim para que os opositores pressionassem Getúlio a renunciar. Nas palavras de Skidmore (1988),

desafiando seus acusadores, o presidente os advertiu que jamais renunciaria. Após receber outro ultimato dos militares endossado pelo ministro da Guerra, e em seguida a uma melancólica reunião ministerial a 24 de agosto, Vargas exerceu sua última opção. Retirou-se para os seus aposentos e suicidou-se com um tiro no coração. (SKIDMORE, 1998, p. 23).

Diante desse contexto, a manhã do dia vinte e quatro de agosto 1954, o Brasil é surpreendido pela lamentável notícia do suicídio de Getúlio Vargas, sucumbindo à pressão de partidos políticos e grupos internacionais. O episódio suscitou comoção por todo país, especialmente entre a classe trabalhadora, principalmente pela implantação da legislação do trabalho, medida que o tornou ainda mais popular.

Esse enredo da era Vargas criaria o contexto da política nacional nas décadas seguintes, promovendo um terreno fértil para a intervenção das forças armadas militares no governo do país posteriormente.

O próximo presidente a ser eleito foi Juscelino Kubitschek, que administrou o país durante cinco anos, sendo seu governo marcado, sobretudo, pela construção da capital Federal, Brasília, construída no Centro Oeste do Brasil, tornando-se um grande símbolo de desenvolvimento. Outra característica de seu governo foi o rápido crescimento econômico e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Porém, quando rompeu negócios com o Fundo Monetário Internacional (FMI), deu motivos ao grupo da UDN para atacar seu governo. Mesmo sob pressão dos opositores, no entanto, Juscelino consegue concluir o seu mandato.

Em 1960 a UDN, consegue eleger um presidente, Jânio Quadros, candidato de confiança do partido. Para os conservadores ele se apresentava como um modelo para conduzir o país, porque professava ideias com ênfase nos valores da família, do lar, da livre empresa e também pela promessa de acabar com a inflação. No entanto, seu governo durou poucos meses, tendo sido marcado por crises econômicas e políticas que culminariam na tomada do poder pelos militares.

Embora Jânio Quadros atendesse todas as determinações do FMI e fosse também adepto de uma política econômica e social conservadora, os setores mais conservadores da sociedade consideraram algumas condutas do presidente como ameaçadoras à estrutura do sistema capitalista, como por exemplo: a retomada de relações diplomáticas como a União da República Socialista Soviética (URSS), o posicionamento contrário à rejeição de Cuba pelos Estados Unidos da América (EUA). Essas atitudes que causaram reação negativa na nação, mas o estopim da pressão pela renúncia veio com a condecoração de Ernesto Che Guevara em agosto de 1961. Segundo Fausto (1995),

em 1959, um fato de grande importância ocorrera na América Latina: a vitória da Revolução Cubana. Após um período de euforia geral resultante da derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista, no comando da revolução Fidel Castro começou a se inclinar pelo socialismo comunista. Cuba

caminhava nessa direção por convicção de suas lideranças e empurrada cada vez mais pelas medidas de embargo contra a ilha tomadas pelos Estados Unidos. A ameaça comunista, agitada como um espantalho para reprimir as reivindicações das classes dominantes, convertia-se em realidade. Se um regime desse tipo podia se instalar a menos de 150 quilômetros da costa da Flórida, por que não poderia triunfar em outras regiões da América Latina? (FAUSTO, 1995, p. 439).

Homenagear um guerrilheiro que colaborou com a revolução em Cuba, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, suscitou grande insatisfação em alguns segmentos do país. Dessa maneira, essas ações do presidente foram interpretadas de forma negativa, desencadeando a insatisfação dos partidos opositores e, principalmente, dos grupos elitistas: a ameaça de uma possível instalação do comunismo repercutia negativamente nos recantos do bloco capitalista e instituições como a Igreja, a elite e o próprio Estado, encararam o posicionamento de forma hostil.

Assim, Carlos Lacerda acusou o presidente de promover a abertura ao comunismo no Brasil. Em função disso, o Congresso Nacional e algumas unidades militares pressionaram Jânio Quadros a renunciar a seu mandato, a apenas sete meses de sua posse na Presidência da República. Segundo Germano (2011),

esse é um contexto que assusta não somente a burguesia, mas também setores das classes médias, além da cúpula militar. Através dos seus partidos políticos, notadamente da UDN e do PSD (Partido Social Democrático), as classes dominantes tentam minar, no Congresso, as denominadas Reformas de Base, mas não se restringem a isso. (GERMANO, 2011, p. 51).

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio abriu mão da presidência alegando “forças ocultas”, embora o motivo da renúncia nunca tivesse sido esclarecido. Nesse caso, caberia ao vice ocupar a cadeira de presidente; no decurso dos fatos, no entanto, João Goulart, o vice-presidente encontrava-se em visita a China, país comunista, o que sustentou a resistência dos adversários em Jango tomar posse no lugar de Jânio. Liderando a Campanha da legalidade, Leonel Brizola mobilizou o país, por meio do rádio, para que o povo recebesse João Goulart como presidente, valendo-se principalmente do cumprimento da Constituição, que reza a substituição do vice no lugar do presidente, quando acontece a vacância do cargo.

Nessa atmosfera turbulenta, Jango assume o Governo; porém, no Congresso um decreto é instaurado de forma sutil: o Ato Adicional à Constituição, de 1961, que reduzia os poderes do presidente. Sobre esse episódio, Fausto (1995) afirma:

Afinal, o Congresso adotou uma solução de compromisso. O sistema de governo passou de presidencialista a parlamentarista, e João Goulart tomou posse, com poderes diminuídos, a 7 de setembro de 1961. Desse modo, o parlamentarismo, proposto por muitos como uma fórmula capaz de dar maior flexibilidade ao sistema político, entrou em vigor pela porta dos fundos. Utilizado como simples expediente para resolver uma crise, não poderia durar muito, como de fato não durou. (FAUSTO, 1995, p. 443).

No entanto, foi criado um Ato Adicional à Constituição de 1961, que permitia o preenchimento da vaga pelo vice, porém com poderes reduzidos. É necessário considerar, que a insistência dos golpistas no impedimento da ocupação do cargo já prenunciava os desdobramentos futuros quanto ao destino político da nação, uma vez que agregar uma medida adicional à Constituição limitando os poderes do executivo, tornava o feito uma manobra de controle político.

João Goulart assume a presidência mesmo com poderes reduzidos e enfrentando instabilidade em muitas áreas, como a econômica, política e social. Segundo Skidmore (1988),

em fins de março de 1964 as tensões políticas haviam atingido um grau sem precedentes, com o presidente participando de uma série de comícios ruidosos em cada um dos quais anunciava novos decretos. Enquanto isso, a conspiração militar-civil aumentava de intensidade. (SKIDMORE, 1988, p. 43).

Nesse ponto, é relevante fazer menção das muitas transformações sociais vindas de alguns segmentos nesse período. Concomitante à posse de João Goulart, o país assiste a um período de urbanização e industrialização, somando-se a isso o começo de desenvolvimento de atividades como a agricultura e a pecuária em algumas regiões, inclusive com muitos trabalhadores rurais submetidos a péssimas condições de vida e outros com suas terras desapropriadas.

Esse contexto, segundo Fausto (1995), fomentou uma nova mentalidade por parte dos trabalhadores rurais. Surge assim “A Liga Camponesa”, importante movimento rural, que tinha como líder Francisco Julião. Em novembro de 1961, em Belo Horizonte, acontece o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. O evento foi organizado pelo próprio Francisco Julião e contou com a presença de dirigentes comunistas. O Congresso discutia duas pautas: uma idealizada pela Liga Camponesa que debatia a expropriação de terra sem indenização prévia e a proposta dos partidos comunistas de sindicalização rural e extensão da Legislação trabalhista ao trabalhador rural.

Fausto (1995) afirma que, além disso, nessa atmosfera de tomada de consciência, nasce a União Nacional dos Estudantes (UNE), de igual modo, a igreja católica, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidades que levantaram questões como reforma e transformação social, entre outros problemas vivenciados pelas camadas populares, enfrentando miséria, fome e a situação de vida muito precária, principalmente no nordeste do país.

A essas articulações sociais, acresçam-se as reformas de base propostas por João Goulart, que traziam no seu teor a alteração na Constituição, prevendo direito a indenização de terras, caso esta fosse apropriada pelo Estado com algum fim estatal, reforma urbana, extensão do direito de voto aos analfabetos e soldados do Exército, ampliação da intervenção do Estado na economia do país.

O quadro tornou-se propício à formação de outras organizações, como foi o caso da Confederação Nacional dos trabalhadores na Indústria (CNTI), organizada pelos operários para reivindicarem seus direitos. Foi nessa conjuntura do governo Jango que as classes trabalhadoras se articularam na luta para garantia de seus direitos. Sobre isso, Fausto (1995) afirma:

A posse de João Goulart na presidência significava a volta do esquema populista, em um contexto de mobilização e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas. Os ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema. Ele deveria assentar-se na colaboração entre o Estado, onde se incluíam os oficiais nacionalistas das forças armadas e os intelectuais formuladores da política do governo, a classe operária organizada e a burguesia industrial nacional. O Estado seria o eixo articulador dessa aliança, cuja ideologia básica era o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas de reformas de base. Elas abrangiam um amplo leque de medidas entre as quais a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo. [...] Para isso, propunha a mudança de um dispositivo da Constituição, prevendo a desapropriação da propriedade por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mas somente mediante prévia indenização em dinheiro. (FAUSTO, 1995, p. 447).

No entanto, a postura adotada pelo Presidente dividiu o país: por um lado os movimentos sociais organizados, como a UNE, a Juventude operária Católica, a Juventude Universitária Católica, o Comando Geral dos Trabalhadores e as Ligas Camponesas posicionaram-se a favor das reformas, até mesmo porque essas deliberações evidenciavam um Brasil mais justo e igualitário, abrangendo direitos das camadas mais pobres. Mas, assumiram posição contrária às propostas os empresários, a alta cúpula da Igreja, algumas organizações que se mantinham às

custas do capital americano e especialmente grandes latifundiários, uma vez que as mudanças reformistas limitavam privilégios e ameaçava a divisão de suas terras.

O embate dividiu a nação em dois grupos: a esquerda, que enxergou nas mudanças a redução da desigualdade social, e a direita, que se posicionou totalmente contrária ao projeto de governo e, ao mesmo tempo, temerosa com as influências das ideias comunistas na nação.

Na visão de Fausto (1995), os planos de Jango já haviam inflamado a elite brasileira e alguns setores estatais, porém a culminância da indignação e o confronto ideológico com esses segmentos vieram com o Comício das Reformas de Base, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro. Também conhecida como o “Comício da Central”, aconteceu na Praça da República, em frente à Estação da Central no Brasil. Com a presença de cerca de 150 mil pessoas, nesse comício, João Goulart apresentou as propostas contidas na “Reforma de Base”, a serem apresentadas pelo Congresso. Amedrontados com a adesão ao sistema ao comunismo e com as possíveis mudanças vindouras, a resposta dos segmentos reacionários veio com a “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, realizada no dia 19 de março e contando com um número de manifestantes à altura do “Grande Comício”. A passeata protestava contra a implementação do movimento reformista.

Entretanto, não foi possível ao presidente concluir seus propósitos, porque em 1º de abril, os militares tomaram o controle da nação. Envolvido em uma atmosfera tensa e conturbada, Jango foi deposto e se exilou no Uruguai. A partir de então, iniciou-se um dos períodos mais nefastos da história brasileira, quando o país mergulhou em um dos momentos mais sombrios de sua história. Sob o comando militar, os presidentes que assumiriam posteriormente seriam pessoas ligadas às Forças Armadas e se utilizariam das mais variadas formas e maneiras para se manterem no poder e legitimar suas ações.

2.2 A instauração da ditadura militar

O itinerário histórico que se desdobrou de Vargas até João Goulart já indicava o anseio dos militares em doutrinar o país. Os medos das ideias comunistas que se disseminavam pelo Brasil provocaram a desconfiança de alguns partidos e da própria organização militar, do que decorreu uma brusca tomada de poder pelas forças armadas.

As dissidências turbulentas que ocorreram durante a administração de Goulart proporcionaram maiores tensões ao meio político. A tessitura do amanhecer brasileiro em abril de 1964 foi sobre o estandarte da bandeira militar. Para Skidmore (1988),

começava agora a luta sobre quem chefiava o novo governo. Os militares – principalmente o Exército, mas também a Marinha – rapidamente tomaram conta da situação, prendendo ativistas da esquerda, como líderes estudantis e sindicais, organizadores de grupos católicos, como a JUC (Juventude Universitária Católica) e a AP (Ação Popular) e organizadores de sindicatos e de ligas camponesas. Centenas foram encarcerados no Rio, enquanto muitos outros ficaram confinados em um improvisado navio-prisão ao largo da baía de Guanabara. A repressão foi particularmente rigorosa no Nordeste, onde o Quarto Exército e a política estadual e local dissolveram energicamente as ligas camponesas e os sindicatos de trabalhadores da classe camponesa simplesmente desapareceram, vítimas de execução sumária, enquanto outros sofreram torturas geralmente aplicadas nos quartéis do Quarto Exército. (SKIDMORE, 1988, p. 43).

A Ditadura militar no Brasil foi considerada um amargo golpe de tamanha proporção que atingiu não só o campo político, como também, abrangeu outras áreas sociais e ficou caracterizada por desconsiderar a Constituição e violar os direitos humanos. Adotou um modelo governamental ditatorial, opressivo, fundamentado na força e na violência, expressas em suas ações. Segundo Furtado (1977),

a evolução dos acontecimentos, a partir do golpe de abril de 1964, descobriu alguns aspectos do processo brasileiro cuja percepção não era fácil na fase anterior. O golpe foi concretizado - aproveitando circunstâncias favoráveis criadas pelo próprio Governo Goulart - por uma aliança dos grupos oligárquicos com as classes médias urbanas e as Forças Armadas, tudo com assistência técnica dos agentes imperialistas. (FURTADO, 1977, p. 18).

Remetendo ao que acontecia na América Latina, é importante ressaltar que o sistema ditatorial viria a se instalar em outros países latinos, como Uruguai, Argentina e Chile; a história registra, entretanto, que, de todas as ditaduras instaladas, a que mais durou foi a do Brasil, e se faz necessário considerar que a militarização da vida política do país configurou-se em violenta repressão, controle econômico, social e moral. Germano (2011) diz:

Ao contrário da sua prática anterior, os militares instalaram-se de forma direta e duradoura no governo, e instauraram uma ditadura, violenta e repressiva, que durou vinte e um anos, isto é, a mais longa das ditaduras militares que se instalou na América Latina, a partir dos anos 60. A duração dos regimes militares implantados a partir de 1964 em alguns países da

América do Sul foi a seguinte: Brasil-21 anos (1964-1985); Peru 12 anos (1968-1980); Uruguai-11anos (1973-1984); Chile-17anos (1973-1990); Argentina-17 anos (1966-1983). (GERMANO, 2011, p. 48).

No trecho acima, Germano (2011) se reporta à participação das Forças armadas em outros momentos históricos em defesa da liberdade e da igualdade, como por exemplo, a interferência do Exército na destituição da monarquia escravista em 1888 e no movimento tenentista da década de 1920; no entanto, em oposição às práticas tomadas pela entidade posteriormente o autor ressalta a distância dessas medidas, na postura assumida pela categoria no pós 1964, compondo em seus aspectos a instalação de uma política militar caracterizada pelo cerceamento dos direitos em todos os sentidos e por adotar atitudes truculentas e de cunho ditatorial.

Posterior à destituição de João Goulart da Presidência, formou-se uma junta militar que, imediatamente, se apropriou do poder; eles eram integrantes do Exército, da Aeronáutica e da Marinha. Além disso, contou com a aprovação de alguns segmentos da sociedade como: empresários, banqueiros e grandes latifundiários, o golpe seguiu a cartilha do grupo cívico militar e procurou atender às demandas das classes dominantes. Segundo Vieira (2014),

o Congresso Nacional deu nova direção à sociedade brasileira, com o auxílio de várias organizações civis, nascidas e alimentadas pela classe dominante. Embora esta nova direção tenha utilizado militares e tecnocratas, suas origens derivam de profundos interesses nacionais e internacionais do capitalismo. (VIEIRA, 2014, p. 30).

Ao se instalar o regime, a ocupação da cadeira de presidência da República, seriam os próprios militares de alta patente, por isso a partir de então os futuros governantes passaram a serem escolhidos por uma junta de comandantes das Forças Armadas, que indicavam os governantes. Dessa forma os generais presidentes nomeados pela cúpula militar que governariam o Brasil de 1964 a 1985 foram os seguintes: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969), Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), Ernesto Geisel (1974 a 1979) e João Batista Figueiredo (1979 a 1984).

Com a tomada do poder, após o dia 10 de abril de 1964, o comando militar já colocava em prática seu aparelhamento coercitivo. Nesse sentido, de acordo com Gaspari (2014), a junta militar iniciou seu empreendimento, com a prisão de estudantes, cassação de deputados, senadores, governadores, prefeitos,

desembargadores, embaixadores e até mesmo de militares que puseram objeção ao golpe; fechou jornais, dissolveu sindicatos, efetuou prisões arbitrárias, dentre outras práticas repressivas.

Então, a fim de justificar a militarização da política nacional vigente, a “Segurança Nacional” foi uma estratégia da tomada do poder. Uma vez, que a legitimação do plano girou em torno da preservação da família, conservação da propriedade privada, das instituições sociais e, sobretudo, da restauração da ordem, haja vista que a instalação militar contou com o apoio dos segmentos mais conservadores da sociedade, na tentativa de “resguardar” o país da implantação do comunismo e da doutrina “populista” acolhida por presidentes anteriores.

O pilar da legalidade do golpe foi pautado a partir da construção de uma determinada ideia de democracia, aceitação de cujos ideais veio em nome da preservação dos valores sociais. Assim, do ponto de vista da sociedade, somente um determinado comando do país possuía condição de fortalecer o poder nacional. Pois a introdução do comunismo poderia extirpar os princípios morais, seja individuais ou coletivos, norteadores da sociedade brasileira. Em relação a isso, Rezende (2013) enfatiza:

A ditadura militar se empenhou arduamente em cooptar todos os indivíduos, grupos e instituições para o seu projeto de sociedade [...]. O caminho seguido na tentativa de construção de sua legitimidade já estava, porém, delineado antes mesmo de 1964. Ficava estabelecido que o povo deveria ser convencido de que ele necessitava ser orientado por aqueles que tivessem condições de assegurar-lhe proteção, ou seja, as Forças Armadas. Os meios, as condições e as possibilidades de que ele se reconhecesse no regime adviriam, então, deste processo. (REZENDE, 2013, p. 51).

Nessa trajetória de instauração militar, é relevante ressaltar a importância da Escola Superior de Guerra (ESG) como suporte institucional na doutrinação e propagação de ideologia de segurança nacional no comando das Forças Armadas. Em relação a isso, destaca Rezende (2013):

Segundo a ESG, o Brasil possuía os requisitos para chegar a grande potência, no entanto, faltava (sic) ao país governantes com capacidade de planejamento e execução. A hipotética democracia disciplinada que o regime dizia estar criando, durante toda a sua vigência, objetivava convencer a população de que os governos militares eram os únicos com capacidade de inovar o país. (REZENDE, 2013, p. 53).

Vale lembrar que nesse processo de apropriação do poder pela junta militar, um argumento sustentado pelo grupo foi quanto ao tempo de atuação no comando

até o estabelecimento da ordem, para que, posteriormente, o processo político seguisse dentro da normalidade. Contudo ao que se assistiu foi a apropriação do Estado de forma direta e ostensiva por vinte e um anos. Além de configurar o regime como autêntico, muitas convicções eram reafirmadas pela recorrência a Atos institucionais fundamentando os mecanismos utilizados no período em destaque. Em 9 de abril, veio a implantação do AI-1; em seguida, vários outros, traziam em seu teor decretos dissolvendo partidos, suspendendo o *habeas corpus*, determinações que fortaleciam o poder executivo e limitavam as decisões do Congresso.

Nessa perspectiva de verticalização do poder, o Estado passou a ter em suas mãos o controle político e ideológico do país. O denominado Supremo Comando Revolucionário assinou, no dia 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1 (AI-1) com o intuito de fortalecer o Poder Executivo, concedendo a estes poderes ampliados de decisão e, conseqüentemente enfraquecendo o Poder Legislativo e tomando a si o controle do Poder Judiciário. Com relação à estrutura formada em favor do golpe repressivo, Germano (2011) comenta:

Inicia-se assim o “processo de montagem” institucional da ditadura. O AI-1 era, ao mesmo tempo, instrumento de fortalecimento do Executivo e do esvaziamento do Congresso Nacional. As atribuições e os poderes do Legislativo foram transferidos, em grande parte, para o executivo, que ganha autonomia e liberta-se de controles sociais e políticos. A ampliação do espaço de ação do executivo, por sua vez, confirma, desde a primeira hora, o caráter autoritário do Regime. O AI-1 assegurava ao Presidente da República: a) o poder de introduzir emendas na Constituição; b) a exclusividade para legislar no campo financeiro ou orçamentário; c) o poder de decretar Estado de Sítio. (GERMANO, 2011, p. 57).

2.3 Os Presidentes gerais

Embasado nos dispositivos do AI-1, por votação indireta e Congresso reduzido, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente do Brasil em 15 de abril de 1964. Orientando-se pela Doutrina de segurança Nacional, propagada pela Escola Superior de Guerra. Tinha como objetivo o combate ao comunismo. No entanto, ao ocupar a cadeira de presidente, Castelo Branco assumiria o poder por apenas um ano e meio. O que se viu foi uma apropriação do Congresso pelos militares por um período de vinte e um anos. Desmascarando essa justificativa de proteger a democracia, Germano (2011) fez a seguinte análise:

Contudo persiste uma distância abissal entre a intenção e o gesto. Durante o governo do liberal Castelo “houve 3.747 atos punitivos, representando mais do que 3 atos punitivos por dia” [...]. Assim, não obstante o golpe ter sido desferido em nome da democracia, o que de fato ocorre é uma implantação gradual de uma ditadura militar, cujo suporte doutrinário é a Ideologia da Segurança nacional, cunhada na Escola Superior de Guerra. Tal Ideologia é fortemente influenciada pelos valores e interesses dos EUA, expressos em conformidade com os pressupostos da Guerra Fria, qual seja, o da existência de um intransponível antagonismo Leste-Oeste, entre as “democracias capitalistas ocidentais-cristãs” e o “comunismo”. Além disso, é evidente que os militares foram influenciados pelo pensamento autoritário brasileiro. (GERMANO, 2011, p. 53).

O itinerário político trilhado por Castelo Branco foi delineado pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), um plano econômico contendo cortes de gastos e aumento de impostos. Na sequência, a redução no salário dos trabalhadores, juntamente com a eliminação da estabilidade de emprego. Além disso, a Lei de Greve, aprovada em 1964, dificultou a realização de greves e paralisações por parte da classe trabalhadora. Algumas das medidas proporcionaram o crescimento da economia e queda da inflação; apenas a classe trabalhadora, porém, foi sacrificada em favor do crescimento econômico.

As interfaces do Estado autoritário, além de manipularem o poder público, fizeram também acirradas manobras na economia, uma vez que abriam caminho ao capital estrangeiro. Outra mudança operacionalizada nesse cenário e cruel, por sua vez, foi na reforma da educação e nas leis trabalhistas, reduzindo o salário dos servidores públicos, com o pretexto de diminuir gastos. Outra mudança nesse sentido foi aniquilar a ocorrência de greves. Em junho de 1964 foi criada uma lei com a finalidade de conter essas insurreições. Sobre isso Vieira (2014) discute:

A lei de Greve (Lei nº 4.330), de junho de 1964, concedia ao governo o direito de definir o que significa greve política. De acordo com esta lei, estavam proibidas as greves “de natureza política, social ou religiosa”, bem como as greves em serviços” essenciais e as de solidariedade”. As definições destes tipos de greves ficavam por conta dos donos do poder. A nova Lei de Greve conjugava-se com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De acordo com o artigo 723 desta Consolidação, os empregados não podem abandonar o serviço ou desobedecer decisão trabalhista” sem prévia autorização do tribunal”. De fato, quase todas as greves passaram a ser ilegais.

Considere-se também que ficavam proibidos de entrar em greve os funcionários públicos. O resultado logo apareceu: de 154 greves ocorridas em 1962 e das 302 de 1963, a cifra caiu para 25 greves em 1965 e 15, em 1966. (VIEIRA, 2014, p. 42).

A situação do trabalhador brasileiro se agravava ainda mais, pois além de contar com o congelamento do salário mínimo e enfrentar inflação a classe

trabalhadora era impedida em se articular afim lutar por melhor salário e condição de trabalho.

Na área política, os Atos Institucionais não abrangiam as eleições para governador. Em outubro de 1965, houve eleições diretas em onze estados. E atingidos pela insatisfação com o novo sistema imposto, os cidadãos brasileiros votaram nos candidatos contra o regime, levando alguns adversários à vitória nas urnas. Contrariadas as Forças Armadas, Castelo Branco baixou o AI-2 em 17 de outubro de 1965, ato que determinou que as eleições para presidente e vice-presidente, seriam realizadas pelo Congresso Nacional, em sessão pública, pondo fim ao voto direto e secreto. Em fevereiro de 1966, foi estabelecido o AI-3, ampliando as eleições indiretas para governadores. Sobre a Conjuntura vigente, Germano (2011) argumenta:

O AI-2 confirmava o direito do executivo de cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; reiterava que o Presidente e Vice-Presidente da República seriam eleitos em pleitos indiretos por um colégio Eleitoral, e não mais pelo voto popular, composto pelos membros do Congresso Nacional. Além disso, possibilitava um controle praticamente absoluto dos membros do colégio Eleitoral pela cúpula militar, na medida em que o voto secreto foi extinto e o “pleito”, por conseguinte, deveria ser realizado em sessão pública com voto nominal inteiramente a descoberto. Com isso pretendia-se identificar não somente os opositores do Regime, mas, sobretudo, evitar o surgimento de eventuais dissidências nas hostes governamentais. (GERMANO, 2011, p. 60).

Apesar de o país encontrar-se nesse contexto político social e com as repressões aumentando, multiplicavam-se as manifestações contra o regime. Diante desse palco obscuro muitas pessoas demonstraram repúdio a esses atos tiranos e expressavam esse descontentamento por meio de manifestações como passeatas, composições musicais e críticas em jornais. Algumas dessas expressões foram declaradas, outras, veladas. Esses gritos de socorro eclodiram por todo o país, e em diferentes lugares foram registradas reações de protesto contra o sistema vigente. Nas palavras de Vieira (2014):

A sociedade brasileira, principalmente os setores populares, carregava o peso do arrocho salarial e da falta de liberdades, garantidos por legislação ilegítima e pela repressão policial. Os grupos de oposição foram-se unindo precariamente, atuando em grandes manifestações e passeatas de protesto nos anos de 1967 e 1968. O movimento estudantil, a ação dos trabalhadores e a Frente Ampla irromperam em diversos lugares do país. Opunham-se ao governo, tanto nas ruas, nos comícios e nas passeatas, quanto no Congresso Nacional, por meio de parlamentares, em especial do MDB, eleitos em 1966. (VIEIRA, 2014, p. 54).

Na linha sucessória da organização militar, Costa e Silva (1967) foi o segundo a assumir o poder, sendo considerado um dos presidentes gerais mais “linha-dura”. Durante seu governo, a ditadura tornou-se mais intensa; contudo, nesse mesmo período, os movimentos de resistência se intensificaram ainda mais. Medidas econômicas, elaboração de decretos para ratificar as ações da corporação e a repressão violenta dos revoltosos foram elementos que fizeram parte da administração de Costa e Silva.

Assim, conforme Gaspari (2014), um dos maiores enfrentamentos sucedeu na cidade do Rio de Janeiro. Teve início em uma pequena manifestação, no Restaurante Universitário Calabouço, onde estudantes reivindicavam a falta de qualidade nas refeições ali servidas; no incidente, foi morto pela polícia militar o estudante paraense Edson Luís Lima. Então, movidos por esse assassinato e somando ao episódio a conjuntura pelo qual o país atravessava, ocorreu a maior mobilização de protesto registrada até então. Em 26 de Junho de 1968 acontece a “Passeata dos Cem Mil”, reunindo não apenas estudantes, mas trabalhadores, representantes da Igreja Católica, intelectuais e pessoas de outros segmentos da sociedade.

O movimento contou com a presença de mais de cem mil pessoas, e ocupou a principal avenida na cidade do Rio. Durante o evento, não houve conflito, mas posterior à passeata, foi registrado um enfrentamento da polícia e, como forma de represália, os líderes do movimento foram presos.

A sociedade civil se articulava frente a esse momento lúgubre da história. Embora com sua entidade extinta pelo poder executivo, os militantes da UNE, empreendem clandestinamente o 30º Congresso, em São Paulo em Ibiúna. Houve invasão do congresso e a polícia levou presos mais de setecentos estudantes. Segundo Gaspari (2014): “Prenderam toda a UNE, sua liderança passada, presente e futura. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 pessoas, levadas para São Paulo em cinco caminhões do Exército e dez ônibus” (p. 325). A ocorrência pôs fim ao movimento dos estudantes de forma integral, pois este só renasce com a volta da democracia.

Vieira (2014) lembra que, próximos a esse fato, duas greves explodiram nos estados de Minas Gerais e em São Paulo, nas cidades de Contagem e Osasco, arrastando mais de mil operários à luta sindical, resultando em uma paralisação de mais de quinze mil trabalhadores. O movimento dos operários foi fortemente

reprimido e a classe vivenciou a privação de seus direitos. A resposta administrativa de Costa e Silva à luta sindical foi o Decreto-lei nº 5451, transferindo ao Estado o controle salarial dos trabalhadores.

Segundo Vieira (2014), na surge no enredo de forma ostensiva, a Frente Ampla, formada por alguns políticos, como o governador de Minas, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, governador de Guanabara, contando com o apoio de políticos como Juscelino Kubitschek e João Goulart. Essa frente reprovava os procedimentos invasivos do Estado e a classe artística começa a demonstrar sua insatisfação com o poder constituído. A estratégia do presidente, na tentativa de impedir o avançar do grupo Frente Ampla, foi a expedição do decreto-lei aniquilando todas as mobilizações dos partidos, impedindo, dessa forma, realização de reuniões, passeatas, comícios em praças públicas, ou qualquer outra maneira de expor os dispositivos ditatoriais do Estado.

O número de atores sociais descontentes com a conjuntura política se estendeu também ao universo artístico. O acesso à popularidade levou alguns artistas a contribuir no combate ao aparelhamento coercitivo do regime. Assim, nos festivais de música, apresentações de teatro e filmes era constante a utilização da arte em prol da divulgação da forma como o exercício do poder feria os interesses da sociedade de forma coletiva. Paralelo aos articuladores no plano dos movimentos, surge diante desse cenário um grupo armado, adotando um comportamento mais ostensivo contra as práticas repressivas, numa dinâmica para responder à altura à conduta da máquina ditatorial.

Em resposta à mobilização da sociedade em torno da insatisfação com a conduta autoritária, o Estado entrou com propostas enérgicas. Insistindo no uso da força e da violência para se manter no poder, Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5, o AI-5. Diferentemente dos outros atos institucionais, esse mecanismo, explicitando de maneira mais cruel a natureza do golpe militar, foi assinado em 13 de dezembro de 1968, perdurando até 1979. Os brasileiros assistem à ruptura de um sistema constitucional em favor de uma ditadura. Sobre o decreto, Gaspari (2014) comenta:

Pela primeira vez desde 1937e pela quinta na história do Brasil, o Congresso era fechado por tempo indeterminado. [...] O Ato era uma reedição dos conceitos trazidos para o léxico político em 1964. Reestabeleciam-se as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos. Além disso, suspendiam-se as franquias

constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Um artigo permitia que se proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão. (GASPARI, 2014, p. 342).

De acordo com esse autor, respaldado no AI-5, o presidente fechou o Congresso Nacional, passando a intervir na administração municipal e estadual, cassou políticos, demitiu e transferiu funcionário público, neutralizou os direitos legais do cidadão. Como exemplo desses feitos, foram os registros de inúmeras invasões domiciliares sem autorização judicial ou a transferência de presos sem nenhum conhecimento da família.

É muito importante destacar os desdobramentos do AI-5, no âmbito educacional; primeiro, porque muitos dos movimentos de resistência à implantação do regime se originaram nas universidades: depois do decreto, muitos docentes foram afastados de seus cargos; segundo, porque as pesquisas científicas foram suspensas e, conseqüentemente, muitos professores migraram para outros países e outros encontraram como opção a fundação de grupos de pesquisa por conta própria.

O Ato Institucional nº 5 representou o apogeu da radicalização. O teor dos seus preâmbulos ampliava mais ainda os poderes do presidente. Na verdade, o país já se encontrava mergulhado em um processo totalmente antidemocrático, porém dentro das etapas da estratégia manipuladora política, o Ato concretizou ainda mais a face oculta do golpe. A esse respeito, Germano (2011) afirma:

Livre de qualquer controle social e político, o Estado atingiu, portanto, o mais elevado grau de autonomia (no período pós-1964) - notadamente no que diz respeito ao seu aparato repressivo e às Forças Armadas - tornando evidente o sentido cesarista da intervenção militar. As forças repressivas passaram a atuar sem nenhum controle, abrindo caminho para a instauração do terror do Estado: prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos faziam parte da cena brasileira da época. Ao lado disso, foi instituída a censura à imprensa, à educação e à cultura. (GERMANO, 2011, p. 66).

Outro mecanismo dessa operação foi a suspensão do habeas corpus; a partir do AI-2, os resistentes às ações praticadas pelos militares, quando presos, eram julgados por crime de Segurança Nacional; a partir da implantação do AI-5, porém, o direito a esse dispositivo foi suspenso, sobretudo porque esse instrumento redigido na Constituição Brasileira, assegura ao indivíduo o respeito a seus direitos. Gaspari (2014) tem a seguinte explicação para essa violação do direito:

A pior das marcas ditatoriais do Ato, aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, encontrava-se no seu artigo 10: “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional”. Estava atendida a reivindicação da máquina repressiva. O *habeas corpus* é um inocente princípio do direito, pelo qual desde o alvorecer do segundo milênio se reconhecia ao indivíduo a capacidade de livrar-se da coação ilegal do Estado. (GASPARI, 2014, p. 342).

Para Fausto (1995), no uso das atribuições desses artifícios, realizavam-se prisões arbitrárias e quartéis gerais se tornavam cenário de torturas políticas. Cidadãos comuns eram torturados, mortos e desaparecidos.

Concomitante a essa lista de atuações ilegais, Costa e Silva sofreu um derrame e ficou afastado da presidência, transferindo o poder a três ministros militares: Lyra Tavares, Augusto Rademaker e Souza de Melo, mais uma vez violando-se a Constituição, que previa a substituição do presidente pelo vice, no caso Pedro Aleixo. Para tal, utilizou-se do AI-12. Essa Junta governou o Brasil por um período de dois meses e, em 22 de outubro de 1969, o Congresso Nacional foi reaberto para que houvesse a indicação do novo presidente, tendo sido Emílio Garrastazu Médici indicado para assumir o cargo.

Emílio Garrastazu Médici foi o quarto general a tornar-se presidente, tendo como vice Augusto Rademaker. Governou de 1969 a 1974 e sua gestão é considerada a mais opressora, pois combateu com mais agressividade todo e qualquer dissidente contra o sistema político corrente. Embora boa parte da sociedade civil já socializasse o descontentamento em relação à ideologia militar, acentuou o uso das mais variadas formas de controlar o país, como torturas, prisões, assassinatos, exílio e censura aos meios de comunicação. Executou, de fato, uma administração sanguinária.

Como, nesse período, a violência e os procedimentos invasivos eram constantes, os movimentos pacíficos foram se acabando, porque as pessoas temiam represálias. A essa altura, muitos cidadãos já haviam sido mortos ou torturados nos porões dos quartéis, contexto que levou à intensificação das ações armadas, elevando-se, assim, o número de guerrilhas.

Segundo Campos Filho (2012), Carlos Marighela e Carlos Lamarca foram os principais líderes das guerrilhas, compostas por estudantes, operários, políticos cassados, entre outros. As práticas dos grupos se estenderam a assaltos a banco, assaltos a quartéis e sequestros, como forma de protesto contra a ditadura militar

implantada no país. Mas a guerrilha do Araguaia, organizada pelos integrantes do Partido Comunista do Brasil, teve destaque nesse contexto. A expressão Guerrilha do Araguaia se deve a que os acampamentos da guerrilha ficavam nas proximidades do Rio Araguaia, em uma região que hoje está no Estado do Tocantins. O Araguaia é um rio que nasce em Goiás, segue para o Norte, a partir de Aragarças e Barra do Garças, fazendo a divisa dos estados de Goiás e Mato Grosso e, no Bico do Papagaio, divisa entre Maranhão e Tocantins, une-se ao Rio Tocantins, que desemboca no Rio Amazonas.

Esse fato é confirmado por dois entrevistados quanto à ida dos irmãos Dourado para o Araguaia:

Então, o Nelson foi pro Araguaia, os pais não sabia onde ele estava e era aquela angústia sem saber o que havia com o Nelson (Iara, em entrevista no dia 26/09/2016)

Nelson trabalhou, tanto é que quando o houve o movimento de Guerrilha nos Araguaia, Nelson deslocou pra lá para ser um combatente junto com o irmão. (Lucio Higor, em entrevista no dia 15/05/2007)

Ainda de acordo com Campos Filho (2012), esse grupo adquiriu um sítio próximo ao rio Araguaia com a finalidade de doutrinar os agricultores expulsos de suas terras pelos grandes latifundiários. Compartilhando com os camponeses, os guerrilheiros disseminavam as ideias comunistas e as ideias de guerrilha de Mao-Tsé-tung. Em 1972, enviando tropas ao local, o governo aniquilou a comunidade, matando e massacrando alguns de seus integrantes e líderes, que se configurou como o maior enfrentamento do Exército no interior do país.

De acordo com Campos Filho (2012), nesse contexto outros grupos de esquerda também se articularam no confronto à repressão: foram as chamadas guerrilhas urbanas. Convém destacar: a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Instituída em 1968 por estudantes e ex-militares, tinha como líder Carlos Lamarca. Devido à divergência de ideias quanto às ações do grupo, a VPR foi dividida em Comando de Libertação Nacional (Colina) e Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). A divisão se deu pelo fato de alguns componentes do grupo terem optado pela atuação de forma armada e outro grupo propunha a conclamação das massas à luta de forma pacífica contra o sistema militar. Do mesmo modo, a Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada em 1968, tem como

seus principais líderes Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, ex-integrantes do PCB. O Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) originou-se a partir de dissidentes do PCB e foi responsável pelo sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Em suas ações, o grupo passou a ser denominado MR-8, reportando-se ao 8 de outubro, dia em que o guerrilheiro Che Guevara foi capturado. As agremiações foram duramente reprimidas, algumas de suas lideranças executadas e muitos integrantes presos e torturados.

Uma característica da gestão Médici foi servir-se do uso da força e da violência sem qualquer pudor, postura assumida durante seu governo. Nasceu com a proposta de repreender a inquietação de alguns membros da sociedade civil diante das decisões políticas impostas pela cúpula militar. Inclusive, os dois órgãos repressivos a serviço do Estado, o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) sistematizaram seus instrumentos disciplinadores, como agressão física, afogamentos, choques elétricos, entre outros métodos de tortura praticados por seus agentes. Confirmando, Gaspari (2014, p. 171) aponta: “Pela estrutura lógica, o SNI ficou entre os dez mais bem equipados dos serviços de informação do mundo. Seu poder de alavancagem política foi superior ao da CIA, do *Intelligence Service*, ou mesmo da KGB”.

Esse papel do SNI foi destacado por um dos entrevistados:

Eu falava, eu escrevia, inclusive o SNI, eu quase ia sendo pego pelo Serviço de Informação à caça ao comunismo, eu aí sendo caçado, porque eles promoviam concursos de poesia de teatro, movimentos culturais, eu tinha uma poesia. (Antônio, em entrevista no dia 27/05/2017).

No entanto, para Fausto (1995), concomitantemente aos atos ostensivos, o Brasil vivia um momento de grande crescimento econômico: o chamado “milagre econômico”, agradando a burguesia e a classe média, porque se beneficiaram com o plano. Entre 1979 e 1984 houve considerável desenvolvimento econômico no país. O Produto Interno bruto foi elevado e o Estado financiou projetos na indústria e na agricultura. Foi um período em que estradas, pontes e usinas hidrelétricas foram construídas, inclusive a Transamazônica, a refinaria de Paulínia e a ponte Rio-Niterói. Nesse período muitas empresas multinacionais atraídas pelas ofertas do governo, quanto ao financiamento de recursos e redução de impostos

instalaram-se aqui. No embalo do crescimento, os brasileiros se veem tomados pela euforia da Copa de 70, sentimento expresso na marchinha “Pra Frente Brasil”.

No entanto, a mudança na economia não contemplou todos os segmentos, inclusive porque enquanto as indústrias lucravam, os trabalhadores tinham salário reduzido no conhecido “arrocho salarial”, até mesmo porque na conjuntura, as greves estavam proibidas. O congresso, as universidades e os meios de comunicação de massa estavam impedidos de questionar as lideranças políticas a respeito de reajustes salariais. Assim, a concentração de renda privilegiou um número reduzido de pessoas. O contexto trouxe como consequência o empobrecimento de grande parte das camadas populares.

Em relação ao momento econômico, Vieira afirma (2014):

Os tecnoburocratas, que circulavam em volta dos enormes poderes do presidente da República, polemizam sobre a distribuição da renda à população. Uns preocupavam-se em distribuí-la durante o próprio curso do desenvolvimento econômico. Outros achavam necessário aumentar o tamanho do bolo, para depois reparti-lo. Tem a impressão de que a “teoria do bolo” prevaleceu. O bolo era mínimo e poucos privilegiados levaram-no para casa. O povo não pode prova-lo. É possível, devido à ampliação da dívida externa, que nem houve bolo, a não ser na cabeça dos tais técnicos governamentais e nas fantasias projetadas pela propaganda política da presidência da República. (VIEIRA, 2014, p. 81).

Dentro dessa realidade, a economia em vigor elevou de forma considerável o poder aquisitivo apenas de alguns setores privados e da classe média, porém, aproveitando-se desse contexto o governo cultivou uma propaganda de progresso e desenvolvimento nacional. Diante desse quadro, frases “Ninguém mais segura esse país”, “Este é um país que vai pra frente”, “Brasil, ame-o ou deixe-o” foram usadas como slogans para promover o regime militar. No entanto, nem todos os segmentos sócios usufruíram do “milagre econômico”; por isso, ao findar o governo Médici, a situação econômica estava bastante desgastada por que o aumentou muito a desigualdade no país.

Eleito em 15 de janeiro de 1974, Ernesto Geisel e seu vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos venceram, em eleições indiretas, o deputado Ulisses Guimarães. Geisel era um velho conhecido da cúpula, pois anteriormente havia ocupado o cargo de Presidente da Petrobrás. Sua candidatura fora enquadrada na emenda Constitucional de 1967, porque foi o primeiro Presidente general militar a

ser eleito pelo colégio eleitoral formado por membros do Congresso e delegados das Assembleias Legislativas.

Vieira (2014) chama a atenção ao dilema de Geisel ao assumir o comando do país. O presidente herdou duas situações bastante adversas com a qual precisou lidar. A primeira foi a recessão gerada pelo “milagre econômico”, pois a maior parte dos brasileiros sofria com a falta de dinheiro. Assim, a sociedade vivenciava uma realidade financeira muito difícil. E a segunda se estendia na relação entre governo e a sociedade civil, que estava bastante desgastada, pois o regime, no afã de resguardar o Brasil da influência comunista, implantou uma administração pública fundamentada no autoritarismo e na violência.

Quando Geisel foi eleito, o Movimento de 1964 já havia se instalado há dez anos. Diante desse contexto, os diferentes segmentos sociais até disciplinados ao modo do regime, as silenciadas, mas o número de opositores estendia-se cada vez mais. Nesse sentido, o governo percebeu a necessidade de uma reforma no panorama nacional. O que significa dizer que as condições dentro do contexto tenso haviam chegado a um limite de stress, com muitos problemas explícitos, que vieram corroborar o esfacelamento político e social. É relevante ressaltar o papel da Igreja Católica no combate aos mecanismos do Estado, principalmente as torturas. Nessa perspectiva, a realidade do contexto exigia algumas mudanças; assim, embora agindo de forma contraditória, a junta militar avançou em alguns aspectos.

De acordo com Fausto (1995),

No curso de 1975, Geisel combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas. As últimas eram destinadas a acalmar o “público interno”, ou seja, integrantes da corporação militar. No mês de janeiro, tivemos exemplos dessa tática em surdina, o governo suspendeu a censura ao jornal O Estado de S. Paulo. Por outro lado, o ministro da Justiça Armando Falcão desfechou uma violenta repressão contra o PCB, acusando-o de estar por trás da vitória eleitoral do MDB. (FAUSTO, 1995, p. 491).

Apesar de apresentar propostas pontuais, o comando ainda se valia de medidas impositivas para se manter no poder, por meio dos instrumentos agressivos de torturas, mortes e desaparecimentos, até mesmo porque duas mortes viriam a trazer grande indignação às pessoas. Em outubro de 1975, Wladimir Herzog diretor do Jornal da TV Cultura, foi intimado a prestar depoimento ao DOI-CODI. Alguns dias depois foi encontrado enforcado na sela. O argumento usado para justificar seu brutal assassinato foi de que o jornalista havia cometido suicídio. No entanto, três

meses após a morte de Herzog, o operário Manoel Fiel Filho também foi torturado e assassinado no mesmo quartel. As duas mortes causaram grande indignação na sociedade. Geisel apurou os fatos e afastou o militar responsável pela operação da morte.

O reflexo dessas execuções trouxe conflito interno na cúpula, porque as deliberações a fim de que houvesse a liberalização do sistema, propostas por Geisel, resultaram na insatisfação de alguns oficiais do Exército. Por um lado, o Presidente percebia a necessidade de abertura política, porém um grupo de militares ainda compreendia ser necessária a manutenção do poder pelas forças armadas. Mesmo diante desse impasse, algumas medidas administrativas anunciavam o prelúdio da redemocratização do país.

Assim, para Vieira (2014), algumas transformações começaram a ocorrer. Como mudanças primeiras, houve a revogação do AI-5, a eleição direta para alguns cargos políticos, o movimento pela anistia de alguns presos perseguidos, mandados para outros países voltou a ser discutido e o retorno do direito ao habeas corpus. Até o governo de Ernesto Geisel, ocorreu intensamente a atuação repressora dos militares. Porém, ainda durante esse período se constatou certa abertura quanto a alguns métodos adotados anteriormente e quanto à alguns avanços para a restauração da democracia no Brasil.

Na linha de sucessão dos presidentes gerais, o último presidente militar foi João Batista Figueiredo. Embora Figueiredo tenha assumido o cargo mediante uma eleição diferenciada, ainda assim foi uma eleição forjada. Isto é, houve um processo de votação, cujos participantes eram componentes do Congresso, mas com um processo eleitoral comprometido e definido. Segundo Fausto (1995), a campanha foi realizada dentro de um quadro instável, isso porque o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) lançou Euler Bentes Monteiro, um general de formato liberal e nacionalista, que trazia como força de proposta um Estado democrático, juntamente com a difícil tarefa da “abertura política”; por outro lado, a Arena apresentou João Batista Figueiredo, um candidato nos moldes da ditadura, pois trazia em seu currículo a chefia do SNI, durante o governo Geisel, e uma passagem no Gabinete Militar durante a gestão Médici, ou seja, um representante com ranço da repressão. Ainda, assim, o candidato da Arena é declarado vitorioso, tomando posse em março de 1979.

Diante de manobras governamentais dessa ordem, a sociedade já se encontrava desgastada e a impopularidade do governo aumentava. Muitos grupos de resistência aos métodos intolerantes do Estado cobravam o retorno completo à democracia.

Ainda de acordo com Fausto (1995), ao assumir o governo, o novo comandante enfrentou alguns entraves no campo sociopolítico, gerados ao logo do processo ditatorial. Dentre esses entraves, estão a crise econômica e a distensão política pela qual o país atravessava. A situação financeira da nação era ruim, o país se encontrava mergulhado em uma estagnação econômica e em uma inflação bastante elevada. Com esses fatores, o custo de vida dos brasileiros aumentava em até 70%. O contexto gerou uma recessão, reduzindo o poder de consumo para muitas famílias. Por sua vez, a dívida externa chegava a 50 bilhões de dólares e, por isso, a maior parte dos recursos financeiros foi despejada nos cofres internacionais.

Apesar dessa conjuntura política, o governo continuava a recorrer ao uso da força e da violência para conter os opositores do regime. Assim, imprimia nas massas um alto índice de insatisfação e desgaste.

Fausto (1995) descreve essa conjuntura da seguinte forma:

O período Figueiredo combinou dois traços que muita gente considerava de convivência impossível: a ampliação da abertura e o aprofundamento da crise econômica. Pensava-se que as dificuldades econômicas estimulariam conflitos e reivindicações sociais, levando a imposição de novos controles autoritários por parte do governo. O equívoco desse raciocínio estava em fazer da política uma simples decorrência da economia. Sem dúvida os raros momentos de folga na área econômica facilitavam os lances no processo de abertura. Mas como um todo a abertura seguiu seu curso em meio um quadro econômico muito desfavorável. A opção autoritária se desgastara mesmo nos círculos do poder embora restassem ainda os minoritários e perigosos “bolsões radicais”. (FAUSTO, 1995, p. 501).

Para o autor, o presidente se apressou em articular algumas reformas imediatas, mas a essa altura o povo se mobilizava pelo processo de anistia. Nesse sentido, alguns grupos levantaram a bandeira em favor da causa, como foi o caso das comunidades Eclesiais de Base (CEBs), de sindicatos, alguns movimentos liderados por mulheres, também estudantes, advogados, classe artística, juntamente com familiares de presos e exilados. Representantes desses grupos formaram, então, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), no qual não só exigiam a extinção das punições dos prisioneiros envolvidos, como também a condenação dos detentores

do poder, que cometeram atrocidades contra os cidadãos vítimas do sistema repressivo.

Diante das mobilizações, foi enviado ao Congresso o projeto de Lei da Anistia pelo próprio governo. No entanto, o decreto foi elaborado com algumas restrições, como, por exemplo, o impedimento dos servidores públicos de ocuparem seus cargos de origem. A norma se aplicava até dentro da própria corporação militar. Dessa forma, mais de sete mil militares afastados de seus postos continuaram com seus direitos violados, ao serem impedidos de retornar. Destaca-se que, nesse aspecto, a lei da anistia, ao mesmo tempo em que reparava um erro do Estado, beneficiava os militares acusados de praticarem atos de tortura e violência contra os considerados inimigos do regime, razão pela qual se acentuou a insatisfação da população. De qualquer forma, alguns sinais do início da abertura política já podiam ser contemplados.

Segundo Fausto (1995),

Em agosto de 1979, Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei de anistia aprovada pelo Congresso continha, entretanto restrições e fazia uma importante concessão à linha dura. Ao anistiar “crimes de qualquer natureza relacionados a crimes políticos ou praticados por motivação política”, a lei abrangia também os responsáveis pela prática de tortura. De qualquer forma, possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas. (FAUSTO, 1995, p. 304).

No esforço de promover a redemocratização outras mudanças ocorrem como forma de reparar o retrocesso político, foi o caso do fim na censura. Assim, de forma sutil, alguns jornais da esquerda voltaram a ser editados.

O governo precisou rever suas práticas de intolerância, autoritarismo e repressão. Algumas medidas adotadas nesse fim de organização política militar culminaram com o tão sonhado retorno do espaço democrático. A maratona do governo para rever algumas posições incluiu a reforma partidária e a anistia política. Porém, o balanço que se tem desses anos sombrios que marcaram de forma negativa muitas gerações é contado de muitas maneiras e por muitas vezes.

Germano (2011) faz o seguinte comentário:

Trata-se de um regime em que a função de domínio prevaleceu e foi exercida mediante o desenvolvimento de uma brutal repressão política que violou, seguidamente, os direitos individuais e coletivos. Assim entre 1964 e 1979 foram efetuados 1565 intervenções em sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais [...]. Por outro lado, ao fim do governo Geisel, “a estatística do Regime militar de 1964 registrava aproximadamente 10 mil exilados

políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do decreto 477, e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa das três centenas” [...]. A tortura e a morte nas masmorras da ditadura tornaram-se rotineiras nesses anos de chumbo da nossa história. (GERMANO, 2011, p. 70).

O saldo da ditadura militar que ficou pra história não se resume apenas a números; estendem-se às experiências de famílias, que choram amargamente por seus membros nunca encontrados; muitos filhos que nunca tiveram notícia de pais desaparecidos.

Essa história precisa ser devidamente contada às futuras gerações e lembrada constantemente, para que esse passado repressivo nunca mais se repita. Que as futuras gerações possam desenhar um país no qual se permita ter esperança.

2.4 A ditadura militar na Bahia

Essa parte da pesquisa foi destinada à explanação de alguns momentos da Ditadura Militar na Bahia e em Barreiras, tendo em vista que, com os desdobramentos da Ditadura Militar, a repressão também atingiu este Estado, principalmente a capital Salvador.

Como já discutido, anteriormente à instalação da ditadura militar no Brasil, os fatos que antecederam esse processo e as motivações de apoio da sociedade, principalmente, as camadas altas e a classe média, na Bahia se deu de igual modo ao âmbito nacional. Não muito diferente dos outros lugares do país, o descontentamento dos baianos pertencentes às elites privilegiadas com o cenário político se deu no mesmo nível de intensidade dos episódios que prenunciaram a intervenção militar no Brasil.

A conjuntura nacional contava, em 25 de agosto de 1961, com a renúncia de Jânio e, em seguida, a ocupação do cargo da presidência por João Goulart, que, por sua vez, assumira o governo em um cenário carregado de dificuldades nas áreas sociais, políticas e especialmente econômicas. Dessa forma, Jango trazia um plano elaborado com reformas nacionalistas, que desagradaram a alguns setores sociais.

Em Salvador boa parte das mulheres se mobilizou contra o governo de João Goulart, por interpretar os projetos políticos de âmbito social, como ameaça do

comunismo para o país. Assim, alegando resguardar a família e a religião, em 1963 um grupo de mulheres realizaram, dentre outras manifestações o cortejo da procissão de Corpus Christi, que contou com a presença do Bispo Dom Walfrido Vieira. (Muniz, apud SANTANA, 2009).

Uma notícia de destaque como manchete no Jornal da Bahia do dia 16 de abril de 1964 remete a uma mobilização na Praça Municipal. O jornal trouxe como matéria que tal mobilização:

[...] uma impressionante torrente de homens, mulheres, crianças, que entoando hinos patrióticos e religiosos, davam vivas às Forças Armadas e à Democracia. Bandeiras do Brasil e da Bahia, faixas alusivas à redemocratização do país, delegações de outros Estados e do interior baiano, representantes de dezenas de entidades, civis e religiosos, grupos representativos das Forças Armadas, bandas de músicas e o povo vibrando constituíam o conjunto da indescritível passeata [...] Os acordes do Hino Nacional Brasileiro e de marchas patrióticas comoveram até as lágrimas de milhares de pessoas. (JORNAL DA BAHIA, apud SANTANA, 2009, p. 25).

O movimento de apoio ao militares contou com diversos setores sociais, com lideranças políticas, como o do Prefeito de Salvador, Antônio dos Anjos Batista Cazaes, com o governo do estado, que, por sinal declarou feriado local, incentivando a participação das pessoas no cortejo. No total, cerca de 400 mil pessoas, compareceram ao local, segundo o Jornal da Bahia de abril de 1964, que destacou o evento com a manchete: “Marcha foi apoteose da vitória”.

Uma vez deflagrada a intervenção militar no país, nas primeiras horas do golpe, o governo passou a atuar de forma incisiva no controle e repressão aos grupos de apoio ao governo Goulart. Uma operação que se estendeu a muitas cidades, incluindo Salvador. O expurgo afetou movimentos estudantis, sede de partidos políticos, grupos religiosos e, especialmente, os sindicatos.

A busca por conteúdos que implicassem esses segmentos foi um procedimento imediato do governo, atuando de forma enérgica em muitos estados, deliberando dessa forma prisões arbitrárias e fechamento de instituições.

Segundo Fausto (1995),

Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais. As intervenções visaram em regra os sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de 5 mil membros. (FAUSTO, 1995, p. 467).

A ação abusiva militar de invadir sindicatos e perseguir sindicalistas alcançava os quatro cantos do país e, mediante a intervenção das forças armadas

no controle político do país, uma das primeiras ações do Estado foi a invasão no sindicato dos petroleiros de Mataripe, localizada no município de São Francisco do Conde-BA, na região do Recôncavo Baiano. Na ocasião, a unidade foi ocupada pelo Exército, o qual procurava documento que compromettesse a categoria no envolvimento com o comunismo (IVO, 2009). De forma geral, os primeiros passos galgados pelo golpe foram avançar em direção aos movimentos sindicais e reprimir qualquer articulação da classe trabalhadora, principalmente os sindicatos dos petroleiros.

Na medida em que os militares recorriam à desapropriação desses espaços de lutas sociais dos trabalhadores, o Exército faz uma varredura no Sindipetro/Refino e, em seguida, prende o presidente do sindicato, Mário Lima, que no momento cumpre o mandato de Deputado Federal pelo PSB, sob a acusação de ser comunista. De acordo com Ivo (2009), o deputado se defendeu das acusações alegando nem mesmo fazer parte do Partido Comunista; no entanto, mesmo achando-se injustiçado quanto aos procedimentos invasivos dos militares, o sindicalista foi levado para o Forte de Barbalho. Mario Lima; foi o primeiro preso político registrado na Bahia.

Após invadir a sede do Sindipetro/Refino, o Exército ocupou a refinaria, que, por sua vez, estava com suas atividades paralisadas, em virtude de uma mobilização dos sindicalistas em protesto contra a destituição de Jango. É preciso considerar que as reformas de base planejadas por João Goulart haviam agradado diversos setores populares, inclusive ele esteve presente na inauguração do sindicato dos petroleiros, um ano antes da implantação da ditadura militar no Brasil.

Nesse contexto, além da apropriação da refinaria e obstrução dos movimentos de resistência à paralisação da plataforma petrolífera, fez-se sentir aos funcionários o aparelho repressivo do Estado, mediante cassação, prisões e violência desferidas pelos homens da VI Região.

Nesse período, os estudantes da Universidade Federal da Bahia já estavam engajados em algumas questões políticas como, por exemplo: criticar de forma ferrenha a Guerra do Vietnã, expressando, assim, diante da barbárie dessa guerra, repúdio ao imperialismo norte americano. Inclusive, uma cena intrigante tomou conta do centro de Salvador em 1968, quando estudantes da UFBA, puxavam uma carroça na qual foram colados cartazes fazendo alusão à invasão dos Estados Unidos ao Vietnã. Como se tratava de uma questão da atualidade, discussões sobre

a situação política e social já se tornavam acaloradas entre os alunos do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da União dos estudantes (UEB).

Esses debates, trazidos para o meio acadêmico, talvez já servissem de base para a discussão de questões que envolviam a atmosfera nacional. Para Brito, essas discussões serviram como ponto de partida para ecoar em posteriores momentos de articulação estudantil. Segundo o autor, essa mobilização dos estudantes em debater o tema foi um exemplo da indignação do segmento estudantil baiano e serviu de base pra outras lutas em repúdio à dominação militar. Ainda segundo Brito (2009, p. 90) “não precisamos de mais exemplos para enfatizar sem meias palavras: a resistência vietnamita constituiu-se numa referência para os estudantes mais engajados no cotidiano do movimento estudantil (ME), sobretudo em 1968”.

O golpe havia sido desferido já em 1964 e o que se via por todo o país era um clima de insatisfação. Outra luta dos discentes da Federal foi a chamada “mobilização dos excedentes”, uma articulação de protesto na universidade, por meio da qual os integrantes do Movimento Estudantil reivindicavam a falta de vagas para ingresso na Universidade. Esse movimento foi encabeçado, principalmente, pelos alunos do curso de arquitetura. Alguns autores, como Justino Silva (1989) *apud* Brito (2009), apontam que essas demandas não entravam no mérito das críticas relacionadas às mudanças educacionais levadas a cabo pelos militares, mas principalmente ao campo político. A insatisfação dos estudantes relacionadas as demandas, porém, já haviam sido motivo de enfrentamento por parte dos estudantes.

O episódio do assassinato do estudante Edson Luís pela polícia do Rio de Janeiro veio direcionar a dinâmica dos protestos. O acontecimento, que repercutiu por todo o país, tornou-se em Salvador motivo de revolta e indignação entre os estudantes, que, motivados pelo assassinato, fizeram greves e passeatas pela cidade em memória a Edson Luís. Uma grande de pessoas se concentra na Praça Castro Alves, carregando bandeira de luto, lamentando sua morte.

Nessa época o próprio governador da Bahia se solidarizou com os estudantes pela morte de Edson Luís, mas fez um pronunciamento aos baianos que evitassem os protestos de rua. Mesmo diante do apelo, o pedido não evitou o desencadeamento de movimentos repudiando a truculência militar. Brito (2009) tece o seguinte comentário sobre os desdobramentos da intervenção militar e sua repercussão na Bahia:

Desse modo, desde 1965 a UNE realizava seus Congressos e, em 1968, a esquerda já havia retomado a direção política da entidade. Para além da esfera organizativa, os anos de 1966 e 1967 foram marcados por lutas estudantis contra a repressão, a política educacional do governo, as anuidades, dentre outros. No caso baiano, estes mesmos anos também foram palco de protestos comuns envolvendo secundaristas e universitários, com destaque para as lutas pela liberdade de expressão e contra a repressão cultural no Colégio Central (1966) e contra a cobrança de mensalidades no ensino secundário em 1967. (BRITO, 2009, p. 91).

Além da repulsa ao golpe, o Movimento Estudantil baiano travou também um conflito interno, quanto à realidade do Campos da UFBA, pois a instituição passava por algumas dificuldades, como foi o caso da ausência de implementação financeira, falta de vagas para os alunos ingressarem nos cursos da universidade e, na ocasião, o aumento da passagem coletiva. Nesse contexto, os estudantes ocuparam o espaço da UFBA por trinta dias. No entanto, em acordo com as autoridades políticas locais, desocuparam a faculdade.

Contudo, a prisão de um dos principais responsáveis pelas lideranças estudantis no Rio de Janeiro, Wladimir Palmeira, trouxe revolta aos espaços acadêmicos. O fato refletiu no cenário nacional e, por isso, os estudantes organizaram uma grande passeata de protesto diante do pacote de dificuldades enfrentadas no sistema educacional baiano, somando-se às práticas repressivas do estado. A expressão de descontentamento foi duramente reprimida e várias entidades da Segurança Pública do estado como a Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Civil, DOPS e Guarda Civil, foram para as ruas e promoveram violenta ação de combate à passeata estudantil.

O resultado foi dezenas de feridos, prisões de estudantes e jornalistas, tiros para o alto, bala perdida atingindo a Assembleia Legislativa e uma bala acertada em Júlio Pavese, aluno do curso de Ciências Sociais. Impactados com a repressão, os jovens se dispersaram e reorganizaram-se na Reitoria e no Restaurante Universitário. Cerca de 100 estudantes fizeram um plantão na Clínica e acompanharam o estado de saúde do colega baleado. Professores de Medicina também prestaram assistência. Houve doação coletiva de sangue para o estudante. Em resumo: a violência da polícia reforçou laços de solidariedade ao ME. (BRITO, 2009, p. 105).

Dentro desses movimentos de resistência contra as investidas opressivas do Estado militar, o movimento de luta ganhou repercussão de igual modo entre os estudantes secundaristas, sobretudo da articulação dos estudantes do Colégio Central em Salvador. Além disso, segundo Benevides (2009), contrariando as

ordens do governo do estado, que suspendia qualquer forma de concentração contra a ditadura, os alunos do Colégio Central conseguiram a proeza de elaborar a maior greve dos estudantes registrada em 1966.

Sustentados pelos universitários engajados na luta contra a repressão, os estudantes baianos proclamavam sua intolerância ao regime por meio de sua mobilização para enfrentamento aos abusos do Estado. Além de integrantes de movimentos estudantis, artistas, jornalistas, civis e políticos compuseram o quadro de resistência e de luta em oposição ao contexto histórico do momento. Ainda segundo Benevides (2009),

Tão logo o golpe ocorreu, houve uma possível perseguição radical aos opositores do regime. Para impedir qualquer forma de organização da sociedade civil, que pudesse se opor à nova ordem estabelecida, os militares determinaram a prisão de todas as lideranças civis consideradas potencialmente subversivas. Em todo o país foram fechadas entidades estudantis, sindicatos, redações de jornais etc. Os integrantes dessas organizações foram perseguidos e presos pela chamada “operação limpeza”. As forças de oposição perderam, então, seus canais mais expressivos de atuação. Por esta razão, a efervescência estudantil nos primeiros meses do regime militar foi contida. No que diz respeito ao ME ele somente se reorganiza no final do primeiro mandato do presidente Castelo Branco. Na Bahia, essa reorganização se dá a partir do movimento secundarista, que tinha no Colégio Central um importante ponto de referência da mobilização estudantil. (BENEVIDES, 2009, p. 115).

Nessa direção, a participação do Movimento Estudantil na Bahia ganhou fôlego. Quando a escalada opressora endurecia ainda mais as práticas ostensivas, os docentes baianos, principalmente da capital, não se intimidaram frente ao regime e se destacaram por seu papel na luta pela pra fazer valer o Estado de direito democrático.

Mesmo com esses movimentos e diante de lugares como o Rio, São Paulo e Recife, a Bahia estava longe de assumir a posição que essas capitais mencionadas haviam abraçado na resistência contra os manejos do golpe.

Em 1967, por meio de eleições indiretas, o marechal Arthur Costa e Silva, dentre tantos atos ilegítimos, emite o AI-5, decreto este que aumentava mais ainda o poder das Forças armadas e controlava todos os focos de luta contra o golpe. Nesse período, no qual muitas ações visavam a atender aos interesses do regime, acontece a formação de alguns grupos armados em oposição a esses mesmos interesses.

Assim, segundo Souza (2009), grupos como Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR- Palmares), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) se fizeram presentes, em Salvador e no interior, no combate ao governo militar:

A radicalização do regime militar com o AI-5, trouxe, para muitos jovens baianos, a confirmação de que vias pacíficas não bastariam para reconquistar a liberdade e acabar com o regime autoritário no Brasil. A impossibilidade de se fazer “movimento de massa”, ou seja, o fechamento total da ditadura militar dificultou o trabalho político que se fazia anteriormente, sobretudo pelos estudantes. (SOUZA, 2009, p. 130).

Inclusive, um fato que voltou a atenção dos militares para a Bahia foi a ida de Carlos Lamarca líder do MR-8, com alguns companheiros na região de Brotas de Macaúbas, concretizar a implantação da guerrilha rural, como tentativa de levantar a bandeira do ideário de libertação da dominação militar à qual o povo brasileiro se encontrava submetido. Para Souza (2009),

A cidade de Feira de Santana foi a principal base do MR-8, além da capital baiana. Contudo, em virtude de serem iniciantes, não houve nenhum trabalho prático naquela cidade, apenas a realização frequente de discussões teóricas. Os levantamentos cartográficos e mapas de estradas de cidades como Feira de Santana, Vitória da Conquista, regiões do baixo e médio São Francisco e nordeste do estado indicam um esforço da organização em ampliar suas bases no interior. (SOUZA, 2009, p. 143).

Também cabe ressaltar que outros lugares interioranos da Bahia foram escolhidos pelos militantes na luta política e ideológica pelo retorno à democracia. Dessa maneira, cabe ressaltar que os resistentes ao golpe, encurralados pelo autoritarismo do Estado militar, viram-se obrigados a recuar para lugares menos visados a fim de continuarem no movimento pela queda do regime militar, o que foi registrado em Vitória da Conquista, Feira de Santana, Dias D’Ávila, dentre outros municípios.

Diante desse cenário, sobretudo em tempos de endurecimento do regime é preciso reconhecer a participação dos jovens que abraçaram a causa da reconquista de direitos perdidos a partir da dominação militar no país, jovens que se dedicaram à militância na luta pela redemocratização do país e que, incansavelmente reuniam-se, desenvolviam trabalho de panfletagem, muitos dos quais ariscaram suas vidas frente à escalada repressiva do Estado. Igualmente vale lembrar a luta de Ulisses Guimarães e o seu enfrentamento à ditadura militar. Entre os baianos, houve muitos

presos e torturados e, entre mortos e desaparecidos, chegou-se a aproximadamente trinta militantes, inclusive na guerrilha do Araguaia.

2.5 O município de Barreiras e a constituição do 4º BEC

Os primeiros habitantes das terras nas quais hoje se localiza o município de Barreiras foram os índios da tribo Xacriabás. Os vestígios desses antigos povos foram encontrados na Serra da Bandeira, acreditando-se que esses grupos viveram espalhados por toda a região, sobrevivendo da caça, da pesca e da diversidade natural que o cerrado oferecia. Dentre os rastros deixados pelos índios, foram localizados fósseis, pinturas em pedras, moradias e até urnas funerárias em um cemitério indígena.

Atualmente, Barreiras está entre as dez maiores cidades da Bahia, em virtude do que é considerada a cidade polo da Região Oeste. Porém, apesar de ter-se tornado hoje um ponto de apoio às cidades circunvizinhas, o município percorreu uma grande trajetória para se consolidar como lugar de destaque da região.

Para descrever Barreiras, Pinheiro e Pitta (2012) acrescentam que:

A área é limitada ao Norte pelos estados de Pernambuco e Piauí, ao Sul por Minas Gerais, a Oeste pelos estados de Goiás e Tocantins, e a Leste pelo rio São Francisco, que a separa do restante da Bahia. Possui uma ampla bacia hidrográfica, alimentada pelo aquífero Urucuia, composta por dezenas de rios perenes, representados por três importantes afluentes do rio São Francisco, os rios Grande, Corrente e Carinhonha e seus numerosos subafluentes. (PINHEIRO; PITTA, 2012, p. 20).

O município de Barreiras está localizado no Oeste da Bahia, a aproximadamente 860 km da capital Salvador. Segundo os dados disponíveis pelo IBGE (2016), Barreiras possui uma população estimada de 155.519 habitantes e sua unidade territorial mede 7.538.152 de extensão. Seu atual prefeito é João Barbosa de Souza Sobrinho.

O território hoje conhecido por Barreiras era, durante o século XVII, uma sesmaria doada pela coroa de Portugal a Antônio Guedes de Brito. Esse sertanista foi proprietário de 111 léguas de terra, que abrangiam desde a mata de São João até o rio Paraguaçu. Dessa extensão, uma parte era destinada à criação de animais e outra à plantação. Devido à quantidade de terra, porém, nem toda ela era aproveitada, ficando uma parte ociosa. As terras cultivadas e de criação de animais foram vendidas por seus herdeiros, José Alves Martins, Domingos Afonso Serra e

outros. Mais tarde, da outra divisão da terra que não tinha sido vendida, foi formada por Domingos Afonso Serra a fazenda Tapera. Logo após sua morte, a fazenda foi inventariada a outras pessoas e a partir daí, surgiram os primeiros habitantes do que viria a ser conhecido como Barreiras (IBGE, 2016).

Visando à proteção da cidade contra os ataques do cangaço, foi instalado, na década de vinte, o primeiro destacamento militar, que foi a Guarda Nacional, a Força Militar em Barreiras, que recrutava jovens utilizando métodos de treinamentos, como combate à guerrilha e sobrevivência, acompanhados de exercícios físicos intensos. O Tiro de Guerra se extinguiu em 1922. Dos jovens aliciados para compor a unidade militar, o Senhor Eurypedes Lacerda Pamplona foi integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), tornando-se combatente na Segunda Guerra Mundial. Hoje em dia, o cabo Pamplona está com noventa e sete anos e reside no centro da cidade com sua esposa.

Quando a Segunda Guerra Mundial foi deflagrada, em setembro de 1939, um morador da cidade, Emídio Balbino de Carvalho, adquiriu um aparelho de rádio e, ao anoitecer, ele colocava o rádio na janela de sua casa para compartilhar com os outros as notícias da guerra. A novidade atraía os habitantes da pequena Barreiras, que, atentos, ficavam reunidos, escutando as informações transmitidas pelo novo equipamento.

Cabe ressaltar que, em 1940, veio para a cidade um engenheiro com a missão de edificar um aeroporto, na Serra da Bandeira. O Aeroporto Internacional foi erguido com financiamento dos Estados Unidos. Na época, Getúlio Vargas ficou responsável por angariar esse fundo. A finalidade do empreendimento foi de servir como uma base para os americanos durante a guerra. Composto por quatro pistas - do alto é possível enxergar o formato de uma rosa dos ventos no desenho das pistas - foi planejado propositadamente para facilitar a chegada e a saída dos aviões de guerra. As aeronaves vinham, pousavam e abasteciam seus tanques de combustível. Posteriormente, a pista de pouso teria sua parcela de contribuição na extensão da comunicação entre Barreiras e outras regiões. Para confirmar, Cruz e Lena (2006) comentam:

Situado no alto da Serra da Bandeira, o aeroporto foi construído pelas forças americanas durante a 2ª Guerra Mundial para servir de apoio à base aérea das forças aliadas de Natal-RN. Por isso enquanto durou o conflito, as Fortalezas Voadoras B17 pousavam em Barreiras para reabastecer ou para reparos. Após o final da guerra o aeroporto - que possuía

equipamentos ultramodernos - passou ao domínio da Panair do Brasil, empresa de transporte aéreo que ligava à capital do País, Rio de Janeiro, com Belém e Manaus, com escala em Barreiras. Em função disso desde os anos 40 nossa cidade dispunha de um meio de comunicação, moderno por onde vinham filmes da atualidade, jornais e revistas da Capital do país, servindo também como transporte de passageiros. Através deste meio, já a partir de 1946 Barreiras podia ser considerada uma ilha de modernidade. (CRUZ; LENA, 2006, p. 25).

Mesmo cessando os conflitos e o campo de aviação deixando de ter a finalidade de base aérea militar norte-americana, o implemento tornou-se uma outra alternativa na possibilidade de transporte para os moradores, porque passou a proporcionar linhas aéreas que ligaria o Oeste Baiano a outros centros, fornecendo voos comerciais, facilitando ainda mais, nesse caso, o transporte para os moradores locais. Segundo Pinheiro e Pitta (2012),

Cruzeiro do Sul, Real, Aerovias, Nacional, conforme atesta o volume 20 da Enciclopédia dos Municípios do IBGE, de 1958, eram as companhias aéreas que aqui faziam suas escalas, ligando o Oeste Baiano às capitais e cidades brasileiras. O avião tornou-se assim um importante meio de transporte para a área, sem tirar-lhe, porém, a condição de ilha, aonde só se deslocava em boas condições de barco ou por via aérea. (PINHEIRO; PITTA, 2012, p. 22).

No dia 12 de maio de 1972, é instalado o 4º BEC. No entanto, a implantação da instituição só foi formalizada em 03 de julho de 1972, quando o General Emílio Garrastazu Médici assinou o decreto de número 70.777, transferindo oficialmente a sede do órgão de Engenharia de Construção, anteriormente localizada em Crateús, no estado do Ceará, para Barreiras. Na caravana dos militares cearenses veio também a 1ª Companhia de Engenharia de Construção do Piauí.

Completando quarenta e quatro anos de existência, o efetivo do quartel foi composto por cerca de cinco mil pessoas; além dos soldados e de seus familiares vieram com a equipe funcionários civis. A maior dificuldade enfrentada pela população local em receber o novo grupo se deu quanto às acomodações do pessoal, pois Barreiras era uma pequena cidade e suas condições ainda eram precárias. A comitiva era constituída por muitos integrantes, por isso muita operação logística precisou ser improvisada. Referindo-se à chegada dos novos moradores na cidade, Pinheiro e Pitta (2012) afirmam:

Chegando à cidade, não havia estrutura para receber os novos moradores. Barracas foram montadas em frente ao antigo Matadouro para abrigar a maioria dos imigrantes. Os funcionários começariam logo o processo de construção do quartel, e das suas próprias casas, que foram levantadas

onde hoje fica a atual Vila dos Funcionários. Mas, o espaço era reduzido pra tanta gente, e em algumas casas chegaram mesmo a morar duas famílias. (PINHEIRO; PITTA, 2012, p. 36).

Portanto, essa transferência ocorreu de forma praticamente imediata, sem aguardar, por exemplo, que parte do Batalhão preparasse lugar para os demais e suas famílias. Um dos entrevistados, que é militar aposentado, confirma essa ideia:

Olha, a minha chegada em Barreiras, deu-se no dia 26 de Maio de 1972, as 18:00 horas, daí nós a cidade não tinha condições boas para moradia, fomos alojados as famílias duas, três famílias juntas numa casa, em virtude de a cidade não dava condições, não ter espaço físico para acolher as famílias, mas mesmo assim fomos muito bem recebidos pelas famílias Barreirenses né? Fomos bem acatados na região. (Claudio entrevista dia 28/10/2016).

A primeira sede do quartel foi improvisada em um prédio cedido pelo grupo Sertaneja, de propriedade do Engenheiro Geraldo Rocha. No imóvel funcionavam todos os setores da organização. Mas, em 31 de março de 1973 foi inaugurado o prédio onde atualmente funciona o 4º BEC, localizado em vasto território próximo à rodovia BR 242, que liga Barreiras à capital Federal. O complexo é composto pelo quartel general e por duas vilas residenciais: a Vila dos oficiais e a Vila dos Sargentos. Hoje fazem parte da instituição setecentos militares e cento e cinquenta funcionários de apoio, ou seja, civis que prestam serviço na unidade militar.

Com alguns projetos em pauta, o quartel é instalado na cidade de Barreiras com duas propostas. A primeira é a estruturação das rodovias de comunicação entre o oeste baiano e o Brasil; a segunda é reintroduzir o serviço militar, haja vista que desde a extinção do Tiro de Guerra 128, na década de 30, as forças armadas ficaram inativas na região. Dessa forma, depois de um ano da implementação do 4º BEC, iniciou-se o recrutamento dos jovens da região ao serviço militar. Para prestar o serviço militar, os recrutas vieram de várias cidades circunvizinhas, como São Desidério, Riachão das Neves, Ibotirama, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coíbe, Seabra e Xique-xique, dentre outras.

Outro objetivo da companhia militar foi a execução da pavimentação da estrada que liga Brasília a Salvador, a BR 020/242, de modo que a rodovia faria a ligação entre a Capital Federal e o Nordeste do país, bem como a BR 135, ligando São Luiz do Maranhão, Teresina e Montes Claros. As vias de acesso que ligavam Barreiras até outros lugares eram difíceis, fosse pelas poucas opções de transporte -

razão pela qual o meio utilizado era basicamente o barco a vapor ou avião; - quer fosse pela ausência de rodovias pavimentadas. Mesmo as poucas estradas existentes se encontravam em péssimas condições de uso.

Barreiras recebeu o BEC com euforismo. A sigla BEC significa para os barreirenses tão somente “Batalhão de Engenharia e Construção”, tão esperada por esta região esquecida e desprezada no oeste desta maravilhosa Bahia. (Lúcia entrevista dia 27/07/2016).

Tem o seu serviço militar, as pessoas as vezes não, não tem uma decisão correta sobre a carreira que quer tomar na vida, um rumo que quer tomar na vida e a partir do 4º BEC já ficam encaminhado, (Dimas entrevista dia 11/11/2016).

A trajetória da organização militar no Brasil é configurada por desenvolver atividades em duas áreas: a defesa do território nacional e a construção civil. O ofício destinado ao combate e à estruturação de estradas e rodovias está presente desde o início do Século XX. Muitas obras de infraestrutura foram desenvolvidas por Batalhão de Engenharia e estão sendo realizadas desde tempos remotos. Segundo Justus (2012),

A Engenharia Militar, como Arma do Exército Brasileiro, foi estabelecida pelo Decreto N° 6971, de 04 de janeiro de 1908. Porém o seu nascimento remonta à Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida na segunda metade do século XIX. Sua estrutura e organização foram sendo aperfeiçoadas ao longo do século passado, sob influência da Missão Militar Francesa, da Doutrina Alemã, com os “Jovens Turcos” e, por fim, da Doutrina Americana, após a Segunda Guerra Mundial (II GM). Do amalgama e da combinação dessas influências, formou-se o quadro que dispomos hoje para a Engenharia Militar do Exército Brasileiro (EB). Uma Engenharia que dispõe de duas vertentes: a Engenharia de Combate e a de Construção. (JUSTUS, 2012, p. 14).

Voltando suas ações para a prática da construção, o 4º BEC construiu na cidade de Barreiras, bem como no Oeste rodovias e pavimentou estradas, ligando Barreiras e região a algumas capitais. Cabe ressaltar, porém, que a relação do município com as Forças Armadas vem sido mantida, desde a década de 30, com a implantação do primeiro Tiro de Guerra registrado no local, como também em outro momento, com a Segunda Guerra mundial, no qual o aeroporto serviu como ponto de apoio, servindo de base de suprimento. Desde então, a implantação do quartel e a presença do Exército, vem interferindo na dinâmica do lugar e é notória a influência da instituição militar, não só na cidade, mas na região Oeste.

2.6 A sociedade política e a ditadura militar em Barreiras

De acordo com o Pamplona (2002), na escalada militar em 1964, em Barreiras, os moradores e pessoas públicas da cidade se fizeram sentir. O que o panorama político indicava era um momento dentro de um arcabouço de monitoramento, vigilância e, sobretudo, repressão. O autor afirma que:

Nos primeiros meses da REVOLUÇÃO/64, entre 01 de abril a 31 de Julho de 1964 Barreiras e vizinhança passou por um período dito de “candeia de sebo”, com o povo recolhido em suas residências, espiando pelas janelas o que se passava nas ruas, enquanto nas calçadas trepidavam as botas dos soldados sob o comando do Coronel VIEIRA LIMA, aparentemente um “gentleman” a extorquir confissões de amedrontados idealistas que, em sua maioria, se acomodaram à nova realidade política do país. (PAMPLONA, 2002, p. 224).

O autor relata o interrogatório do funcionário público comunista Camerino de Oliveira e Silva, inclusive citado por Jerusa, professora idosa por nós entrevistada no dia 10/09/2016, ao lembrar-se do funcionário como amigo de seu esposo e por compartilharem da mesma ideia. Seu esposo tinha medo de ser pego pelos militares. Camerino de O. Silva, funcionário do Ministério da Agricultura, pertencia ao PCB e, assim que o partido se tornou ilegal, muitas pessoas filiadas foram perseguidas.

A violência sofrida pelo militante foi relatada por Pamplona (2002), da seguinte forma:

Quando estourou a GLORIOSA de 1964, depois que depuseram a Dr. HERCULANO FARIA NETO, depois que amofinaram o Prof. Folk Rocha, foi um pelotão até a fazenda Guaraína intimar o corajoso CAMERINO DE OLIVEIRA E SILVA que andou falando o que não devia, na hora do silêncio. [...] “– E o senhor sabe me dizer como se pode identificar alguém que se diz” comunista” e ama a pátria? [...] E a resposta, pronta: “- Ele deve saber cantar o Hino Nacional de cor, o que nem todos militares sabem”. [...] O coronel Vieira Lima, então, ficou rubro e lhe pediu que cantasse o Hino Nacional. Camerino se levantou, voltou-se para a Bandeira Nacional que estava hasteada no gabinete militar e, sem errar uma entonação, uma vírgula, sequer, obrigou o CORONEL a ficar de pé também... [...] Ao perceber que não havia nada de errado com o corajoso COMUNISTA, confesso naquele ato, de maneira bonita, pensando que o humilharia, agarrou-o pelo colarinho, por atrás, e lhe disse: [...] “– O Hino Nacional começa pela introdução musical, seu comunista”. [...] E batendo a frente do interrogado contra a parede da sala, dizia de maneira ritmada: Começa assim! [...] E Camerino, sem demonstrar medo de morrer, disse: “Coronel, um momento”: [...] Se depois do “PÁTRIA AMADA, BRASIL” eu não estiver vivo, diga que eu morri COMUNISTA. (PAMPLONA, 2002, p. 225).

As práticas do aparelho repressor eram utilizadas com a finalidade de instigar os acusados a se entregarem mediante os seus próprios relatos. O interrogatório descrito acima é um dos poucos momentos de inquirição de um comunista registrado em Barreiras. Na instauração do regime, os partidos de esquerda foram duramente oprimidos, especialmente o Partido Comunista, bem como seus integrantes.

Em 1968, foi instituído o AI-5 e em 1969 é revogado o decreto que suspendia as leis municipais. Dessa forma, os eleitores das cidades foram convocados a participarem das eleições para prefeito. O mandato dessa vez, contudo, seria de dois anos. A ARENA havia lançado Antônio Machado e Jonas Laurindo dos Santos; por outro lado, o MDB lançou Annibal Barbosa Filho e Dr. Gileno de Sá Oliveira, saindo vitoriosa a chapa emedebista que governou entre 1970 a 1972.

Pamplona (2009) destaca ainda que, no início de 1972, o 4º BEC de Crateús-CE migra para Barreiras. Depois, com sede às margens da BR 242, estrada que liga a cidade até Brasília é instalado no município com um contingente de cinco mil pessoas. No período o prefeito era Annibal Barbosa Filho, que, eleito pelo MDB, partido de oposição à ARENA, apoiado pelos militares, não estreitou laços com a guarnição, muito embora o Batalhão disponibilizasse seus maquinários para a administração municipal. Anibinha, como era conhecido, não escondia de ninguém sua insatisfação com o governo militar, não se interessou pela ajuda e interpretou a parceria uma espécie de aliciamento por parte do Exército.

O autor reforça que, instalado entre o fim do mandato de Costa e Silva e alcançando a rigidez do governo de Médici, período de endurecimento do golpe, o 4º BEC, trouxe foi uma intervenção brusca no local; aos poucos, os moradores foram adaptando-se à presença do batalhão no cerrado baiano. Diante do cenário repressivo, porém, o Exército inspirou uma atmosfera de medo e vigilância aos barreirenses. O momento inspirava cautela e cuidado, porque se tratava de um contexto ditatorial desenhado pela ideologia e o discurso de combate aos subversivos. A forma como as lideranças políticas se relacionavam com o quartel foram assim registradas por Pamplona (2002) assim:

Os Prefeitos de Barreiras e adjacências conseguiram todo o apoio do 4º BEC e ao mesmo tempo se revelaram subservientes, na base do “sim, Senhor, ninho sim!” sem contrariar em nada as instruções emanadas do Comandante, não sendo poucas as vezes que foram chamados ao quartel para se alinharem, até que adveio a “abertura lenta e gradual” com o

Presidente Geisel, sendo então comandante do 4°.BEC o Ten. Cel. SARMENTO que se afastou da ingerência dos negócios municipais. OTACILIO MONTEIRO⁶, que tivera de aprender bater continência, pôde respirar. (PAMPLONA, 2002, p. 248).

O terceiro prefeito eleito em Barreiras entre 1972 até 1976 foi Baltazarino de Araújo Andrade. Ao contrário de Anibinha e seguindo o modelo da cordialidade com o quartel, o gestor recebeu dos militares seus maquinários, que ficaram trabalhando em tempo integral para a prefeitura. Em seguida, o quarto prefeito foi Otacílio Monteiro da Franca.

Nas eleições municipais de 1983, o último prefeito eleito ainda dentro do contexto militar foi Baltazarino de Araújo Andrade, na verdade reeleito e, por isso, assumindo mais uma vez a prefeitura de Barreiras.

Em âmbito nacional, os brasileiros, já saturados da ditadura militar, vão às ruas pelas “Diretas já”, aclamando ao retorno da democracia.

2.7 Jovens baianos na resistência contra da ditadura militar

Na caminhada de resistência contra a ditadura militar, alguns ativistas baianos compuseram a multidão de luta contra a ação repressiva do Estado. No período, muitos jovens atuaram no combate às ações violentas do governo, tendo essas intervenções acontecido de várias formas: mobilizações, atuações partidárias, reuniões clandestinas, entre outras medidas enérgicas por meio das quais muitos baianos se posicionaram contra o Pós-1964.

Segundo Souza (2014), em relação aos grandes centros, como foi o caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, os movimentos na Bahia se iniciaram de forma tímida e foram se intensificando no início dos anos de 1970. Depois disso, alguns grupos de esquerda armada foram se formando e avançando no enfrentamento à organização política nacional vigente.

Muitos foram os baianos que protagonizaram atividades de oposição ao regime, agentes que não aderiam à intervenção militar e por protagonizarem uma luta de oposição ao aparelho de coerção. Nessa parte do texto, será lembrada um pouco a trajetória de três baianos: Carlos Marighella, Nelson Lima Piauhy Dourado e José lima Piauhy Dourado.

⁶ Otacílio Monteiro da Franca foi Secretário Geral durante a administração de Baltazarino Araújo.

De acordo com Souza (2014), filho de Carlos Augusto Marighella, imigrante italiano que veio para o Brasil, e Maria Rita do Nascimento Marighella, descendente de escravos, Carlos Marighella nasceu em 5 de dezembro de mil 1911 em Salvador. Sua trajetória na luta contra governos tiranos já despontava desde a primeira ditadura instalada no país, ainda sob a batuta de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945. Naquele momento, foi detido por publicar um poema, que trazia em seu conteúdo críticas a Juracy Magalhães, na época interventor de Getúlio Vargas na Bahia. Por muitas vezes Marighella foi preso, sendo uma delas em Ilhabela e outra em Fernando de Noronha, onde passou seis anos.

Em 1946, foi deputado pelo Partido Comunista na Bahia, quando foi um dos deputados mais bem votados. Fazia parte da Comissão executiva do PCB e, ainda no governo Dutra, foi cassado e perdeu os direitos políticos, vivendo depois na clandestinidade até o final de sua vida.

Nos primeiros meses do regime, Marighella foi preso, já vivendo na clandestinidade; tendo sido considerado o maior inimigo do Estado pelos militares, em maio de 1964, foi perseguido, baleado e preso pela polícia.

De acordo com Gaspari (2014):

Jogaram num camburão como a um animal. Tomara um tiro no peito. Foi solto três meses depois, com dezesseis quilos a menos. No ano seguinte publicou o livreto *Por que resisti à prisão*. Por divergência de ideologia, rompeu com o PCB, por entender que diante do endurecimento do regime, a luta armada seria o instrumento de combate à ditadura. Chegando até afirmar “Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem á situação criada com o golpe de 1º de abril, ou se conformam com ela”. (GASPARI, 2014, p. 246).

Diante da austeridade do regime e vivendo de forma ilegal, o ex-deputado, assim como outros militantes enveredaram pela guerrilha. Marighella partiu para a guerrilha armada, passando em 1967 a liderar o grupo Ação Libertadora Nacional, antes com o nome Agrupamento Comunista e, em seguida, ALN, que inclusive inspirou outras organizações de Guerrilha.

Mas o baiano considerado destemido, que resistiu a algumas prisões e severas torturas e que até motivou Jorge Amado a escrever “Os subterrâneos da liberdade” foi morto em 04/11/1969 na cidade de São Paulo, em uma operação que envolveu mais de cento e cinquenta agentes do Dops e, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury, Marighella foi assassinado com um tiro na aorta, a queima roupa.

Os laudos de sua morte até hoje são permeados de contradição, tendo ficado evidente que o cenário do evento foi violado.

De acordo Souza (2014),

Morreu em uma via pública de São Paulo, durante emboscada de proporções cinematográficas, na qual teriam participado cerca de 150 agentes policiais equipados com armamento pesado, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS que respondeu a inúmeros processos por liderar um grupo de extermínio de marginais, autointitulado Esquadrão da Morte. A gigantesca operação foi montada a partir da prisão de religiosos dominicanos que atuavam como apoio a Marighella. Na versão oficial, um deles foi levado pelos policiais à livraria Duas Cidades, onde recebeu ligação telefônica com mensagem cifrada estabelecendo horário e local de encontro na alameda Casa Branca. (SOUZA, 2014, p. 21).

De acordo com o autor, muitas questões acerca da versão contraditória em relação à morte do ativista não foram esclarecidas, o que se evidencia é o fato de alguns documentos terem sido forjados, até mesmo na manipulação da cena, inclusive possivelmente na utilização do próprio cadáver, utilizado para falsificar um confronto entre Marighella e a polícia.

É importante reconhecer outras duas figuras que tiveram sua participação no combate à ditadura militar, os dois irmãos nascidos no interior da Bahia: Nelson Lima Piauhy Dourado e José Lima Piauhy Dourado. Filhos do Casal Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado, Nelson nasceu em 03 de maio de 1941 na cidade de Jacobina e seu irmão, José Dourado nasceu em 24 de março de 1946 em Barreiras. Conviveram no meio político, pois seu tio Pedro Dourado foi eleito vereador na cidade em 1950 e Sabino Dourado, também seu tio, candidato pela UDN, foi eleito prefeito por dois mandatos: o primeiro de 1955 a 1959 e o segundo já em tempos de ditadura, de 1967 a 1971.

Nelson Lima Piauhy Dourado passou por duas escolas em Barreiras: a primeira, a Escola de Dona Jovinha e, em seguida, o Colégio Padre Vieira. Ao concluir o ginásio em 1958, seus pais o mandaram a Salvador, onde cursou o científico nos Colégios Bahia e Ipiranga. Ainda em tempos de escola, Nelson demonstrava sua veia política e sua inclinação pelas ideias de esquerda. No livro “Mortos e Desaparecidos baianos” Souza (2009) lembra os contatos com o colega Nelson Piauhy sobre o comunismo.

Meu colega de classe Jose Piauhy Dourado [...] me emprestou um livro sobre o comunismo. Fiquei assustado com o título e assunto do livro. Mas li. [...] Por intermédio de Piauhy, fui convidado a participar de um grupo de

discussão de filosofia. Com o andamento dos encontros, ficou constatado que a única filosofia a ser tratada era a marxista. (SOUZA, 2009, p.12).

Nelson iniciou sua militância ainda no científico, tendo o jovem logo aderido às ideias da esquerda, chegando a organizar junto com alguns colegas barreirenses um comício na Praça Duque de Caxias em Salvador, no dia 13 de março de 1964, apoiando as ideias de Jango quanto às reformas de base e á reforma agrária. Esse fato desagradou muito seu pai, haja vista que a maioria dos familiares do estudante pertencia a UDN.

Em um concurso promovido pela empresa estatal Petrobrás, Nelson foi aprovado, passando a trabalhar na Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe (BA), a 61 Km de Salvador. Lá filiou-se ao sindicato dos petroleiros e desenvolveu muitas atividades junto à categoria, chegando a ocupar um cargo na diretoria do sindicato. Mas como discutido acima, assim que os militares tomaram o poder na Bahia, o primeiro alvo de repressão foi a Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, tendo em vista a força do sindicato da refinaria. Por esse fator, logo no início do golpe, segundo Ivo (2009): “De pronto o Exército ocupou a refinaria. Tinha início a série de interrogatórios, delações, perseguições e demissões contra sindicalistas e operários” (p.56). Em abril de 1964, Nelson, além de ficar de fora do quadro de funcionários da estatal, foi preso.

Logo, Nelson sentiu as agruras do sistema político que acabara de se instalar. Nesse sentido, e pra descrever a saga desse jovem barreirenses perseguido pelo Estado, Pamplona (2002) comenta:

Nelsinho, bem como José, foram logo identificados pelo S.N.I como “elementos perigosos” e num determinado momento, sob suspeição de que pretendia Nelsinho incendiar a Refinaria Landulfo Alves, ele foi preso. Coseguiu fugir da prisão, sendo novamente preso em IAÇU (Itaberaba) e mandado de volta, algemado, para FEIRA DE SANTANA (BA). Na ocasião era comandante da Polícia Militar em feira de Santana, coincidentemente, um angicalense, seu contemporâneo do Ginásio Padre Vieira, o Cel. João Nunes da Mata que lhe tirou as algemas. NELSINHO DOURADO foi removido para o 19° B. C. do Exército em Salvador (BA). A família com o prestígio que tinha perante o juracisismo, agora nos píncaros do palácio do Governo, em Brasília, deu conta de relaxar a prisão de Nelsinho que sumiu outra vez e passou a ser procurado como se fosse um cachorro hidrófobo para ser morto a pauladas. Seus conterrâneos, eu inclusive, rezavam preces e rogavam a Senhor dos Aflitos para que Nelsinho Dourado não aparecesse em lugar nenhum. (PAMPLONA, 2002, p. 240).

Depois da demissão e prisão, o militante passou a viver de forma clandestina e, fazendo o trajeto Rio- São Paulo, passou a ganhar a vida como taxista. A partir de 1967 estava no auge de sua militância do PCdoB. Mesmo na clandestinidade por conta da ditadura, sempre que podia ia visitar seus pais em Barreiras. Num quadro político em que eram adotadas duras medidas contra os comunistas, surgem as organizações guerrilheiras, levando Nelson a se engajar nesse movimento.

Vale ressaltar até sua passagem pela China, para se integrar à guerrilha. Os documentos que tratam desse assunto são contraditórios quanto à data da viagem, mas, de fato, a ida do jovem comunista para o país oriental foi registrada e confirmada pelos arquivos do Exército, informação trazida no livro *Direito à memória e à verdade*:

O Relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, informa que Nelson viajou para a China em 13/09/1968, “onde realizou curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim”. Em contradição com esse registro, um documento do SNI informa que a viagem à China ocorreu em 26/01/1967. (BRASIL. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2017, p. 236).

Mesmo antes de se deslocar pra o Araguaia, Nelson morou em Augustinópolis, próximo ao Araguaia, na região conhecida como Bico do Papagaio, que, à época, pertencia ao estado de Goiás e, depois, passou a pertencer ao estado do Tocantins. Ao se estabelecer na região, colocou uma Farmácia, usando seu nome de guerra, “Nelito”. Depois, mudou-se para Metade, povoado localizado na região do Araguaia, passando a integrar-se ao Destacamento A. Lá, casou-se com Jana Moroni Barroso, a Cristina.

A data de seu desaparecimento é, provavelmente, 02/01/1974, isso porque em uma operação do DOPS, a casa dos irmãos de Dourado foi invadida e, lá, o departamento a serviço da ditadura encontrou uma carta enviada pelos companheiros de Nelson, informado a morte do guerrilheiro. As causas da morte não foram esclarecidas; alguns moradores da região testemunharam Nelson, sua companheira e outros membros do destacamento serem presos e levados. No entanto, como tantas outras mortes do período da repressão, nunca foram reveladas.

José Lima Piauhy Dourado também estudou no Colégio padre Vieira, em Barreiras, mudando-se depois para Salvador. Em 1960, dois anos após seu irmão Nelson, participou do processo seletivo do CEFET (Escola Técnica Federal da

Bahia) chegando a cursar na escola técnica, era fotógrafo e, em 1968, aderiu ao Movimento Estudantil e se filiou ao PCdoB.

Assim como seu irmão, José também foi preso durante sua resistência no combate ao aparelho repressivo instalado no país. Segundo Pamplona (2002) José esteve em contato com Carlos Lamarca e com José Genuíno, por compartilharem a mesma ideologia e militância no que dizia respeito à luta armada.

Tímido e reservado, como era descrito por pessoas próximas, José Dourado surpreendeu sua família e amigos quando resolveu juntar-se a seu irmão na Guerrilha do Araguaia. Nas palavras de Antônio, um parente próximo,

Logo o Zezé, nunca conversava nada, não conversava com ninguém, sofreu, deve ter sofrido muito, porque a vida dele era silêncio, ele deve ter sofrido pá caramba, todo tipo de tortura o Zezé sofreu, porque Zezé não conversa o Zezé não fala, então o Zezé não iria caguetar, não iria dedurar companheiro nenhum, então ele sofreu muito, pra nós foi uma surpresa enorme. (Antônio, entrevista 27/05/2017).

Em 1971, então, José Dourado foi pra o Araguaia e se juntou a seu irmão no Destacamento “A”, com o codinome Zé Baiano. A última aparição de José foi entre 28 e 29 de novembro de 1973, nas proximidades da Grota do Nascimento, juntamente com Cilon, quando estavam à procura de dois outros companheiros que haviam se perdido na região. Testemunhas contam que José levou um tiro na cabeça numa emboscada do Exército. Dos documentos da Marinha revelados 1993 constam informações relacionadas à morte do militante José, que teria acontecido em novembro de 1974.

Nos documentos obtidos pela Comissão Nacional da Verdade, que reunia provas e relatos sobre a guerrilha não só os irmãos Dourado, mas muitos guerrilheiros, que por muito tempo haviam sido rotulados de “terroristas” diante da sociedade brasileira, foram considerados vítimas da ditadura militar. Os corpos até hoje nunca foram encontrados, mas a história desses baianos que doaram suas vidas em prol da democracia e do direito de se viver em um país livre, não pode ficar apenas na memória dos seus contemporâneos; ela precisa ser lembrada às gerações barreirenses posterior

CAPÍTULO 3

SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR ADULTOS E JOVENS À DITADURA MILITAR

O presente capítulo traz em seu bojo a apreensão da história e da memória da Ditadura Militar na cidade de Barreiras com relação ao período compreendido entre 1972 e 1985, a partir dos sentidos atribuídos por um grupo de jovens do ensino médio ao período da ditadura militar no Brasil, em especial no município de Barreiras. Entretanto, para melhor compreensão do objeto proposto, recorreremos também à memória de adultos residentes naquela cidade. Desse modo, a investigação conta com os depoimentos e narrativas de entrevistados, tanto jovens quanto adultos.

Dessa forma, as experiências dos sujeitos aqui narradas, bem como a interpretação dos fatos históricos consistirão no eixo deste capítulo. Para participarem das entrevistas foram selecionados dois grupos: o primeiro composto por seis pessoas, estudantes e professores entre as décadas de 1970 e 1980, que hoje são consideradas, por sua faixa etária, adultos ou adultos.

A reconstrução da memória junto a esses sujeitos se justifica pelo fato de considerarmos que suas lembranças relacionadas ao período da ditadura militar no Brasil são importantes para a compreensão das representações dos adultos quanto àquele período. Foram selecionados em função de sua condição de professores e estudantes que, de forma direta ou indireta, vivenciaram o período.

A partir desse critério, várias pessoas foram consultadas para participarem da pesquisa. Entretanto, a partir do momento em que tomavam conhecimento do objeto de estudo recusaram-se a participar dele. Assim, foram seis convidados que se dispuseram a participar do projeto em questão, inclusive assinando os termos de consentimento atinentes ao Comitê de Ética. Os nomes dos sujeitos pesquisados serão preservados, bem como as informações que possam induzir a sua identificação; desse modo, os nomes aqui utilizados são todos fictícios.

Foram doze os jovens, estudantes do ensino médio de um Colégio Estadual da cidade escolhidos para compor o grupo de informantes da pesquisa, por se considerar que, já no nono ano do Ensino Fundamental, a Ditadura Militar no Brasil integra os conteúdos do ensino de História. Inicialmente, foram aplicados 49 questionários junto aos jovens de duas turmas de primeiro ano do Ensino Médio

daquela escola. No entanto, apenas 30 questionários foram preenchidos. Desse universo, 12 jovens se dispuseram a participar das entrevistas. Para realizar as entrevistas, fui à escola quatro vezes, tendo em vista que, em cada dia, entrevistamos, individualmente, um grupo de jovens. Vale destacar com os gestores e professores da escola se dispuseram prontamente a contribuir com a realização do estudo. No entanto, o que se pôde perceber foi a dificuldade dos jovens de tratar da temática, o que, inclusive, interferiu de forma contundente na duração de seus depoimentos, que não passavam de dez minutos, porque a pesquisadora problematizava a questão.

3.1 Os sentidos atribuídos pelos adultos entrevistados sobre o regime militar em Barreiras

Ao tratar do período da ditadura militar no município de Barreiras, o que se destaca são diferentes formas de abordar a questão por parte dos sujeitos entrevistados e as contradições internas dos depoimentos. Os entrevistados oscilam entre identificar certa importância no regime e o que consideram como excesso de força praticado pelos militares. No entanto, quando se trata do regime no município, em geral os entrevistados amenizam seus impactos negativos, adotando mais um caráter de adesão do que de oposição.

No entanto, o depoimento mais contundente é o de um ex-oficial do Exército: [...] “Olha, a ditadura militar no Brasil [...] tinha que ter uma mão de força (Claudio, entrevista dia 28/10/2016). Sua fala traduz o ponto de vista do segmento que comandava o país.

Esse posicionamento de “mão de força”, adotado pelo corpo militar, citado pelo entrevistado, foi concebido sob a regência da doutrina da Segurança Nacional e seguia orientação norte-americana. Isso, porque a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949, influenciada pelos Estados Unidos, pautava-se na missão de rigoroso treinamento de alto nível para os cadetes, visando, principalmente, à suposta segurança do país. Após reformulação, a escola estendeu suas ações estratégicas a assuntos de ordem política, econômica e militar, sobretudo no combate do que consideravam como subversão da ordem. Assim, mediante o pretexto do anticomunismo, a força militar entendeu que seria

imprescindível um movimento armado. Sobre essa tática da cúpula militar, comenta Rezende (2013):

O suposto ideário de democracia que o regime lutava para formular estava, então, centrado na doutrina da Escola Superior de Guerra sobre a necessidade de que a ditadura promovesse o estabelecimento de uma ordem social que resguardasse os valores garantidores da nação e de sua integridade ética e moral. As ações psicossociais agiriam como uma espécie de salvaguarda dos objetivos nacionais, ou seja, minando toda e qualquer possibilidade de ação adversa a eles. (REZENDE, 2013. p. 47).

Nessa perspectiva, a construção do golpe foi pautada nos valores voltados à conservação de determinado modelo de família, de proteção de uma concepção de pátria e da propriedade privada. Por isso, contou com a aprovação da elite e de segmentos da classe média. Ou seja, não se tratava apenas dos valores e concepções defendidos pelos militares, mas também pela sociedade civil.

Para confirmar a assertiva a cima, Cláudio ao ser entrevistado trouxe em sua fala essa parte da história “Eram duas opções, ou eu ou você, felizmente os militares assumiram, mas não foi os militares que pediram, a sociedade civil foi quem pediu [...]”. Em sua narrativa, ele atribui à ação militar ao clamor da sociedade civil como fator decisivo na ação do golpe. Vale destacar que, conforme abordado no segundo capítulo desta pesquisa, a *Marcha da família com Deus pela Liberdade*, teve papel decisivo, não só na tomada do poder pelos militares, mas na orientação dos valores que passaram a ser considerados legítimos naquele período.

No entanto, destaca-se que a ditadura militar instituída no Brasil demarca um processo histórico hostil, opressivo e desrespeitoso, uma vez que todos os direitos civis sofreram violações e o sistema democrático foi aniquilado. Cabe enfatizar que o processo democrático havia sido conquistado de forma árdua, o que realça o valor da democracia como princípio do país. E com a instauração do regime ditatorial, a soberania do povo foi completamente anulada. Na condição de governo autoritário, os atos, as medidas e todas as ações do Estado foram projetados com o fim de centralizar as decisões políticas do país. Sobre o momento histórico, Germano (2011) argumenta que:

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativo, (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo. O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e

fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política. (GERMANO, 2011, p. 55).

A presença dos militares representou a face mais sombria do regime, configurando em seu currículo a dinâmica de um cenário, no qual os procedimentos utilizados pelo Estado se pautavam no objetivo de alcançar os fins, sem importar os mecanismos necessários. A cumplicidade de um grupo da elite, juntamente com a classe média, ao permitir que o golpe fosse desferido, não considerou as implicações e o alargamento autoritário e cruel proporcionados pelo regime.

A concepção dos militares era de que o Brasil estava em guerra contra o comunismo e, nesse sentido, o termo “eu ou você” justificaria as ações truculentas, como deixa claro “Não resta dúvida que tenha havido excesso, tudo em excesso, mas era eu ou você”. (Claudio, entrevista dia 28/10/2016). Embora enxergue os excessos cometidos pelos militares, ele os relativiza, considerando-os como necessários. Ignora, assim, uma série de crimes envolvendo o desrespeito aos direitos humanos e a gravidade da violência envolvida no processo. Pauta-se por uma referência limitada, ignorando todos os danos causados às famílias, aos cidadãos e, principalmente, àqueles que até os dias de hoje pranteiam seus entes queridos, vítimas de um aparelho coercitivo.

Em contraponto a essa visão branda e superficial do que foi a ditadura militar pelo ponto de vista de um antigo oficial das Forças Armadas, outra entrevistada, idosa, ex-professora do quadro de docentes da Rede Estadual, expressou sua concepção sobre o regime militar da seguinte forma:

O regime militar foi muito severo castigou muita gente né? Muita gente diz assim que no tempo do regime militar era melhor, mas no tempo do regime militar muita inocente sofreu. [...] Muito inocente, muito filho perdeu o pai. E até hoje a pergunta fica no ar por quê? E até hoje muita gente não pode dar uma sepultura para sua entre querido né? Acho aquilo até uma tortura para o mesmo país, muito rígido não havia necessidade de tudo aquilo (Margarete, entrevista dia 15/07/2016).

A observação que a professora faz do golpe de 1964, como período “severo” atrela o contexto a um tempo de castigo. Faz menção às crueldades do regime quanto o seu caráter repressor e traz a lembrança das muitas pessoas vitimadas pelos organismos do Estado. Nesse período, o estado recorreu a dispositivos constitucionais como forma de controle. O Serviço Nacional de Investigação foi um órgão à disposição do estado e conhecido por institucionalizar a tortura como

estratégia de silenciamento e contenção de todas as formas de mobilização social antagônica à ditadura.

Para confirmar as violações dos direitos humanos praticados pelo regime militar, destacadas pela ex-professora Margarete, recorreremos a Gaspari:

A repressão política, porém emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a “corrupção e a subversão”. O governo atribuía-se a megalomaniaca tarefa de acabar com ambas. O instrumento desse combate eram os inquéritos policial-militares (IPMs) abertos em todos os estados e submetidos, inicialmente, ao controle de uma Comissão Geral de Investigações. (GASPARI, 2014, p. 136).

O autor descreve o ponto alto do regime desenhado pela violência e destaca o progresso ostensivo da junta militar em parceria com a polícia Militar; chama atenção também ao fato de que no início de edificação da ditadura, a sociedade foi impactada com a prisão e a perseguição dos opositores mais envolvidos no campo político; no entanto, sem distinção dos resistentes, o alto comando do Exército ampliou e radicalizou seu aparelho corretivo de tortura e execução com ações de outros setores. Isso vale lembrar a perseguição a professores, funcionários públicos, estudantes, entidades religiosas, classe artística entre muitos nomes engajados no movimento de fortalecimento de resistência ao golpe.

Com a resistência ao regime, o governo apelou para a intolerância contra todos os que se insurgiam contra a proclamada “ordem pública”. No entanto, outra ex-professora, ao tratar do período em questão o relativiza, aproximando-se da concepção do oficial militar. Ela afirma que “havia saldo para comemorar, de um lado e de outro” (Lúcia, entrevista dia 27/07/2016).

Entretanto, em um país no qual um regime ditatorial se sobrepôs ao Estado de direito democrático, aniquilando vidas e obrigando a população a aceitar o sistema vigente, não há o que se comemorar. Muito provável que Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, preso, torturado e assassinado no Quartel General do II Exército em 1975 não atribui sentido de celebração à conjuntura política que se estabeleceu a partir do amanhecer de 1º de abril de 1964. Convém ressaltar que o balanço do período em curso apresentado pelo Relatório Comissão Nacional da verdade traz um resultado totalizando 434 pessoas vítimas da ditadura, entre mortos e desaparecidos, 33 corpos localizados e 210 militantes desaparecidos, sem contar

os presos e exilados na época. (BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

3.1.1 Os sentidos atribuídos ao 4° BEC

Localizada a 860 km da capital do estado, Salvador, Barreiras está situada na região oeste da Bahia. Possui aproximadamente cerca de cento e sessenta mil habitantes e abriga o 4° BEC. Neste ano de 2017, completa 45 anos a vinda e permanência da corporação militar na cidade. Deslocando-se de Crateús no Ceará para a região oeste da Bahia, o BEC, como é chamado pelos moradores locais, arrebanhou mais de cinco mil pessoas, que vieram junto com o quartel. Nesse ensejo além dos militares e suas famílias, civis vieram juntamente com a caravana com o fim de prestar serviço à junta. A princípio sem sede local e contando com o abrigo dos moradores locais, o batalhão teve posteriormente construído pelo Exército a sede do batalhão.

No quadro político nacional a Instalação do BEC se deu durante o governo de Garrastazu Médici, que assumiu em 1969 e permaneceu até 1974. Cabe ressaltar que o próprio presidente Médici, após um mês e meio da chegada do BEC, assinou o decreto nº 7.077, oficializando a mudança de sede do 4° Batalhão de Crateús, do estado do Ceará para o município de Barreiras.

O governo Médici foi considerado o período mais violento da ditadura, porque foi o momento de maior repressão registrado durante a passagem dos presidentes gerais pelo poder. A resistência urbana praticamente havia sido eliminada, clima que tornou solo fértil para o surgimento de focos de guerrilhas. Em vista disso, o poder político instituído passou a controlar intensamente o território nacional.

Questionado sobre a escolha do local de instalação do BEC, no oeste da Bahia, Claudio, em entrevista no dia 28/10/2016, indicou os motivos da preferência: “Primeiro, Barreiras era um polo, foi considerado um ponto estratégico, por isso considerado um espaço de segurança nacional; então o Batalhão de Engenharia veio pra essa região com a seguinte finalidade: construir o progresso e manter a segurança”.

O oeste da Bahia é ponto estratégico que faz divisa com vários estados, como Minas Gerais, Piauí, Tocantins e Goiás. A ligação viária com esses estados foi fator preponderante na escolha do local de instalação do Batalhão, que representava um

lugar de vigilância e controle. Nesse sentido, a localidade representava um ponto de risco, passivo da formação de qualquer núcleo de resistência. Vale ressaltar que, segundo o site oficial da Comissão Nacional da Verdade, Carlos Lamarca e Zequinha Barreto teriam se estabelecido, em 1971, no município de Brotas de Macaúbas, localizado na região oeste da Bahia, há 350 quilômetros de Barreiras, na intenção de organizar uma guerrilha, cujo intuito era o de resistência ao regime militar na região. Infere-se, pois, que um dos objetivos de implantação do 4º BEC naquela região tenha sido o de se contrapor às tentativas de resistência e de organização do Partido Comunista no sertão baiano.

Assim, o 4º BEC se instala na cidade de Barreiras com toda sua logística militar, sendo que os moradores da comunidade receberam o Batalhão de braços abertos. Em seus depoimentos, todos os entrevistados apontam que o 4º BEC teria contribuído para o desenvolvimento da cidade no que, em especial, a sua infraestrutura. Em vista disso, para os entrevistados, o 4º BEC é sinônimo de progresso e desenvolvimento. A construção de rodovias, pontes e pavimentação de estradas fez parte do conjunto de obras realizadas pela instituição. Também, outro empreendimento do quartel foi o aliciamento dos jovens da região para se integrarem ao serviço militar.

A idosa Iara, professora aposentada, afirmou em entrevista no dia 26/09/2016:

O 4º BEC veio pra cá na intenção do governo de fazer as estradas, porque a cidade com esse Cerrado tão grande de 10 milhões de hectares precisava de ter a estrada pra Brasília. Barreiras, com a potencialidade que tem, porque aqui ao redor com tantas cidades precisava de ter sua estrada pra Salvador. Então eles vieram pra cá e houve, assim de modo geral, uma receptividade muito boa, eles chegaram aqui e logo começaram, alugaram casas e empresas também, ofereceram casas sem cobrar.

Os entrevistados comungam com a ideia do benefício que foi a ida dos agentes militares para Barreiras, pois destacam que a cidade foi implantada numa região de cerrado, longe de sua capital, uma cidade totalmente desprovida de estrutura física para abrigar sua população, sem energia elétrica e sujeita a inundações, diante das adversidades climáticas.

Consideram, ainda, que a construção das estradas ligando Barreiras a grandes centros urbanos e a construção da ponte do Rio São Francisco ligando

Ibotirama a Brasília, contribuíram para o desenvolvimento econômico da região, em função de sua localização geográfica e de ser ponto estratégico de ligação a cinco capitais.

No livro *No cerrado entre o malho e o fuzil: o Exército brasileiro no oeste baiano*, a construção das estradas é destacada como de grande importância para os moradores da cidade. Os autores fazem alusão à Lei Áurea, dessa forma comparando à libertação dos escravos a emancipação da cidade, o que é relatado da seguinte forma:

O primeiro a ser entregue, a 06 de novembro de 1978, foi o trajeto Barreiras/Posse, cuja liberação foi solenemente celebrada, com a presença do Ministro de Estado dos Transportes, do Governador da Bahia e de outras autoridades militares. Aos poucos toda a estrada foi sendo construída, até sua inauguração solene, a 09 de novembro de 1982. Essa data tem, portanto, para Barreiras e o Oeste Baiano, o sabor de um 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel: a libertação da nossa riquíssima área do domínio da inacessibilidade, das distâncias e dos atoleiros e inundações nas estradas de terra! O evento se deu também com grande presença de autoridades militares e políticas, e o comparecimento em massa do povo de Barreiras, quando foi inaugurado um monumento comemorativo do evento, em frente ao trevo de entrada do 4º BEC. (PINHEIRO; PITTA, 2012, p. 33).

Em suas lembranças, os narradores trazem de forma coletiva, as experiências vivenciadas por eles e seus familiares por conta da condição oferecida pela cidade e colocam as inúmeras dificuldades em residirem em Barreiras pela ausência de infraestrutura, educação e saúde. Uma das entrevistadas, a idosa Lúcia, chega a exprimir a sensação de “abandono e desprezo” sofrida pelos filhos da terra. Por isso, o significado atribuído ao 4º BEC pelos moradores locais se vincula à ideia de uma marcha rumo ao progresso.

Quando o Batalhão foi estabelecido na cidade, o Prefeito municipal era Aníbal Barbosa Filho, mas com as eleições seguintes o Sr. Baltazarino de Araújo Andrade venceu o pleito eleitoral. O gestor recebeu a corporação e os soldados de forma diplomática e cortês, reverenciou os militares e, em seguida, um intercâmbio de ajuda determinou uma parceria entre o poder executivo da cidade e os oficiais. A cordialidade estende-se de igual modo aos moradores barreirenses, ao cederem suas residências para abrigar os integrantes do BEC, bem como seus familiares. Pelo fato do lugar ser pequeno e desprovido de estrutura, existem relatos de famílias civis compartilharem suas casas com duas ou três famílias dos militares quando necessário.

O Exército chegou primeiro e foi acomodado junto com os civis. Posteriormente foi erguido o quartel, às margens da BR 242, para morada dos soldados. Foram construídas ainda a Vila dos Sargentos e a Vila dos Oficiais. Em 31 de março de 1973, tornou-se pública a instalação do prédio. Os projetos planejados pelos militares visaram não apenas à questão das estradas e rodovias, mas alcançaram benesses para a cidade, como a construção de escolas, hospitais, praças e ruas.

A relação com o poder político da região, fica clara no agradecimento por meio de diplomação do ex-prefeito da cidade pelo comando do 4º BEC:

Exmo. Sr. BALTAZARINO DE ARAÚJO ANDRADE, Prefeito Municipal de Barreiras. Pela colaboração espontânea, lealdade, elevado espírito comunitário, dedicação e entusiasmo ao trabalho junto à comunidade Barreirense; por ter enaltecido o nome do 4º BECt em todas as suas realizações e manifestações públicas desde a chegada do Batalhão no município em 1973 até nossos dias e finalmente pela amizade e camaradagem que conquistou e tem mantido junto ao Comando e integrantes desta unidade lhe é conferido o diploma nº 05 da ORDEM DO RIO GRANDE no grau RECONHECIMENTO. (COMANDO DO 4º BEC apud PINHEIRO; PITTA, 2012, p. 124).

Como já foi destacada, grande parte da comunidade recebeu de modo satisfatório o corpo militar, sobretudo pela parceria firmada entre o quartel e a sociedade de Barreiras. De acordo com os entrevistados, o lugar apresentava difíceis condições para morar, as ruas não eram pavimentadas, existiam poucas possibilidades de meio de transporte, o trajeto de Barreiras até Salvador era de difícil acesso, não existindo, em verdade rodovias em condição de tráfego que ligassem a cidade a outros polos, inclusive era custosa a chegada de produtos para o consumo dos moradores.

Relata o entrevistado Claudio, em entrevista dia no deia 28/10/2016:

A cidade mudou muito, não tinha, nós não tínhamos luz. A luz que tinha era gerada por uma turbina, que era instalada no rego; o rego que hoje não existe mais. Um dia fornecimento de energia para Barreirinhas, outro dia fornecimento de energia para Barreiras; e era mesmo assim. Não tínhamos! Se você queria usar sua geladeira, você tinha que desligar à noite. Tinha que desligar o ventilador e o gerador, pra poder ter condições e funcionar a geladeira. E fomos aguentando, aguentando, até que em 74 o batalhão, se a memória não me falha, o Batalhão conseguiu pegar duas turbinas, aquelas turbinas, recuperou... Foi que deu uma melhora de vida para a cidade de Barreiras.

Nos relatos dos entrevistados, fica registrada a relação amigável entre as autoridades políticas, na época, entre Baltazarino Andrade, e o BEC. Tal relação é reconstituída tendo por base o enaltecimento das realizações do batalhão, desde sua implantação no município até os dias atuais. Para a população a realidade local se transformou a partir de todos os projetos implementados pela corporação militar. Dessa forma, os adultos consideram o 4º BEC um marco na história da cidade, chegando a afirmar que somente foi possível a expansão do município graças à corporação militar. Ao tecer suas considerações sobre a relação entre os políticos da cidade e o Batalhão, a entrevistada Margarete, em entrevista no dia 15/07/2016, diz:

Eu acho que toda a vida as relações foram boas, porque as autoridades daqui, como nós mesmos vê nas forças armadas é um apoio muito forte. Então Barreiras ainda necessitava que ela tinha o BEC como suporte, né! Eu acho, não sei se é porque sou apaixonada pelo BEC, pelo Exército, porque meu filho teve lá dentro.

Fica claro o reconhecimento e a admiração das possibilidades de potencialização dos recursos da cidade após a chegada do BEC, pensamento expresso por todos os seis integrantes da investigação.

A história do 4º BEC, destacada pelas melhorias na infraestrutura da cidade, representa a relevante contribuição desse batalhão quanto ao progresso do município. As palavras de Pinheiro e Pitta (2012) sobre as obras realizadas pelo Exército expressam bem esse reconhecimento:

A mão amiga do Exército Brasileiro foi estendida de inúmeras formas. Em Barreiras, além das suas instalações, e de sua obra principal, as estradas, o 4º BEC construiu o quartel do 10º Batalhão da PM, a estrada de acesso e a pista de concreto do aeroporto, esta com 1.580 m de comprimento e 30 de largura, sendo que fez também uma ampliação da pista de pouso; executou a terraplanagem do terminal de combustível da Petrobras e realiza, periodicamente, manutenção nas estradas federais. São inúmeras as obras feitas na Bahia, como as estradas vicinais nos projetos de assentamento de reforma agrária em Angical e Serra do Ramalho, construção de grande número de açudes e barragens em diversos lugares, casas e estradas vicinais nos Brejos da Barra, escolas de ensino fundamental na zona rural de Carinhonha e Sítio do Mato, pavimentação asfáltica de algumas ruas na cidade de Luiz Eduardo Magalhães e São Desidério, duplicação da BR 101, entre outras. (PINHEIRO; PITTA, 2012, p. 126).

Os adultos, que vivenciaram as melhorias realizadas pelos militares, apontam o significado do destacamento à expansão do lugar. Em seus testemunhos, contam sobre a ausência de infraestrutura, das constantes inundações em época de chuva,

do acesso muito difícil de Barreiras a outros lugares, dos problemas enfrentados por eles devido a todos esses obstáculos.

A política de Segurança Nacional, estendida até o Oeste da Bahia com a inserção do BEC na cidade, foi recebida com grande expectativa pela população. Nem nas entrevistas ou nos documentos escritos pesquisados foi identificada qualquer resistência à instalação ou permanência da corporação na cidade. Ou seja, não ficou registrada na memória de nenhum participante ou documento qualquer oposição à implantação do 4º BEC e a suas ações militares na cidade.

Isso não significa, porém, que não tenha havido contraposições por parte da sociedade à implantação do 4º BEC, bem como resistência ao sistema implantado a partir de 1964 no Brasil. O que se infere é que houve um forte mecanicismo de silenciamento da população causado pela imposição do terror e do medo. Esses fatores interferiram tanto na construção de documentos escritos como orais sobre o período. É o que trata Ricouer (2007) sobre memória manipulada:

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada - da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. (RICOEUR, 2017, p. 455).

O que se verificou foram sentidos positivos atribuídos à corporação militar. Inferimos que tais sentidos, construídos e reconstruídos como memórias coletivas, devem interferir na representação dos jovens sobre o 4º BEC e sobre o papel dos militares naquela sociedade, por se considerar que a memória coletiva é legada pelos adultos às gerações mais jovens.

Conforme foi apresentado pelos entrevistados em suas falas, a satisfação dos empreendimentos operacionalizados em Barreiras via 4º BEC, como as atividades destinadas às construções de rodovias, pavimentação da cidade, edificação de escolas e melhorias na infraestrutura da cidade realizada pelos soldados, ou seja, o investimento destinado a Barreiras pode ter sido um caminho de adesão, uma estratégia para não haver resistência por parte da população local e regional, quanto à aceitação da entidade militar em Barreiras.

É importante lembrar que o Exército é parte integrante do Estado brasileiro, e, como tal, é responsabilidade do Estado prover as cidades de infraestrutura adequada, como pontes, estradas etc. Sendo assim, não se trata de um favor prestado pelo Exército à comunidade barreirense, mas o exercício da função do poder público, mesmo que se sobrepondo às atribuições de cada esfera de governo. Dessa forma, os feitos relacionados às melhorias municipais e regionais realizadas pelos militares, não se configuram como favores, nem se trata de barganha, mas do papel do Estado em atender às demandas, do serviço público. Além disso, destaca-se que essas atividades foram assumidas estrategicamente pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica, dada uma concepção de segurança nacional, cuja lógica orientou toda a ação das forças armadas no período estudado.

3.1.2 O sentido atribuído aos movimentos de esquerda

De modo geral, o cenário da política nacional foi construído no esteio da rigidez e em todos os campos sociais prevalecia a repressão, seguida da vigilância e da punição. A ditadura militar tinha chegado ao seu ápice; nesse sentido, o golpe militar foi engendrado a partir do uso de dispositivos elaborados para legitimar as ações truculentas do Estado.

Provavelmente a presença do 4º BEC na cidade tenha intimidado e sufocado qualquer reação contra o regime ditatorial. Em Barreiras não houve, de forma aparente, resistência à ditadura; por isso, alguns casos pontuais de repressão foram registrados, o que inclui demissões e convocação de jovens a prestar depoimentos no quartel.

Em Barreiras, foi registrada na cidade a existência de Integrantes e simpatizantes do partido comunista, que se reuniam em surdina, no apagar das luzes, os quais eram impedidos de explicitar seus anseios de luta pelo Estado democrático. Em seu relato, a idosa Ana Laura, entrevistada no dia 15/08/16, afirma:

Eu acredito que deve ter chegado ao conhecimento dos militares que houve alguma resistência, mas eu não tinha certeza se houve mesmo essa resistência, até porque eu não conhecia a pessoa, só sei que a pessoa foi transferida de Barreiras, a pessoa era diretor da escola, do Colégio [...] e o governador transferiu essa pessoa para Salvador, aí então, colocou uma nova direção no Colégio [...], mas eu não sei se por resistência dessa pessoa, porque essa pessoa era da esquerda aí eu não sei se por resistência dele. Essa pessoa era

tida como comunista e eu acredito que hoje com a maturidade que eu tenho, eu acredito que ele deve ter sido transferido para Salvador por esse motivo.

Outro episódio registrado pela mesma entrevistada foi a convocação de um grupo de estudantes jovens acusados de fazerem parte do comunismo, que foram levados pelos militares a prestarem depoimentos sobre o envolvimento da turma com a disseminação das ideias de esquerda. Em sua fala, a professora conta de uma sala secreta existente no prédio do Batalhão, cujo acesso era permitido apenas aos oficiais; ele disse também que nunca soube o que ocorria nos bastidores das dependências, mas que a sala era destinada a assuntos secretos. Sobre o episódio, Ana Laura, na mesma entrevista, revela:

Eu queria falar do dia que o povo chegou lá. Eu inclusive sempre tive curiosidade em saber o que acontecia naquela sala, porque meu pai também era da esquerda, era tido como comunista e eu sempre tive muita curiosidade em saber o que acontecia naquela sala; e um certo dia eu presenciei um carro, uns carros chegando lá com vários jovens daqui da cidade, daquela época, da jovem guarda né? (Eu) Lá no 4º BEC, e esses jovens foram levados para essa sala, para serem interrogados, agora eu não sei o que houve lá dentro, que tipo de interrogamento eu não sei, eu não sei, só sei que eles foram levados para lá, ficaram detidos, eu também não sei nem quantos dias, nem quantas horas, só sei que eles ficaram detidos e eu não sei o motivo que eles ficaram detidos e eu não sei que o motivo pelo qual eles foram levados para lá, para serem interrogados.

Na época, a entrevistada prestava serviço no quartel e relatou o que viu no dia, inclusive esse mesmo grupo surge em outras falas e esses meninos são apontados como os estudantes subversivos da cidade. Nessa análise, é possível identificar que mesmo a comunidade, no período então em curso apesar de a cidade ser considerada um lugar pequeno e tranquilo, aos olhos do 4ºBEC, as ideias dos jovens poderiam representar um foco de insurreição e ameaça a ordem.

Claudio, em entrevista no dia 28/10/2016, sinalizou o período de chegada do 4º BEC como um momento pacífico na cidade. Segundo o entrevistado, não existia “células de repressão, não tinha, não existia guerrilha, aqui no tempo não houve guerrilha não teve combate, não houve grupos relacionados à oposição à Ditadura e apenas as precauções foram tomadas, né!”.

O ex-oficial sinalizou em seu depoimento a passividade que pairava na cidade; no entanto, como afirmou ao final de sua fala, o Exército agia de forma a precaver-se contra reações. A observação quanto ao controle da vigilância remete à

ideia de Segurança Nacional, principal eixo que compunha a estrutura ideológica do serviço militar.

A partir da década de 1970, os movimentos populares contra a ditadura militar no Brasil foram sufocados e reprimidos pelo sistema vigente. Dentre esses, estavam os movimentos operários, o movimento estudantil, os partidos de oposição e os movimentos religiosos. Poucos casos de concentração foram registrados e as cenas de protesto pelo país afora foram minguando. Foi nesse contexto que surgiram as guerrilhas.

Os grupos políticos de oposição ao regime passam a adotar táticas diferentes de ataque à ditadura; antes nas ruas, clamando por democracia e pela garantia dos direitos humanos; agora com armas em punho, com o objetivo de levantar recursos e conscientização da população quanto às atrocidades cometidas pelos órgãos repressivos. Tais segmentos baixaram sua guarda e arriscaram suas vidas por mudança no contexto nacional⁷.

Assim, a guarda nacional teve o intuito de manter o país disciplinado segundo as normas do regime autoritário, segundo os depoimentos do ex-oficial Claudio em entrevista no dia 28/10/2016:” houve a captura e assassinato do Capitão Lamarca⁸, pelo Exército brasileiro, nas proximidades da cidade de Ibotirama”.

Vale lembrar o esforço do Exército em manter o domínio político em todo o território Nacional; nesse sentido, tomar posse da região oeste significou pôr em prática uma estratégia rigorosa para contrapor-se a ações de grupos insurgentes em difundir movimentos de protesto acerca das práticas exercidas pela ditadura militar.

Três entrevistados se lembraram de que há relatos na região de um caso envolvendo a Guerrilha do Araguaia, a morte dos irmãos Dourado, assassinados pelo Exército na Guerrilha do Araguaia: Nelson Lima Piauhy Dourado (1941-1974) e

⁷ Vale destacar alguns agrupamentos políticos: Ação Popular (AP) de formação religiosa, Ação Libertadora Nacional (ALN) formada pelos antigos componentes do PCB, Movimento Revolucionário 08 de outubro e Vanguarda Popular Revolucionária (VRP), liderada por Carlos Lamarca.

⁸ Lamarca foi um dos opositores mais perseguidos pelo regime, por ser considerado um dos maiores inimigos políticos do Estado. Sua formação de soldado se deu na escola Militar de Agulhas Negras em 1960. Mesmo servindo ao destacamento, o oficial já se mostrava simpatizante do Partido Comunista. Optou por abandonar o quartel e aderir à militância do movimento de esquerda. Lamarca chegou a compor a liderança da Vanguarda Popular Revolucionária e integrou-se ao MR-8, no qual permaneceu por dois anos e meio. Depois saiu de São Paulo e foi para o interior da Bahia com a finalidade de estabelecer a guerrilha rural. Após três meses de integração ao MR-8, em abril de 1971, Lamarca se dirigiu a Brotas de Macaúbas, localizada da região da Chapada Diamantina há 580 km da Capital, onde foi capturado e executado pelas Forças Armadas.

José Lima Piauhy Dourado (1946-1973), já referida neste estudo. Essa morte chocou a cidade, deixando perplexos os moradores.

A entrevistada Iara, parente próxima das vítimas, em entrevista no dia 26/09/2016 descreve a história da seguinte forma:

Então, o Nelson foi pro Araguaia, os pais não sabia onde ele estava e era aquela angústia sem saber o que havia com o Nelson, porque ele disse que com a grana, os direitos trabalhistas que ele recebeu a indenização, ele iria [...] fazer uma granja, ia se dedicar criar galinha. Nada disso, e ela não tinha notícia onde ele estava quando tinha alguma notícia, alguém tinha visto ele passando em tal lugar e depois não estava mais etc. Uma vez ele encontrou com uma pessoa de Barreiras e mandou um recado pra ela, que fizesse umas camisas e mandasse pra ele, que ele mandaria alguém buscar, ela morreu e essas camisas ainda estavam guardadas, então era tudo muito sofrido. Aí o irmão dele que chamava José a [...] ele ficou muito entusiasmado, também na época do irmão. Ele estava concluindo o segundo grau, quando ele terminou o segundo grau já depois já em 66 a 67 aí a mãe dele foi pra assistir, naquele tempo fazia formatura parece que ele tava fazendo eletricidade uma coisa assim, a mãe dele foi. [...]. Sim, em Salvador, e ele disse a mãe, a mãe assistiu a formatura aí ele disse à mãe que tinha feito um concurso pra ir trabalhar em Ilhéus e despediu da mãe, disse que ia pra Ilhéus, mas não ele foi pra lá pro Araguaia também. Logo depois que a mãe voltou pra cá e ficou esperando carta dele de Ilhéus e não recebia e aquela angustia terrível.

Nelson e José, assim como muitos jovens idealizadores, filiaram-se ao PCdoB e, em seguida, optaram por partir para o Araguaia. O livro *Direito À Memória e À verdade: comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (2007), elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos, traz a informação de que Nelson chegou a realizar uma viagem à China e participou do curso de Guerrilha na Escola Militar de Pequim, para se preparar para a guerrilha.

O Exército, por meio do SNI, conseguiu desbanco os militantes e os dois perderam suas vidas, lutando contra os princípios autoritários da ditadura militar. Sobre a morte dos irmãos Dourado, a idosa Iara conta:

Contaram assim pra muita pouca gente na família, que a notícia foi ruim, que o Exército foi lá, pra querer pegar esses grupos, trocaram tiro, teve batalhas e eles morreram assim como morreram muitos soldados esses porque também eles estavam armados, então tanto Nelson Dourado como José Dourado, morreram [...] O pai não sabia que eles tinham morrido, o pai deles era muito amigo do meu e todo dia três horas gostava de tomar café com o meu, os dois eram aposentados, então todos os dias a conversa deles era a mesma. Entrou o Geisel, Presidente Ernesto Geisel, ele vai balizar, vai fazer a abertura e meus filhos vão aparecer, eles não são ladrões, eles não são assassinos, eles vão aparecer e aí quando foi marcado de começar a abertura, a primeira coisa que veio nos jornais foi a lista dos mortos no Araguaia, o jornal chegou pelo avião uma hora dessas

mais ou menos, foi distribuído. [...] Quando ele leu logo depois teve um derrame, ele se mantinha vivo depois [que] a esposa morreu só na esperança de encontrar os filhos, era só no que ele falava só no que ele falava, quando viu o nome dos filhos nas listas dos mortos, ele infelizmente teve derrame e morreu depois de um mês.

A operação na região do Araguaia ceifou a vida de muitos militantes ainda jovens. Hoje, alguns pesquisadores têm-se dedicado a pesquisar a trama e compreender o porquê de tamanha violência e abuso de poder, quando o próprio Estado descumpriu seu papel de proteção da sociedade civil.

Certamente, as ocorrências não se deram exatamente em Barreiras, porém os dois eventos foram de grande repercussão na cidade e em seu entorno. Provavelmente, os casos vieram asfixiar qualquer tipo de reação da população contra os crimes cometidos.

A entrevistada considera que o movimento de reação à ditadura militar por causa do qual diversos jovens se filiaram a partidos de esquerda e movimentos armados, foi desnecessário, por considerar que o ideário comunista é em vão. De acordo com a entrevistada Lara:

Eles como muitos jovens da época deles, da década de setenta [...] tiveram um grande sonho de modificar o sistema político do país, eles não conseguiram, mas eles fizeram aquilo com a maior dedicação e morreram com essa intenção. [...] lá enfrentar Exército, quer dizer, é uma inexperiência da pessoa jovem, então o jovem tem que saber disso, tem que saber que do ponto de vista do psicólogo eles tinham aquela lá, aquele desejo, aquele entusiasmo, aquela ânsia que eles se enganaram a si mesmo, o resultado é que morreram.

No seu ponto de vista, a luta dos dois jovens barreirenses e de todos os outros que se dedicaram à queda do regime e optaram pela luta armada, foi uma participação imatura. A entrevistada até reconhece o ideal, porém classifica o movimento de resistência como indevido.

3.1.3 Os sentidos atribuído às consequências da ditadura militar em Barreiras

De acordo com os entrevistados, no período da mudança do BEC para o interior da Bahia, Barreiras era classificada como um lugar tranquilo e pacato, certamente considerado pelo regime como um local “disciplinado”, onde não existiam protestos abertos, onde as poucas manifestações aconteceram de forma

sutil e veladas, apesar de alguns cidadãos comungarem com ideias de esquerda.

Quando questionados a respeito da reação dos moradores em relação ao BEC, o entrevistado Claudio afirma que: “Ah, a relação foi muito boa, muito boa. Apesar de que tinha ainda aquela ... o medo das famílias dos militares, chegando os militares naquela época” (entrevista no dia 28/10/2016). No seu ponto de vista, as pessoas ficaram temerosas com a vinda de mais de dois mil homens do corpo militar para atuarem na região, na época da presidência de Emílio Garrastazu Médici, o momento mais repressivo da conjuntura. Nesse caso, naturalmente a circunstância inspirava medo para os moradores e, acima de tudo, precaução, devido a tudo que estava em questão.

É muito provável que o ambiente tenha-se tornado desconfortável com a vinda da estrutura militar, em especial a insegurança causada na população pela possibilidade de algumas pessoas viverem investigadas pelos militares. A Professora Lúcia argumenta que: “Como os alunos me tinham muita atenção, um soldado a quem às vezes eu emprestava livros para ajudá-lo, me fez a seguinte observação:

- Professora, cuidado, lá no BEC tem todo o seu dossiê” (entrevista dia 27/07/2016). No episódio, o aluno alertou a professora da existência do portfólio guardado no BEC, documento em que existiam informações acerca da professora e, provavelmente, de muitos servidores públicos e moradores da cidade, nesse caso as pessoas poderiam ter suas atividades supervisionadas pela organização militar.

O exemplo da professora não se trata de um caso isolado, exclusivo de Barreiras; nesse âmbito do cotidiano escolar, todo o país vivia o mesmo infortúnio, uma educação formatada no campo da vigilância e da perseguição. Os docentes se encontravam sob o estado de controle permanente. A esse respeito, Lira (2010) afirma:

Nessa situação de paralisia forçada da sociedade e tendo como arma de repressão do Decreto nº 477, que previa a expulsão de alunos e professores e funcionários das escolas, proibindo qualquer manifestação de caráter político, prevendo duras sanções e penalidades aos acusados de atividades políticas consideradas ilegais, a ditadura procurava silenciar os movimentos em defesa do ensino público que se confrontavam com as políticas impostas pelos militares. (LIRA, 2010, p. 76).

O sistema militar controlava sistematicamente os espaços institucionais, o Serviço de Informação avançava, identificando os desafetos do governo; assim. no Oeste baiano não foi diferente de outros locais, mas como se tratava de um espaço

pacato, a reação dos habitantes foi de apreensão.

Até os dias de hoje é perceptível o receio dos entrevistados ao responderem algumas perguntas. Ao ser questionada sobre algum evento a respeito do qual pessoas tinham sido convocadas a prestarem depoimentos no quartel, a entrevistada Margarete respondeu da seguinte forma: “Meu pai me dizia assim: não citamos nomes, porque nós não sabemos se ainda nós saímos desse regime (entrevista dia 15/07/2016)”. Ou seja, as pessoas ainda demonstram preocupação e cautela ao abordarem o assunto, nessa análise a adulta declara até agora viver receosa do jugo da ditadura.

Outro incidente dessa mesma natureza, relatado por uma professora, tratou de uma experiência familiar, quando em 24 de fevereiro de 1964, nasce seu filho em Barreiras, cujo nome adotado foi semelhante a outros nomes russos⁹. A entrevistada conta que o registro do menino foi adiado, pelo fato de o pai temer represália. Em seu relato, a idosa Jerusa comenta:

Eu acho que eles já tinham essa tendência de ser comunistas, já tinham essa tendência. Agora, depois que 4º BEC chegou, eu não tenho certeza se eles foram chamados lá ou ficaram apenas sendo vigiados [...] chegaram ao ponto de ficar sendo, fiscalizados eu sei que meu marido era amigo dessas pessoas e quando [a criança] nasceu, ele botou o nome de [...] e no dia 24 de fevereiro de 1964.[...] Com receio, 1964 o negócio tava fervendo, e aí eu digo, eu fiquei olhando, quando eu olhei a data, nossa... como ele demorou de registrar [...], depois eu ainda vou perguntar a ele isso aí (entrevista dia 10/09/2016).

Em 1964, o 4º Batalhão não havia chegado à localidade. Embora Barreiras fosse pequena, a comunidade estava informada quanto à política repressiva do governo militar e, por isso, mesmo distantes da capital, as pessoas tinham medo da violência perpetrada pelo Estado. O caso citado acima, aparentemente irrelevante, podendo passar despercebido, demonstra como já no início da ditadura militar no Brasil, as famílias se precavam mesmo em torno de aspectos aparentemente simples. Nos relatos dos cidadãos barreirenses apresentados, fica evidente a explicação de Vieira (2014) em relação aos abusos de poder e à violação dos direitos humanos praticados pelo Estado:

⁹ Trata-se de um nome comum no Brasil, mas de origem russa, o qual nos abstermos de enunciar para evitar que o sujeito possa eventualmente ser identificado. Resguarda-se, assim, o sigilo exigido nesta pesquisa.

Casas eram invadidas e vistoriadas, em busca de alguma coisa comprometedora, se isto significava alguma oposição ao governo. Pessoas sem documentos eram tachadas, no mínimo, de suspeitas e em geral detidas.

A repressão política, comandada diretamente pelo Poder Executivo, estendeu-se pelas cidades e pelos campos do Brasil. Justificando-se através da urgência em conseguir informações, capazes de permitir a extinção dos grupos armados, desaparecia a ética da responsabilidade. Os brasileiros viveram então, quase sempre, a tortura da suspeita, quando não foi outra tortura (VIEIRA, 2014, p. 73-74).

As atitudes intolerantes e abusivas dos agentes militares se expandiram por muitas cidades do Brasil; desde a consolidação das normas ditatoriais, o cidadão vivia coagido e desprotegido de garantias constitucionais. Não só a vida pública, mas a intimidade dos indivíduos foi desrespeitada, frente às manobras truculentas do golpe.

3.1.4 A interferência militar na vida escolar

A instalação da ditadura militar implantada no país gerou mudanças em todos os âmbitos sociais. Para além do campo estritamente político, as instituições educacionais foram bastante utilizadas como aparelho de legitimação e consolidação das ideologias do sistema repressivo. O formato da educação foi fundamentado para garantir a hegemonia da nova ordem e a política educacional teve como objetivo inculcar na sociedade valores e ideais de uma democracia dissimulada.

Desde o período inicial da tomada do poder, o regime recorreu ao sistema de ensino e a seus elementos para servir às exigências do regime militar. Cabe ressaltar que em todas as fases pelas quais perpassou aquele período histórico, com Presidentes gerais, a educação se tornou objeto de manipulação do Estado. As reformas se deram tanto no ensino superior (lei nº 5.540/1968) como no ensino de 1º e 2º grau (lei nº 5.692/1971). No entanto, na reestruturação educacional, as modificações foram administradas dentro de um quadro no qual o abuso do poder e da violência se tornaram componente obrigatório.

Nessa perspectiva, a atuação do 4º Batalhão em Barreiras fez uso, de igual modo, de seu aparelhamento invasivo e interferiu de forma efetiva na dinâmica das atividades escolares. Abaixo os relatos apresentados de dois entrevistados, que

descrevem a forma como os militares assediavam as instituições de ensino da cidade:

Eles chegaram aqui com muitas milhares de pessoas, logicamente também crianças e jovens. Os jovens foram todos para o colégio Padre Vieira e eles para ajudar lá, colocaram vários tenentes lá, engenheiros lecionando matérias difíceis como, por exemplo, física, química eu não sei bem se foram essas matérias, eu era professora lá esse tempo. Colocaram um sargento lá como inspetor de disciplina, os alunos gostavam muito dos professores, agora tinham atrito com o sargento por que o sargento queria colocar lá que era de jovens à mesma disciplina que tem no serviço militar [...] então ele procurava assim impor no colégio uma disciplina que não precisa ter numa escola eu lembro bem desses entreveros dele com as moças por causa pra prender o cabelo e eu como professora era contar isso e eu dizia pra ele: Olha isso aqui não é um Quartel vocês tem que ver que é diferente dos soldados que tem o cabelo curto de moças de meninas que tem o cabelo o cabelo grande e precisa de... (lara, em entrevista no dia 26/09/2016)

Olha a relação, só sei que o Colégio Padre Vieira, o Coronel Celso praticamente derrubou e fez, refez tudo toda a estrutura, a parte da estrutura onde é a UFBA antiga, aquilo ali, toda aquela melhoria que teve ali foi feito pelo Celso Viana de Araújo. Botou o equipamento e mão de obra, Que hoje, onde foi o Padre Vieira, hoje é a Universidade Federal, tá certo? E depois o Batalhão construiu mais tarde em 74 o foi construído o colégio na Vila dos Funcionários o Colégio Duque de Caxias né? Foi construído pelo Batalhão, depois doado ao Município (Claudio, em entrevista no dia 28/10/2016).

No primeiro testemunho, a professora destaca o interesse dos soldados em disponibilizar a equipe militar do BEC para trabalhar no Padre Vieira. Um sargento assumiu o papel de inspetor enquadrando o mesmo sistema rígido e disciplinar do Quartel, na sala de aula. Cederam também soldados, para ministrar aulas. O idoso Cláudio lembra a reforma da Escola Padre Vieira e a construção da Escola Duque de Caixas.

Apesar disso, cabe ressaltar que, em uma narrativa, é citado o evento em que o diretor da escola que sofreu intervenção pelos militares chegou a ser afastado de sua função e em seguida transferido para Salvador, por suspeitarem que esse profissional fosse integrante do partido comunista. Dessa forma, infere-se que as mesmas deliberações de perseguir e anular atividades públicas aplicadas em outros lugares do país também o foram de igual forma no município de Barreiras (Ana Laura, em entrevista no dia 15/08/16).

A trajetória do golpe se caracterizou pelo uso de seus métodos e pelas atividades da corporação a fim de se apropriar das instituições de ensino. Dessa

maneira, mudança no currículo, inserção de disciplinas, perseguição, destituição de docentes dos seus cargos e fechamento de universidades foram demandas autoritárias que configuraram o itinerário pelo qual percorreu a educação no Brasil de 1964 a 1980.

Nessa direção, o aparelho baixou decretos, criou leis e atos institucionais para sedimentar suas ações; da mesma forma, valeram-se também de leis para colocar em prática o projeto de legitimação de sua interferência. Segundo Vieira e Farias (2007),

Para o campo educacional, o regime militar significa uma clara inflexão na política existente. Sob a égide da ditadura, novos instrumentos legais orientam o país: uma nova Constituição é outorgada (24/01/1967), sendo, posteriormente, modificada por Emenda Constitucional (17/10/1969), ambas concebidas de modo a justificar o regime de execução. Na educação, os rumos seriam ditados por duas leis e um amplo conjunto de decretos: a primeira, que regulamenta a reforma universitária, institui os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média (Lei n 5.540/68); a segunda, fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau (Lei n 5.692/71). (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 122).

Para a consumação do golpe tornavam-se de extrema necessidade normas que regulamentassem as transformações ocorridas para justificar o sentido que a ditadura militar atribuiu a educação no Brasil, fazendo desta um instrumento hegemônico de estratégias políticas, para manipular e adestrar a sociedade de acordo com suas diretrizes.

A partir da chegada dos militares em Barreiras, o desfile de 7 de setembro e as horas cívicas passaram a fazer parte do calendário escolar. Aparecem em alguns relatos excursões promovidas pelo BEC para os estudantes. No passeio, os estudantes conheciam as dependências do quartel e usufruíam da extensa área, com quadra esportiva e parque.

Inclusive, no relato de Jerusa, professora à época, fica evidente a relação dos professores e alunos com as sugestões vindas do Batalhão.

Ficou mais assim direcionado, como eu digo, cantar o Hino Nacional na escola, chegar a semana da Pátria, cada professor em dupla ficava responsável pra os meninos recitar poesia na frente da escola, antes de entrar, na semana da pátria foi aquela coisa mais chamando atenção, foi esse lado aí (entrevista dia 10/09/2016).

Apesar da conjuntura rígida e autoritária, alguns entrevistados concebem que houve uma ação profícua do batalhão na comunidade educacional, principalmente quanto à reforma e à construção de escolas. Eles falam também do suporte em

recursos humanos concedidos pelos soldados.

De uma forma geral, a ditadura militar no Brasil representou a face mais autoritária dentre os períodos da história nacional, porém a cidade de Barreiras vivenciou um momento atípico, tendo em vista a instalação do 4º BEC no município. Fica evidente que a memória do grupo de adultos entrevistados é permeada por contradições: em alguns momentos a ditadura é apontada nas entrevistas como um momento violento, de perseguição, indicando-se o que consideram excessos do regime sem, no entanto, negá-lo em sua radicalidade. A chegada dos soldados, bem como as transformações positivas efetivadas na comunidade, é eivada de consideração e reconhecimento, social e afetivo, dos entrevistados para com os militares. Desse modo, nota-se que a concepção do golpe e a lembrança de todo o percurso de desrespeito e violência praticado naquele momento em Barreiras foram suprimidos diante da relação construída entre os moradores e o quartel.

3.2 Os sentidos atribuídos pelos jovens à ditadura militar

Neste ponto, serão analisadas as entrevistas com os jovens. A composição do texto será desenvolvida dentro de cinco tópicos. Inicialmente, serão apresentadas as considerações dos entrevistados em relação a sua concepção sobre a ditadura militar no país. Em seguida será abordará a relevância do 4º BEC para os jovens, tendo em vista a discussão sobre a presença dos militares em Barreiras e a mobilização desse grupo como elemento de proveito econômico para os jovens. Aqui se contempla também o ponto de vista dos entrevistados quanto ao retorno dos militares ao comando do Brasil. Na composição das perguntas, a imagem do comunista Gregório Bezerra, retirada do livro de Gaspari (2014), *A ditadura envergonhada*, foi explorada como ferramenta de investigação, sobretudo quanto ao sentido atribuído aos jovens à cena apresentada. E para finalizar o quadro de entrevistas, os jovens foram questionados sobre o grau de importância destinado ao conteúdo didático “Ditadura Militar”, na abordagem do currículo escolar.

3.2.1 Concepções sobre a ditadura militar

Embora a ditadura militar no Brasil se configure como sistema político fechado, autoritário e repressivo, que abriu fissura na liberdade de expressão e nos direitos humanos, dentre os doze jovens entrevistados, apenas a metade teve uma resposta que se aproximasse do que foi o regime em questão. Os outros jovens não conseguiram apresentar um panorama do que de fato foi o desenrolar dos acontecimentos a partir de abril de 1964.

Ao serem questionados sobre a concepção da Ditadura Militar no Brasil, os jovens entrevistados não foram unânimes em suas narrativas quanto ao período histórico investigado. Entre os doze alunos entrevistados, sete apresentaram um ponto de vista mais fidedigno com relação aos fatos, os cinco expuseram uma visão confusa do que foi realmente a Ditadura civil-militar no país. As duas entrevistas a seguir demonstram as contradições da representação dos jovens sobre a ditadura militar:

Pra mim, a Ditadura Militar foi um dos períodos mais difíceis enfrentados pela população brasileira. Foi quando a ... é democracia em si, o poder do povo foi reprimido pelo Exército ... foi o período em que o Exército reprimiu a população brasileira. (Leandro, em entrevista no dia 11/11/2016).

A ditadura militar no Brasil, com os meus conhecimentos é que foi assim um recomeço por um Brasil melhor... Os militares reuniram tropas, reuniram batalhão, tudo que eles reuniram foi pra tentar uma reconstituição da república. Como tem umas, alguns registros ... mesmo na própria Prefeitura de Barreiras hoje tem alguns registros, algumas coisas que falam um pouco da ditadura militar e também é a roganização [organização] que tinham muitos políticos, e mesmo dentro da Ditadura, no começo da ditadura, foi... Como é que eu posso falar, estavam roubando da própria Prefeitura e da população, mesmo da população como das vilas. Vila Brasil mesmo e Vila Dulce são umas das que assim, sofreram um pouco da Ditadura Militar porque tinham muitos militares que entravam que entravam na casa de pessoas humildes que não tinha nada a ver e assassinavam essas pessoas e ficavam por isso mesmo. (Wanderson, em entrevista no dia 14/11/2016).

Fica evidente a discrepância entre as duas falas: a primeira embora o aluno não desenvolva um ponto de vista mais consistente do processo de constituição da ditadura no Brasil, ele traz elementos presentes da época, reconhecendo a dificuldade do tempo em questão, lembra a mutilação da democracia e a repressão

utilizada pela força militar. O segundo depoimento está desalinhado; no início, o aluno traz o esforço dos militares para restaurar a república, mas o que seria a restauração da república na visão do entrevistado? A república estava estabelecida a partir do voto direto, mas no fragor do golpe, a intervenção militar suprimiu o Estado democrático pelo despotismo. Então, não existe coerência em sua visão sobre o golpe. Na conclusão, ele faz alusão ao desrespeito e aos assassinatos ocorridos no movimento repressivo.

Na análise das respostas quanto à concepção que os jovens trazem com eles, de forma geral, algumas categorias relacionadas ao regime são recorrentes; nesse sentido eles apontam: democracia, repressão, ausência da expressão, privação da liberdade, agressão e violência. De fato, as categorias ora citadas compõem o contexto. No entanto o diálogo apresentado é superficial, vago, retratando algo irrelevante. Discute-se acerca dessa experiência incomum, penosa e conhecida por muitas pessoas de forma apenas reducionista. Germano (2011) declara:

O período 1964-1969 traz um progressivo endurecimento do regime, com a conseqüente eliminação dos escassos espaços liberalizantes. Esse processo de endurecimento pode ser encarado como uma reação às mobilizações sociais; à ofensiva do movimento estudantil, notadamente em 1968, a tropeços eleitorais; a eventuais conflitos entre o Executivo e o Legislativo e ao surgimento de grupos armados de oposição ao regime. (GERMANO, 2011, p. 55).

Esses traços de regime citados por Germano (2011) vêm sendo discutidos de forma simplista nos espaços escolares, reduzindo esse período tão importante da história nacional à falta de expressão e à agressão.

Uma das narrativas, contudo, revelou mais detalhes do período. A jovem Daiane, aluna do ensino médio, expressou sua compreensão da ditadura da seguinte maneira:

Então, em 1965 a 1985, teve tortura, essa tortura foi pra descobrir pessoas que tava envolvida na luta armada, os povos militares invadiam casas, local de trabalho pra pegar essas pessoas. Ele torturava essas pessoas; essas torturas incluíam choque elétrico, afogamentos e outras torturas. Eles levavam esses presos para a delegacia, lá dentro tinha uma sala, uma sala que era fechada pra as pessoas não ouvir, para as pessoas não ouvir o grito desses presos. E, parece que foi em 1984, o Presidente Ernesto viu que tava passando dos limites essas torturas e diminuiu essas tortura e despediu muitos militares, pois esses próprios militares que faziam isso com as pessoas e descobriu que mais de duzentas e mais de

duzentas foi morta por causa dessa torturas; e cem pessoas desaparecidas (entrevista no dia 21/11/2016).

O depoimento da estudante evidencia o comportamento repressivo da instituição militar que, por sua vez, administrou o sistema político utilizando mecanismos violentos como forma de conter as organizações de resistência, consolidando sua base autoritária por vinte e um anos. Dessa forma, ela destaca dois instrumentos de tortura muito comuns, principalmente durante os interrogatórios, como o choque elétrico e o afogamento, trazendo também a lembrança dos temidos porões dos quartéis, nos quais muitos presos eram submetidos à tortura e assassinatos.

Além disso, no início de sua resposta ela lembra a luta armada, iniciada em 1968, devido ao aumento da repressão. De fato, a violência era recorrente durante a ditadura militar. Em sua obra “A ditadura Envergonhada”, Gaspari (2014) relata um trecho do momento da aplicação da tortura e espancamento a um preso guerrilheiro.

Antes de qualquer interrogatório, um capitão jogou-o ao chão e, depois de chutá-lo, ordenou que a tropa “cuspiasse na cara desse filho da puta, comunista, assassino”. Foi espancado e crucificado nas grades de sua cela. Torturaram-no em três quartéis diferentes. Num deles teve crise de demência e foi submetido ao tratamento médico. [...] acabou virando fato irrelevante na história dos vencedores. Para os demais foi um marco doloroso e precoce da tragédia nacional que se constituía. (GASPARI, 2014, p.196).

A interdição autoritária do governo também alcançou os meios de comunicação de massa. Embora na prática a censura tenha começado em 1967, o decreto-lei nº 1077, de janeiro de 1970, respaldou a punição à imprensa que divulgasse informação contra o regime autoritário. Nas entrevistas a seguir, os jovens trazem esse feito do Estado em tolher não apenas os meios de comunicação, mas um momento em que o povo brasileiro teve sua liberdade cerceada pela junta militar. Assim, para Dimas e Rute, respectivamente:

Bom, a ditadura militar no Brasil, eu tenho conhecimento de que foi uma época muito difícil pra a população brasileira ... era uma época de sofrimento, porque as pessoas, não poderiam, não podiam se expressar, não podiam é, dá sua opinião, não tinham liberdade, pra andar pelas ruas quando quisessem era um tempo de vigilância, as pessoas não tinham liberdade alguma pra nada. (entrevista no dia 11/11/2016).

Eu sei que naquele tempo da ditadura havia muita injustiça e as pessoas não tinham liberdade de expressão. E se elas fossem tentar se expressar de alguma maneira contra a ditadura elas tinham que pagar de alguma maneira até com a vida mesmo. (entrevista no dia 21/11/2016).

Algo comum presente nas entrevistas é o equívoco dos jovens ao se reportarem aos militares presentes na época. Essa é uma questão que provavelmente esteja ligada à trajetória dos militares na cidade de Barreiras, assunto já discutido acima. Na declaração do jovem, ele cita o tempo de duração de intervenção militar no processo político no país, faz menção às mortes, à ausência de liberdade e à tensão vivenciada pelos brasileiros, porém no meio da fala, afirma que os militares contestavam o governo por desferir o golpe. Assim de acordo com o jovem Kevin:

Pela minha concepção, pela ditadura que houve aqui no nosso Brasil, foi uma ditadura assim que durou vinte e um anos e que foi uma ditadura muito complicada, houve muitas mortes e a nossa população sofreu demais com isso, fizeram, tentaram fazer reivindicações só que não puderam, porque sabiam que se fizessem iam ser mortos. Os militares, mesmos, eles mesmos caçavam as pessoas que vinham é no caso, de tentava reivindicar. Falava que tava tudo ruim, que tava sendo, mal aproveitada, no caso do poder dos militares, porque os militares eles incomodam muito os políticos. No caso, aquela época dos políticos, os militares não concordavam com o que eles faziam e tomaram o poder aqui no Brasil, fazendo isso houve muitas mortes, porque os outros políticos que podiam entrar, não podiam, porque se eles entrassem os militares iam interferir e provavelmente iam torturar e matar ela, os políticos que tentavam é retomar o poder, vamos dizer assim. (entrevista no dia 18/11/2016).

A representação legada ao jovem da cidade de Barreiras em relação ao militarismo está intrinsecamente relacionada à instalação do 4º BEC. Nesse caso, a figura simbólica do militar autoritário e hostil foi suplantada pela figura do militar responsável pela construção e desenvolvimento do município. Em relação à história, pode-se considerar que a memória dos jovens se tornou manipulada em relação ao que representou a atuação dos militares na ditadura. Para explicar esse abuso da memória, que é a memória manipulada, Ricoeur (2007) argumenta:

Também era o nível em que a problemática da memória cruzava a da identidade a ponto de com ela se confundir, como em Locke: tudo o que constitui a fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica. Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os

abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. (RICOEUR, 2007, p. 455).

Como já discutido anteriormente, a memória está intimamente ligada à formação da identidade de um povo. O relato do jovem Kevin, anteriormente apresentado, confirma a continuidade do discurso dos adultos, transmitido à geração posterior, no caso, com o discurso acerca do personagem militar como herói e salvador. Certamente, a instalação do quartel proporcionou mudanças na cidade; porém, a atuação militar frente às atrocidades da ditadura não pode ser esquecida. Assim, Ricouer (2007) chama a atenção para o quanto a memória está sujeita à manipulação e à adesão de ideologias.

Também diante das entrevistas analisadas, é importante destacar que algumas respostas não apresentam sentido em relação ao processo de constituição da ditadura militar no país, o que demonstra que o tema em discussão foi pouco transmitido aos jovens. Nas expressões abaixo, percebe-se o esquecimento quanto ao período histórico em destaque:

Eu acharia que é muito importante né? Porque a Ditadura Militar tem muitos anos atrás, que os povo não cita sobre isso, então é muito importante as pessoa saberem agora tá acontecendo no Brasil sobre a ditadura Militar. (Milena, em entrevista no dia 18/11/2016).

Olha é, pra mim eu acho que a ditadura militar assim foi muito dura, teve muitas mortes, muitas pessoas inocentes que não tinham nada a ver morreram assim sem dever nada. Foi um processo muito duro e vieram militares de outros países pra cá, pra controlar a política. Quem mandava no Brasil era eles, eles queriam é mandar na cabeça das pessoas, pra pessoas pensar como que eles queriam. A pessoa não podia expressar qual era a sua religião. Tinham que viver sobre as ordem deles entendeu? Ruim é isso, foi muito duro, foi um processo muito duro. (Denise, em entrevista no dia 21/11/2016).

Nas explicações são pontuadas as dificuldades da repressão, as mortes e a dureza do processo, mas a informação que veio militar de fora e que a repressão se estendeu à religião, não ocorreu. Nesse caso, as respostas não estabelecem relação com a realidade.

Entre as entrevistas, uma merece destaque: é quando uma aluna traz para sua fala as memórias de sua Avó sobre a vigilância e a opressão vivida pelos cidadãos barreirenses com a chegada do BEC. A aluna assim relata:

Eu sei assim pelo alto pelo que familiares que contam que antigamente aqui era quando vindo o 4º BEC [...] não podia ter falado sobre política e que Barreiras era um local assim muito afastado, muito desigual, mas também tinham vários cantos que ficavam os policiais ou soldados, que ficavam reprimindo e ficavam atuando em vários locais. (Júlia, em entrevista no dia 14/11/2016).

A fala da aluna aponta o que Halbwachs (2006, p. 90) identifica como “passado apreendido”. Nesse caso, o autor entende o passado no esteio da memória coletiva. No depoimento ora citado, a estudante evoca a lembrança de sua avó, ou seja, no “passado vivido” do recorte do período da Ditadura militar na cidade de Barreiras, enquanto os outros depoimentos se fixaram à concepção do golpe militar por meio do conhecimento institucionalizado pelo currículo escolar.

A jovem Júlia buscou nas vivências de sua avó a reconstrução do passado; assim, ela traz a experiência sobre o regime para sua realidade próxima, ou seja, o seu município e as lembranças de alguém de sua família.

Nessa perspectiva, para o autor, o passado vivido é mais amplo e renovável, semelhante à história viva, enquanto a história escrita se caracteriza por ser fixa, apresentar-se resumida em livros e, por vezes, tratar-se de mera sequência de eventos. Portanto, para Halbwachs (2006):

A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. (HALBWACHS, 2006, p. 100).

Embora em suas declarações os alunos, de um modo geral, apontem o período da ditadura militar como uma passagem negativa da história nacional, o que se observa é a forma como os alunos tratam essa realidade, reportando-se ao momento como se fosse um acontecimento distante de sua realidade e de suas vidas, sem tecer análise crítica do regime.

3.2.2 A relevância do 4º BEC para os jovens

Como vimos anteriormente, a ida do 4º BEC para Barreiras é constantemente salientada como positiva pelos entrevistados, adultos. Podemos constatar que os

barreirenses atribuem importância ao desenvolvimento da cidade potencializado com a chegada da corporação à cidade. Em seus relatos, adultos lembram como era a precariedade física do local, pois Barreiras, localizada no Oeste Baiano, estava praticamente isolada, privada de vias de acesso à capital e a outros centros urbanos.

Os jovens sabem muito pouco do processo de instalação do batalhão; no entanto, a carreira militar tem sido um grande atrativo para esses sujeitos, em especial homens, sendo que os eles enxergam no serviço oportunidade de emprego e de profissionalização, principalmente para os meninos de baixa renda, uma vez que os serviços prestados são remunerados o que foi inclusive o caso do nosso público de entrevistados. Ficou constatado mediante o emprego do questionário que esses jovens integram uma classe social que sobrevive com pouca renda e, por isso, enxergam a instituição militar como oportunidade de melhora de vida.

Para responder às perguntas sobre a finalidade e atuação do BEC na cidade a maior parte dos jovens expressou o mesmo pensamento em suas respostas. No entanto, as entrevistas de dois dos estudantes são bastante pertinentes para entendermos esse ponto de vista:

Bom, há o 4º BEC ele tem um papel fundamental, né! Porque ele pega os jovens quando completa dezoito anos, tem o seu serviço militar, as pessoas às vezes não, não tem uma decisão correta sobre a carreira que quer tomar na vida, um rumo que quer tomar na vida e a partir do 4º BEC já ficam encaminhado, já se encaixam em alguma coisa né? [...] E dentro eles até tem um tipo um teste vocacional pra ver em que área a pessoa se encaixa melhor. Então é muito bom que a pessoa se encaminha. (Dimas, em entrevista no dia 11/11/2016).

Bom a nossa cidade de Barreiras aqui, a atuação é muito alta porque é, o desemprego tá muito alto na nossa cidade e os jovens como não conseguem emprego vão o que? Quartel. Por que por lei aos dezoitos tem que servir o Quartel, chegando lá a única maneira de eles conseguirem ter uma boa casa e ter um seguro da vida é servir o Quartel. E ainda mais sabendo que pode crescer lá dentro, pode se tornar alguém melhor, mais nem sempre é verdade esse tipo de situação. A pessoa entra e já com, com o sentido assim de que não quer ajudar só quer trabalhar mesmo, porque o desemprego tá muito alto em nosso país. No caso que a senhora perguntou: O 4º BEC ajudou? Ajudou muito, ajuda até hoje. Por que, porque eles fazem rodovias, fazem pistas, construções civis, que no caso desde o começo da nossa cidade foi o Quartel, quando o quartel chegou aqui eles começaram a melhorar a nossa cidade é ajudaram até em plantações porque trabalhavam em construções civis também, eles faziam de tudo, por quê? Porque eles queriam crescer a nossa cidade. (Kevin, em entrevista no dia 18/11/2016).

Vale ressaltar que o grupo de jovens entrevistados é de média a baixa renda; nesse sentido, geralmente o público que presta serviço militar pertence a essas classes sociais, mesmo porque eles enxergam no Exército fomento de formação profissional. Assim, para além das mudanças de cunho estrutural, o BEC trouxe para a cidade uma perspectiva quanto à mudança na realidade econômica dos jovens.

A partir dessa consideração, na qual fica clara a diferença do sentido dos militares na visão dos adultos e dos jovens. Ao entenderem o serviço militar pelo viés financeiro, o sentido atribuído a essa instituição se relaciona à superação da realidade material. Nas entrevistas, os jovens expõem as seguintes falas:

O 4° BEC tem a finalidade de trazer da oportunidade de emprego pra jovens, pra ir prosperando no decorrer da carreira e sei lá chegar a algum lugar. (Heitor, em entrevista no dia 11/11/2016).

É um meio de ajudar mais os jovens, né! Como uma profissão pro jovem, hoje em dia que quer seguir uma profissão. [...] Carreira militar. (Daiane, em entrevista no dia 21/11/2016).

Também em outras falas, foi destacada uma oportunidade social de mudança de comportamento; alguns alunos enxergam no BEC, um local de condução moral, por ser um lugar onde a prática da disciplina é uma rotina dos soldados. Para a jovem Denise,

além deles ganhar uma renda boa, ainda tem a oportunidade de mudar o seu comportamento, mudar o seu modo de ver a sociedade, as pessoas a família, porque muitos jovens não respeita os pais, pensa totalmente diferente e quando entra lá muda a cabeça, melhora. (Entrevista realizada em 21/11/ 2016).

O mesmo ponto de vista sobre o Batalhão foi sinalizado pela jovem Rute:

Eu acho que ajudou bastante o conceito dos jovens, que vão pra lá e tal e muda o conceito de vida até na maioria das vezes mudam bastante, eu acho bom (Entrevista no dia 21/11/2016).

Nesse aspecto, além de uma fonte de proventos, as práticas rigorosas do serviço militar com as regras de comportamento e a disciplina cobrada dos soldados são condições de sujeição ao Exército consideradas satisfatórias, conforme apontam alguns entrevistados. Pinheiro e Pitta (2012) comentam essa compreensão pelos jovens brasileiros:

Se nos grandes centros urbanos a farda camuflada ainda exerce um respeito considerável, nesta era em que temos observado descrença nos valores cívicos da sociedade, em Barreiras o Exército não só impõe respeito como é a menina dos olhos da cidade. É o sonho de muitos jovens se incorporar nas fileiras da Força, visando recuperar valores éticos e morais, e conseguir preparo profissional para a cidade que clama por mão-de-obra especializada. (PINHEIRO; PITTA, 2012, p. 64).

Nesse aspecto, alguns jovens associaram o 4º BEC à segurança nacional, no sentido de proteção territorial e local. Em suas palavras, a jovem Bianca atribui a presença do 4º BEC ao objetivo de “ajudar as pessoas e, de certa forma, trazer um pouco de segurança pra gente” (entrevista realizada em 21/11/2016). De igual modo, a jovem Milena afirma: “Com certeza porque é tipo assim se caso acontecer uma guerra ele está aqui para proteger a gente” (entrevista realizada em 18/11/2016).

Em seus diálogos, é possível identificar os sentidos positivos atribuídos pelos jovens ao Batalhão nos dias de hoje, tendo em vista que há a perspectiva de geração de oportunidades futuras por meio do serviço militar. Ou seja, os jovens se reportam ao serviço militar, imprimindo à instituição possibilidade de mudança de realidade dadas as oportunidades oferecidas pelo quartel. Por sua vez, a segunda entrevistada evidencia o já destacado pelos adultos, quais sejam as realizações em infraestrutura do BEC em Barreiras.

3.2.3 Os jovens e o retorno da ditadura militar

No fim do governo Jango, o movimento estudantil ganha força e, nesse contexto, as massas se articulam. Nesse mesmo sentido, outros movimentos crescem no Brasil, como o operário, o sindical e os movimentos pela reforma agrária. Nessa circunstância, os estudantes voltam suas reivindicações para transformações sociais. Ao ser deflagrado o golpe, o movimento estudantil organizou, diversas vezes, mobilizações contra a intervenção militar. No entanto, em 1966, com o endurecimento do regime, a União Nacional dos Estudantes foi fechada e, por isso, proibida de realizar manifestações. Os integrantes da UNE foram duramente reprimidos, principalmente após o AI-5.

Após a edição desse Ato Institucional, a ação autoritária do governo passou a reprimir os estudantes e aniquilou todas as organizações geridas pelo movimento estudantil. Sobre a condução desse processo Germano (2011) comenta:

A escalada repressiva desencadeada depois do golpe de 1964 atingiu duramente a educação. Os denominados movimentos de educação e cultura popular - CPC (Centro Popular de Cultura/UNE), MCP (Movimento de Cultura Popular), MEB, Ceplar (Centro de Educação Popular), Pé no chão... - foram todos fechados ou mutilados e muitos de seus participantes foram presos e cassados. (GERMANO, 2011, p. 106).

No entanto, mesmo impedidos de atuar, o movimento estudantil mobilizou-se de forma clandestina. Cabe ressaltar o papel desempenhado pelos estudantes na reestruturação democrática. O enfrentamento de sua entidade na defesa e garantia de direitos, da liberdade e de tantas outras reivindicações sem dúvida contribuiu para a queda do regime.

Em contraposição, a essa juventude que outrora lutou pelo fim da ditadura militar, o contexto dos anos de 2013 e 2014 apresentou um grupo diferenciado conclamando o retorno da política repressiva no país. No entanto, os estudantes do período em questão, que assistiu a violência e as atrocidades da conjuntura sabem o que é viver dentro de um regime ditador. Diante da análise é possível compreender que o retorno autoritário na direção de um país, significa retrocesso.

Por que essa discussão em pauta? Porque nas manifestações de 2013 e 2014 alguns jovens defendiam o retorno da ditadura militar. O episódio trouxe alguns questionamentos acerca do fato. Assim, essa ocorrência, juntamente com outros fatores, cimentou o interesse da pesquisa, inclusive balizando a discussão a respeito do sentido que os jovens de hoje atribuem ao retorno da ditadura militar ao país.

Nesse sentido, quando perguntados sobre sua concordância ou não com o retorno do regime militar, as respostas encontradas apresentaram divergências. Alguns jovens indicaram um posicionamento contrário à volta do regime militar como Leandro, que se posicionou da seguinte forma: “Não, por que eu sou a favor da democracia, sou a favor do poder decidido pelo povo e a ditadura é totalmente ao contrário a isso” (Entrevista no dia 11/11/2016). Em sua resposta, ele destaca o poder de decisão do povo, por meio do mais importante fundamento da política, a democracia assim ainda conclui a oposição a ela imbuída na ditadura militar, para a qual um dos seus primeiros atos foi à ruptura com o sistema democrático.

Nesse aspecto, diante do mesmo questionamento acerca de uma possível intervenção militar no país, o jovem Dimas revela seu posicionamento: “De maneira alguma, de maneira alguma, voltar à repressão, voltar aprisionamento, tortura isso seria inaceitável, isso seria uma regressão” (Entrevista no dia 11/11/2016). Enquanto o primeiro jovem trouxe a lembrança do fim do sistema democrático, agora os

instrumentos coercitivos do Estado aplicados como mecanismo regulador de controle são apontados como referência negativa da ditadura militar. De fato, ao assumir o poder no país, a divergência do regime com a democracia foi estabelecida desde o início.

Assim, como afirma Campos Filho (2012):

O Brasil viveu um período conturbado, entre 1964 e 1985. Falta de liberdade, leis de exceção, cassações de direitos políticos, repressão, tortura e morte - um regime de terror, instalado sob o pretexto de combater o terrorismo e a subversão. Sob a égide dos militares, cujos líderes eram quase todos procedentes da Escola Superior de Guerra (ESG), o país atravessou uma época de trevas cujo auge aconteceu entre 1968 e 1975; nem mesmo os antigos aliados, os que haviam marchado junto em 1964, escaparam da radicalização de uma ala importante das Forças Armadas. (CAMPOS FILHO, 2012, p.).

Em seu relato, a jovem Rute apresenta seu posicionamento dessa forma: “Eu sei que eu acho errado, que não devia estar acontecendo isso, que eles estão se equivocando” (Entrevista no dia 21/11/2016). Ela observa que a possibilidade de um retorno da ditadura militar seria inviável para o país e coloca também que a reivindicação quanto ao retorno dos militares ao poder é equivocada, porém não aprofunda mais o seu argumento em relação a esse questionamento.

No entanto, houve respostas confusas. Um dos estudantes inicia seu ponto de vista opondo-se à instalação do regime militar no país; porém, ao cessar a resposta se contradiz no início de sua fala. Segundo o jovem:

É... durante essa questão a gente tem que olhar para os dois lados, pelo lado positivo e pelo lado negativo. O lado negativo porque quando a ditadura militar tomou o poder houve muitas mortes. Pessoas foram torturadas, foi uma época muito difícil para nossa população brasileira. O lado bom é (que) eles são poderosos, qualquer problema eles podem resolver, porque eles têm poder para isso, só que vem outra questão do lado negativo, porque com tanto poder que eles possuem, eles sabem que não vai dar nenhum problema para eles, porque eles possuem poder, armamentos, gente que já é treinada para lidar com esse tipo de situação. Então, assim, fica os dois lados da balança, o lado negativo e o lado positivo. Lado positivo eles poderiam ajudar, eles têm poder para isso, eles podem aumentar nosso salário, melhorar nossa cidade, mas a maioria desde aquela época da ditadura eles não fizeram isso, eles só queriam realmente tomar o poder, porque eles não estavam gostando do que é... estava acontecendo. (Kevin, em entrevista no dia 18/11/2016).

No depoimento, o aluno sinaliza resultados do aparelho coercitivo, citando as mortes e as torturas muito presentes nos procedimentos do governo autoritário para a manutenção do poder. Esses elementos abusivos proporcionavam um clima de

medo gerenciado pelo órgão repressor. Na contraposição, ele confunde na conclusão o poder do Estado com a trajetória do 4º BEC na cidade. Mesmo que sem fundamento prático, essa visão reproduz uma memória coletiva construída na cidade, ou seja, a importância dos militares para o desenvolvimento da comunidade.

Outros jovens também responderam de forma inconsistente, sem coerência com o contexto histórico. Foi o que fizeram Júlia, Heitor e Milena, respectivamente:

Não considero que se a ditadura militar fosse voltada só ia reprimir só ao pobre e o negro, assim como se a ditadura fosse revogada aqui em Barreiras muita gente ia fazer coisas, coisa não indevida, mas o que ia sofrer mais era a população, por causa que os ricos e os burguesia não iam sofrer nem tanto. (Júlia, em entrevista no dia 14/11/2016).

Porque no meio desse protesto há muito vandalismo e confusão, confusão no meio desse protesto. (Heitor, em entrevista no dia 11/11/2016).

Sim, porque é importante pro Brasil e pras pessoas também. (Milena, em entrevista no dia 18/11/2016).

Assim, o primeiro depoimento traz a repressão restrita aos pobres e negros. No fechamento de sua fala, a jovem estudante manifesta acreditar que as elites estariam isentas da imposição do Estado. Dessa forma, a jovem demonstra ignorar que a realidade política do país na época foi transformada e as ofensivas autoritárias se estenderam a muitos setores sociais.

Na segunda narrativa, os protestos estão presentes. No entanto, o jovem manifesta indistinção entre as manifestações ocorridas no período ditatorial - que foram movimentos de resistência - e as ações de alguns grupos vândalos infiltrados nas manifestações mais recentes.

A última jovem, por sua vez, compreende a volta da ditadura como algo positivo para a população. Assim, tanto este quanto os dois relatos anteriores apresentam uma disfunção da memória, o esquecimento. Essa fragilidade, segundo Ricoeur (2007) resulta numa imparcialidade diante do contexto agressivo do regime civil-militar. Inclusive, a ausência dessas lembranças ou a dissimulação desse fato histórico incide num grande problema, que seria a reincidência de uma implantação militar no país. Diante disso, nas palavras do autor:

E o próprio esquecimento é chamado de trabalho na medida em que é a obra da compulsão de repetição, a qual impede a conscientização do acontecimento traumático. A primeira lição da psicanálise é, aqui, que o

trauma permanece mesmo quando inacessível, indisponível. No seu lugar surgem fenômenos de substituição, sintomas, que mascaram o retorno do recaiado de modo diverso, oferecido à decifração operada em comum pelo analisado e o analista. A segunda lição é que, em circunstâncias particulares, porções inteiras do passado reputadas esquecidas e perdidas podem voltar. (RICOEUR, 2007, p. 452).

De forma geral, as respostas dadas foram contraditórias. Apenas alguns alunos sinalizaram claramente o repúdio à atuação militar no comando do país; outros avaliaram o retorno das Forças Armadas ao poder como realidade promissora para o país. Partindo-se dessa análise, entende-se que, em diferentes tempos, a construção da realidade do sujeito se torna adulterada diante da falta da memória; a trajetória da ditadura militar no Brasil foi suplantada pela trajetória do período em Barreiras. Nesse caso, a falta da memória, sobretudo da memória coletiva, e um risco que se corre é, sim, o retorno do regime militar.

3.2.4 O sentido atribuído à imagem

Para fechar o bloco de entrevistas com os jovens alunos, foi-lhes mostrada a seguinte imagem:



Fonte: GASPARI (2014)

Esperava-se que os jovens se posicionassem em reação ao sentido atribuído àquela imagem. A cena imprime o contexto hostil do governo ditatorial, e denuncia o que frequentemente vigorava dentro da face mais cruel do sistema político: a violência, a humilhação e o abuso de poder. Nesse sentido, Gaspari (2014) descreve a cena da seguinte forma:

No dia 2 de abril, no Recife, o dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminu à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade. No fim da viagem, foi espancado por um oficial do Exército, com uma barra de ferro, em praça pública. Machucado e sentado no chão do pátio do quartel da Companhia de Motomecanização, no bairro da Casa Forte, Gregório Bezerra foi visto na noite de 2 de abril pelos espectadores da TV Jornal do *Commercio*, que filmara. (GASPARI, 2014, p. 134).

Gregório Bezerra fez parte de uma geração que lutou pela experiência de viver novamente em um país livre, engajado com a esquerda brasileira, durante sua militância contra os princípios perversos da ditadura militar. Foi preso diversas vezes, totalizando 23 anos de prisão. Em 1930, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro, foi capturado quando articulava um movimento em Recife. Dessa forma, além de preso foi torturado e condenado a 27 anos de prisão. Em sua trajetória política, Gregório foi vítima dos Atos Institucionais, tendo seus direitos políticos cassados e viveu no exílio. Porém, com o processo de anistia, em 1979, voltou ao Brasil, ingressando na carreira política pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Faleceu em outubro de 1983, na cidade em São Paulo.

Gregório Bezerra fez parte, ainda, de uma estatística de muitos brasileiros que tiveram a sua liberdade e seus direitos cerceados pelo sistema danoso do regime militar. Diante da imagem apresentada, uma jovem estudante teceu o seguinte comentário:

Significa uma repressão da sua liberdade de expressão, significa uma humilhação, sem pudor, sem piedade uma tristeza assim que o senhor está sentindo e ser massacrado no meio da via pública, uma situação muito deplorável, uma situação assim que desumano, que até a desigualdade tá sendo mostrada aqui, que tá sendo mostrada nessa foto, também só o preto e o pobre sofreu naquele tempo, todo mundo sofreu por causa dessa desigualdade e a ditadura nas políticas, por isso. (Júlia, em entrevista no dia 14/11/2016)

Para o jovem estudante Kevin,

Ao ver essa imagem, eu vejo muita coisa em minha cabeça, eu vejo um rapaz, um senhor já idade, cercado por homens armados, que provavelmente são militares, só que isso me vem a pensar que foi na

década que tudo começou a partir da ditadura da polícia militar, aonde provavelmente eles ter caçado esse senhor que eu já havia estudado um pouco sobre ele, só que eu não me recordo muito bem, só que por ver essa imagem vem muita coisa em minha cabeça, que realmente esse senhor com certeza ele foi torturado (Entrevista no dia 18/11/2016).

Correspondendo a esse mesmo sentido de imprimir à imagem um quadro desumano, no qual a eliminação da liberdade caracterizou o coroamento da ditadura militar, dos doze jovens consultados apenas um apresentou um parecer diverso dos outros colegas. Assim se expressou a jovem: “Mostra que muitas dessas pessoas podem chegar até esse ponto que o senhor chegou né? E mostra pra todos que isso não é certo o que ele fez” (Milena, em entrevista no dia 18/11/2016). Nesse caso ela concorda com o episódio e justifica a violência praticada pelo Estado como consequência dos atos praticados pelo jornalista, que no caso foi um dos cidadãos que resistiu ao golpe.

Nas demais apreciações, as falas enfatizaram a violência, o ideal de luta por direitos, a tortura e a injustiça. Foi o caso das seguintes falas:

Bom, é uma triste realidade, né, o que muitas pessoas viveram naquela época torturas, serem torturadas, serem caladas simplesmente pelo fato de ter uma opinião diferente dos demais, dos superiores no caso, que naquela época eram os superiores. (Dimas, em entrevista no dia 11/11/2016).

Pra mim representa um homem lutando pelos seus direitos e ele não pode fazer nada por isso e também representando o povo. (Heitor, em entrevista no dia 11/11/2016)

Sofrida. Porque uma pessoa que faz aquilo não é um ser humano, ela simplesmente não concorda com a pessoa e vai lá e maltrata, espanca, faz tudo sem aceitar a opinião deles (Bianca, em entrevista no dia 21/11/2016).

Nesse caso, eles reconhecem a prática da ditadura quanto ao uso da força e da violência frente a um militante que se expôs na luta contra os abusos da escalada militar. Gregório, mesmo limitado em reagir, ainda assim esforçou-se no enfrentamento. De acordo com Campos Filho (2012),

Sufocados em seus direitos elementares, impedidos de organizar-se e, até mesmo, de reunir-se legalmente, milhares de cidadãos brasileiros não aceitaram a mordida, reagindo de formas variadas, de acordo com suas conveniências. As ideias revolucionárias disseminaram-se entre as organizações de esquerda. Do radicalismo na defesa dessas ideias à opção pela ação armada contra o regime militar em busca do socialismo, passou-

se pouco tempo. O Brasil entrou em guerra consigo mesmo. (CAMPOS FILHO, 2012, p. 291).

Pela forma como os alunos se posicionam ao ver a imagem, percebem-se sentidos semelhantes nas duas referências: elas indicam traços evidentes do rastro nocivo do período. Destacaram em seus comentários a representação desumana instituída pela ditadura ao reservar penalidades impiedosas a seus oponentes, adotando medidas opressoras para impor uma prática que, em nome de sua reprodução ideológica, violentou o direito e a liberdade de expressão de todos que lutavam pela reconstrução de um país democrático.

3.3 Diálogo entre adultos e jovens sobre a ditadura militar em Barreiras

Após ouvir adultos e jovens separadamente quanto ao processo da ditadura militar no município de Barreiras, optamos por realizar um grupo focal para ouvir os dois grupos e proporcionar o diálogo entre seus agentes quanto ao tema proposto. O grupo focal foi realizado no dia nove de junho de dois mil e dezessete em um Colégio da rede Estadual de Barreiras. Contou com a presença uma professora da Rede Estadual para ajudar-me na mediação das discussões. Lara e Ana Laura foram convidadas a relatar como se deu o processo da ditadura militar no município de Barreiras. Ambas compuseram o quadro de adultos anteriormente entrevistados. O grupo contou também com nove alunos do ensino médio já entrevistados em outro momento do estudo.

Antes do início dos relatos, apresentei-me, falei do tema da dissertação, do tempo destinado a cada momento do trabalho e do objetivo do evento. Também foi esclarecido que a ocasião não seria uma palestra e, sim, uma roda de conversa, que os nomes dos participantes seriam preservados e que, portanto, todos se sentissem à vontade quanto a seus relatos.

O grupo focal foi dividido em quatro momentos: o primeiro, para as adultas convidadas, Lara e Ana Laura; Lara, para falar sobre o processo de ditadura militar em Barreiras e sobre a militância de seus primos Nelson e José na guerrilha do Araguaia; e Ana Laura, para compartilhar com o grupo sua chegada a Barreiras junto com seus pais, que vieram com o 4º BEC e sobre a simpatia do seu pai pelo partido Comunista.

O segundo momento foi destinado aos questionamentos, quando os jovens poderiam direcionar perguntas às adultas convidadas. No terceiro momento, as idosas fizeram uma breve avaliação da troca de experiência. E, pra finalizar, depois da exposição dos relatos, foram feitas perguntas aos jovens, quanto à mudança ou não sobre concepção da ditadura militar e se eles sabiam de assuntos acerca dos personagens de resistência baianos.

A professora Iara começou falando dos primos Nelson Dourado e José Dourado, contou que os meninos foram para a guerrilha pelo ideal comunista. Entretanto, ao fazer uso da palavra, a convidada trouxe para os ouvintes sua visão do comunismo e do capitalismo. De acordo com ela, o sistema comunista

é instalado pela força, por meio de revolução, onde morre muita gente, então na hora de apresentar a ideia dizem que no governo comunista tudo vai ser do povo, no governo comunista vai ser muita coisa do povo, muita fome, muita falta de tudo (Iara 09/06/2017).

Ela enfatiza em sua fala pontos negativos do comunismo, sem, no entanto, salientar as desigualdades sociais que permeavam o país antes do golpe e a articulação de alguns partidos pelo sistema comunista.

Ao falar da guerrilha, trouxe uma ideia da militância de forma muito pejorativa. Classificando esse engajamento como algo desnecessário, ressaltou, de igual modo, as ações da luta armada¹⁰ como algo extremamente criminoso:

Foram eles que introduziram aqui no Brasil esses grupos, é esses grupos armados que estavam querendo introduzir o comunismo antes de 64, foram eles que introduziram no Brasil a ideia de assaltar banco com a agência aberta com todo mundo ali, entravam não sei quantos com o revólver [...] mas naquela época começaram que a porta era comum, fizeram sequestro de embaixadores, jovens assim como vocês, sequestraram embaixador americano, embaixador de outro país, todas essas coisas causam uma insegurança social muito grande. (Iara, entrevista em 09/06/2017).

¹⁰ É importante lembrar que as ações dos grupos armados durante a ditadura militar foi iniciada a partir do endurecimento do regime, ou seja, como consequência das perseguições, torturas, assassinatos, prisões e exílios. Por isso, sem liberdade de expressão, essas agremiações, geralmente formadas por jovens, foram forçadas a se manifestarem na clandestinidade. Dessa forma, realizaram assaltos e sequestros, porém as motivações situavam-se dentro do quadro ditatorial pelo qual o país estava mergulhado. A entrevistada constantemente compara as ações das guerrilhas armadas com as ações criminosas dos dias de hoje. Porém é necessário compreender que as práticas de assalto e sequestro nos dias atuais estão distantes de motivação política do Pós-64.

Por várias vezes, ela colocou os assaltos e sequestros praticados pelos grupos, como atividades transgressoras, ressaltando apenas de forma negativa, as atuações da guerrilha, mas faltou também expor o porquê da opção dos setores da esquerda pelas estratégias violentas no combate ao regime ditatorial. Faltou expor, inclusive, que foi pelo endurecimento da ditadura no período em que surgiram os grupos armados, que os opositores ao sistema militar já se encontravam sem condição efetiva de lutar pelo retorno da democracia de forma legal, que optaram pela luta armada.

Outro ponto trazido pela convidada foi seu apoio à instalação do sistema ditatorial, que, como se sabe, só foi possível devido ao aval das elites e das classes dominantes, o que ficou claro em seus relatos, sobre sua adesão à implantação ao regime militar. Para ela, entre o avanço dos partidos de esquerda e a instalação da ditadura militar, foi mais viável ao país optar pela ditadura, do que pelas reformas de base propostas por Jango.

A professora também afirma que a luta armada contou com o apoio do presidente em exercício da época João Goulart: “Sim e eles tinham pra fazer essas e outras, todo o apoio do então presidente da república, João Goulart que repassava verbas e dinheiros pra muitos grupos desses através de [...] trapanças, pra UNE, pra não sei o que” (Iara entrevista dia 09/06/2017). Sua afirmação de que o Presidente João Goulart contribuía na época para as ações está totalmente fora de contexto, uma vez que esses grupos entraram em ação dois anos após o golpe, como afirma Filho (2012, p. 65) “A reação ao golpe, que não ocorreu em 1964, começou a ser preparada e implementada a partir de 1966”.

Após apresentar seu ponto de vista sobre o comunismo e os grupos armados e ratificar seu apoio ao regime militar, a professora relatou a vida de seus primos:

Nelson Piauhy Dourado e José Piauhy Dourado, que foram dois jovens daqui de Barreiras que numa época muito conturbada da vida do Brasil de muito problema eles tiveram uma decisão, uma opção de aderir ao um movimento revolucionário que pretendia introduzir o sistema comunista no Brasil. (Iara, em entrevista em 09/06/2017).

Para Iara, os meninos foram atraídos por esses ideais, e a decisão deles considerada imatura e inocente, ao levantar a bandeira pelo sistema comunista.

Em seguida, trouxe o ingresso de Nelson na Petrobrás e a forma em que ele fora demitido logo que o regime foi instalado: “Então ele vai ser demitido da

Petrobrás, agora nós estamos num regime militar”. Fala, ainda e da sua prisão: “O Nelson foi preso e várias outras pessoas da Petrobrás” (*idem*). Dessa forma, ela afirmou que tal demissão se deu por escolha de Nelson em função de sua militância. É importante lembrar que após sua demissão da estatal e já incluso na lista do SNI, ele passou a viver na clandestinidade, o que em seguida o estimulou a partir pra o Araguaia.

Ao tratar do assunto Lara emite sua concepção quanto à ida dos irmãos pra a guerrilha do Araguaia. Ela compreende a mudança como atitude imatura e inocente da guerrilha, considerando que os militantes estavam despreparados frente ao Exército brasileiro. Nesse momento, relatou a ida dos irmãos Dourado para o Araguaia da seguinte forma: “Com ideia sonhadora, eles achavam que, a partir dali, eles, armados, iam influenciar as pessoas que moram ali” (*idem*). Mas não ponderou que o Exército dizimou a maioria dos guerrilheiros e que muitos, até hoje, estão desaparecidos e nunca foram encontrados por seus familiares.

Embora na sua apresentação fique explícita sua simpatia pela ditadura militar, confirmando o que foi exposto em sua primeira entrevista, ela reconhece a luta dos seus primos e considera que as ideias pregadas por eles eram verdadeiras. Sobre isso ela diz: “Eles foram coerentes até o fim, a minha admiração por eles é a capacidade deles de irem lutar por uma coisa em que acreditavam. E assim eles morreram”. De fato, desde nosso primeiro encontro isso ficou bem claro em seus relatos da perseverança de Nelson e José na luta por um ideal de viver em um país democrático novamente.

Em seguida a Sra. Ana Laura fez a exposição de suas memórias sobre o período tratado. Sua história na cidade de Barreiras inicia-se com a chegada do 4º BEC na cidade, haja vista que sua família veio morar no município porque seu pai, embora não fosse militar, veio juntamente com o batalhão para se instalar na região. A ex-estudante partilhou com os jovens que seu pai era simpatizante do comunismo e, por isso, cresceu em um ambiente no qual essas ideias faziam parte do cotidiano da família.

Ela contou que aconteciam reuniões constantes em sua casa e o assunto em pauta era a situação política daquele momento. A respeito desse ponto relatou:

Ele tinha muitos amigos, colegas de trabalho, inclusive até militares [...] mas eram eles também simpatizantes do comunismo, inclusive na minha casa acontecia assim, muitas reuniões pelo fato de meu pai

ser funcionário público civil, meu pai não era militar, então os militares se reuniam na minha casa junto com meu pai e com outras pessoas também que era simpatizantes do comunismo, pra que não chamasse atenção ne? De pessoas, autoridade.

De acordo com a ex-estudante, muitos cidadãos que comungavam da doutrina comunista ou faziam parte dos partidos de esquerda, após a ditadura militar passaram a viver com medo, em estado de alerta, inclusive porque um dos pretextos da implantação do golpe foi a represália aos partidos de esquerda. Sua experiência em Barreiras se deu, dessa forma, pela vivência com o grupo de seu pai, do qual alguns agentes militares também faziam parte, realizando, em surdina, encontros para discutirem a conjuntura nacional e expressarem seu descontentamento diante do contexto.

Assim, segundo Ana Laura, o sistema ditatorial que imperava no país, procurava controlar os cidadãos e, dessa forma, a liberdade de expressão foi cerceada. Em um momento de sua fala, ela se refere ao fato de ter presenciado uma discussão que se deu da seguinte forma: “O Brasil fosse um país democrático né? Ao invés de ser um militar que tomasse conta do Brasil, fosse um governo democrático, um governo civil, pra vê se melhorava né? (Ana Laura, em entrevista dia 09/06/2017)”

De fato, mesmo fazendo parte das forças armadas, alguns militares não estavam satisfeitos com o regime militar; por isso, muitos soldados e oficiais abriram mão da estrutura militar para opor-se ao regime, como foi o caso de Carlos Lamarca, que foi Capitão do Exército, e desertou em 1969, tornando-se um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização da guerrilha armada de que combatia o regime.

Ana Laura também expôs sobre a intervenção do quartel nos planos de aula de um colégio da cidade, controlando assim o que era transmitido em sala de aula. Além disso, lembrou-se das melhorias da estrutura dessa mesma instituição proporcionada pelo Exército.

Durante o tempo em que trabalhou no 4º BEC, Ana Laura presenciou um episódio em que alguns jovens da cidade foram detidos no quartel. Esses jovens eram de partidos da esquerda e, por isso, foram levados a um departamento do batalhão, que era o SNI, e do que viu a entrevistada revelou o seguinte:

Vivenciei também, quando eu trabalhei no 4º BEC em 1977, que foi o meu primeiro emprego. É lá dentro do 4º BEC existia uma seção, uma repartição que chamava Serviço Secreto, Serviço Secreto [...] Esses jovens foram chegaram lá no 4º BEC, eles foram interrogados, nesse Serviço Secreto, porque eles naquela época eles eram chamados de intelectuais, eram os intelectuais daqui de Barreiras, então eles foram chamados lá no 4º BEC, para serem interrogados, entendeu? (Ana Laura entrevista dia 09/06/2017)

Na intenção de monitorar expressões ideológicas diferentes do que era tolerado pela cúpula militar, foi criado o SNI, órgão já discutido antes neste estudo. Em Barreiras não foi diferente de outros locais: o serviço nasceu como um dispositivo de repressão do Estado, segundo Gaspari (2014), computando nomes de funcionários do governo, sindicalistas, dados pessoais e outras informações que comprometessem os resistentes.

De modo geral, Ana Laura, por ter tido a oportunidade de trabalhar num quartel, pôde vivenciar momentos em que estratégias do governo ditatorial se tornaram diretriz política ampliada para cidades do interior, inclusive para Barreiras, na Bahia.

Depois de ouvir o que adultos viveram no período da ditadura militar na cidade de Barreiras, os jovens dirigiram perguntas aos adultos, podendo dialogar com eles, para, a partir de então, esclarecer dúvidas e talvez formular uma melhor compreensão quanto ao tema proposto.

O estudante Wanderson perguntou: “Eu queria falar é se a partir de hoje com a violência da ditadura militar que foi há muito tempo, hoje poderia ter uma ditadura militar no Brasil?” (Grupo Focal, no dia 09/06/2017). A dúvida do aluno foi respondida por mim e eu me relatei ao aluno esclarecendo que essa era uma possibilidade que estava em discussão que não estava descartada na atual conjuntura do país.

Outro estudante, Dimas, levantou outra questão relacionada à mesma discussão (Grupo focal, no dia 09/06/2017): [...] “Muita gente está apresentando um regime militar como solução dos problemas para o país e se vocês acreditam que essa é uma boa solução pra isso?”. A pergunta foi respondida pela professora Iara (Entrevistada dia 09/06/2017): “Olha de certa maneira, se não tivesse havido esse golpe, esses grupos iam continuar como em outros fazendo essas ações armadas violentas, então esse golpe estancou parou com aquilo”.

O que se observa é que a convidada, assim como boa parte da classe média e das elites sociais, recebeu de forma favorável a intervenção militar, uma vez que essas classes temiam o avanço das ideias comunistas. Sendo assim, em seu ponto de vista a única via de frear essas ideias seria mediante o golpe militar.

Em seguida, conforme o roteiro da manhã, algumas perguntas foram direcionadas aos jovens, perguntas elaboradas pra saber se eles, após a exposição dos adultos, teriam outra concepção sobre a ditadura militar ou se conheciam essas histórias que ocorreram no período da ditadura militar em Barreiras? Nesse sentido, a primeira questão foi: O que mudou agora para vocês? A aluna Denise, entrevistada no dia 09/06/2017, respondeu da seguinte forma:

Mudou meu ponto de vista, por que antes eu pensava que a ditadura militar era retratada só por morte e guerra, mas depois dessa conversa ficou claro que não era bem assim. Que muitas pessoas que participaram desse período buscavam uma mudança ou servir ao seu país.

Rute, entrevistada no dia 09/06/2017, afirmou: “Mudou bastante meu conceito sobre o assunto eu fiquei sabendo de coisas muito interessantes como sobre os irmãos, Nelson de Lima e José de Lima”. Dessa forma, é possível constatar que, a partir da aproximação entre essas gerações, foi possível uma reconstrução do passado na qual, uma memória se apoiou na outra. Para Bosi (1994): “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado conserva-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagem-lembrança” (p.53). De modo geral, quanto à resposta dessa primeira pergunta, todos foram unânimes vista ao afirmarem não conhecer aquela história, que eles passaram a conhecer por causa da lembrança das pessoas adultas.

Sobre a mudança de concepção sobre a ditadura militar manifestadas pelos estudantes após os relatos, foram apresentadas as seguintes reflexões:

Para Kevin, entrevistado no dia 09/06/2017: “Mudou a minha forma de como teria sido a administração militar no país, que foi tremendamente perigosa”. É importante lembrar que na primeira entrevista, o aluno evidenciou a ditadura militar como uma administração política favorável ao país; no entanto, agora, com a exploração dos depoimentos, mudou sua opinião acerca do assunto. Ao refletir sobre o mesmo ponto. Rute, entrevistada no dia 09/06/2017, afirmou: “Mudou sim,

pois eu não conhecia muito do assunto, muito menos sobre a ditadura militar aqui em Barreiras BA e depois do diálogo que tivemos eu adquirir mais conhecimento”.

A experiência confirma o pensamento de, ao considerar a riqueza do passado vivido como construção da memória coletiva. Esse caso exemplifica o que o autor destaca sobre o passado vivido em detrimento da história aprendida apenas no que está escrito nos livros. Para o autor: “É nesse passado vivido, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita, em que se apoiará mais tarde a sua memória” (HALBWACHS, 2006, p. 90).

Como você passou a ver a ditadura militar? Essa também foi uma pergunta direcionada aos jovens. Dimas fez o seguinte comentário a respeito:

Na verdade, minha visão da ditadura não mudou muito; continuo com a ideia de um governo repressor, censor e acima de tudo despreparado para a administração do país! O que mudou foi que agora entendi que tudo isso foi uma tentativa falha de estabelecer ordem sobre o caos. (entrevistado no dia 09/06/2017).

Comparando com sua opinião na entrevista anterior, a resposta do aluno expressa a mesma ideia do que foi a ditadura militar no Brasil, de um regime repressivo e violento, destacando também o despreparo dos militares para governar a nação.

Ao expressar seu pensamento, Kevin argumentou da seguinte maneira: “Foi mudada; em minha concepção anterior a ditadura foi algo positivo que ajudou na administração do país. Agora vejo que foi algo tremendo que desmoralizou o nosso querido Brasil” (entrevistado no dia 09/06/2017). Tendo em vista que o entrevistado vem de uma família de militares, ele emprestava todo um sentido positivo ao militar, um sentido de poder e autoridade. Após a roda de conversa, expressou uma mudança em seu ponto de vista anterior em relação às forças armadas.

Sobre o contexto histórico de Barreiras foram levantadas as seguintes questões: Vocês sabiam de tudo isso que isso aconteceu em Barreiras? Sabiam desses dois jovens? A respeito, aponta Daiane: “Não, nunca passou pela minha cabeça de tanta tragédia e pessoas mortas inocentes que aconteceu aqui na nossa cidade” (entrevistada no dia 09/06/2017). Para Dimas: “Não, a participação de Barreirenses em movimentos daquela época era alheia ao meu conhecimento” (entrevistado no dia 09/06/2017). Conforme apontam os jovens, eles não sabiam da história local; por isso a necessidade de evocar o passado para reconstrução da

história. De acordo com Ricoeur (2007, p. 75): “Toda sociedade tem o encargo da transmissão, através das gerações, daquilo que ela considera suas conquistas culturais. Aprender é, para cada geração, fazer a economia, como sugerimos acima, do esforço exaustivo de reaprender tudo cada vez”.

De modo geral, apenas os eventos oficiais de âmbito nacional ganham destaque, mas os eventos locais geralmente não são registrados. Mediante esses testemunhos de pessoas comuns, a memória do lugar subsistirá. Portanto, é no partilhar dessas lembranças individuais do passado que se constrói a memória de um povo.

Em sua obra *A voz do passado: história oral*, Paul Thompson (1992, p. 21) afirma: “Por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança”. Esse foi o desafio da história oral, no qual os documentos oficiais eram valorizados, enquanto as evidências orais, descartadas. Então, pra o jovem compreender o hoje, o legado da memória desses sujeitos anônimos trará sentido à história local, permeada com seus conflitos, contradições e, sobretudo as mudanças.

Durante as buscas da pesquisa, foram revelados atores cujos nomes não se encontram na história oficial; apareceram na investigação porque suas trajetórias de militância foram reveladas por parentes próximos e amigos, como foi o caso dos irmãos Dourado. Nelson Lima Piauhy Dourado e José Lima Piauhy Dourado, foram jovens baianos que viveram em Barreiras, lutaram pelo retorno da democracia, foram pra o Araguaia e acabaram mortos pelo Exército. Como já tratado antes, a professora Iara (entrevistada no dia 09/06/2017), que esteve presente na roda de conversa relatou o caminho trilhado pelos dois em prol de um país livre. Essa tessitura política que teve início em Barreiras não era conhecida pelos alunos do ensino médio entrevistados na pesquisa, o que significa dizer que eles não constam da história oficial, porque nesta apenas é registrada a história hegemônica.

Sobre isso, Thompson (1992) diz:

Por meio da história política e social ensinada nas escolas, as crianças são levadas a compreender e a aceitar o modo pelo qual o sistema político e social sob o qual vivem acabou sendo como é, e de que modo a força e o conflito têm desempenhado e continuam a desempenhar um papel nessa evolução. (THOMPSON, 1992, p. 21).

Quando perguntas acerca desses personagens e de outros baianos resistentes ao golpe militar foram destinadas aos jovens presentes na roda de conversa sobre o conhecimento, foram feitas afirmações como as que se seguem. Denise, entrevistada no dia 09/06/2017, afirmou:

Antes não, agora com essa roda de conversa, sim. Inclusive passamos a tomar conhecimento que dois jovens da nossa cidade também participaram da ditadura desse período militar são eles: Nelson Lima Piauhy Dourado e José Lima Piauhy Dourado.

Já Kevin, entrevistado no dia 09/06/2017, disse: “Até agora não sabia que esses dois jovens barreirenses teve uma participação tão importante em nossa história”. Todos os jovens presentes no grupo apontaram desconhecer esses agentes sociais. Aqui nesse caso, verifica-se o apagamento proposital da memória, tão bem apresentado por Ricoeur (2007, p. 427), que registra: “O esquecimento manifesto é também um esquecimento exercido. [...] O esquecimento revelará, então, uma estratégia astuciosa que lhe é muito própria”. O autor destaca o esquecimento como uso e abuso da memória, utilizado na estratégia de apagamento de rastros.

Vale ressaltar que o contexto político da cidade de Barreiras foi de convivência com o golpe; as autoridades da época faziam parte, inclusive, do quadro político que apoiava os militares. Então, as lembranças sobre esses jovens guerrilheiros foram suplantados pela história convencional; nesse caso, nada melhor que o esquecimento para fazer o papel de forçar a ignorância de certos aspectos do passado.

A proposta da discussão no grupo focal foi a promoção da aproximação dessas gerações para, então, valorizar as experiências dessas pessoas comuns que viveram no período da ditadura militar na cidade de Barreiras, a fim de que estas trouxessem seus relatos de como foi esse momento político na cidade. Iara foi professora na época e é parente próximo dos irmãos Dourado, Ana Laura foi aluna de Iara e veio com sua família junto com o 4º BEC, morar no município. A diversidade desses relatos ajuda a tornar mais democrática a apropriação dos fatos históricos.

Iara em suas narrações deixa claro seu parecer favorável à destituição do governo democrático e à instalação do regime militar; trata a oposição armada como ação de grupos altamente ofensivos socialmente; também, ao falar da resistência

armada, ela não debate os motivos que levaram esses grupos ao extremo. Sua fala, enfatiza sempre, enfim, a história institucionalizada, muito embora, ao trazer para a roda de conversa o itinerário de seus primos, reconheça a luta de Nelson e José Dourado em prol do ideário de liberdade.

Ana Laura (entrevistada em 09/06/2017) expôs em seu diálogo a presença do SNI na cidade e contou sobre o interrogatório de alguns jovens no departamento. Dividiu com todos sua convivência com as ideias comunistas e também que a elaboração das aulas a serem ministradas nas escolas passava pelo crivo dos militares na cidade.

Essas narrações foram colocadas na roda e novamente questionadas; assim, foi possível constatar que, depois disso, à compreensão dos jovens entrevistados foram reveladas outras realidades quanto ao período militar, inclusive levando alguns deles a mudar de posicionamento diante dos fatos. Mas o ranço da ditadura militar ainda é possível ser identificado em algumas falas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontrar títulos e obras voltados ao processo de constituição da ditadura militar na cidade de Barreiras foi uma tarefa com alguns desafios, haja vista que o material voltado para esse campo é escasso. No entanto, os encontrados ajudaram muito na composição do trabalho e as entrevistas realizadas no decurso proporcionaram uma dimensão que só foi possível devido à riqueza dos relatos.

No início do estudo, os adultos entrevistados apontavam em suas falas que a ditadura militar na cidade foi, de certa forma, tranquila, se comparada a outros lugares. Foi externado o estado de cautela e vigilância estabelecido na cidade e que também não houve, aparentemente, grupos de resistência ao golpe, mas que existiam algumas pessoas simpatizantes do comunismo e também insatisfeitos com a política nacional, mas que, no entanto, não manifestavam dissabor quanto ao governo.

Na maioria das falas se apresentou a situação do local como um clima de sossego, no qual a repressão e a mão autoritária do Estado não se fizeram presentes para os barreirenses, apenas a tensão do momento.

Com o avanço da investigação, porém, ficou claro que o controle do Estado também se estendeu até Barreiras-BA, sobretudo com a chegada do 4º BEC, pois cidadãos pertencentes aos partidos de esquerda eram constantemente vigiados. Inclusive, houve, segundo depoimento apresentado, interrogatórios e agressão a um morador da cidade.

Nesse contexto, com a vinda do Batalhão a tensão aumentou, segundo os relatos de duas testemunhas: Ana Laura (entrevistada no dia 15/08/16) e Antônio (entrevistado no dia 27/05/2017). Foi narrada a existência de atividades do SNI, dentro do BEC. Ana Laura, à época funcionária do quartel, presenciou alguns jovens da esquerda serem interrogados nesse setor do BEC. Já Antônio (entrevista 27/05/2017) se lembra do dia em que foi convocado à instituição militar por força de uma intimação dos militares, que teve como um dos motivos seu parentesco com Nelson Dourado e José Dourado, ambos guerrilheiros do Araguaia.

Assim, a situação no município apresentava elementos típicos da ditadura, como vigilância, repressão, prisão e perseguição. No entanto, os moradores locais valorizam muito o 4º BEC, já que a relação estabelecida tanto com as autoridades

quanto com os moradores sempre foi muito boa, pois o destacamento trouxe mudanças para o desenvolvimento da cidade e da região.

Para a cidade de Barreiras, na visão dos seus moradores, existe uma história anterior e outra posterior à chegada do 4º BEC. A cidade era precária, sem infraestrutura e isolada de outros lugares e os militares se esforçaram para melhorar não só Barreiras, como toda a região. Quando o batalhão chegou do Ceará com os familiares dos militares, a ditadura já se encontrava instituída no país. De fato, a cidade sofria com a falta de infraestrutura, inexistindo inclusive estradas de acesso entre Barreiras e a capital do estado, Salvador. De igual modo, não havia rodovias que ligassem Barreiras a outros centros, o que a tornava uma cidade isolada. Existiam poucas estradas, sendo os meios de transportes mais acessíveis o barco a vapor e o avião.

A chegada do BEC em 1972 contribuiu para transformar essa realidade. Trouxe receio inicial à população, mas aos poucos a atuação da junta militar, estrategicamente selecionada para atuar em Barreiras, rompeu os receios e passou a assistir os habitantes da cidade. Imediatamente após se instalarem, os militares firmaram uma parceria com a Prefeitura Municipal da cidade para a execução de obras e implementação de equipamentos, com vistas a melhorias para a população.

Devido a essa relação positiva estabelecida pelo 4º BEC com as autoridades políticas e os moradores, a instituição militar tornou-se sinônimo de progresso e desenvolvimento aos olhos do povo barreirense. Para os filhos da cidade, a expansão e a prosperidade da região ocorreram graças ao 4º BEC.

É nesse sentido que a visão dos jovens sobre o batalhão foi formada, uma reprodução do conceito dos adultos no que concerne ao batalhão. O reconhecimento de todos os feitos relevantes em benefício da cidade. Ao serem questionados sobre a ditadura militar, ficou notório que eles sabem muito pouco sobre esse período e ao se expressarem usam colocações superficiais do que foi, de fato, o pós-1964.

Nascido do interesse de uma vertente militar em combater uma eventual revolução comunista no país, e contanto com a cumplicidade das elites sociais, de parte da classe média e de alguns eixos religiosos, o golpe militar foi deflagrado. Na instauração do poder autoritário, o país passou ao comando de integrantes da cúpula militar, que se apropriaram de valores e concepções ideológicas orientadoras do regime durante todo o período. Para a legitimação e a manutenção do poder, os

militares se utilizaram da força e da violência como mecanismos de controle e sustentação de seus princípios autoritários.

Por mais de 20 anos, o regime militar se esforçou para manter o controle do poder. Para isso, buscou sustentar-se em uma proposta de desenvolvimento, pela manipulação dos mais variados setores sociais, razão pela qual a política, a educação, a economia e a cultura, por exemplo, tornaram-se a base de instrumentalização para seu empreendimento opressor.

Dessa forma, eram relativamente poucos os simpatizantes e até mesmo integrantes do partido comunista, existindo alguns jovens estudantes que compartilhavam suas ideias, no entanto de forma sutil.

Ficou evidente que a memória da violação dos direitos humanos e atrocidades ocorridas no exercício do poder pelos militares foi suplantada, na cidade de Barreiras-BA, pelos benefícios que o Batalhão propiciou à cidade. Em algumas entrevistas dos mais velhos, é possível verificar que mencionam a atuação repressiva do Estado, porém a concepção das atrocidades ocorridas na gestão militar sob o consentimento das lideranças políticas ficou praticamente neutralizada diante do investimento do 4º BEC na região.

Assim, constata-se que o legado do 4º BEC às futuras gerações se sobrepõe à conjuntura histórica de coerção e repressão da ditadura militar a fim de manter a ordem militar vigente. Não é por acaso que a escolha da instituição militar de fazer migrar o 4º BEC para o interior da Bahia, lugar ermo, foi estratégica por dois motivos: primeiro, tendo em vista a sua localização próxima à divisa com cinco estados; segundo, a fim de combater o Capitão Lamarca, desertor do Exército que viera em 1972 para essa região com a finalidade de ali montar uma guerrilha rural.

Enxergar as responsabilidades do Estado frente à repressão durante o período militar é necessário, sob o risco de essa história cair no esquecimento. Diante disso, é possível compreender que o sentido atribuído pela geração atual à ditadura militar no Brasil é superficial, embora se verifique que, em algumas respostas, aparecem elementos do processo ditatorial, como citado por alguns dos entrevistados: suspensão da democracia falta de liberdade, ausência de expressão, mortes, torturas e as mais variadas atrocidades nos porões do 4º BEC. Outras respostas, no entanto, foram confusas e sem relação com a realidade vivida.

O que se pode constatar também é que, do que foi proporcionado pelo diálogo no grupo focal, mesmo tendo havido oposição de pontos de vista entre

participantes, o momento foi suficiente para promover algumas modificações nas concepções dos jovens presentes sobre o regime militar no Brasil. Isto demonstra que os jovens estão ávidos por debates que reconstruam a memória de seu povo e da política nacional de forma mais consistente, que tragam, inclusive, os agentes da história local, que foram importantes na construção da democracia.

O que se evidencia é que a história e a memória transmitidas sobre a ditadura militar brasileira é uma realidade distante para os jovens. O que se transmite sobre esse período é retratado como episódios comuns, distantes e banais na vida do país. Em geral os jovens não compreendem o contexto ditatorial como fator determinante da história do país.

A falta de memória em Barreiras ficou evidente nas narrativas dos jovens. Lamentavelmente, é provável que as atrocidades da conjuntura militar caiam no esquecimento porque o silêncio, no que diz respeito a determinados fatos, eventualmente apagará da memória do povo todo o contexto repressivo, marcado por assassinatos, torturas e outras atrocidades. Dessa forma, a identidade da nação pode desaparecer, caso outra história não seja transmitida às futuras gerações.

Para finalizar, gostaria de deixar registrado que, devido à amplitude do tema, no decorrer da pesquisa não foi possível trazer todas as discussões que julgamos importantes e necessárias, tendo em vista a própria delimitação de nosso objeto.

A História Oral se tornou conhecida por expandir as fronteiras documentais da pesquisa, especialmente por conceber a memória como importante instrumento da História. Assim, as experiências de vida registradas pelos sujeitos desta pesquisa engrandecem o trabalho, mas considero que a trajetória desses indivíduos pode tornar-se objeto de outras investigações.

Outro ponto possível de maior detalhamento é a militância de Nelson L. Piauhy Dourado e seu irmão José L. Piauhy Dourado, haja vista que a trajetória desses baianos se tornou uma história negada especialmente para os cidadãos barreirenses, que nada ou pouco sabem de seu empenho na luta pela redemocratização do país. Desvelar a forma como esses jovens se engajaram no enfrentamento contra a ditadura militar só foi possível graças a alguns adultos próximos a eles, que traziam em sua lembrança essa história. Contudo, se esse passado não for efetivamente reconstruído na condição de história e memória, contado e difundido para as novas gerações, corremos o risco de essa memória se perder. Consideramos, ainda, que não só Nelson e José, como muitos brasileiros

que perderam suas vidas lutando pelo direito à liberdade durante a ditadura militar têm o direito à memória, ao esclarecimento e à verdade.

Outro assunto que poderia ser apreciado, é a abordagem da ditadura militar no currículo escolar na cidade de Barreiras e as estratégias dos militares frente às escolas. Na primeira versão do trabalho até tentamos trazer a matéria para ser investigada, porém, não se mostrou pertinente explorar o assunto dada a delimitação de nosso objeto de pesquisa. Dessa maneira, permanece uma lacuna dentro desse quadro, inclusive, a título de exemplo, quanto às propostas pedagógicas que norteiam a Secretaria Municipal de Educação em Barreiras no ensino da história, ao exame dos livros didáticos utilizados no município, aos desdobramentos aos quais a educação na cidade foi submetida durante o regime e às Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias.

Para além desses temas apontados, considero que ainda é possível extrair mais conteúdos a serem apreciados com maior detalhamento. Deixamos, então, essas propostas desafiadoras como ponto de partida para outras jornadas investigativas nesta área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, RJ: vozes, 2011. (Coleção Vozes de Bolso).

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 115-125.

BETTAMIO, Rafaella. A Justiça de transição no Brasil e o papel da Comissão Nacional da Verdade. In: THIESEN, Icleia (Org.). **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: Letras, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à memória e à verdade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

_____. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República**. 1988. Brasília, DF: 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 4.330, de 1 de junho de 1964. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2011. (Revogada pela Lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989).

_____. Congresso Nacional. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 1968. (Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996).

_____. Congresso Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de agosto 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2011. (Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996).

_____. Congresso Nacional. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 1979.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2011.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2011.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória [entrevista]. **História Social**, Campinas, n. 6, 1999, p.13-33.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. *In*: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 89-114.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: à esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CRUZ, Júlio Cezar; LENA, Vínicius Azzolin. **Traçando Barreiras**. Barreiras. Editora Eletrônica. 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do desenvolvimento da Educação, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FURTADO, Celso, **Brasil: Tempos Modernos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Paris, França: *Presses Universitaires de France*, 2006.

HERMES, Miriam; LENA, Eduardo. **O homem Geraldo Rocha**. Barreiras, BA: 2009.

IBGE. **Cidades**: Barreiras. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2903201>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

IVO, Alex de Souza. Uma “revolução” contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. *In*: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 53-68.

JUSTUS, André Luiz. **Gestão e orçamentação de obras**: estudo de caso de obras de infraestrutura executadas pelo Exército brasileiro. 2012. 56f. TCC (Graduação em

Tecnologia em Construção Civil) – Departamento Acadêmico de Construção Civil, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques; TOUBERT, Pierre. Documento monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 2010. 367f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2010.

NERY, Sebastião. **Ninguém me contou eu vi: de Getúlio a Dilma**. São Paulo: Geração editorial, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. n. 10. São Paulo, 1993.

PAMPLONA, Luiz Gonzaga. **Barreiras, bê-a... da Barra pra cá!** Barreiras, BA: 2002.

PINHEIRO, João Paulo. **Tiro, guerra e mito: a história de um barreirense na Segunda Guerra Mundial**. Barreiras, BA: Irmãos Ribeiro, 2015.

PINHEIRO, João Paulo; PITTA, Ignez Almeida. **No cerrado entre o malho e o fuzil: o Exército brasileiro no oeste baiano**. Barreiras, 2012.

PINTO, Suely. **Simplemente Barreiras**. Barreiras, BA: Central, 1986.

PITTA, Ignez Almeida. **O Exército em Barreiras: sinopse histórica**. Barreiras, BA: 2001.

REIS, José Carlos. Os Annales: a revolução teórico-metodológica e “utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Caludinei; SANFELICE, José Luis. **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013. (Livro digital).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SACONI, Rose. Jânio em Cuba, visita e polêmica. 2010. **O Estado de São Paulo**, 30 de março de 2010. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,janio-em-cuba-visita-e-polemica,531100>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas! *In*: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 151-174.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e História da Educação**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, José Carlos de. Contexto histórico. *In*: BAHIA. **Mortos e desaparecidos baianos: ditadura militar, direito à memória 50 anos do golpe de 1964**. Salvador: Secretaria de Estado de Educação da Bahia, 2014.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Bandeira Vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia. *In*: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 127-150.

STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurelio; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. *In*: THIESEN, Icleia (Org.). **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: Letras, 2014.

SZYMANSKI, Heloísa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília, DF: Líber Livro, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Evaldo. **Ditadura militar 1964-1985: momentos da República brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2007.

APÊNDICE A – Questionário para os jovens

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

NÚCLEO DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO – NUPE

Projeto de Pesquisa: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR:

SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR ADULTOS E JOVENS DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

Este questionário foi elaborado com o objetivo de obter informações a respeito da realidade sócio-cultural do jovem. Responda-o com sinceridade. Para responder, marque com um X.

NOME:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

Instituição educacional: _____ Bairro:

Turno de estudo: _____ Turma: _____ Número da chamada: _____

Data: _____

1- Sexo:

() masculino

() feminino

2- Idade:

() 15/16 anos

() 17/18 anos

() 19/20 anos

() 21/22 anos

() 23/24 anos

3 - Como você se considera:

() negro

() pardo

() branco

() índio

4- Territorialidade

4.1- Onde você nasceu? _____

4.2 - Em que estado? _____

- **Questões 3.3: para quem veio de outro lugar para a cidade onde mora:**

4.3 - Por que veio para a cidade onde mora?

() para estudar

() para tratamento de saúde

- () para trabalhar () motivos familiares
 () outros _____

Para todos responderem

4.4- Em que cidade/município você mora? _____

4.5 - Há quanto tempo mora nessa cidade?

- () menos de um ano () de três a cinco anos
 () de um a dois anos () mais de cinco anos

4.6-Em que bairros você já morou em Barreiras ? _____

5. Família

5.1 - Estado civil:

- () solteiro () divorciado
 () casado () separado
 () mora junto () viúvo

5.2 - Tem filhos?

- () sim () não

• **Questões 5.3 e 5.4 só para os que têm filhos**

5.3 - Quantos filhos você tem?

- () um filho () três filhos
 () dois filhos () mais de três filhos

5.4 - Quem cuida dos filhos?

- () a mãe da(s) criança(s) () o pai da(s) criança(s)
 () os avós () a babá
 () os irmãos mais velhos () ficam na creche
 () os outros familiares
 () os vizinhos
 () ficam só
 () outros _____

5.5 - Com quem você mora? Marque uma ou mais opções:

- () sozinho () com outra família (parentes ou amigos de seus pais)
 () com amigos () no local de trabalho
 () pai () mãe

- três salários mínimo
 três salários mínimo e meio
 mais de quatro salários mínimo

• **Questões 5.9 a 5.11: para os que não trabalham**

6.9- Se não trabalha, já trabalhou?

- sim não

6.10- Que tipo de trabalho você fazia? _____

6.11- Há quanto tempo está sem trabalho?

- até 6 meses de um a dois anos
 de 6 meses a um ano mais de dois anos

6.12- Quantas pessoas trabalham na sua casa?

- uma pessoa quatro pessoas
 duas pessoas mais de quatro pessoas
 três pessoas

6.13- Quantas pessoas colaboram com a despesa da sua casa?

- uma pessoa quatro pessoas
 duas pessoas mais de quatro pessoas
 três pessoas

6.14- Quem mais colabora com a despesa de sua casa (grau de parentesco ou vínculo com a família)? _____

6.15- Quem é a segunda pessoa que mais colabora com a despesa de sua casa (grau de parentesco ou vínculo com a família)? _____

6.16- Você ajuda no sustento da família?

- sim não

6.17- Se você ajuda, como?

- dou toda minha renda para a família
 ajudo com até metade da minha renda
 ajudo com mais da metade da minha renda
 ajudo de vez em quando

6.18- Sua família recebe outros tipos de ajuda financeira? (por exemplo: bolsa-escola, vale-gás, bolsa-universitária, renda-cidadã, aluguel, etc.) _____

6.19- Qual é a renda da sua família?

- de R\$ 200,00 a um salário mínimo
 um salário mínimo e meio
 dois salários mínimos
 dois salários mínimos e meio
 três salários mínimos

- três salários mínimos e meio
 mais de quatro salários mínimo

6.20 - Qual o nível de instrução do seu pai?

- sem escolaridade
 ensino fundamental incompleto
 ensino fundamental completo
 ensino médio completo
 superior completo
 pós-graduação

6.21- Qual o nível de instrução da sua mãe?

- sem escolaridade
 ensino fundamental incompleto
 ensino fundamental completo
 ensino médio completo
 superior completo
 pós-graduação

6.22- Qual é a atividade profissional do seu pai? _____

6.23- Ele está trabalhando?

- sim não

6.24- Qual é a atividade profissional de sua mãe? _____

6.25- Ela está trabalhando?

- sim não

7 – Aspectos educacionais

Para todos responderem:

7.1- A sua escola fica próximo ao trabalho ?

- sim não

7.2- A sua escola fica próxima à sua casa?

- sim não

7.3 - Você parou de estudar alguma vez em sua vida?

- sim não

7.4- Por que você escolheu nessa escola? (Enumere por ordem de importância)

() o ensino é bom

() está perto da minha casa

() está perto do meu trabalho

() pela influência dos amigos

() pela influência da família

() falta de opção

() outros _____

7.5- Explique o primeiro motivo da sua lista de estudar nessa escola:

7.6- O que você mais gosta na sua escola?

7.7- O que você menos gosta na sua escola?

7.8- Você vem todos os dias à escola?

() sim () não

Por quê? _____

7.14- Qual o seu relacionamento com a diretoria da escola?

() ótimo

() bom

() ruim

Porquê? _____

7.15- Há dificuldades no interior da escola por causa da diferença de idade?

() sim () não

Por quê? _____

Quais? _____

8. Aspectos da religião

Para todos responderem:

8.1- Você tem religião?

() sim

() não

• **Questões 8.2 a 8.4: só para quem tem religião**

8.2- Em caso positivo, qual a sua religião? _____

8.3- Você é praticante?

() sim () não

8.4- Qual é a igreja/templo/centro/terreiro que você mais frequenta?

Nome da Instituição: _____

Bairro: _____

9. Ser Jovem

9.1- Qual o meio que você mais utiliza para se manter informado(a) sobre os acontecimentos atuais? (marque apenas uma alternativa)

- | | |
|----------------------------------|--|
| () jornal escrito | () jornal falado (TV) |
| () jornal falado (rádio) | () revistas (Veja, Isto é, etc.) |
| () conversando com pessoas | () pelos professores, na sala de aula |
| () não tem se mantido informado | |

9.2- Você participa de algum agrupamento?

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------|
| () sindicato. Qual? E onde? | () esportivo |
| () grupo religioso | () grupo ambiental |
| () associação de bairro | () grupo musical |
| () sindicato | () grupo esportivo |
| () partido político | () comunidades virtuais |
| () associação de bairro | () grupo musical |
| () outros Quais? _____ | |
| () não participo de nenhum grupo | |

9.3- Enumere cinco em ordem de importância:

- | | |
|--|--|
| () visita a amigos/familiares | () encontros religiosos |
| () barzinho e choperia | () passeio no <i>shopping</i> |
| () cinema | () teatro |
| () danceteria | () futebol |
| () vídeo games | () televisão |
| () computador | () passeios nos parques ou praças da cidade |
| () eventos musicais | () dormir |
| () viagens nos finais de semana (chácara, cidades próximas, etc.) | |
| () outros locais ou outras atividades. Quais? _____ | |
| () não pratico nenhum lazer | |

9.4- Como frequentemente você realiza essas atividades?

sozinho

em grupo. Qual? _____

9.5 – Em sua casa tem computador?

sim

não

9.6- Você tem acesso à Internet?

sim

não

Em que local?

em casa

na escola

em cursos de formação

no trabalho

na *Lan House*

em casa de parentes e amigos

9.7 – Como você aprendeu a utilizar os recursos do computador:

em casa

amigos

curso de formação

no trabalho

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com os jovens

Roteiro de Entrevistas com os Jovens

- 1) Qual a sua concepção sobre a Ditadura Militar?
- 2) Você já estudou sobre a Ditadura Militar?
- 3) Sabe como foi a Ditadura Militar em Barreiras ou na Bahia?
- 4) Você sabe algo sobre a instalação do 4º BEC na cidade?
- 5) Qual a importância do 4º BEC para a cidade?
- 6) Você considera importante a volta da Ditadura Militar no Brasil?
- 7) Sobre a imagem: O que essa imagem significa pra você?
- 8) Qual o grau de importância que você acha que a escola atribui ao conteúdo “Ditadura militar”?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com os adultos

ROTEIRO DE ENTEVISTA COM OS ADULTOS

I. Aspectos gerais:

- 1) O que foi o regime militar em seu ponto de vista?
- 2) Como o(a) senhor(a) avalia o processo do Regime militar em Barreiras?
- 3) Como foi a relação da sociedade frente ao regime militar no município de Barreiras: de resistência ou de adesão?
- 4) As informações no âmbito nacional desse período chegavam até os moradores de Barreiras?
- 5) Em sua opinião, o que ocorreu no regime militar foi transmitido para as novas gerações como memória ou caiu no esquecimento?
- 6) Havia alguma forma de resistência de estudantes e de professores do município contra o regime? Como era?

II. Sobre a instituição:

- 01) Em que escola o(a) senhor(a) trabalhava ou estudava ?
- 02) Qual era a sua função e que cargo ocupava?
- 03) Como se deu a sua vivência escolar, quando o regime foi instalado?
- 07) o(a) senhor(a) teve conhecimento de alguém que resistiu à instalação militar e como se deu? Conte prá mim.
- 08) Já soube de alguém da cidade que foi reprimido por se opor ao regime?

III. Sobre a chegada do 4º Batalhão de Engenharia Civil (BEC)

- 01) Qual foi a receptividade da população barreirense em relação à chegada do BEC?
- 02) Com a chegada do BEC o que mudou na cidade?
- 03) Qual a interferência do BEC na dinâmica da cidade?
- 04) Qual a relação das autoridades políticas da época com os militares?
- 05) Os militares que vieram interferiram nas escolas da cidade?

ANEXO A – Entrevistas dos jovens

A1) Leandro - entrevista dia 11/11/2016

Entrevistadora: Bom dia, eu tô aqui com o aluno... Pra começar a nossa entrevista, eu gostaria de te perguntar, qual é a sua concepção sobre a ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Então, boa tarde. Pra mim a ditadura militar foi um dos períodos mais difíceis enfrentados pela população brasileira. Foi quando a democracia em si, o poder do povo foi reprimido pelo Exército, foi o período em que o Exército é... reprimiu a população brasileira.

Entrevistadora: Você sabe de algum outro incidente que aconteceu na época da ditadura militar como prisão, tortura...

Entrevistado: Não, teve muita prisão, as pessoas foram proibidas de se manifestar principalmente na mídia e foram espancadas, foram apanhadas, tudo isso por se manifestar contra a ditadura.

Entrevistadora; Você já estudou algo sobre a ditadura militar na Bahia ou em Barreiras?

Entrevistado: Em Barreiras não, na Bahia também não. Lembro da Bahia o período da independência, que é um pouco parecido com a ditadura.

Entrevistadora: Gostaria de saber sobre o 4º BEC na cidade, você sabe me dizer alguma coisa sobre a instalação do 4º BEC na cidade?

Entrevistado: É como eu já tinha falado antes, é porque eu sou novo em Barreiras e não sei muito sobre o 4º BEC ainda, eu sei onde se localiza, sei o que funciona lá, que é o local onde o povo se alista, o Exército, serve ao Exército, porém não sei explicar nada de lá, embora eu tenha feito um trabalho no ano anterior sobre o barreirense que disputou a Segunda Guerra Mundial, que lutou na Segunda Guerra Mundial.

Entrevistadora: Mas assim, você acha importante esse alistamento militar na aqui na cidade?

Entrevistado: Com certeza.

Entrevistadora: Por quê?

Entrevistado: Porque... primeiro porque a gente tem que defender o nosso, né, país, a gente tem que se alistar, pra em caso de guerra a gente ter que lutar por nossa nação e também pra não precisar e ir tão longe pra se alistar.

Entrevistadora: Tá certo.

Entrevistadora: Leandro, você considera importante a volta da ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Não, porque eu sou a favor da democracia, sou a favor do poder decidido pelo povo e a ditadura é totalmente ao contrário a isso.

Entrevistadora: Pra finalizar, vou te mostrar essa imagem e queria que você me dissesse o que isso significa.

Entrevistado: Inversão de valores, reprimindo a população.

Entrevistadora: Mais alguma coisa que você pode acrescentar em relação a essa imagem.

Entrevistado: (Silêncio).

Entrevistadora: Tá certo, muito obrigada.

A2) Dimas - entrevista dia 11/11/2016

Entrevistadora: Bom dia!

Entrevistado: Bom dia!

Entrevistadora: Eu tô com o aluno do ensino médio... Pra começar, eu gostaria de lhe perguntar: qual é a sua concepção sobre a ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Bom, a ditadura militar no Brasil, eu tenho conhecimento de que foi uma época muito difícil pra, pra a população brasileira. Era uma época de sofrimento porque as pessoas não poderiam, não podiam se expressar, não podiam é... dar sua opinião. Não tinham liberdade pra andar pelas ruas quando quisessem... Era um tempo de vigilância, as pessoas não tinham liberdade alguma pra nada.

Entrevistadora: Você já estudou algo sobre a ditadura militar em Barreiras ou na Bahia?

Entrevistado: Exatamente, não! No caso, sei no contexto geral, mas focado na Bahia ou em Barreiras não.

Entrevistadora: Agora, gostaria de saber sobre a instalação do 4º BEC na cidade, o que você sabe sobre a instalação do 4º BEC aqui na cidade?

Entrevistado: Exatamente, eu também não sei nada, mas eu imagino que tenha sido justamente dessa, nessa época da ditadura, com o objetivo de, de aumentar a vigilância, de, de ocupar mais áreas, o Exército no caso, os militares, de ocuparem mais áreas pra ter uma maior vigilância na cidade.

Entrevistadora: Hoje como você vê a finalidade do 4º BEC aqui em Barreiras?

Entrevistado: Bom, há o 4º BEC, ele tem um papel fundamental, né, porque ele pega os jovens quando completam dezoito anos, tem o seu serviço militar, as pessoas. Às vezes não, não tem uma decisão correta sobre a carreira que quer tomar na vida, um rumo que quer tomar na vida e a partir do 4º BEC já ficam encaminhados, já se encaixam em alguma coisa, né, e dentre eles até tem um processo de, de, que faz, como é que fala meu Deus... é tipo um, é tipo um... teste (Entrevistadora: Uma carreira, uma carreira, lá dentro) tipo um teste vocacional pra ver em que área a pessoa se encaixa melhor. Então é muito bom que a pessoa se encaminha.

Entrevistadora: Gostaria de saber se você considera importante a volta da ditadura militar, importante no processo político do Brasil.

Entrevistado: De maneira alguma, de maneira alguma voltar a repressão, voltar aprisionamento, tortura... Isso seria inaceitável, isso seria uma regressão.

Entrevistadora: Pra finalizar, queria perguntar... o que essa imagem significa pra você?

Entrevistado: Bom, é uma triste realidade né, o que muitas pessoas viveram naquela época: torturas, serem torturadas, serem caladas simplesmente pelo fato de ter uma opinião diferente dos demais, dos superiores, no caso, que naquela época eram os superiores.

Entrevistadora: Ok, muito obrigada.

A3) Heitor - entrevista dia 11/11/2016

Entrevistadora: Bom dia, tô aqui como a aluna... do ensino médio. Me diz o que você sabe da ditadura militar no Brasil, que período foi esse?

Entrevistado: Eu sei sobre a ditadura militar no Brasil, eu sei que ocorria protestos e pessoas lutavam pelos seus direitos.

Entrevistadora: Ok.

Entrevistadora: Você sabe me dizer algum fato sobre a ditadura militar na Bahia ou em Barreiras?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: O que você sabe sobre a instalação do 4º BEC aqui na cidade?

Entrevistado: (silêncio, pensativo)

Entrevistadora: Não sabe dizer não?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: E agora, sobre a finalidade do 4ºBEC hoje em dia?

Entrevistado: O 4º BEC tem a finalidade de trazer, dar oportunidade de emprego pra jovens, pra ir prosperando no decorrer da carreira e, sei lá, chegar a algum lugar.

Entrevistadora: Você considera importante a volta da ditadura militar no processo político no Brasil? Por quê?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: Pode me dizer por quê?

Entrevistado: Porque no meio desse protesto, há muito vandalismo e confusão, confusão no meio desse protesto.

Entrevistadora: Pra finalizar eu queria que você me falasse o que essa imagem significa.

Entrevistado: Pra mim representa um homem lutando pelos seus direitos e ele não pode fazer nada por isso. E também representando o povo.

Entrevistadora: Em continuação à entrevista com o aluno..., eu gostaria de saber qual o grau de importância, que você enxerga que a escola dá a esse assunto, ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: O grau de importância, na minha opinião, que as escolas dão é... não é muito grande, porque não foca muito na história do Brasil e... a gente até conhece coisas de fora... é, tipo, fala muito da Mesopotâmia, (d)esses lugares de fora, mas não fala do Brasil. Tem que focar nessas coisas no Brasil, na história do Brasil.

Entrevistadora: E principalmente esse período tão importante da nossa história, não é?

Entrevistado: É.

Entrevistadora: Ok. Obrigada.

A4) Júlia - entrevista dia 14/11/2016

Entrevistadora: Bom dia! Eu tô com a aluna do ensino médio... e, pra começar nossa entrevista, eu gostaria de perguntar: qual é a concepção que você tem sobre a ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: O que eu entendo da concepção da ditadura militar no Brasil, aconteceu vários atos sendo que fez a expressão do povo se limitar com várias agressão e com o desenvolvimento da opressão e a opressão do racismo também junto da ditadura e a opressão da, dos seus respeitos, a opressão dos seus respeitos e com um alconcebimento (acontecimento) que foi uma castrastrofe (catástrofe) misturado em tudo, como a expressão que não podia transmitir o que era, ou algo que sentia ou que via e também não podia vê nada se fosse alguma coisa política. Não podia nem falar, nem exprimir (expressar) o que estava se sentindo.

Entrevistadora: Você sabe alguma coisa sobre a ditadura militar em Barreiras ou na Bahia?

Entrevistado: Eu sei assim pero (pelo) alto, pelo que familiares que contam que antigamente aqui era quando vindo o 4° BEC é... tipo, que várias coisas, como se podia, tinha que falar sobre política no meio da comunidade, não podia ter falado sobre política e que Barreiras era um local assim, muito afastado, muito desigual mas também tinham vários cantos que ficavam os policiais ou soldados que ficavam reprimindo e ficavam atuando (atuando) em vários locais.

Entrevistadora: Quem lhe contou essas histórias?

Entrevistado: Quem contou foi minha Vó, minha vó sempre falava que aqui era tipo assim, um antro de aviões que vinham de fora, que sempre pousava aqui no aeroporto velho e que ficava aqui, sempre ao redor dos militares que faziam carga e recargas de armas e remédios perto.

Entrevistadora: Você sabe me dizer sobre a instalação do 4° BEC em Barreiras?

Entrevistadora: Sim, eu sei é que quando foi instalado o 4° BEC veio também, veio coisas boas e também ruins, mas mudou totalmente o cotidiano daqui de Barreiras, como transformou o centro que antigamente era só um campo de, tipo de fazenda. E, no centro, lá perto da Praça das Corujas mudou totalmente. Foi construído o Fórum brasileiro e a construção da Praça do Palácio das artes. Mudou também com melhoria de rodovias e de cidades que ligaram isso tudo, com vias de transportes e a segurança também, mas tornou um antro que não podia agir, nem falar o que sentia, pelas repressões.

Entrevistadora: Você vê a instalação do 4° BEC hoje algo importante pra cidade?

Entrevistado: Assim, mais ou menos, por causa o 4° BEC é bom, o 4° BEC fica, assim, a maioria de todos os policiais e todos fica aqui, mas não há no entanto um bom comportamento, é bom só por causa que tem poucas violência, mas assim... normal, você faz uma coisa que muda o cotidiano das pessoas. Não vejo nada, assim, nada da atuação do 4° BEC .

Entrevistadora: Você considera importante a volta da ditadura militar pro Brasil?

Entrevistado: Não considero que a ditadura militar fosse voltada... só ia reprimir só ao pobre e o negro. Assim como a ditadura fosse revogada aqui em Barreiras, muita gente ia fazer coisas, coisa não indevida, mas o que ia sofrer mais era a população, por causa que os ricos e os burguesia não iam sofrer nem tanto.

Entrevistadora: Pra terminar nossa entrevista, eu queria te perguntar, eu queria que você me descrevesse o que essa imagem significa pra você.

Entrevistado: Significa uma repressão da sua liberdade de expressão, significa uma humilhação, sem pudor, sem piedade uma tristeza assim que o senhor está sentindo e ser massacrado no meio (da) via pública, uma situação muito deplorável, uma situação assim que (é) desumano, que até a desigualdade tá sendo mostrada aqui, que tá sendo mostrada nessa foto. Também só o preto e o pobre sofreu naquele tempo, todo mundo sofreu por causa dessa desigualdade e a ditadura nas políticas, por isso.

Entrevistadora: Ok, muito obrigada.

A5) Bianca - entrevista 21/11/2016

Entrevistadora: Bom dia, eu estou aqui com a aluna..., aluna do ensino médio. Eu gostaria de saber qual é a sua concepção sobre a Ditadura Militar no Brasil.

Entrevistado: A ditadura militar, ela vem sendo, há muito tempo não tem mais. Ela vem sendo... como é que eu posso dizer? ...um processo que há muitas pessoas são vítimas e acabam falecendo por esse motivo, por causa que os militares quer ter direito sobre o poder político, querendo tudo que eles botassem e propõem querendo interromper, da maneira dele, fazendo do jeito deles. Isso que eu posso compreender sobre a ditadura militar.

Entrevistadora: Ok. Você sabe me dizer algo sobre a ditadura militar em Barreiras ou na Bahia?

Entrevistado: No momento não.

Entrevistadora: Você sabe me dizer sobre a instalação do 4° BEC aqui na cidade, ou você já ouviu de alguém ou seus pais já falaram alguma coisa sobre como eles vieram pra Barreiras?

Entrevistado: Meus pais nunca falaram e ninguém chegou a comentar nada comigo, mas tenho curiosidade de saber.

Entrevistadora: Mas hoje você pode me dizer qual é a finalidade de 4° BEC aqui na cidade, qual a atuação do 4° BEC aqui na cidade?

Entrevistado: Ajudar as pessoas e, de certa forma, trazer um pouco de segurança pra gente. Só que tão mais... o povo faz o 4° BEC, um pouco, e se desviam, não

ajuda em nada do que eles fez lá dentro, pra poder aprender lá dentro e ajudar aqui fora. Não ajudam em nada e não colaboram também.

Entrevistadora: Esse ajudar que você fala inclui também o alistamento dos jovens lá no Exército?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Como você vê essa forma assim do 4° BEC alistar, você vê como algo assim bom, pra cidade, o 4°BEC alistar os jovens pra o Exército?

Entrevistado: Com certeza ajudaria bastante, daria mais influências, mais força de vontade.

Entrevistadora: Sobre a volta da ditadura militar no Brasil ao poder político, o que é que você acha disso?

Entrevistado: Acho que não deveria acontecer, pois todos nós temos nossas opiniões e os políticos, eles têm a forma deles de se interagir e de fazer as coisas por nós e com isso eles não poderiam mais fazer justamente o que eles pensaram em fazer sobre nós, para uma cidade melhor e um país melhor.

Entrevistadora: Agora você vai me responder, o que você acha sobre aquela imagem que eu te apresentei?

Entrevistado: Sofrida. Porque uma pessoa que faz aquilo não é um ser humano, ela simplesmente não concorda com a pessoa e vai lá e maltrata, espanca, faz tudo sem aceitar a opinião deles.

Entrevistadora: Muito bem, muito obrigada.

Entrevistadora: Você acha que a escola deveria dar mais importância a esse tema, ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Com toda certeza, pra gente ter mais consciência do que realmente aconteceu no passado, que poderia ajudar bastante no aprendizado.

A6) Wanderson - entrevista dia 14/11/2016

Entrevistadora: Bom dia! Eu tô aqui com o aluno do ensino médio... Gostaria de saber qual é a sua concepção sobre a Ditadura Militar no Brasil?

Entrevistado: A ditadura militar no Brasil, com os meus conhecimentos é que foi, assim, um recomeço por um Brasil melhor. Os militares reuniram tropas, reuniram batalhão, tudo que eles reuniram foi pra tentar uma reconstituição da República. Como tem umas, alguns registros mesmo na própria Prefeitura de Barreiras hoje tem alguns registros, algumas coisas que falam um pouco da ditadura militar e também é

a roganização (organização) que tinham muitos políticos, e mesmo dentro da ditadura, no começo da ditadura, foi... Como é que eu posso falar, estavam roubando da própria Prefeitura e da população, mesmo da população como das vilas. Vila Brasil mesmo e Vila Dulce são umas das que, assim, sofreram um pouco da ditadura militar porque tinham muitos militares que entravam, que entravam na casa de pessoas humildes, que não tinha nada a ver e assassinavam essas pessoas e ficavam por isso mesmo.

Entrevistadora: Você sabe me dizer alguma coisa sobre a ditadura militar, hein, na Bahia ou em Barreiras?

Entrevistado: a única coisa que eu posso dizer é que ela não deveria voltar porque mesmo com a ditadura militar o governo não parou de roubar, ele continua a roubar, roubando, roubando. Rouba da educação, rouba da saúde, rouba da infraestrutura... Então, em todos os aspectos, ele continua roubando.

Entrevistadora: Eu queria saber sobre a instalação do 4º BEC na cidade, você sabe me dizer algo, sobre a instalação do 4º BEC na cidade?

Entrevistado: Não, o 4º BEC, ele é pra formar é soldados, é cabos. Eu vi um homem, eu vi um homem, que ele tava, eu perguntei pra ele, uma vez, foi na oitava série que a gente foi lá uma vez, na oitava série uma vez. No Prisco Viana a gente foi lá e a gente entrevistou parece que foi um cabo, ele é o mais velho do 4º BEC. Ele não se aposentou... Falou... (que) ele tá lá no 4º BEC, ele falou um pouco da ditadura militar, mas como era um pouco longe eu não consegui entender muito, por causa que tinha muita gente em cima, muitos alunos, eram duas turmas. Cada turma com trinta aluno, sessenta lá, sessenta pessoas, alunos. Aí eu não consegui ouvir direito. Mas o que ele falou, que, quando estava na ditadura militar, ele levou um tiro na perna e outro no pé, ele mostrou a cicatriz e tal, nós viu a cicatriz. O filho dele morreu nessa época, ele teve um filho assim... de dez meses. Entraram na casa dele e assassinaram o filho. A esposa, pensaram que a esposa tava morta, mas a esposa tava viva, tá viva até hoje. Mas ele não se aposentou, ele já é velhinho, um senhor de idade, já é sargento. Não chegou a ser capitão, mas já é sargento.

Entrevistadora: Muito bem. Pra finalizar gostaria de te perguntar o que essa imagem significa pra você?

Entrevistado: Essa imagem significa um tormento de homem, né? Como é o nome dele? O Gregório Bezerra ele tem um olhar profundo, ele é um senhor de idade, né? Tem cortes que ele foi espancado e torturado, que botaram atrás num Jipe, conduzido por um Jipe, né? Botaram ele atrás de um Jipe na própria, tem corte nos joelhos, manchas rochas na perna e alguns cortes também na mão.

Entrevistadora: Tá certo. Muito obrigada.

Entrevistado: De nada.

A7) Gleide - entrevista dia 14/11/2016

Entrevistadora: Bom dia.

Entrevistado: Bom dia.

Entrevistadora: Eu tô com a aluna..., do ensino médio. Pra começar nossa entrevista, eu queria saber o que você sabe sobre a ditadura militar no Brasil.

Entrevistado: É um meio dos policiais se impor, de ficar na frente da sociedade um pouco.

Entrevistadora: Você sabe algo sobre a ditadura militar em Barreiras ou na Bahia?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: Sabe me dizer sobre a instalação do 4º BEC aqui em nossa cidade? Você já ouviu alguém falar, seus pais ou sua família?

Entrevistado: Que eu me lembre não.

Entrevistadora: E hoje, sobre a instalação do 4º BEC, como você vê, qual é a finalidade do 4º BEC aqui na cidade?

Entrevistado: É um meio de ajudar mais os jovens, né? Os homens no caso.

Entrevistadora: Você fala através do alistamento dos meninos no Exército?

Entrevistado: Alistamento.

Entrevistadora: Você acha importante?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Você acha importante!? Por quê?

Entrevistado: Sim, porque é um meio de tirar os jovens da rua.

Entrevistadora: O que você pensa sobre a volta da ditadura militar no Brasil, no comando da política brasileira?

Entrevistado: Acho que não vai ser bom não pra sociedade.

Entrevistadora: Por quê?

Entrevistado: Porque a gente vamos se sentir mais atingido ainda do que já estamos sendo.

Entrevistadora: Sabe, essa imagem que eu lhe apresentei, você pode me dizer o que essa imagem representa pra você?

Entrevistado: É um sentimento de tristeza, né? Porque a gente vê um senhor de idade sendo apunhalado pelos policiais.

Entrevistadora: Pra fechar o nosso bloco de entrevistas, eu gostaria de te perguntar: na sua opinião, qual é o grau de importância que a escola dá pra esse assunto ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Nenhum.

Entrevistadora: Você acha que poderia ser trabalhado mais?

Entrevistado: Poderia, dando palestras, botando os alunos pra fazer trabalhos sobre isso.

Entrevistadora: Ok, muito obrigada.

Entrevistado: De nada.

A8) Milena - entrevista dia 18/11/2016

Entrevistadora: Bom dia.

Entrevistado: Bom dia.

Entrevistadora: Eu tô aqui com a aluna..., do ensino médio. Gostaria de saber o que você sabe sobre a ditadura militar no Brasil.

Entrevistado: Eu acharia que é muito importante, né? Porque a ditadura militar tem muitos anos atrás, que os povo não cita sobre isso, então é muito importante as pessoa saberem agora (o que) tá acontecendo no Brasil sobre a ditadura militar.

Entrevistadora: Você sabe algo sobre ditadura militar em Barreiras ou na Bahia?

Entrevistado: Não, eu não sei não, porque, tipo assim, eu estudei pouco na 8ª série, não sei citar os principais motivos da ditadura militar.

Entrevistadora: Sabe me dizer algo sobre a instalação do 4º BEC, quando os militares do 4º BEC vieram aqui pra Barreiras?

Entrevistado: Tipo assim, um pouco, né? Porque há muitos anos veio pra tratar sobre o 4º BEC, então eu não sei citar os nomes sobre isso.

Entrevistadora: Mas hoje você considera importante a atuação do 4º BEC na cidade?

Entrevistado: Com certeza, porque é, tipo assim, se caso acontecer uma guerra, ele está aqui para proteger a gente.

Entrevistadora: Sobre a volta da ditadura militar no Brasil, o que você pensa a respeito, você acha importante?

Entrevistado: Sim, porque é importante pro Brasil e pras pessoas também.

Entrevistadora: Sobre aquela imagem que eu te apresentei, o que aquela imagem significa?

Entrevistado: Mostra que muitas dessas pessoas podem chegar até esse ponto que o senhor chegou, né! E mostra pra todos que isso não é certo, o que ele fez.

Entrevistadora: Pra finalizar gostaria de te perguntar: na sua opinião, você acha que a escola trata esse assunto, Ditadura Militar, como algo relevante e importante?

Entrevistado: Com certeza, porque tem que falar sobre o que tá acontecendo no mundo atual, né? Porque se não falar da ditadura militar, não tem como falar sobre a guerra, se tá acontecendo, se vai acontecer, daqui por diante.

Entrevistadora: Muito Obrigada.

Entrevistado: De nada.

A9) Kevin - entrevista dia 18/11/2016

Entrevistadora: Bom dia.

Entrevistado: Bom dia.

Entrevistadora: Eu tô aqui com o aluno do ensino médio. Qual a sua concepção sobre a ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Bom, pela minha concepção, pela ditadura que houve aqui no nosso Brasil, foi uma ditadura, assim, que durou vinte e um anos e que foi uma ditadura muito complicada. Houve muitas mortes e a nossa população sofreu demais com isso. Fizeram, tentaram fazer reivindicações, só que não puderam, porque sabiam que se fizessem iam ser mortos. Os militares mesmos, eles mesmos caçavam as pessoas que vinham é... no caso, que tentava reivindicar. Falava que tava tudo ruim, que tava sendo mal aproveitada, no caso do poder dos militares, porque os militares, eles incomodam muito os políticos. No caso, naquela época dos políticos, os militares não concordavam com o que eles faziam e tomaram o poder aqui no Brasil, fazendo isso, houve muitas mortes porque os outros políticos que podiam entrar, não podiam, porque se eles entrassem os militares iam interferir e provavelmente iam torturar e matar ela, os políticos que tentavam é... retomar o poder, vamos dizer assim. No caso da população brasileira, é... a gente não poderia falar nada sobre isso, porque no caso poderia a gente ser caçado ou até morto, preso, torturado, por

causa disso. Os militares, eles tinham o poder tão alto, é como o aumento de armamento, né? Armamento, que a população, os civis não tinham isso. Os militares portavam arma de fogo, era uma grande abrangência assim de... No nosso país, no caso a força militar era muito forte, até hoje é muito forte. No caso, eles tomando o poder, eles mandavam, eles mandavam nas leis, faziam o que eles achavam correto. Só tomava o poder, no caso os militares, só quem era de alto poder lá dentro, no caso, assim, tentava reivindicar alguma coisa, o único meio da população fugir desse... dessa guerra que houve aqui era juntando-se à população militar, no caso o 4º BEC, que veio pra cá. Foi a única saída que tiveram pra poder acabar com isso. Porque o 4º BEC, ele que montou a nossa cidade praticamente. É... ruas, rodovias foram feitas pelo quartel, até hoje tá sendo. E, no caso da pessoa ser militar, é... não corria risco, né? Poderia falar: eu sou militar! E comprovar isso. Não dá problema pra essa pessoa. No caso dos outros países, no Brasil mesmo afora, é... houve muitas mortes porque as pessoas não estavam satisfeitas com esse tipo de poder, os militares, ainda mais por ser militar ele se lida assim com situações muito fortes, no caso, prender uma pessoa ou ter que matar ele. Vai criar um vínculo de ser uma pessoa muito fechada, de ser uma pessoa não muito boa, mas ser uma pessoa ruim, porque matar uma pessoa é isso, isso mexe com o ser humano, isso faz com que o ser humano assim vai saindo... Daí o ser humano passa a ser algo mais frio, algo mais gelado. Mata hoje, já fica mal, vai se acostumando com isso... Ele não liga mais se a pessoa sofre ou quer ajudar ou se não quer. A maioria das pessoas acham assim, por ser militar o poder é tão alto que... Exemplo: a gente tem algum problema, a gente chama a polícia militar; e se o problema nosso for com a polícia militar, a gente vai chamar quem? Não tem quem chamar, não tem pra quem falar alguma coisa, porque a nossa ajuda vem da polícia militar; e se a gente tiver problema com a própria polícia militar, a gente vai fazer o quê, se o poder deles é muito alto, ter posse de armamento e uma população enorme de militares treinados pra poder fazer esse tipo de situação?

Entrevistadora: Você falou sobre o 4º BEC, é... você sabe me falar sobre a atuação ainda hoje do 4º BEC aqui em Barreiras?

Entrevistado: Bom, na nossa cidade de Barreiras aqui, a atuação é muito alta porque é... O desemprego tá muito alto na nossa cidade e os jovens, como não conseguem emprego, vão (fazer) o quê? Quartel. Porque por lei aos dezoitos tem que servir o Quartel, chegando lá a única maneira deles conseguirem ter uma boa casa e ter um seguro da vida é servir o Quartel. E ainda mais sabendo que pode crescer lá dentro, pode se tornar alguém melhor, mais nem sempre é verdade esse tipo de situação. A pessoa entra e já com, com o sentido, assim, de que não quer ajudar, só quer trabalhar mesmo, porque o desemprego tá muito alto em nosso país. No caso que a senhora perguntou: O 4º BEC ajudou? Ajudou muito, ajuda até hoje. Porque, porque eles fazem rodovias, fazem pistas, construções civis, que no caso desde o começo da nossa cidade foi o Quartel, quando o Quartel chegou aqui eles começaram a melhorar a nossa cidade e ajudaram até em plantações porque trabalhavam em construções civis também, eles faziam de tudo, por quê? Porque eles queriam crescer a nossa cidade.

Entrevistadora: Nós falamos sobre... você falou sobre a ditadura militar, não é? Essa... o lado negativo que teve... agora eu queria te perguntar uma coisa: Você considera importante a volta da ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: É, durante essa questão a gente tem que olhar para os dois lados, pelo lado positivo e pelo lado negativo. O lado negativo porque, quando a ditadura militar tomou o poder, é... houve muitas mortes. Pessoas foram torturadas, foi uma época muito difícil para nossa população brasileira. O lado bom é... eles são poderosos, qualquer problema eles podem resolver, porque eles têm poder pra isso, só que vem outra questão, do lado negativo, porque com tanto poder que eles possuem, eles sabem que não vai dar nenhum problema para eles, porque eles têm, possuem poder, armamentos, gente que já é treinada para lidar com esse tipo de situação. Então, assim, fica os dois lados da balança, o lado negativo e o lado positivo. Lado positivo, eles poderiam ajudar, eles têm poder pra isso, eles podem aumentar nosso salário, melhorar nossa cidade... mas a maioria, desde aquela época da ditadura, eles não fizeram isso, eles só queriam realmente tomar o poder, porque eles não estavam gostavam do que... é... estava acontecendo.

Entrevistadora: O que estava acontecendo na política?

Entrevistado: Na política.

Entrevistadora: Pra fechar nossa entrevista, eu gostaria de te perguntar o que essa imagem significa pra você?

Entrevistado: Ao ver essa imagem, eu vejo muita coisa em minha cabeça, eu vejo um rapaz, um senhor já de idade, cercado por homens armados, que provavelmente são militares, só que isso me vem a pensar que foi na década que tudo começou, a partir da ditadura da polícia militar, aonde provavelmente eles (devem) ter caçado esse senhor que eu já havia estudado um pouco sobre ele, só que eu não me recordo muito bem... Só que por ver essa imagem vem muita coisa em minha cabeça, que realmente esse senhor com certeza ele foi torturado.

Entrevistadora: Muito bem, muito obrigada.

A10) Rute - entrevista dia 21/11/2016

Entrevistadora: Bom dia. Eu tô com a aluna do ensino médio. Pra começar eu gostaria de te perguntar: o que você sabe sobre a ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Eu sei que naquele tempo da ditadura havia muita injustiça e as pessoas não tinham liberdade de expressão. E, se elas fossem tentar se expressar de alguma maneira contra a ditadura, elas tinham que pagar de alguma maneira, até com a vida mesmo.

Entrevistadora: Você disse até com a vida, você sabe me dizer, assim, casos de tortura, você já ouviu falar dos casos de tortura daquela época?

Entrevistado: Já ouvi falar que as pessoas eram bastante torturadas quando elas tentavam se manifestar contra e acabavam pagando com a vida.

Entrevistado: Gostaria de saber se você já ouviu falar sobre a ditadura militar aqui na cidade de Barreiras ou aqui na Bahia, se você já ouviu alguma coisa ou alguém já te disse.

Entrevistado: Eu já ouvi falar pouca coisa, mas já ouvi falar. Eu já ouvi falar que aqui no tempo da ditadura em Barreiras... é... tinha o cais e porto. Os barcos saíam daqui levando mantimento pra lá, pouca coisa.

Entrevistadora: É... Me diz aqui, você sabe me falar alguma coisa sobre a chegada do 4° BEC na cidade?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Mas de que forma você vê a atuação do 4° BEC hoje em Barreiras?

Entrevistado: Eu acho que ajudou bastante o conceito dos jovens, que vão pra lá e tal e muda o conceito de vida, até na maioria das vezes mudam bastante. Eu acho bom.

Entrevistadora: Tá certo. Você considera a volta da ditadura militar pro Brasil importante?

Entrevistado: Não, acho que não seria bom se voltasse.

Entrevistadora: Você sabe me dizer dessas manifestações, onde os jovens pediam a volta da ditadura militar, você sabe me dizer alguma coisa a respeito desse episódio aqui no Brasil?

Entrevistado; Eu sei que... eu acho errado, que não devia estar acontecendo isso, que eles estão se equivocando.

Entrevistado: Tá certo. Agora, sobre essa imagem, o que é que você... O que é que essa imagem significa?

Entrevistado: Injustiça, uma pessoa que tentou expressar sua opinião e aconteceu o que aconteceu, eu acho errado.

Entrevistadora: Ok.

A11) Daiane - entrevista dia 21/11/2016

Entrevistadora: Bom, estou aqui com aluna..., aluna do ensino médio. Pra começar, eu gostaria que você me falasse... Qual a sua concepção sobre a ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Então, em 1965 a 1985, teve tortura, essa tortura foi pra descobrir pessoas que tava envolvida na luta armada, os povos militares invadiam casas, local

de trabalho pra pegar essas pessoas. Ele torturava essas pessoas. Essas torturas incluíam choque elétrico, afogamentos e outras torturas. Eles levavam esses presos para a delegacia, lá dentro tinha uma sala, uma sala que era fechada pra as pessoas não ouvir, pra as pessoas não ouvir o grito desses presos. E parece que foi em 1984, o Presidente Ernesto viu que tava passando dos limites essas torturas e diminuiu essas tortura e despediu muitos militares, pois esses próprios militares que faziam isso com as pessoas é... descobriu que mais de duzentas é..., mais de duzentas foi morta por causa dessas torturas e cem pessoas desaparecidas.

Entrevistadora: ..., você já havia estudado a ditadura militar antes?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: E essas informações como você obteve?

Entrevistadora: Pela internet.

Entrevistadora: Foi uma pesquisa que você realizou?

Entrevistadora: Eu gostaria de saber se você já soube alguma coisa sobre a ditadura militar na cidade de Barreiras?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Queria te perguntar também como você vê o 4º BEC, aqui na cidade. O 4º BEC, que é o Quarto Batalhão de Engenharia de Construção... Qual a forma que você vê o 4º BEC atuando aqui na cidade? Você sabe me dizer sobre a instalação do 4º BEC aqui na cidade?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: Você pode me dizer como você vê o 4º BEC aqui na cidade?

Entrevistado: Como uma profissão pro jovem hoje em dia que quer seguir uma profissão.

Entrevistadora: Essa carreira, né, militar...?

Entrevistado: Essa carreira militar.

Entrevistadora: Você considera importante a volta da ditadura militar no Brasil? Eu vou dizer porque eu tô perguntando isso, por causa das manifestações de 2013 e 2014, onde muitos jovens, eles pediram a volta da ditadura militar no Brasil. Diante do que a gente já conversou, do que você já me explicou, eu gostaria de saber, no seu ponto de vista, se você considera importante a instalação da ditadura militar, os militares no poder novamente aqui no Brasil? Você acha que foi um período bom?

Entrevistado: Não. Acho que não porque muitas pessoas foram mortas, pessoas que queria, né! Tem direito de votar, escolher as suas escolhas, foi morta por causa disso.

A12) Denise - entrevista dia 21/11/2016

Entrevistadora: Bom dia.

Entrevistado: Bom dia.

Entrevistadora: Eu tô aqui com a aluna do ensino médio, a aluna... Gostaria de saber, qual a sua concepção sobre a ditadura militar no Brasil?

Entrevistado: Olha, é... pra mim, eu acho que a ditadura militar, assim, foi muito dura, teve muitas mortes, muitas pessoas inocentes que não tinham nada a ver morrerem assim sem dever nada. Foi um processo muito duro e vieram militares de outros países pra cá, pra controlar a política. Quem mandava no Brasil era eles, eles queriam é... mandar na cabeça das pessoas, pras pessoas pensar como que eles queriam. A pessoa não podia expressar qual era a sua religião. Tinham que viver sobre as ordem deles, entendeu? Ruim é isso, foi muito duro, foi um processo muito duro.

Entrevistadora: Você sabe me dizer sobre a ditadura militar na cidade de Barreiras, ou na Bahia? Você já ouviu falar alguma coisa?

Entrevistado: Sim, eu já ouvi, assim, algumas pessoas falando que quando começou, quando tinha esse processo de ditadura, o aeroporto da cidade... é... vinha vários aviões de outras cidades carregando alimentos. Vinham buscar socorro também, essas coisa assim... Tinha o frigorífico, também, que distribuía carnes importadas pra outros países, como a carne de charque, por exemplo, isso.

Entrevistadora: Como você... o 4° BEC, aqui na cidade, você sabe alguma coisa por que eles vieram pra cá?

Entrevistado: Porque eles vieram eu não sei bem assim, mas eu vejo assim, como uma... Eu vejo que, tipo assim, porque tem muitos jovens que escolhe o lado do crime, e eu vejo como uma forma de amenizar isso, amenizar um pouco isso, porque quando os jovens entram lá... Eu conheço muitos jovens que entraram pra lá e mudarem de comportamento, se tornaram pessoas de bem. Então eu acho muito importante o 4° BEC porque tem esse lado de... Como é que se fala? Passar psicologia, mas...

Entrevistadora: De acolher esses jovens para servir ao Exército?

Entrevistado: Uhum. Além deles ganhar uma renda boa, ainda tem a oportunidade de mudar o seu comportamento, mudar o seu modo de ver a sociedade, as pessoas a família... Porque muitos jovens não respeita os pais, pensa totalmente diferente e quando entra lá muda a cabeça, melhora.

Entrevistadora: Gostaria de saber se você considera importante a volta da ditadura militar no Brasil? Uma vez que, naquelas manifestações de 2013 e 2014, alguns

jovens pediram esse retorno. Você considera importante, você acha que foi bom no caso, na época, e acha que pode ser bom agora, atualmente?

Entrevistado: Eu acho que não, eu não considero essa volta boa assim porque a cabeça dos jovens com esse processo de ditadura, assim, atual, eles já fazem o que fazem, né! A criminalidade aumentou muito, então eu acho que se trouxesse essa ditadura pra... pro presente agora causaria um transtorno muito grande pra sociedade.

Entrevistadora: Ok.

Entrevistadora: Agora, pra fechar nossa entrevista, eu gostaria que você me falasse sobre o que essa imagem significa pra você.

Entrevistado: Pra mim, essa imagem significa a demonstração de como era assim, a violência, a violência praticada por esses militares, que era muito cruel. Só porque as pessoas tinham um modo de pensar diferente, aí não precisava de tudo isso, dessa violência toda.

ANEXO B – Entrevistas com os adultos

B1) Lúcia - entrevista dia 27/07/2016

Entrevistadora: O que foi o regime militar em seu ponto de vista?

Entrevistado: Foi um choque ideológico, ante as perspectivas da imposição de um regime totalitário no país, sob a batuta da doutrina de Marx, segundo o pensamento das Forças Armadas, no Brasil.

Entrevistadora: Como a senhora avalia o processo do regime militar em Barreiras?

Entrevistadora: Como em todo o país, as opiniões se divergiam, se diversificavam; portanto, os palpites diferentes permanecem até hoje.

Entrevistadora: Como foi a relação da sociedade frente ao regime militar no Município de Barreiras: de resistência ou de adesão?

Entrevistado: Como disse antes, as opiniões se divergiam; havia grupos a favor e grupos contra. Sim, havia saldos para se comemorar, tanto de um lado como do outro.

Entrevistadora: Na sua opinião, o que ocorreu no regime militar foi transmitido para as novas gerações como memória ou caiu no esquecimento?

Entrevistado: História cai no esquecimento porque é passado. Cabe aos historiadores trazerem, para o presente, o passado com seus erros e acertos. Os jovens barreirenses pouco ou nada sabem sobre esse período.

Entrevistadora: Havia alguma forma de resistência de estudantes, de professores do município contra o regime? Como era?

Entrevistado: Sim, manifestações singelas e muitas vezes veladas, mesmo porque o ambiente era muito tenso e de muita cautela.

Entrevistadora: Em que escola a senhora trabalhava ou estudava?

Entrevistado: No Colégio Padre Vieira, na época a escola mais bem conceituada de Barreiras.

Entrevistadora: Qual era a sua função e que cargo ocupava?

Entrevistado: Fui professora de Língua portuguesa e Literatura Brasileira e, mais tarde, ocupei a função de coordenadora Pedagógica.

Entrevistadora: Como se deu a sua vivência escolar, quando o regime foi instalado?

Entrevistado: Vivência tranquila. Sempre pautei minha vida profissional dentro dos limites da ética, da honestidade e dos deveres aos direitos republicanos.

Entrevistadora: A senhora teve conhecimento de alguém que resistiu à instalação militar e como se deu? Conte pra mim. Já soube de alguém da cidade que foi reprimido por se opor ao regime?

Entrevistado: Sim. Foram mortos numa rebelião, no Araguaia, dois irmãos barreirenses: Nelson e José Dourado; fato que muito entristeceu a comunidade barreirenses e fez sofrer, de modo especial, a família Dourado.

Entrevistadora: Qual foi a receptividade da população barreirenses em relação à chegada do BEC?

Entrevistado: Barreiras recebeu o BEC com euforismo. A sigla BEC significa para os barreirenses tão somente “Batalhão de Engenharia de Construção”, tão esperada por esta região esquecida e desprezada no Oeste desta maravilhosa Bahia.

Entrevistadora: Com a chegada do BEC o que mudou na cidade?

Entrevistado: O comércio, a indústria... Enfim, o progresso tão esperado pelos barreirenses.

Entrevistadora: Qual a interferência do BEC na dinâmica da cidade?

Entrevistado: Aritmeticamente, 100%.

Entrevistadora: Qual a relação das autoridades políticas da época com os militares?

Entrevistado: A relação do BEC com as autoridades políticas e com a comunidade, de um modo geral, era uma relação de respeito e cordialidade.

Entrevistadora: Os militares que vieram interferiram nas escolas da cidade?

Entrevistado: Havia, sim, monitoramento, mas no que diz respeito ao exercício de minhas atividades, jamais fui importunada por qualquer autoridade. Às vezes, um Capitão aparecia repentinamente na porta da minha sala de aula, mas sem comentários. Como os alunos me tinham muita atenção, um soldado a quem às vezes eu emprestava livros para ajudá-lo me fez a seguinte observação: “Professora, cuidado, lá no BEC tem todo o seu ‘dossiê’”. Naquela época, fui convidada para dar aulas de reforço somente aos filhos dos oficiais, na Vila dos Oficiais. Isso me desagradava às vezes, pois muitos filhos de sargentos e soldados, também meus alunos, gostariam de participar daquelas aulas.

B2) Cláudio - entrevista dia 28/10/2016

Entrevistadora: Boa tarde, eu queria que o senhor me falasse como foi a sua chegada aqui em Barreiras, que ano o senhor chegou, e como foi a sua chegada em Barreiras juntamente com o 4º BEC...

Entrevistado: Boa tarde. Olha, a minha chegada em Barreiras, deu-se no dia 26 de maio de 1972, às 18 horas. Daí nós... A cidade não tinha condições boas para moradia, fomos alojados, as famílias, duas, três famílias juntas numa casa, em virtude de a cidade não dar as condições, não ter espaço físico para acolher as famílias. Mas, mesmo assim, fomos muito bem recebidos pelas famílias barreirenses, né. Fomos bem acatados na região e daí pra frente fomos trabalhando, recuperando as residências para dar condições de abrigo para aqueles que já tinham chegado e para os que futuramente fossem chegando a esta cidade, que nos acolheu tão bem.

Entrevistadora: Por que Barreiras, por que o 4º BEC veio pra Barreiras?

Entrevistado: Primeiro... Barreiras era um polo, foi considerada um polo de segurança nacional. Então, o Batalhão de Engenharia veio pra essa região com a seguinte finalidade: construir o progresso e manter a segurança.

Entrevistadora: Me fala um pouquinho da mudança da cidade depois da instalação dos quatro BEC?

Entrevistado: A cidade mudou muito, não tinha... nós não tínhamos luz. A luz que tinha era gerada por uma turbina, que era instalada no rego, o rego que hoje não existe mais. Um dia fornecimento de energia para Barreirinhas, outro dia fornecimento de energia para Barreiras. Mesmo assim, não tínhamos, se você queria usar sua geladeira, você tinha que desligar à noite, tinha que desligar o ventilador e o gerador, pra poder ter condições e funcionar a geladeira. E fomos aguentando, aguentando até que em 74 o batalhão, se a memória não me falha, o Batalhão conseguiu pegar duas turbinas, aquelas turbinas e recuperou. Foi que deu uma melhora de vida para a cidade de Barreiras.

Entrevistadora: E como era a relação com as autoridades políticas com vocês, os militares daquela época?

Entrevistado: Ah, a relação foi muito boa, muito boa. Apesar de que tinha ainda aquele medo das famílias dos militares... Chegando os militares, naquela época... Mas nós, o relacionamento foi muito bom com os políticos da época quando chegamos aqui. O Prefeito era Aníbal Barbosa, Aníbal Barbosa. Foi... Posto que como a gente não tinha, nós não tínhamos o (pessoal) total pra dar início à obra, foi dado à prefeitura apoio. Pode dizer que foi entregue as máquinas à prefeitura para que ela pudesse fazer alguns serviços de obra na cidade, através das máquinas, e ela apenas assumindo a responsabilidade de combustível, o prefeito. E mais tarde com o advento do da eleição de Prefeito de Baltazarino e de Luiz de Andrade, e este foi quem elevou a cidade de Barreiras, aproveitou o uso do batalhão para desenvolver a cidade de Barreiras. Foi um Prefeito que a conduziu, foi um gestor que conduziu Barreiras na época. Saindo da água para o vinho, elevou rapidamente, aproveitou o apoio do Coronel Celso Viana de Araújo, que era político e militar. Ele era mais político do que militar. Celso Viana e ele. Todo o apoio a Baltazarino! Deu todo o apoio ao Baltazar.

Entrevistadora: O senhor disse que quando vocês chegaram as pessoas tiveram um pouco de ressentimento, né?

Entrevistado: Medo, não é ressentimento, medo, né. Medo, né. Porque ninguém tinha visto, chegaram-se uma levada de militares assim. (O povo se perguntou:) O que tá ocorrendo?

Entrevistadora Eu imagino, né, na cidade... Assim, que revolução não foi na cidade? Assim, a mudança de vocês chegarem, como o senhor falou, chegar muitos militares... E aí, você sentia isso, que as pessoas ficavam com medo de se aproximar?

Entrevistado: Tem até um dado fantástico, é no primeiro sete de setembro. Teve um locutor, quando houve o desfile dos alunos, o cara se empolgou tanto que disse "Vamos é evacionar (ovacionar) o Exército, vamos evacionar (ovacionar) o Exército, do Capitão Barreto". É, já estavam aí. Nós chegamos e já tinham se agregado ao militarismo, até mesmo porque não eram o que tava pensando e daí pra frente até hoje, graças ao Senhor Barreiras, só teve a ganhar e muito.

Entrevistadora: E nas escolas, o senhor se lembra como foi a relação de vocês quando chegaram aqui nas escolas?

Entrevistado: Olha a relação, só sei que o Colégio Padre Vieira, o Coronel Celso praticamente derrubou e fez, refez tudo, toda a estrutura, a parte da estrutura onde é a UFBA antiga, aquilo ali, toda aquela melhoria que teve ali foi feito pelo Celso Viana de Araújo. Botou o equipamento e mão de obra... (Entrevistadora: Que hoje é UFOB, né? Que hoje, onde foi o Padre Vieira, hoje é a Universidade Federal, tá certo. E o Senhor se lembra?) E depois o Batalhão construiu mais tarde em 74, foi construído o colégio na Vila dos Funcionários, o Colégio Duque de Caxias, né? Foi construído pelo Batalhão, depois doado ao Município.

Entrevistadora: Isso que eu ia perguntar, né? Por que eu já tinha lido que o Duque de Caxias foram vocês que construíram, e até hoje ele funciona normalmente na Barreirinhas.

Entrevistadora: Na barreirinhas. Me lembra aí de outros feitos de vocês aqui em Barreiras: as estradas, as rodovias...

Entrevistado: Em 72, iniciou-se como eu já falei, a chegada de centenas e centenas de famílias. Começamos a construir, a construir a Vila dos Funcionários. Fatos, aconteceu fatos, fatos que eu mesmo tomei a linha de frente. Aconteceu fato de a gente ter 20 a 30 casas prontas, sem ter telha pra cobrir. A região não tinha e ocorreu o fato, depois foi autorizado a demolir o telhado do Hospital Erico Dutra pra tirar toda a telha pra cobrir o que desse pra cobrir as casas, casas na vila dos Funcionários. E, como tava chegando muita gente, ocorreu um outro fato muito interessante, foi quanto ao Matadouro, chamado antigo Matadouro. Lá foi autorizado a gente abrir todas as câmaras frias que já existia pra servir de alojamento para as famílias porque não tinha suporte mais pra abrigar as famílias. E que mais tarde esse Matadouro serviu pra depósito de cimento, que a gente recebia de Montes Claros, estocava lá mais de cem a cento e cinquenta sacos de cimento.

Entrevistadora: Como era a comunicação, já que era tudo tão difícil na época, como era a comunicação de vocês, assim, com a Capital ou com Brasília?

Entrevistado: A comunicação aqui era mais feita com Brasília. Nós tínhamos um escritório em Feira de Santana e outro em Sobradinho, Brasília, né! Em Feira de Santana era que lá ficava o Cabo e ele fazia todas as compra necessárias. Fazia as compras, a telha que temos hoje e cobrem o batalhão ali e as vilas vieram todas de Feira de Santana, comprava a telha em Feira de Santana, você vê a dificuldade... (Entrevistadora: Feira de Santana é longe daqui, né!). Iam buscar as telhas a 800 km, e Brasília como era o centro mais próximo a gente comprava através do escritório. Lá tinha um escritório montado onde fazíamos a concorrência comprando. Comprava-se muito material – nem tanto em Brasília, né, mas era a mais próxima - (em) Goiânia e Anápolis e o material vinha.

Entrevistadora: O senhor se lembra de alguém ou de algum grupo que criou resistência por vocês estarem chegado aqui cidade?

Entrevistado: Não, (Entrevistadora: Não teve, todo mundo recebeu...). Não teve de todo mundo, nos receberam de braços abertos, por precaução (Entrevistadora: imagino). Porque eles não conheciam, não sabiam de que se tratava (Entrevistadora: Verdade...). Porque as autoridades sabiam, mas o povão não sabia.

Entrevistadora: Ainda mais estando assim, bem no período da ditadura militar, né, de 64 a 80. Vocês chegaram em 72... então imagino, né, como foi na cidade assim?

Entrevistado: E mais tarde houve, não sei precisar assim, porque a gente fica desligado. Houve aquele caso do Carlos Lamarca aqui na região, que ele foi morto na região de Ibotirama. Por aí não sei... Que inclusive tinha um no barco nas margens da direita do Rio Branco com a denominação de La Barca. (Entrevistadora: La Barca). É, La Barca.

Entrevistadora: Me diz... Fique à vontade pra o Senhor falar. No seu ponto de vista, o que foi a ditadura militar no Brasil? E, depois me fala, e aqui em Barreiras?

Entrevistado: Oh, a ditadura militar no Brasil, hoje fala em ditadura, tinha que ter uma mão de força que na época estava se... O Brasil é como está hoje, se não tiver uma segurança certa, forte pra segurar o país, nós vamos cair no abismo. Na época da ditadura é como eu falei, é igual o que eu te falei ontem particularmente, né? Eram duas opções: ou eu ou você. Felizmente os militares assumiram, mas não foi os militares que pediram, a sociedade civil foi quem pediu, não resta dúvida que tenha havido excesso, tudo tem excesso, mas ou era eu ou você. Foi uma época em que o Brasil mais cresceu. O Brasil mais cresceu.

Entrevistadora: Aí, assim, é inclusive assim um dos motivos de eu fazer a pesquisa é porque muitos jovens nessas manifestações, alguns jovens conclamaram mesmo a ditadura, a volta da ditadura militar, por isso a gente começou a estudar essa questão, essa conclamação. Eu gostaria que o senhor me falasse, que o Senhor repetisse novamente a história do primeiro desfile do 7 de Setembro.

Entrevistado: No primeiro desfile do 7 de setembro, onde um locutor que estava apresentando a passagem dos colégios e da tropa após a passagem dos colégios. Passou polícia e, por último, ele conclamou à população a aplaudir, né, o “Exército do Capitão Barreto”, tão eufórico que ele estava, que ele disse que o Exército era do capitão Barreto, que era o Comandante da companhia. (Entrevistadora: Do Capitão Barreto, que era, na época...)

Entrevistadora: Antes de vocês chegarem aqui, não tinha desfile de 7 de setembro? O senhor sabe me dizer? Não tinha desfile do 7 de setembro?

Entrevistado: Não, não sei te dizer se tinha se não tinha. Não sei. Se tinha, era nos colégios... Também não tinha nem quartel de polícia, nem tinha nada. Nós (é) que construímos o quartel.

Entrevistadora: Pra finalizar, eu queria que o senhor me falasse como foi a ditadura militar em Barreiras?

Entrevistado: Não, ditadura praticamente quando chegamos não existia mais, não existia células de repressão, não tinha, não existia guerrilha. Aqui no tempo não houve guerrilha, não teve combate. Não houve grupos relacionados à ditadura e apenas as precauções foram tomadas, né! Que poderia acontecer, que estava ainda no período Militar.

B3) Iara - entrevista dia 26/09/2016

Entrevistadora: Pode falar.

Entrevistado: Então, o Nelson foi pro Araguaia, os pais não sabiam onde ele estava. E era aquela angústia sem saber o que havia com o Nelson porque ele disse que com a (grã), os direitos trabalhistas que ele recebeu, a indenização, ele iria – disse à mãe, né! – que ele iria fazer uma granja, ia se dedicar a criar galinha... Nada disso, e ela não tinha notícia de onde ele estava. Quando tinha alguma notícia, alguém tinha visto ele passando em tal lugar e depois não estava mais etc. Uma vez ele encontrou com uma pessoa de Barreiras e mandou um recado pra ela, que fizesse umas camisas e mandasse pra ele, que ele mandaria alguém buscar. Ela morreu e essas camisas ainda estavam guardadas. Então era tudo muito sofrido. Aí o irmão dele, que chamava José, a gente o chamava Zezé, Zezé Dourado. Ele ficou muito entusiasmado, também na época do irmão. Ele estava concluindo o segundo grau. Quando ele terminou o segundo grau já depois, já em 66 a 67, aí a mãe dele foi pra assistir. Naquele tempo fazia formatura. Parece que ele tava fazendo eletricidade, uma coisa assim. A mãe dele foi. (Entrevistadora: Em Salvador, é isso?) Sim, em Salvador, e ele disse à mãe... A mãe assistiu a formatura, aí ele disse à mãe que tinha feito um concurso pra ir trabalhar em Ilhéus e despediu da mãe. Disse que ia pra Ilhéus, mas não. Ele foi pra lá, pro Araguaia também. Logo depois que a mãe

voltou pra cá e ficou esperando carta dele de Ilhéus e não recebia e aquela angústia terrível, ela começou a inchar o braço porque câncer também pode ser deflagrado. Por excesso de estresse, muda o DNA das células e a célula se transforma em células cancerosas. Então ela teve que ir pra Salvador, e o filho dela, outros filhos, que eram cinco. Epaminondas, Sabino e Socorro, eles estão vivos. Eles ficaram procurando, procuravam conversar com muitas pessoas, pra ver se tinha alguma notícia porque ela doente, teve internada, cada vez pior, sofrendo muito e eles queriam trazer, assim, uma notícia pra ela deles. No entanto, ela morreu sem que tivesse tido nenhuma notícia. Depois que ela morreu, os filhos contaram que souberam notícia, mas que a notícia foi ruim, mas contaram assim pra muita pouca gente na família. Que a notícia foi ruim, que o Exército foi lá, pra querer pegar esses grupos, trocaram tiro, teve batalhas e eles morreram, assim como morreram muitos soldados. Esses porque também eles estavam armados. Então tanto Nelson Dourado como José Dourado morreram. E, nesse período, tudo quando muitas famílias reivindicam, isso eu faço questão de que você ponha em seu trabalho, reivindicam indenizações em dinheiro. Aos irmãos dele tem sido, porque os pais morreram. Aos irmãos têm sido oferecida muitas vezes indenização e eles jamais aceitaram e disseram que nunca jamais vai querer receber alguma coisa por um sofrimento tão grande que foi pra eles mesmos. Porque tudo que eles fizeram lá, embora foi voluntário, mas se transformou tudo num grande sofrimento e esse sofrimento terminou com morte e depois a morte dos pais. O pai não sabia que eles tinham morrido, o pai deles era primo do meu e muito amigo do meu. E todo dia três horas gostava de tomar café com o meu. Os dois eram aposentados, então todos os dias a conversa deles era a mesma: “Entrou o Geisel, Presidente Ernesto Geisel, ele vai balizar, vai fazer a abertura e meus filhos vão aparecer, eles não são ladrões, eles não são assassinos, eles vão aparecer”. E aí, quando foi marcada de começar a abertura, a primeira coisa que veio nos jornais foi a lista dos mortos no Araguaia. O jornal chegou pelo avião uma hora dessas mais ou menos, foi distribuído. (Entrevistadora: Aqui em Barreiras) Sim, quando ele leu, logo depois teve um derrame. Ele se mantinha vivo depois da esposa. Morreu só na esperança de encontrar os filhos, era só no que ele falava, só no que ele falava. Quando viu o nome dos filhos nas listas dos mortos, ele infelizmente teve derrame e morreu depois de um mês.

Entrevistadora: Professora, como, como a população de Barreiras recebeu essa notícia, dois filhos da cidade, serem mortos assim, cruelmente, no Araguaia? Como foi assim, aqui que o pessoal de Barreiras?

Entrevistado: As pessoas todas tinham assim, muita solidariedade com a mãe deles, com o pai. Tratava com muito carinho porque é uma coisa muito terrível a pessoa morrer assim, jovem numa uma batalha, numa batalha que não é pra nada. Porque você imagina a falta de experiência desses jovens: pouquinho gente mal armada e enfrentar o Exército. Então é muita falta de experiência, de conhecimento mesmo da vida. Agora você vê, por exemplo, a Presidente Dilma, ela não era de grupo como o

deles, o deles nunca fez terrorismo. Ela, o grupo dela era terrorista, fazia mesmo aquelas coisas violentas. Você vê que, na hora que ela entrou, ela deixou acabar o quê? A economia, eu lia muito, pesquisava muito sobre os relacionamentos dela na presidência: primeiro, ela era a dona da verdade, ela quase não aceitava opinião de ninguém. E, quanto maior o país, mais o governante tem que ter muito mais gente pra dar uma opinião, pra ver se o que ela tá fazendo tá certo. Muita coisa, então, por exemplo: uma coisa que ela fez e o Lula também, mas ela foi mais, que eu acho muito errado. Eles queriam aparecer perante o mundo, como presidente de uma nação muito rica. Então eles pegaram, eles pegaram muito dinheiro brasileiro do BNDS (Banco Nacional de desenvolvimento) pra dar pra países onde os governantes diziam que eram socialistas. Só diziam por quê? Logo começava a entrar em rixa com os empresários e tomavam as empresas e aquela empresa acabava. Hoje, por exemplo, a Venezuela, um dos países mais ricos da América do Sul, porque tem muito petróleo, era um dos países que tinha mais futuro. Aí entrou aquele Chaves, que começou a dizer que ele ia ter um socialismo bolivariano. O que é que foi esse socialismo bolivariano? Ele foi tomando conta de tudo, dos órgãos de comunicação... E ele era um militar, ele entendia muito de defesa, não de administração. Foi acontecendo, foi caindo as empresas, todas quebrando. Eles hoje na Venezuela tão na maior dificuldade pra tudo, pra alimentação, pra tudo, tudo, tudo, tudo. Então o que é que a Dilma fez? Pegou o dinheiro do BNDS pra dar pra aquelas empreiteiras que tão implicadas lá com a Petrobras para ir fazer construção lá, por exemplo, de esgotamento sanitário. Ora, aqui precisando tanto e como é que ela vai mandar fazer isso em Caracas? E outra coisa: a Venezuela, na hora que esse governo louco acabar, que agora Chávez convidou pra ser vice-presidente dele um homem chamado Nicolás Maduro, que era motorista de ônibus há muitos anos. Quer dizer, uma pessoa totalmente sem preparo. Ele era um coronel do Exército, mas o Maduro não. Chaves morreu, ele ficou como vice. Então a capacidade de governar é nenhuma, ele só tem capacidade de dureza, de querer botar o povo assim, pra dominar. O que é que resulta disso? A Venezuela caindo, caindo, caindo, cada vez mais... o povo passando fome, o povo passando necessidade de tudo. Então, provavelmente lá vai acontecer alguma mudança e, na hora que voltar um governo, porque governo precisa ter acima sabe, o quê? Juízo, bom senso porque não é com ideologia que se governa não. Se governa é vendo as condições de cada coisa, de cada tipo de alimento, como é que se produz de cada, não é com ideologia de Marx, de não sei quem, de Bolívar, de não sei de que. Se governa é com bom senso. Como eu espero, eu sou muito idosa, mas ainda espero que o Nicolás termine o tempo de governo, ou ainda ser afastado e entrar uma pessoa que vá dar de novo à Venezuela aquilo que ela tem o direito de ter, que é uma economia tranquila, onde as pessoas tenham o que comprar no supermercado, onde as pessoas encontrem o que elas precisam. Olha além de Porto em Cuba, esgotamento sanitário na Venezuela, teve outras coisas na Venezuela. Ora, o Brasil não é um país rico a esse ponto de (es)tar distribuindo dinheiro pra países quebrados, que não vão pagar, claro! Isso, então, eu acho que ela errou, porque ela não foi eleita pra governar nem a Venezuela, nem a Capital da Venezuela, que é

Caracas. Nem Angola na África, nem Cuba, nem a Bolívia... E claro que isto vai, isto fez falta e nós estamos agora enfrentando o quê? Uma recessão! Por quê? O Brasil tava só crescendo, com o Lula o Brasil continuou crescendo, porque o Lula parece que tinha mais juízo do que ela. Lula pegou esse mesmo que o Temer colocou dirigindo a economia, que é o Henrique Meireles. Nos oito anos do Lula foi ele que governou a economia. Então o Lula não fez nenhuma gracinha com a economia porque a economia é uma coisa muito séria. A economia é o que você com... é o que você dá pra ao seu filho. A economia é você chegar e ter o leite pra você comprar... Tem que ter a produção. O governo não pode é tá pegando disputas com a economia, porque o que é que vai acontecer? O país vai sofrer, então, na mão do Lula. O Meireles... Olha, e a gente sabe que aquelas mesmas pessoas que tinham aquelas mesmas ideias comunistas, ficavam em cima do Lula pra demitir o Meireles e ele dizia (que) o Meireles estava blindado. "Por quem?". "Por mim!" Você viu que no governo do Lula, o Brasil continuou crescendo. Quando é que houve a recessão? Com Dilma... Porque você vê aí uma pessoa com aquelas ideias atrasadas. Outra coisa que é preciso pensar: Karl Marx viveu há muitíssimos anos, já há cento e cinquenta anos do nascimento dele. As coisas no século XIX são diferente das coisas do século XXI. Você não pode ir lá pegar uma coisa do século XIX e botar aqui não, porque aquilo não vai dá certo. Agora voltando aqui a meus primos, que não é porque serem meus primos, é porque serem meus conterrâneos, Nelson e José Dourado. Quando eu fui vereadora na década de oitenta, eu entrei com um projeto de o Nelson, que nasceu em Jacobina, o pai dele morava em uma cidade chamada Jacobina, mas veio pra cá pequeno, foi criado aqui. Ele não é barreirense, recebeu o título de cidadão barreirense, cidadão honorário e o José recebeu o título de honra ao mérito, no meu projeto porque eles tiveram grandes desejos, grandes ideais pra melhorar o Brasil e morreram lutando por isso. Não conseguiram, mas deram toda a sua força, toda a sua juventude a isso. (Entrevistadora: aqui na cidade, né?) Não. (Entrevistadora: Não assim...) Eu entrei na Câmara. (Entrevistadora: Sim) Porque na Câmara você, o vereador, pode entrar pedindo título de cidadão honorário barreirense pra quem não é daqui, mas viveu aqui. E o José recebeu um título de honra ao mérito. No meu projeto eu coloquei assim: porque eles tiveram grandes desejos, grandes ideais pra melhorar o Brasil e morreram lutando por isso. Não conseguiram, mas deram toda sua força, toda sua juventude a isso. (Entrevistadora: Aqui na cidade, né! Não, assim sim!). Eu entrei na câmara, porque na câmara o vereador pode entrar pedindo título de cidadão honorário pra quem não é daqui, mas viveu aqui e o José, que era (daqui), recebeu um título de honra ao mérito, uma coisa assim. Porque eu coloquei no projeto assim: "eles como muitos jovens da época deles, da década de setenta, eles tiveram um grande sonho de modificar o sistema político do país, eles não conseguiram, mas eles fizeram aquilo com a maior dedicação e morreram com essa intenção". E aí convidamos os irmãos deles. Os irmãos vieram e receberam os títulos *in memoriam*. Receberam e levaram pra casa, foi assim, porque eles sofreram muito, porque foram muitos anos sem saber notícia. Viram os pais morrer. Primeiro morreu a mãe; depois morreu o pai. Eles são assim, muito queridos por muita gente. Todo mundo que conviveu com eles

até hoje diz: “eram pessoas boas, eram pessoas carinhosas”. E, no entanto, eles se transformaram em guerrilheiros. Agora deixa dizer uma coisa pra você: o Brasil é um país muito maior do que a Colômbia. Lá na Colômbia um grupo começou a fazer aquelas FARC, Forças Armadas Revolucionárias, foram cinquenta anos morrendo pessoas. Quantas pessoas morreram por causa disso! Então, no Brasil foi logo o Exército e foi, contudo, foi pra prendê-los, mas eles não se entregaram e lutaram e morreram. Tanto morreram os revolucionários, como morreram em lutas. E muita gente diz: “Meu Deus, que coisa terrível”. Mas, ao mesmo tempo, se não tivesse havido uma reação, eles poderia, o Brasil sendo muito maior, poderia virar lá isso. Porque as FARC num instante deixaram de ser revolucionários e passaram a produzir cocaína. Infelizmente foi.

Entrevistadora: Professora, naquela época dos irmãos, a senhora já tava dando aula aqui em Barreiras?

Entrevistado: Ainda não.

Entrevistadora: Qual foi o ano que a Senhora deu aula aqui em Barreiras?

Entrevistado: Eu vim pra cá em 67 e dei aula em 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74 e deixei de dar aula porque começou o FUNRURAL. FUNRURAL foi a primeira entidade brasileira que se dedicou aos pobres, pra dar uma aposentadoria àqueles com mais de sessenta e cinco anos. Foi feita pelo governo militar e isso ninguém pode dizer que não foi. Aqui é porque você é muito jovem, mas como eu sou muito mais velha que você, quando eu era menina aqui as ruas sempre tinham muito velhos. Velhinhos que já teve derrame, com a boca torta, andando de bengala, com a maior dificuldade, pedindo esmola, porque acontecia que muitos desses velhos não tinham filhos ou a maioria desses filhos já tinham ido embora e eles não tinham quem pudessem ajudá-los. E no Brasil todo tinha! Não é justo pra quem trabalhou na roça, pra produzir alimento, no fim da vida teja daquele jeito. Então foi feito o Fundo do Trabalhador Rural. Então trabalhador o vinha com seus documentos provando, por exemplo, na certidão de casamento, tanto religioso, como civil, tem lá profissão lavrador, trabalhador rural... Então eu trabalhei dezessete anos no FUNRURAL. Eu tava ainda lecionando no Padre Vieira quando o Prefeito de Barreiras, ele chamou meu pai e pediu ao meu pai que falasse comigo, pra no fim do ano eu sair do colégio Padre Vieira e assumir o FUNRURAL. Porque ele iria fazer tudo para eu assumir o FUNRURAL porque a pessoa que colocaram ficava era mais passeando, viajando com o namorado. Ele disse essa palavra a meu pai: “O FUNRURAL já é uma realidade em todo Brasil, amparando essas pessoas da roça e aqui em Barreiras não é porque ela não trabalha...”. Aí meu pai falou: “Porque é que tem que ser ela?”. Aí ele disse: “Eu fico observando de longe, e eu acho que quem é professora, e tem responsabilidade pra tratar os alunos, vai ter também a responsabilidade pra fazer a aposentadoria dos velhinhos”.

Entrevistadora: Quem era o Prefeito na época?

Entrevistado: Baltazarino Andrade. Então... E quando eu já estava aqui lecionando no início de sessenta e oito, o José esteve aqui. Foi o único que veio, ele ainda estava, ele estava terminando os estudos dele e se preparando sem dizer nada a ninguém para ir pro o Araguaia. Ele veio inclusive aqui e falou comigo, não do Araguaia, mas se eu não queria formar com ele uma célula de resistência. Isso ele falou comigo, eu posso lhe dizer. Eu falei: “Não, José, porque eu tô lecionando o tempo topo e, além disso, eu não acredito que comunismo resolva. Você me desculpa, meu primo, mas eu não acredito que resolva porque não resolveu em lugar nenhum, os países estão é saindo. Por quê? O sistema que existe no mundo, desde que o mundo é mundo, ele atende às necessidades, aos anseios dos humanos”. Esta é uma coisa que eu quero lhe falar da revolução. Agora outra. Quando houve o golpe de sessenta e quatro, o Prefeito daqui era um homem de bem, Dr. Herculano Faria Neto, um grande médico, mas houve perseguição aqui mesmo de Barreiras contra ele. E conseguiram que ele fosse deposto, fosse cassado do cargo de Prefeito e fosse colocada outra pessoa nomeada no lugar dele. Quase todo mundo que assistiu isso acontecer não concordou, porque achou injustiça, porque Dr. Herculano foi um grande médico e estava sendo um bom Prefeito. Então fizeram muitas acusações na época e o Juiz fez tudo que precisava e ele foi afastado. (Entrevistadora: E ele foi acusado de quê, professora?). Eu não sei exatamente, porque ninguém sabe de nada errado que ele estivesse fazendo. Nessas horas em que tá acontecendo uma revolução é muito fácil criar uma teia e acusar uma pessoa. E ele foi acusado e foi julgado pelo um Juiz aqui, e foi afastado. E foi muito ruim pra Barreiras porque ele era um bom cirurgião. Aí ele não ficou mais aqui, ele mudou pra Brasília. Lá ele se tornou um homem muito importante, inclusive ele trabalhou no Hospital das Forças Armadas e ele lá era admirado e honrado pelos militares que iam lá pela capacidade, pela entrega, pela... pela... por aquela dedicação dele. Recebeu grandes prêmios lá num dos hospitais, que é das Forças Armadas. Então você vê que ele não tinha nenhum motivo! Então eu falei pra você de dois casos: um que foi o dos meus primos, que eram jovens como eu era naquela época, e se empolgaram com aquilo e perderam a vida e levaram os pais e levaram os pais. Os meus morreram muitos anos depois e os deles morreram relativamente jovens porque a mãe morreu de câncer e o pai morreu de derrame.

Entrevistadora: Professora, eu soube aqui de um caso, não sei se a senhora se lembra de um diretor que passou pelo Padre Vieira, que ele tenha sido afastado supostamente por, assim, porque as pessoas suspeitavam de ele fazer parte do comunismo. A senhora se recorda, a senhora se lembra?

Entrevistado: Eu não recordo, eu não estava aqui, mas eu soube. Naquele tempo as pessoas tinham muito medo e ele chegou aqui, numa cidade pequena, parece que ele era de Salvador e começou a fazer, assim, um movimento que não era do comunismo. Eram uns movimentos, assim, que era de desagregar o colégio. Era uns movimentos grevistas e de perseguição aos professores. E eu sei que as pessoas se revoltaram contra ele. Eu não sei exatamente como foi, mas sei que houve.

(Entrevistadora: Então, não sabe se tava ligado, né, ao comunismo...). Não sei se tava ligado. (Entrevistadora: ou se foi resistência à ditadura, não sabe dizer?). Não, a ditadura foi muito antes. Eu vim pra cá, então eu acho que ele fosse uma pessoa jovem, imatura, porque é mais fácil você resolver as coisas através de diplomacia do que você querer bater de frente, fazendo greve, fazendo perseguições. Eu sei que ele estimulou muitos alunos a fazerem greves, a fazerem muitos movimentos assim violentos, mas nesse tempo nem se falava de comunismo aqui. (Entrevistadora: entendi) Agora eu não me lembro o nome dele, mas eu sei porque quando eu cheguei aqui me contaram.

Entrevistadora: Professora, agora eu gostaria que a senhora me falasse do Batalhão aqui, do 4° BEC? Me diz como foi a receptividade da população de Barreiras com relação ao 4° BEC.

Entrevistado: Olha, o 4° BEC veio pra cá na intenção do governo de fazer as estradas, porque a cidade com esse Cerrado tão grande de 10 milhões de hectares precisava de ter a estrada pra Brasília. Barreiras, com a potencialidade que tem, porque aqui ao redor com tantas cidades precisava de ter sua estrada pra Salvador. Então, eles vieram pra cá e houve, assim, de modo geral uma receptividade muito boa. Eles chegaram aqui e logo começaram, alugaram casas e empresas, também ofereceram casas sem cobrar... Olha, não tá aqui... Eu tô fazendo um trabalho na UFOB e está lá. Havia em Barreirinhas uma casa grande de sobrado chamada Casa Vermelha, que era da Sertaneja. Essa casa, que era onde hospedavam os tropeiros que viam de Goiás, eles vinham em tropa de Burro porque não tinha outro meio, mas eram os comerciantes de lá que vinham comprar coisas aqui. Que era mais fácil vir aqui do que ir a Goiânia porque era mais longe. Então, tudo que tinha nas lojas de Goiânia era comprado aqui porque aqui tinha lojas que compravam em grosso, justamente pra vender pra outros lojistas. Na época da revolução de 64, já não havia mais essa necessidade porque já estava havendo avião daqui pra lá, pro Goiás, pra várias cidades. E também já estava havendo estrada de carro. Então, essa casa ficou meio abandonada, não estava mais sendo usada e a Sertaneja emprestou pra o 4° BEC pra ser lá um alojamento, acho que de soldados. E dessa casa... Eu sei, é pena, eu não tô aqui com uma foto pra lhe mostrar essa casa... Hoje ela não existe mais. Ela foi demolida, ela ficou velha. Olha, você não sabe, aquele posto que tem na frente do CEPROESTE... (Entrevistadora: sei) ...que termina, assim, numa lanchonete... Se você de lá passa primeiro por uma casa que tá só o lote, logo depois você chega na frente dessa lanchonete. É ali. Olha, eu, não me parece, que houve grandes resistência ao 4° BEC aqui porque as pessoas de Barreiras sempre sentiram muita necessidade e uma delas era de ter estrada. (entrevistadora: E eles fizeram muitas estradas, né!) E eles fizeram as estradas.

Entrevistadora: Oh, professora, como era a relação das autoridades políticas com o pessoal do 4° BEC, com os militares?

Entrevistada: Olha, eu sei que a relação de prefeito era boa, agora eu sei que eles

tiveram alguns atritos com os vereadores, mas com os prefeitos era muito boa porque eles passaram a ajudar a prefeitura nas obras daqui de Barreiras.

Entrevistadora: A senhora se lembra por que essa resistência com alguns vereadores?

Entrevistada: Por que esses vereadores, às vezes, por causa do partido, que tinha algumas coisas... Assim, só sei que houve algumas resistências com os vereadores, só.

Entrevistadora: Eles interviram muito nas escolas? Assim, qual foi a relação das instituições escolares com o 4º BEC? Teve uma relação assim?

Entrevistada: Eles chegaram aqui com muitas milhares de pessoas. Logicamente também crianças e jovens. Os jovens foram todos para o colégio Padre Vieira e eles, para ajudar lá, colocaram vários tenentes lá, engenheiros lecionando matérias difíceis como, por exemplo, física, química... Eu não sei bem se foram essas matérias, eu era professora lá esse tempo. Colocaram um sargento lá como inspetor de disciplina. Os alunos gostavam muito dos professores, agora tinham atrito com o sargento porque o sargento queria colocar lá, que era de jovens, a mesma disciplina que tem no serviço militar. Eu lembro que ele não queria que as moças colocassem uma tiara, uma fita e muitas pessoas precisam. O cabelo precisa. Quem tem o cabelo curto não, mas quem tem o cabelo maior precisa. Eu me lembro disso que houve. Mas você sabe disso... É porque eu vejo assim: o ser humano, ele dificilmente, ele se recicla espontaneamente. Ele (o sargento) tava lá, foi pro colégio, então ele procurava assim, impor no colégio uma disciplina que não precisa ter numa escola. Eu lembro bem desses entreveros dele com as moças por causa pra prender o cabelo e eu, como era professora, (ele) ia contar isso e eu dizia pra ele: “Olha, isso aqui não é um quartel. Vocês têm que ver que é diferente dos soldados – que têm o cabelo curto – de moças, de meninas – que têm o cabelo, o cabelo grande e precisa de”...

Entrevistadora: Professora, assim, na sua vivência escolar, a senhora se lembra de algum momento, é, por exemplo, os conteúdos passarem pela mão dos militares, naquele período, a senhora se recorda ali no (Colégio) Padre Vieira?

Entrevistada: Naquele período, os conteúdos não eram propriamente no Padre Vieira. Eles introduziram “Educação Moral e Cívica”. Eu, para lhe dizer a verdade, eu penso que essa educação moral ela pode e até deve ser dada nas escolas, mas ela é função dos pais, da família... E nós tamos vendo hoje tantos crimes, tantas coisas que crianças e adolescentes fazem... Deve tá fazendo mais ou menos um mês que um adolescente de doze anos matou um senhor aí de um bairro. Ele (adolescente) pediu o celular, ele (senhor) deu; ele (adolescente) pediu dinheiro e ele (senhor) não tinha... Ele (adolescente) pediu um revólver emprestado pra fazer esse assalto... Porque é isso: é falta de formação moral! Porque você pensa assim: “Nós não somos animais, um devorando o outro numa selva, nós somos pessoas racionais e

temos que atender a essa razoabilidade"... Né! Nós temos uma razão. Então uma coisa que temos que ter é o respeito à vida. É o respeito à propriedade do outro... E aqui tá cada vez mais acontecendo essas coisas. Falta de respeito à própria vida. Lembra que deve ter no máximo uns dois meses, não sei se tem isso ou três, que uns jovens da UFOB foram brincar com aquela roleta russa e justamente o dono do revólver a bala matou. Que coisa triste! Já é uma falta de respeito que chega a desrespeitar a própria vida. Uma pessoa jovem, que ainda não viveu... Quer dizer, parece que eu vejo nesses outros, também, uma falta de confiança no futuro, uma falta de que eles tenham certeza de que eles têm que estudar, têm que trabalhar, têm que lutar.

Entrevistadora: Professora, eu queria que a senhora, a senhora me falasse, essa questão da ditadura militar. Hoje, em sua opinião, ela foi transmitida às novas gerações como memória ou caiu no esquecimento?

Entrevistado: Olha, eu penso que ela foi transmitida às novas gerações como apenas que fez coisas ruins. E ela fez coisas boas também, como o FUNRURAL, como a primeira aposentadoria pra pessoa pobre, que passou a melhorar a vida das famílias. Porque o pai ali já velhinho recebendo um salário mínimo, ele morando com o filho ou mesmo que não morasse, mas ajudava. Isso aconteceu em 1975, foi o ano em que eu entrei no FUNRURAL. Não começou em 72. Mas a pessoa que entrou aqui em Barreiras em 72, ela era de fora, muito irresponsável. Ela recebia o salário, mas quase não trabalhava infelizmente. Aí, quando eu entrei, eu peguei um trabalho pesadíssimo porque eu peguei um trabalho atrasado, mas com a ajuda de Deus consegui colocar em dia. Meu marido nesse tempo trabalhava no BANEB e toda folga que ele tinha, ele ia lá pra fazer o trabalho também. Ele ia lá me ajudar, me ajudou muito e, em um ano, a gente colocou a parte atrasada. Quer dizer, quem já tinha a idade completa a tempo ha anos nós colocamos em dia e aposentamos. Então não foi só coisas ruins que a ditadura fez, fez coisas boas também. Agora as duas coisas que eu acho errado: uma, utilizar daquela tortura. E a outra, talvez tivesse sido melhor se eles dominassem aqueles grupos e entregassem, quando viessem de Minas Gerais, entregassem à justiça. Por quê? Porque quem matou... Porque muitos mataram gente... Se julgados por assassinatos ou coisas assim... E acabar com aquilo, em lugar de ficar tantos anos. Agora, aqueles grupos foram muitos anos eles se infiltrando, então a gente fica (como) quem não tá atento, sem saber como deve julgar aquilo.

Entrevistadora: Professora, muito obrigada. Olha, agora eu quero saber da sua opinião, do que que você achou da minha entrevista. Eu lhe fui muito franca por quê?

Entrevistada: Dllane, como tamos falando aqui de história oral, e eu tive, digamos assim, primeiro aquelas tristezas enormes de ver meus primos morrendo e tudo o mais. E depois fomos convivendo com os irmãos deles, fiquei sabendo de muitas outras coisas. Uma das coisas tristes era isso, que eles passaram muita fome lá,

porque eles eram pessoas do Rio Janeiro, São Paulo. Não eram acostumados a viver no mato como eles viviam, eles não tinham capacidade assim para caçar, então um dos meus primos, que são três ainda, né, que vieram cinco filhos de tio Pedrino e tia Nita... Então eles me contam que o que eles ainda tinham capacidade de pegar era Jabuti, porque Jabuti anda mais devagar e eles conseguiam pegar e matar pra comer. Diz que passavam tanta fome que ficaram desnutridos, diz que as moças nem menstruavam mais, porque ele diz que quando o corpo fica desnutrido a menstruação não vem mais. Para preservar a vida, então... Essas coisas todas, são coisas que a gente precisa de ver do ponto de vista psicológico, sociológica. A gente precisa de ver isso pela parte filosófica, porque o jovem, eles têm muita ânsia de melhorar o mundo, ele não tem ainda experiência, e eles pode ser realmente deduzido pela ideia da violência, de entrar em um grupo terrorista. Entra em um... no grupo que quer sequestrar um embaixador, concordar em fazer essa e tudo mais. E isto é alguma coisa que precisa de ser visto, discutido, sabido. Os jovens precisam saber que isso aconteceu, pra eles não serem deduzidos, porque quantos mil soldados existem no Brasil!

Entrevistadora: Professora a senhora acha que eles eram, é como se fossem terroristas?

Entrevistada: Olha, teve o grupo da Dilma, era uma espécie do grupo terrorista. Não o terrorismo Árabe, mas terrorista no sentido que usaram armas, que mataram pessoas, que faziam as pessoas ficar com medo. Então o que eu quero mais lhe transmitir, Dillane, é que o assunto deve ser estudado, conhecido pelos jovens, discutido. É um assunto muito delicado e deve ser visto de todos os lados possíveis para evitar que os jovens vá perder sua vida numa coisa dessa porque os jovens não tem nada a ganhar com isso. Que você pensa assim: quantos mil soldados? Quantos milhares no Brasil, entre o Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e tudo mais para um grupo de jovens de canto? E um pouco de jovens acharem que eles podem ir pra o Araguaia e lá enfrentar Exército... Quer dizer: é uma inexperiência da pessoa jovem. Então o jovem tem que saber disso, tem que saber que do ponto de vista do psicólogo eles tinham aquela lá, aquele desejo, aquele entusiasmo, aquela ânsia que eles se enganaram a si mesmo. O resultado é que morreram.

B4) Ana Laura - entrevista dia 15/08/16

Entrevistadora: Bom dia, eu estou com a entrevistada..., (ex-)aluna do Colégio Padre Vieira, Fundação Custódio Rocha de Carvalho. Ela estudou no Padre Vieira de 1973 a 1974 e trabalhou no 4º BEC em 1977. Hoje, dia 15 de agosto de 2016.

Entrevistada: Bom dia!

Entrevistadora: Eu queria que você me falasse qual o seu ponto de vista em relação... a respeito do regime militar na cidade de Barreiras.

Entrevistada: Eu não. Tenho nada a falar a respeito do meu ponto de vista da ditadura militar na cidade de Barreiras porque naquela época eu só tinha treze anos de idade eu era adolescente e não morava no Centro da cidade. Não tinha convivência com os Barreirenses, a minha conferência mais era com os cearenses, com o pessoal que veio de lá da minha cidade. E, como as minhas colegas também eram adolescentes, a gente não se envolvia com esse tipo de coisa. Então, eu não tenho nada a falar, assim, do meu ponto de vista porque eu não tinha conhecimento de nada.

Entrevistadora: Tá certo! Você sabe me dizer, assim, e com relação ao regime militar aqui em Barreiras, se foi de resistência ou adesão?

Entrevistada: Eu acho que foi de adesão porque, como não tinha militar aqui em Barreiras... Não tinha assim: o 4º Batalhão chegou aqui e trouxe um desenvolvimento muito grande pra lá, então, eu acho que foi de adesão.

Entrevistadora: Como é que chegavam aqui na cidade as informações de âmbito nacional? Era mediante rádio, televisão, jornal...?

Entrevistada: As informações começaram a chegar aqui em 1974, com a chegada da televisão, e trazida pelo deputado é... finado Doutor Prisco Viana.

Entrevistadora: Na sua opinião, o que ocorreu no regime militar foi transmitido para as novas gerações como memória ou caiu no esquecimento?

Entrevistada: Eu acho que não foi transmitido nem como memória nem caiu no esquecimento, até porque os filhos de Barreiras que moravam aqui naquela época, a maioria foi embora e eu creio que eles não passaram isso para os seus filhos.

Entrevistadora: Havia alguma forma de resistência de estudante ou de professor contra o regime, você sabe me dizer?

Entrevistada: Não sei, não sei.

Entrevistadora: Qual a escola que você estudava?

Entrevistada: No Colégio Padre Vieira.

Entrevistadora: Como foi sua vivência escolar quando o regime foi instalado?

Entrevistada: Quando eu cheguei aqui em 1973, o regime já estava instalado, né.

Entrevistadora: A senhora teve conhecimento de alguém que resistiu à instalação militar, como seu deu? Pode contar pra mim.

Entrevistada: Eu acredito que...

Entrevistadora: Se alguém resistiu, se teve conhecimento que resistiu ao regime...

Entrevistada: Eu acredito que deve ter chegado ao conhecimento dos militares que houve alguma resistência, mas eu não tinha certeza se houve mesmo essa resistência, até porque eu não conhecia a pessoa, só sei que a pessoa foi transferida de Barreiras. A pessoa era diretor da escola, do Colégio Padre Vieira e o governador transferiu essa pessoa para Salvador. Aí, então, colocou uma nova direção no Colégio Padre Vieira, mas eu não sei se por resistência dessa pessoa porque essa pessoa era da esquerda, aí eu não sei se por resistência dele. Essa pessoa era tido como comunista e eu acredito que hoje com a maturidade que eu tenho, eu acredito que ele deve ter sido transferido para Salvador por esse motivo.

Entrevistadora: Qual foi a receptividade da população barreirense em relação á chegada do BEC?

Entrevistada: Apesar de eu ter chegado aqui em 1973 e o 4º BEC ter se instalado aqui em 1970, eu acho... Mas a receptividade foi muito boa, foi muito calorosa, porque o 4º BEC trouxe um grande desenvolvimento pra cidade.

Entrevistadora: Qual a relação das autoridades políticas da época com os militares?

Entrevistada: Muito boa, muito boa.

Entrevistadora: Os militares que vieram interferiram nas escolas da cidade?

Entrevistada: Era o único Colégio ginásial que tinha em Barreiras, então o 4º BEC trouxe muita melhoria para essa escola.

Entrevistadora: Antônia, você me falou que trabalhou no 4º BEC em 1977. Você pode me falar como é que foi essa vivência sua, o seu trabalho lá no 4º BEC?

Entrevistada: Posso, ué. O trabalho lá, aquele trabalho de pessoal civil com o militar, tinha que ter um respeito do civil com eles, eles é uma coisa assim bem diferente. Tipo assim, se eu fosse levar um documento de uma seção pra outra, de uma repartição para outra, é... eu não podia chegar lá no capitão, por exemplo, e dizer assim, o sargento **mandou** que o senhor recebesse isso aqui. Eu tenho que dizer assim: o sargento **pediu** que o senhor recebesse isso aqui. Então, era assim que o tratamento lá era, assim, do militar para os civis.

Entrevistadora: É... existia, assim, algum departamento que era restrito a funcionário, algum...?

Entrevistada: Existia, existia o serviço secreto, onde só as pessoas que trabalhavam naquele setor é que tinha autorização, acesso, só as pessoas que trabalhavam nesse setor que tinha acesso a essa sala.

Entrevistadora: Então, tá certo. Concluída aqui a nossa entrevista, muito obrigada por contribuir com nossa entrevista, nosso projeto.

Entrevistada: Eu queria falar do dia que o povo chegou lá. Eu inclusive sempre tive curiosidade em saber o que que acontecia naquela sala, porque meu pai também era da esquerda, era tido como comunista e eu sempre tive muita curiosidade em saber o que acontecia naquela sala. E um certo dia eu presenciei um carro, uns carros chegando lá com vários jovens daqui da cidade, daquela época, da jovem guarda, né, lá, lá no 4º BEC e esses jovens foram levados para essa sala, para serem interrogados. Agora eu não sei o que houve lá dentro, que tipo de interrogamento eu não sei, eu não sei. Só sei que eles foram levados para lá, ficaram detidos, eu também não sei nem quantos dias, nem quantas horas, só sei que eles ficaram detidos e eu não sei o motivo que eles ficaram detidos; e eu não sei que o motivo pelo qual eles foram levados para lá, para serem interrogados.

Entrevistadora: E ninguém disse mais nada com a relação a esse episódio?

Entrevistada: Não, não, não, não.

Entrevistadora: Então, muito obrigada, pela colaboração em nossa pesquisa. Pensei que já tivesse encerrado a entrevista, mas a senhora me pediu para repetir a pergunta 8.

Entrevistadora: A senhora teve conhecimento de alguém que resistiu à instalação militar e como se deu? Conte pra mim.

Entrevistada: Eu não tenho conhecimento se houve uma resistência da pessoa, até porque eu não conhecia muito, conhecimento com a pessoa, ele era diretor da escola que eu estudava, do Padre Vieira. Ele era chefe do INPS, ele era tido como comunista e o governador transferiu ele de Barreiras para Salvador, como chefe do INPS. E aí, então, que entrou uma nova direção no Colégio Padre Vieira.

B5) Jerusa - entrevista dia 10/09/2016

Entrevistadora: Primeiro... Assim, você me diz qual sua lembrança da ditadura militar de modo geral.

Entrevistada: Acho que teve pessoas aqui, porque as pessoas já achavam assim, que eles tinham tendência de ser comunistas, mas eles... não sei se era pura filosofia, ou mesmo cabeça de estudante... Sabe como é, cada pessoa tem seu desenvolvimento para determinada área. Justamente nesse período militar tinha uns que não apanhava muito aquilo como se fosse ditadura, sei lá. Eu não senti na pele, eu sei que as pessoas parecem que ficavam mais delimitadas, não sei se era medo e falar alguma coisa que ultrapassasse aquilo e fosse chamada no BEC... Então eu tenho até um retrato aí, que eu tirei no BEC, que nós fomos fazer uma excursão lá e olha, meu pai do céu! Eu fui com essa roupa, até fui com essa bermudazinha aí, eu

podia ter indo com outra roupa, que eu tinha um conjunto e que eu até tenho um retrato com esse conjunto, na época que era verde oliva e fui com essa bermuda branca com uma blusa dessa cor assim. E eu olho no retrato e digo: “Olha a roupa que eu fui pra o BEC, eu podia ter ido com uma saia”... E eu mesmo me criticando, criticando o retrato, que eu fui de bermuda e de uma blusinha assim. (Entrevistadora: Uhum). Criticando meu retrato e fui com a bermuda e a blusa azul e marinho, mas eu ficava assim, penerosa de ultrapassar alguma coisa. Pra o pessoal, tipo: “fulano foi chamado pra ir pro BEC”, não sei o que é essa coisa! Então, eu ficava procurando, e vivia com a crítica mesmo que eu fiz a respeito de mim e olho no retrato e vi que eu fui pra lá, pro BEC, para essa excursão com a bermuda e uma blusinha azul marinho... Pra ir pro BEC, aquela coisa toda... não sei. Pode ser que até fui criticada se ser. (Entrevistadora: Pela roupa que tava, né). Eu mesmo olhando no retrato, eu fiz uma crítica, eu mesmo fiz a crítica, olha a roupa que fiz pro BEC... Já teve um 7 de Setembro, eu já fui com o conjunto verde oliva e fui lá acompanhar o pessoal. Nessa época, parece que eu estava ensinando no Médici e fui acompanhar com a roupa verde oliva, e lá no BEC fui desse jeito (Entrevistadora: De bermuda). Eu mesmo me critiquei olhando o retrato. Eu fiz uma crítica, eu mesmo não acredito que fui tirar esse retrato com essa roupa. (Entrevistadora: Já pensou...?).

Entrevistadora: Oh, a senhora falou do BEC e como foi assim a chegada do 4º BEC aqui em Barreiras e com a relação, assim, com a chegada deles. Depois eu quero que a senhora me fale, assim, com a relação com a ditadura militar, primeiro com a chegada deles e depois eles com a ditadura.

Entrevistada: Eu acho assim, não sei que as pessoas se sentiram pouco intimidadas, que estava com aquele medo ou com a censura própria pra não ultrapassar aquilo... Pra chegar ao ponto de ser chamado no BEC, achava que a pessoa era subversiva e essa coisa, então. Todo mundo nas escolas. Lá mesmo no Médici, quando estava ensinando na época todo dia que a gente chegava tínhamos que cantar Hino Nacional.

Entrevistadora: Qual foi o tempo que você ensinou no Médici? A senhora lembra? Qual foi o ano?

Entrevistada: Eu comecei ensinar primeiro nos dois anos, porque foi levando o lado político. Baltazarino manobrava, ele era prefeito aqui, e eu nem lembrava isso aí, mas, no dia que pedi, porque no dia que o meu marido teve um desentendimento com seu João Inácio, que foi prefeito lá, disse que eu não ia ficar mais não. Fiquei doida: “Oh, meu Deus, que faço, eu não quero perder minha cadeira, vem pra cá”. Aí eu fui falar com Baltazarino: “Não, vai lá em Joelita”, que era diretora do Antônio Geraldo, “diz a ela que é pra arrumar cadeira pra você...” (Entrevistadora: Olha para isso!). E ela imediatamente arrumou a cadeira lá para ensinar 4ª série de lá. (Entrevistadora: Olha pra isso, olha pra isso! Na época!). Na época não tive problema. Porque fiquei preocupada de perder, aí porque perder, que não sei o que,

ficar com os três meninos e você ir lá... Desculpa, tive problema com o meu marido, ele foi embora para Brasília. Meu pai disse que eu não poderia ficar lá, pra assumir lá como professora, com três meninos pequenos, ir pra lá sozinha, que eu ia perder a cadeira, fiquei doida. "Eu não quero perder". Aí fui lá e a Lêda, irmã minha, que hoje ela é casada e trabalha... Agora não tenho certeza se ela aposentou ou tá quase aposentada. "Meu Deus do céu!". Tô com a cabeça meio assim... (Entrevistadora: Uhum). Na Caixa Econômica, em Goiânia (a entrevistada se lembrou do local de trabalho da irmã)!

(Entrevistadora: Oh, a senhora falou?)

Aí ela falou, vamos lá falar com a Sueli, pra você assumir uma cadeira de 4° Série.

Entrevistadora: De 4° Série... A senhora falou que as pessoas tinham medo de ser chamada até o 4° BEC. A senhora soube de alguém que foi chamado até o 4° BEC, que foi considerado subversivo?

Entrevistada: Não eu, praticamente, assim, eu não sei se foi alguma pessoa lá. Eu só sei que as pessoas temiam de ir lá. Agora eu não fui nessa excursão lá pra que eu falei que fui com essa roupa? E depois eu mesma me censurei eu disse: como é que eu fui no BEC, com essa roupa assim, com essa bermudinha? (Entrevistadora: Sei... Uhum), Agora todo mundo procurava viver dentro daquele clima, que não chegou assim... Não me lembro, porque tinha umas pessoas aqui que as pessoas achavam que elas fossem comunistas. (Entrevistadora: Sim!). E ali nessa época já viu, né, comunistas! E ficavam elas, também ficavam na dela sem fazer nenhuma confusão, assim, subversão mesmo. (Entrevistadora: Nenhum movimento, né?) é nenhum movimento, como Z. L., que dizia ser comunista. L. H.! Muitos rapazinhos aqui, mas eles ficaram na dele... Agora de um colega meu que foi pra Goiânia, e eu soube que ele foi pra Goiânia pra esse movimento no Araguaia. Agora... eu não assino porque eu não tive mais contato com essas pessoas que conviveram com ele, que eu só vivia de boca, de dizer que foi pra esse movimento lá na Araguaia e morreu nesse. (Entrevistadora: Como era o nome dele? A senhora lembra?). Era Nelson Dourado. (Entrevistadora: Ah, Nelson Dourado tinha irmão também, né!) É, Sabino Dourado. Mas eu acho que o Sabino ele era, mas como a gente, se diz assim, talvez eu soube pra trás aí, parece que ele tinha um emprego bom lá na Petrobrás, se não já aposentou por lá, porque, pelo tempo que ele foi colega meu, só que era mais novo do que eu. Então, ouvir dizer que ele tinha um emprego, esses emprego, como é que fala assim, meu Deus, emprego de regalia. (Entrevistadora: Sim!). Um emprego que era bem e a família dele era bem, tanto que Sabino Dourado era parente deles aí, era sobrinho desses lado. Sabino Dourado, que foi prefeito aqui, parece que umas três vezes no Município, e esse Nelson Dourado era filho do seu Pedro Dourado se não me engano. Ele era irmão do Sabino Dourado, o prefeito. (Entrevistadora: Da família Dourado, dizem que abalou muito na época, né!). Sabino foi três vezes que ele foi prefeito aqui, Sabino... E seu Pedro era gente de destaque também. Parece que pra trás, que não foi de minha época, eu não sei

se ele não foi intendente, intendente, intendente que não era prefeito na época, era pessoas que tinha função como se fosse de prefeito, que eu não alcancei. Quando eu alcancei, a pessoa já foi prefeito. Agora, esse intendente eu não alcancei, mas tinha o mesmo valor pra reger, pra administrar a cidade.

Entrevistadora: E aí?

Entrevistada: Seu Pedro, se eu não me engano, parece que foi isso para trás: intendente, intendente mesmo...

Entrevistadora: Na sua opinião, a ditadura militar foi transmitida para as novas gerações? Como memória ou caiu no esquecimento?

Entrevistada: Eu creio que não caiu no esquecimento não. Eu creio pra gente mais nova, nova, nova assim... é... pode ser que não me lembra dos pais, não sei se passa alguma coisa pra eles, só que ficou assim: as pessoas ficaram um pouco intimidadas. Hoje se a pessoa dizer: “Vamos? Oh, me desculpa! Vamos fazer um grupo?” Agora há poucos dias saiu gente na rua, fez um movimento, uns a favor de Dilma, a favor de Dilma a favor, contra com o Impeachment, Impeachment e outro que queria que ela saísse, né? Então, esse movimento... Então nessa época, ficou praticamente as pessoas intimidadas de fazer esses movimentos que se diz assim democrático, se chama democrático. (Entrevistadora: Uhum). Então, ficou muito de ir à escola e na escola ensinando. Como eu falo, na Escola Presidente Médici era... Você vê... Até o nome da escola... Cantava o Hino Nacional todo dia na hora que a gente chegava. Cantava o hino nacional lá no Médici e (Entrevistadora: Verdade!). E era aquela coisa mesmo, tinha hora cívica, por exemplo, na semana mesmo de 7 de Setembro cada professor ficava respondendo pros alunos recitarem poesias, a respeito da semana da pátria... Então, a gente lá obedeceu nesse período, isso aí da gente de ir para frente da escola antes, do aluno entrar na escola, faziam fila, cantava o Hino Nacional, o Patriota e ia para sala de aula, na semana da Pátria.

Entrevistadora: É mesmo, né? É Presidente Médici o nome da escola... Presidente Médici. Eu queria falar com a senhora agora sobre a chegada do 4º BEC aqui. Como foi assim a receptividade do povo de Barreiras com a chegada desses militares aqui?

Entrevistada: Eu não achei, assim, eu achei normal. Assim, não sei como eu digo, assim, ficou mais assim direcionado, como eu digo, cantar o Hino Nacional na escola, chegar a semana da Pátria, cada professor em dupla ficava responsável pra os meninos recitar poesia na frente da escola antes de entrar, na semana da pátria... Foi aquela coisa mais chamando atenção, foi esse lado aí. (Entrevistadora: Porque as pessoas tinham muito respeito pelos militares aqui...) Entrevistada: Eu acho, lá... Como eu falei que a gente foi lá, sempre as escolas faziam excursões lá no BEC. Eles deram as portas abertas para gente ir para lá e fomos bem recebidos. E agora eu não sei... parece que foi... eu me esqueci. Teve, oh, a cabeça tá tão ruim que eu não me lembro se foi só suco que serviu lá, ou achocolatado. Foi alguma coisa

assim. Ou, se houve comida, não estou me lembrando direito como foi. Mas só sei que fomos bem recebidos lá, não sei foi essa coisa com bebidas, chocolates, ou se teve... (Entrevistadora: algum lanche?). Algum lanche assim. Eu creio que parece que foi lanche... Foi isso aí, uma coisa assim, foi bem recebido, não sei, foi aquele respeito que a gente tinha com o BEC e tudo... Com a vinda do BEC pra cá as pessoas, as pessoas usava muito essa roupa (cor) oliva, eu mesma tive esse conjunto, falei que quando foi 7 de Setembro fui com o conjunto desse aí para acompanhar a escola. (Entrevistadora: Sim!) Lá do presidente, o presidente Médici, roupa da cor Oliva. As pessoas usam muito assim, sabe? Não sei se foi a influência deles terem vindo pra cá, só sei que... Eu não achei assim que houve aquele respeito... As pessoas se intimidavam, eu acho que a atitude da própria pessoa pra não ser chamado à atenção, até esses meninos mesmo: L. H. o ... lá, aquele que foi pra lá pro Araguaia, que ele foi pra lá. (Entrevistadora: Sim!). Enquanto colegas, eles eram meio danadinhos assim, mas para assim perturbar na sala de aula não, porque era... Lá tinha inspetor, então o regime naquela época no Padre Vieira era... (Entrevistadora: rigoroso?) rigoroso. As fardas, a manga era daqui da gente, um calor com aquela gravata, muita saia lá embaixo de prega e um calor danado, como é que dá o nome? o tropical ou casimira... (entrevistadora: as fardas?) assim, era as fardas.

Entrevistadora: Era as fardas na época? E os militares andavam muito nas escolas? Quando eles chegaram aqui o pessoal do BEC, a senhora lembra? A senhora se lembra se eles iam muito na escola?

Entrevistada: Não, não, não... Só os respeitos mesmo, era a gente dentro da própria escola. Eu acho que pra não chamar atenção, para ver que aquilo ali tinha nada fora de conduta. Ainda mais no Médici, que era muito regime de lá. Os professores eram muito educados, assim, é uma escola, acho muito assim.

Entrevistadora: Disciplinas, né?

É muito disciplinado lá no Médici, é uma escola que gostei muito mesmo. Ensinei dois anos lá no Wanderley. O meu marido foi assim muito autoritário, disse que não ensinava mais lá, fiquei muito preocupada. Baltazarino foi que levou a gente pra lá, então já veio e eu fui falar com ele como é que meu pai já disse, que não era pra eu ir pra lá com três meninos pequenos pra lá, para o Wanderley e aí não: você vai lá e fala com Joelina que dê uma cadeira pra você ensinar lá no Antônio Geraldo. E cheguei lá, falei com ela. “Tranquilo, a tarde você vem que eu dou”. E a menina estava com oitenta alunos, eu fiquei com uns quarenta alunos na sala, repartiu e eu ainda fiquei com 40 alunos dentro da sala.

Entrevistadora: Não é! Como era o relacionamento do Baltazarino com esses militares, era bom?

Entrevistada: Era, eu acho que era, era bom.

Entrevistadora: Esses ajudaram na cidade, os militares ajudaram muito na cidade?

Entrevistada: Ajudaram, ajudaram, muito. Principalmente o Coronel Celso, que eu me lembre assim. No tempo dele, em ordem em tudo, eu acho que as pessoas acataram eles aqui, sabe! Procura, acho que com estradas, com coisas, acho que no momento deles, o quartel... Então, fizemos excursões com todo o pessoal, mostraram todas as instalações de lá do BEC. Nessa época da excursão eu mesmo fiquei. Meu pai do céu! Poderia ter ido com outra roupa pra lá, não com aquela bermuda (RISOS)... pro BEC. Se fosse, né, se fosse em outro lugar... Já no 7 de Setembro fui com o conjunto verde oliva. Foi mais, né! De acordo com o que estava celebrando lá... Minha nossa senhora! Minha roupa era bem feita, mas no caso só achei que estava certo, eu estava mais...

Entrevistadora: A senhora lembra de alguém que foi contra o movimento aqui em Barreiras?

Entrevistada: Olha, eu falei com esses meninos. As pessoas aí ficam aquele piquitinho assim, porque C. era comunista. L. H. tinha pinta de dizer que era comunista e umas rapaziadas assim, que fica, sempre eles fogem um pouco... Todo tempo tem a... Hoje os jovens querem é fazer movimentos e tudo. Naquela época tinha alguns, né! O menino é comunista. O C. é comunista, mas era mais de idade, os outros já era mais novinho. Tanto é que esse menino não sabiam, mas agora depois que ouvir dizer que ele participou pra lá, dessa guerrilha no Araguaia... Disse que ele morreu lá e eu fiquei assim, até sentida, porque era colega, era uma turma tão unida, assim, da 4^o Série ginásial. Tudo era tão, era tão gostosa aquela turma (Entrevistadora: Olha pra isso...), uma turma boa. Eu fiquei sentida assim porque um retrato que eu tenho com as meninas, era porque hoje é a maior facilidade pra tirar retrato, naquela época tinha dois fotógrafos aqui: Napoleão e seu Neco. Era maior dificuldades, hoje não, as pessoas têm o celular deles, é o *selfie*, o *selfie*, né! (Entrevistadora: É mesmo, né!). Tirar retrato (era) com a maior facilidade naquele tempo, não era assim essa facilidade (Entrevistadora: Tudo mais difícil!). E os meninos saíram arrecadando dinheiro para tirar foto dos meninos e das meninas, ficou uma turma que as meninas deram dinheiros para tirar retrato e os meninos não deram. Só tirou retrato quem deu dinheiro, só G..., que é primo da professora L., L., casada com o L. P. Ela é... (Entrevistadora: Eu conheço). ...quem mora ali na esquina, no jardim... Aí, como eu ia falando... (Entrevistadora: O G., o filho dela). O G. é primo porque que o pai dela é que parece que é irmão da mãe de L. Assim, um parentesco de primo carnal. Então ela, como era que eu ia falando...? Que o George é o único que tem no retrato que os outros não quiseram dar o dinheiro para poder fazer parte do retrato. E você vê o que é gente nova, né! (Entrevistadora: Lícia foi sua colega?). Ela foi professora. (Entrevistadora: Na época, né!). Foi professora. Porque eu também... eu não... eu passei justamente porque eu fui morar em Brasília depois que voltamos pra cá, porque ele viu que eu fiquei sentida porque ele me prometeu, que eu fiz até na época correspondia a 4^a série ginásial. Ele me prometeu que quando chegar em Brasília eu ia voltar pra estudar. Quando cheguei lá, meus

livros... Mandeí meu pai levar todos os livros pra lá. Arrependi porque quando foi pra vir pra cá eu me arrependi, não sei se ele deu ou vendeu meus livros de ginásio. Era de francês, de inglês, de latim, tudo que naquela época tinha. E eu pedi pra eu não perder contato com os estudos, pra quando eu quisesse voltar eu estava preparada pra os estudos. E aí pedi. Foi aquela caixa de livro pra lá. Quando foi pra voltar pra cá, eu sempre perguntava a esse marido meu se ele vendeu os livros ou deu de presente pra esse colega que ele trabalhava na Cateria, Capera. Primeiro ele trabalhava com os filhos que era chefe de escritório, que ficava em frente da câmara com... Foi bem no começo do Brasil e depois ele mudou para Oeste Cartepila. E aí, quando foi para vir pra Bahia... Ah... Vai pra voltar para Barreiras, não sei porque eu fui, tava até querendo ficar lá, moço, pra poder, assim... Brasília tava até precisando... Não que queria... (Entrevistadora: Voltar pra cá?) ...voltar pra cá. E tinha um bar lá. E criou bar e tudo. E que ia fazer e ia trazer o bar pra cá, que ia botar lá perto da casa de seu Aylon Macedo... Lá tinha um mercado. "Se o mercado velho não foi para frente", o povo dizia pra ele, "como é que o seu vai dá?" (Entrevistadora: Sim!). Mas quando ele chegou, botou ali onde é... era o antigo Banco do Brasil, que ficava perto da casa de Dr. Orlando, que é aquele do bequinho estreito, que tem casa que o povo chama casa vermelha. (Entrevistadora: Sim!). Ali seu bar foi pra lá. Quando o Dr. Orlando pediu a casa, acho que as pessoas achavam que tava com tempo que eles tavam no bar. Muitas pessoas deram conselho que ele queria ficar com a casa lá, bar que ele botou lá, trouxe tudo para cá, tinha motor, motor de não sei quantos cavalos... Que faltasse luz em Barreiras, que naquele tempo às vezes eram péssima, ele... a luz dele, do motor dele era boa. Quando tinha festa no Cantinho, ele levou lá o motor pra lá. Botou luz tudo boa lá no Cantinho do Senhor dos Aflitos. Aí ele vendeu. Quando foi pra vender... E assim, um cunhado meu, ele já morreu, ele morava em Belo Horizonte, foi ser... Como é que dá o nome? Tinha muito tempo que morava em Belo Horizonte, ele foi ser... Oh, gente, como é que dá o nome a pessoas pra apresentar, poder comprar a geladeira, mesa, cadeira...? E comprou o bar dele, ficou um bar de primeira, tu precisa ver. (Entrevistadora: Sim, olha para isso!). Ali perto do Dr. Orlando, quando foi para fazer porque o Dr. Orlando pediu a casa. Eu digo: "Você muda porque casa, ah não dá porque a vaidade"... Porque era no Centro. E eu digo: "Moço, você convidou seus colegas e tudo e vai, vai pra outro ponto". Não... Com vaidade aí vendeu as coisas, vendeu para T. de S., as mesas ficaram praticamente de graça, barata. As cadeiras, tudo, motor também, vendeu motor barato, do de não sei quantos cavalos. (Entrevistadora: Sim!). Dessas coisas e vendeu tudo. E eu digo: as coisas lá e esse concunhado meu, que era casado, todos os dois faleceram, casado com uma cunhada minha, serviu de avalista. Agora que lembrei o nome! Porque ele tinha muito tempo que morava no Belo Horizonte, comprava tudo o que ele queria lá e aí apresentou na casa, onde vendia geladeira, fórmica, tudo. E o bar dele ficou lá de primeira, assim, nesse lugar. E o Dr. Orlando sabe da casa e você sabe, mas não dá porque é lá no Centro e diz que não dava, não dava. E vendeu tudo, pode dizer que de graça, pro marido de Santita, de mesa de fórmica, tudo. Agora o motor, ele vendeu até para um tio meu, também barato. Tudo assim.

Entrevistadora: Me disse que às vezes vocês, porque a senhora tem um filho com o nome de V., né!

Entrevistado: É V.

Entrevistadora: Que às vezes vocês tinham receio com o nome de V., por quê?

Entrevistada: Não, não... Escuta aí. (Entrevistadora: Sim!). Eu que fiquei. Agora... eu desconfiei, mas nunca perguntei a meu pai, se ele veio registrar V. porque foi na época do, do, do coisa do auge de 64. (Entrevistadora: No auge da ditadura). Da ditadura. Então ele deu o nome do menino de Vladimir e veio registrar Vladimir e eu fiquei assim... Eu achei que quando ele veio registrar o menino foi, parece que em Junho, se não me engano, olhando na, no registro dele, ele demorou pra registrar. Eu acho que ele deixou assentar a poeira primeiro, pra poder registrar V... Aí fiquei: "Será?". Nunca perguntei a D. se ele não ficou temido porque os colegas deles, C., (eram) comunistas. F. dizia que era comunista, que eram filósofo, professor, foi professor meu também. Legal pessoa, muito legal filósofo, professor de história também formado. Era uma pessoa mesmo de uma cabeça, só vendo... Professor F.R. (Entrevistadora: Será que foi perseguido aqui em Barreiras, aqui no F. R. e L. H.) Eles, eu acho que essas pessoas ficaram de olhos nele... Assim, eu... não para dizer que eles chegaram ser perseguidos, só sei que não sei se houve, eu creio que deve ter uma... (Entrevistadora: A gente viajando, né!) gente para ver se eles tinham. Eu sei que esse colega meu foi pra lá no Araguaia, e entrou nessa luta e morreu lá. De tão legal, eu não gosto nem de pensar, porque me dá vontade de chorar.

Entrevistadora: Abalou a cidade na época? Você se lembra, nessa cidade, nessa época, as pessoas ficaram tristes assim?

Entrevistada: Eu acho que ficaram mais intimidadas. Ficaram intimidadas porque tinha medo de ir ao Quartel. Tinham medo de ir pro 4° BEC ficar preso lá. Então, todo mundo ficou. Assim, nas escolas, como falei, era cantando o Hino Nacional todo dia antes de entrar, recitar poesias... Professores ficaram responsáveis com alunos para é... decorar poesias e recitar. Falar principalmente na semana da Pátria. Então ficou um pouco assim, as pessoas ficaram mais poucos... e não ficaram naquela, elas ficaram... (Entrevistadora: Temerosas, né!) ...temerosas principalmente essas pessoas que disseram declaradas comunistas.

Entrevistadora: Essas pessoas que eram declaradas comunistas, eles já eram declarados antes do 4° BEC chegar aqui? Tu se lembra? E depois que o 4° BEC chegou, eles se reprimaram?

Entrevistada: Eu acho que eles já tinham essa tendência de ser comunistas, já tinham essa tendência. Agora, depois que 4° BEC chegou, eu não tenho certeza se eles foram chamados lá ou ficaram apenas sendo vigiados ou se eles... Não, eu nunca (...) pra ter contato com uma pessoa mais próxima deles. Se eles chegaram ao ponto de ficar sendo fiscalizados... Eu sei que meu marido era amigo dessas

pessoas e, quando V. nasceu, ele botou o nome de V... E no dia 24 de fevereiro de 1964... (Entrevistadora: Hum, que V. nasceu?). É que V. nasceu. Aí... E só veio registrar lá parece que no mês de junho para julho, que ele foi registrar V. Eu fiquei assim... eu achei que ele... Porque os outros, logo assim poucos dias... Marta parece que três dias foi registrada. Nasceu, ele foi registrar em agosto. Que eu sou de 11 de agosto... E uns três dias depois registrou M. E V., ele já veio registrar, se não foi engano, de junho a julho, depois de muito tempo de fevereiro, né! Mas abril, maio, junho, se não foi em junho pra julho, que ele foi registrado. (Entrevistadora: Ele deve que ficou com receio né?). Com receio, 1964 o negócio tava... (Entrevistadora: Fervendo, né!). Fervendo! E aí eu digo, eu fiquei olhando, quando eu olhei a data... Nossa! Como ele demorou de registrar V. Depois eu ainda vou perguntar a ele isso aí. (Entrevistadora: O porquê?). O porquê dele demorar lá pra o mês de junho, de julho, ele foi registrar V. Eu acho que ele ficou assim, um pouco temeroso. (Entrevistadora: Verdade, certeza!). Na época, o negócio tava... É essas pessoas mesmo. E o povo comentando assim: “E fulano que era comunista, fulano que era como é que”... Agora que o BEC tá, né? Eu não sei se eles foram chamado lá, eu não sei. Sei que eu fui lá com essa roupa e eu fiquei: “Gente como que eu fui, eu não sei se eu não fui censurada lá?” (Entrevistadora: Porque tamanho era o respeito que as pessoas tinham pelo BEC, né! Até as roupas assim as pessoas...). É, até a roupa. Como é que eu fui pra lá, até uma roupa azul-marinho... Eu fui pra lá pro BEC foi uma excursão de aluno e aquela bermudinha branca... (RISOS...) Eu digo: “Oh, gente, eu não tava bem certa não” (RISOS...) (Entrevistadora: Olha para isso depois que veio...). Depois, lá no 7 de setembro que eu fui com a roupa verde Oliva.

Entrevistadora: Tá certo! E muito obrigada pela... Viu, a Senhora ajudou muito na entrevista...

Entrevistada: Eu não conversei muito, ultrapassei coisa que eu não devia pra poder?

Entrevistadora: Não, é que depois vou editar, mas muito obrigada, viu! que contribuiu demais com minha...

Entrevistada: É, e tinha esse negócio assim... E tinha algumas pessoas que tinham essa tendência. Eu não sei na verdade como foi, eu só me lembro deste lado era assim extrovertido, mas eu nunca pensei que Nelsinho e o irmão dele... Oxe! Eu não gosto de lembrar que me dá vontade de chorar. Era uma turma legal. Ele foi pra lá e foi pra esse negócio no Araguaia e morreu lá moço, desse jeito, ele e o irmão dele. Oh, meu Jesus Cristo!

Entrevistadora: Ele foi seu colega, quantos anos? A senhora lembra?

Entrevistado: Foi o ginásio todo... (Entrevistadora: Ah, o ginásio todo) ...até na quarta série, era que encerrava quarta série, eu tenho um retrato aí, que até quando eu fiz a formatura não foi praticamente como o ginásio. Foi um baile, só que eu disse: “Oh, gente...”. O povo achava... uns achava a roupa de receber o diploma mais bonito do que a do baile. Eu vou pegar aqui pra você ver.

Entrevistadora: Tá certo.

B6) Margarete - entrevista dia 15/07/2016

Entrevistadora: Professora, me fale um pouquinho assim, no seu ponto de vista de um modo geral, o que foi o regime militar no Brasil?

Entrevistada: O regime militar foi um regime muito severo, castigou muita gente, né? Muita gente diz assim: que no tempo do regime militar era melhor, mas no tempo do regime militar muita inocente sofreu. (Entrevistadora: Muita gente perdeu a vida, né!). Muito inocente, muito pai, muito filho perdeu pai. E até hoje fica a resposta no ar. Por quê? E até hoje muita gente não pode dar uma sepultura para sua ente querido, né! Achei (que) aquilo foi uma tortura para o mesmo país, muito rígido, não havia necessidade de tudo aquilo não.

Entrevistadora: Oh, e aqui em Barreiras qual lembrança que a senhora tem do regime militar?

Entrevistada: Aqui em Barreiras... Nossa! Eu acho, eu penso assim, ao meu modo, não sei se você vai concordar, mas aquele tipo de coronelismo existiu e ainda existe. Então isso são resquícios porque tem pessoas que até hoje eles não se conformam com determinadas coisas. Como antigamente não podia dizer “não” ao meu senhor porque ele era o maior, ele era o maior. É como a gente: comprava assim a vassoura como o cabo. A vassoura não prestava, jogava fora e o cabo deixava para outras. (Entrevistadora: Oh, a senhora me falou que começou a dar aulas em 77). Foi 77, Sim.

Entrevistadora: E o BEC chegaram em 72. (Entrevistada: Instituiu aqui!). Me fala aqui uma coisa, o que que tu acha, como foi a chegada do BEC aqui na cidade de Barreiras?

Entrevistada: A chegada do BEC aqui em Barreiras foi um impacto muito forte, que entrou muita melhoria e emprego para muita gente. Além dos que vieram, empregaram os que aqui já moravam. Então foi um impacto muito forte onde o progresso... À medida que fizeram essa rodovia, ali deu emprego pra muita gente e vieram para muita etnia diferenciada, veio japonês, veio cearense, veio tudo. É igual, esse impacto nosso, com a calçada.

Entrevistadora: Você acha, me fala como era a relação do BEC com as autoridades políticas na cidade?

Entrevistada: Eu acho que toda a vida as relações deles foram relação boas, porque as autoridades daqui, como nós mesmo vê nas forças armadas, é um apoio muito forte. Então Barreiras ainda necessitava que ela tinha o BEC como suporte, né, eu

acho. Não sei se é porque sou apaixonada pelo BEC, porque meu filho teve lá dentro. Então eu acho, ao meu modo, as autoridades civis, eu acho que veio com suporte de referência, porque as forças armadas eu no seu modo, um suporte e dentro de uma cidade pequena. Ela trouxe melhorias e o progresso chegou, trouxe do bom do jeito que o BEC trouxe o bom com progresso, mas também vieram muitas coisas más. Não foi o BEC quem trouxe. É ruindade das pessoas que vieram atrás dele, porque vieram gente de todos os lados, as violências vieram juntas, mas não o BEC que trouxe, né? Muitas e muitas coisas aconteceram aqui quando o BEC estava administrado, mas você não pode iludir eles, porque eles fizeram melhorias na cidade, o emprego, muitas coisas boas aconteceram.

Entrevistadora: Oh, eles interferiram na educação da cidade?

Entrevistada: Olha, quando eles vieram para cá uma escola que até hoje existe, mas não tanto quanto no tempo que eles chegaram aqui, que a rigidez era maior que é a Escola Duque de Caxias, que teve como diretor Luisita. Era uma escola regime militar, era regime militar, alunos da Escola Duque eram alunos disciplinados. A referência do Duque de Caxias era o BEC.

Entrevistadora: Você sabe me dizer se os militares frequentavam a escola?

Entrevistada: Eles faziam toda... Assim, toda época de data cívica eu mesma, quando eu era diretora da escola na época, cansei de levar os alunos no Batalhão. Já pedi para os soldados, para eles fazer palestra. Hoje não tem mais isso, hoje tem alunos que não sabem cantar o Hino Nacional. Antigamente tinha hora cívica que tinha como referência a eles, né!

Entrevistadora: É, né! Está acabando essas práticas, foram se acabando. Oh, me diz uma coisa. Na época da ditadura militar teve algum grupo aqui, alguma coisa aqui, você se lembra de alguma coisa?

Entrevistada: Se teve eu não sei, mas meu pai de criação me contava que tinha gente que dava nó (Entrevistadora: Que ia encontrar com a ditadura). Tinha gente que batia de frente.

Entrevistadora: Sabe me dizer algum caso de alguém que foi chamado no 4° BEC ou ficou ou isso não aconteceu no teu conhecimento?

Entrevistada: Meu pai me dizia assim... Não citamos nomes porque nós não sabemos se ainda nós saímos desse regime com certeza. (Entrevistadora: Uhum, verdade!). Foi o tempo do medo. O povo vivia no cabresto.

Entrevistadora: Como foi sua vivência escolar no tempo da ditadura, no período de 72, como foi?

Entrevistada: Eu formei em 61, procurava... Eu não tenho assim, hoje uma, aliás, não tenho nada a relatar em relação a isso. Porque eu acho que a gente vivia assim

tão... Acredito que até os pais da gente tinha medo, muita coisa não contava pra gente ouvir com medo da gente chegar lá adiante e contar.

Entrevistadora: Oh, tu soube daqueles irmãos Dourados daqui que morreram no Araguaia? Chegou até o seu conhecimento? Nelsinho Piauí, dois estudantes daqui...

Entrevistada: Não, mas eu vi painho conversando com uma determinada pessoa. Ele me contou, citou. Eles foram bater de frente, eles exterminaram, porque era assim, não podia contestar, não podia bater de frente.

Entrevistadora: Professora, a senhora acha que hoje o regime militar em sua opinião foi transmitido para essa geração que está aí como memória ou caiu no esquecimento?

Entrevistada: Deixa eu te contar um caso, é aquele Figueiredo. Também eu lembro de uma vez quando que ele dizia assim que no tempo dele o pobre ia ficar mais pobre e o pobre ia ficar e o rico ficaria mais rico. Que tinha de ser como ele quis. Graças a Deus que ele não conseguiu fazer isso com nós, não exterminou ninguém. Então foi um ditador. Só sobra para classe baixa, quem serve de suporte é só o pequeno.

Entrevistadora: Então hoje a senhora acha que os jovens eram assim?

Entrevistada: Mas ainda tem muito jovens com atenção voltada, porque... Não sei por que, aqui em Barreiras tem um rapaz, ele tem... ele gosta muito de transitar nessa avenida. Então ele chamou um rapaz e dizendo que eles precisavam tomar uma atitude porque eram jovem, e que precisavam bater de frente porque o regime não podia acabar. E eu vou dizer a você uma coisa, nós estamos correndo um risco de voltar.

Entrevistadora: Exatamente, por isso, um dos despertamento dessa pesquisa foi justamente vendo tantos jovens conclamando a volta da ditadura. Então me deu esse...

Entrevistado: Porque, na verdade, hoje os jovens estão mais revoltados do que..., porque pra viver tanta coisa, que eles não se conformam, coisa que não tem cabimento, mulher. Você para pra pensar, o país acabou, o país não tem mais identidade, estamos no fundo do poço.

Entrevistadora: Vendo assim, que os jovens pediam tanto a volta da ditadura que a gente parou assim, pra pensar: "será que eles sabem o que realmente, sabem o que foi que teve essas torturas, essas atrocidades?"

Entrevistada: Você vê esse movimento que tem aí, são encabeçados, a maioria são encabeçados por mentes pobres, mentes vazias, né! Eu penso assim, mentes vazias...

Entrevistadora: Que pedem a volta do regime sem nem saber o que foi, né!

Entrevistada: Sem saber o que foi, sem ter nem noção do que foi, do que pode acontecer daqui pra frente. Hoje tem televisão, antigamente só tinha rádio.

Entrevistadora: Chegava pouca informação na casa das pessoas...

B7) Lucio Higor - Entrevista dia 15/05/2007

Entrevistador: Boa Tarde.

Entrevistado: Boa tarde.

Entrevistador: Eu tô aqui com L.H, entrevistado que participa de nossa pesquisa. Eu soube que o Senhor foi colega de José de Lima Piauhy Dourado e Nelson de Lima Piauhy Dourado. Eu queria saber como foi essa convivência com os meninos aqui em Barreira.

Entrevistado: Olha, veja bem, o Nelson não é filho de Barreiras, ele é filho de Jacobina. Já o José Dourado, era Filho de Barreiras. A família dele morava aqui e nós era estudante do PV (Colégio Padre Vieira). E quando Nelson tirou o ginásio foi para Salvador, onde fez um concurso da Petrobrás e passou como analista da Petrobrás. O José Dourado também foi pra Salvador, trabalhava como fotógrafo. José Piauhy Dourado trabalhava como fotógrafo e também foi para Salvador, mas nós sempre militamos aqui na política, na ala esquerda, no Partido Comunista. Quando fomos pra Salvador, lá nós tivemos um encontro e lá nos tivemos contato com o pessoal do Rio e de Pernambuco, e com os nomes, evidentemente com os nomes fictício, não era o nome próprio. Nelson, por exemplo, o nome dele era Dourado, o meu era Rios, e encontrava com algumas pessoas que a gente fazia contato do Partido Comunista do Rio e de Pernambuco. Voltando a Barreiras, nós criamos, formamos o Grêmio Rio Barbosa, aonde dava apoio aos estudantes de Barreiras naquela época e mantinha contato com a UNE, a União Nacional dos Estudantes, que nos fornecia os trabalhos para serem desenvolvidos, na região de Barreiras, do Partido Comunista.

Entrevistador: Aqui em Barreiras, pelo fato de vocês estarem envolvidos nessa militância, em algum momento vocês encontraram alguma resistência, alguma repressão com relação a isso? Eu queria que o senhor me falasse isso, se antes do BEC, ou depois do BEC, se com a chegada do BEC aqui teve alguma influência de alguma repressão com relação a vocês...

Entrevistado: Olha, veja bem, com a chegada do BEC, evidentemente por ser militar, houve uma parte de constrangimento, mas não houve nada assim anormal onde o BEC interferisse. Nós, estudantes daquela época... naquela época, nós estudantes desenvolvemos as atividades do Partido Comunista e muitos colegas hoje, que eu evito dizer o nome, são juizes, são advogados, são promotores e moram também em cidades vizinhas. Muitos deles foram para Brasília, onde estão bem de vida,

graças ao estudo. Tivemos contato também com a Liga Camponesa de Dianópolis, que era uma liga camponesa, mantida pelo pessoal de Pernambuco; e esse pessoal, quando vinha de Pernambuco, os contatos deles era aqui com a gente (pra) encaminhar até Dianópolis para fazer o trabalho Comunista da Liga Camponesa.

Entrevistador: Eu queria saber uma coisa: o Senhor morou lá em Salvador com os meninos. Lá, os meninos eram bastante atuantes também?

Entrevistado: Veja bem, eu morei no apartamento de Nelson muitos anos e de José Dourado também. Lá, embora (Nelson) era da Petrobrás, mas era um militante do Partido Comunista. Lá, ele desenvolvia um trabalho de base, mas sempre com a orientação do pessoal do Rio e também de Pernambuco. Nelson, por exemplo, fez curso de Guerrilhas em Cuba, andou pela África e veio para Barreiras, sempre mantendo aquela fidelidade de Guerrilheiro. Nelson trabalhou... tanto é que, quando houve o movimento de Guerrilha nos Araguaia, Nelson deslocou pra lá para ser um combatente junto com o irmão.

Entrevistador: Nessa época ele morava com o Senhor?

Entrevistado: Morava, só que dessa época que o Nelson foi para o Araguaia eu tinha vindo para Barreiras. Quando eu estava em Barreiras, (é) quando ele foi para o Araguaia.

Entrevistador: O Senhor sabia desses planos deles, dos dois de irem para o Araguaia, ou foi um e depois foi o outro? O Senhor sabe me dizer, eles comentavam com o Senhor a vontade, o desejo de ir para o Araguaia? O Senhor lembra?

Entrevistado: Olha, veja bem, nós não comentava muito sobre o Araguaia, mas Nelson sempre pensava em movimentos armados. Não tinha a menor dúvida sobre isso, tanto é que ele participou de várias campanhas de Guerrilha fora do Brasil. E, quando ele veio, aproveitou a oportunidade do Araguaia, que foi um erro do Partido ter mandado o pessoal pro Araguaia porque eles não estavam preparados, eram jovens estudantes pra fazer uma guerrilha juntamente contra o Exército brasileiro preparadíssimo. E eles, meninos e moças, que foram pra lá, justamente pessoas que não tinham habilidade de guerrilha, a não ser alguns como Nelson que tinham habilidade de Guerrilha.

Entrevistador: Quando Nelson... é... aqui tá falando... foi! Nelson viajou pra a China, né? Como o Senhor falou, né? Ele teve esse treinamento no exterior da guerrilha e realmente tiveram jovens que não tiveram essa preparação. Quando aconteceu da morte dos meninos, o senhor já estava aqui em Barreiras. Como foi recebida essa notícia?

Entrevistado: Essa notícia foi recebida por nós, os colegas de Nelson, com bastante tristeza. Não tenha dúvida disso, mas nós já estávamos em Barreiras quando Nelson veio a falecer juntamente com o irmão no Araguaia. É como eu disse, dentre todos eles, alguns tinham o preparo de Guerrilheiro. Foi o caso de Nelson, que fez um trabalho fora, mas, na maioria deles, jovens estudantes que iam pra lá com o dever de tentar mudar aquele quadro no Brasil.

Entrevistador: O Senhor conhecia a família deles aqui?

Entrevistado: Conhecia o pai deles, era muito amigo nosso, e a mãe deles... Ele tem alguns irmãos que ainda moram em Salvador, ainda são vivos, mas moram em Salvador. Também os irmãos deles não tinham nada a ver com esse movimento, eram pessoas totalmente longe desses trabalhos político.

Entrevistador: Eu queria saber, assim, eu queria que o Senhor contasse um pouquinho a dinâmica na casa de vocês, como era, o que vocês conversavam, o ideal de vocês... Eu queria que o senhor pudesse... o senhor contasse pra gente um pouquinho.

Entrevistado: Olha a conversa nossa sempre girava em torno de movimentos, aquele movimento estudantil a gente estava sempre presente, os movimentos na Petrobrás, as greves na Petrobrás, embora eu nunca fui petroleiro, mas sempre participei dos movimento de greve na Petrobrás, juntamente com Nelson e outros companheiros e a gente fazia o trabalho em reunião constantes, com o pessoal, como eu disse, que vinha do Rio e de Pernambuco, para reativar o Partido Comunista, tanto em Salvador como no interior e no Brasil, enfim. O erro que eu falo foi a cisão do Partido Comunista, que ali criou uma linha que foi o PCdoB, o Partido Comunista do Brasil. Esse tinha tendência que queria mudar o Brasil, nem que fosse na força da arma. O próprio Partido Comunista não admitia porque via que no Brasil não estava preparado ainda para enfrentar as Forças Armadas.

Entrevistador: Com quanto tempo que o Senhor foi pra Barreiras, que os meninos foram pra o Araguaia? Assim, logo em seguida que o senhor veio pra Barreiras, os meninos foram pra o Araguaia ou demorou um pouco que os meninos foram pra o Araguaia?

Entrevistado: Mais ou menos uns dois anos, mais ou menos uns dois anos. Eles foram pra o Araguaia e nós tivemos a notícia que o primeiro que faleceu foi o Nelson, depois quem faleceu foi o José Dourado.

Entrevistador: Quando eles estavam lá, vocês mantiam contato?

Entrevistado: Não, quando eles foram para o Araguaia não. Soube que, inclusive, o Nelson foi pra lá e botou uma farmácia e tinha o nome parece que Nelito, o nome Nelson de guerrilha. E José Dourado era o nome de Baiano, mas só vim saber deles lá no Araguaia, depois da morte deles.

Entrevistador: o senhor lembra assim, no caso a família, o senhor teve contato com a família aqui de conversar, ou, assim, antes da morte deles, a expectativa do pai e da mãe, lembra de alguma coisa ou depois da morte, lembra de alguma coisa, assim, de como receberam a notícia?

Entrevistado: Olha, veja bem, esse fato eu não sei dar notícia porque a família já estava toda em Salvador. Os irmãos estavam lá em Salvador, porque ainda tem dois irmãos vivos e um é aposentado. Parece que todos os dois é aposentado. Agora, quando nós soubemos, evidentemente que a família ficou bastante preocupada, soube também que a casa de algum dos irmãos era sempre invadida pelo Exército em busca de documento, de informações, mas não tenho informação de Nelson após a morte da família.

Entrevistador: Eu continuo com a entrevista com L. H, que foi o primeiro presidente do Grêmio, aqui na cidade de Barreiras, aqui no colégio Padre Vieira, ele também vai relatar um episódio, ele e sua esposa vai relatar um episódio que aconteceu aqui, uma queima de livro pelo Exército.

Entrevistado: Olha, veja bem, esse problema de queima de livro foi mais um ato de perseguição. Depois do Araguaia, o Exército veio e desbaratou a Liga Camponesa, matando muitos jovens lá em Dianópolis e esses jovens, os que correram, teve de vir aqui pra Barreiras. E aqui, em Barreiras, a gente dava o destino deles, que a maior parte desse pessoal era de Pernambuco, de Recife e nesse tempo tinha um colega aqui muito ativo, o José de Lima, hoje mora em Brasília, ele também era participante desses movimentos. E aí o Exército andou naquela época procurando que tinha livro, aí informavam “olha, quem tem esse livro é fulano, é sicrano...”. E nós tivemos que dar sumiço nos livros nosso, inclusive o Zé Luiz teve que levar um monte de livro pra um distrito aqui de Barreiras e do Arraial da Penha e lá foi enterrados e queimados esses livros. E, quando ele voltou, não encontrou mais livros em nossas mãos porque tivemos de dar um outro destino, o de queimar esses livros. E eu passei uma tarde e uma quarta à noite com o pessoal do Exército, que veio de Dianópolis, eu com eles, pra mostrar a eles onde é que tava esses livros, mas infelizmente não tínhamos mais livro, que os livros já tinham sido queimados, dado outro fim. E o Exército teve de voltar, e aí ficamos. Eles não tinham nada que provar contra a gente pessoalmente, e aí ficamos na cidade, mas tivemos essa repressão do Exército, que vieram de Dianópolis, onde acabou com a Liga Camponesa de Dianópolis.

Entrevistador: Eu fiquei sabendo que se o senhor não tivesse vindo de Salvador pra cá, era capaz do senhor ter ido pra o Araguaia... E por que o Senhor voltou?

Entrevistado: Veja bem, antes desses movimentos do Araguaia, nós tivemos várias reuniões e, como eu era do interior também e tinha tendência de voltar a Barreiras, o pessoal do Partido pediu: “Não, você vai pra Barreiras e fazer esse trabalho político lá”. Aí eu vim pra Barreiras e depois de dois anos o pessoal foi pra o Araguaia. Eu acredito firmemente que se eu estivesse lá com o Nelson eu teria ido com o Nelson, não tenho a menor dúvida, hoje eu não estaria aqui contando essa história.

Entrevistador: É verdade.

B8) Antônio (parente próximo de Nelson Lima Piauhy Dourado e José Lima Piauhy Lima Dourado) - entrevista dia 27/05/2017

Entrevistador: Boa Tarde.

Entrevistado: Boa Tarde.

Entrevistador: Eu tô aqui com A. Campos Lima. E ele vai ser um colaborador de nossa pesquisa.

Entrevistado: A.? É A.?

Entrevistador: Eu queria saber qual o seu grau de parentesco com os meninos Nelson e José.

Entrevistado: Nós somos primos carnais. A mãe dele é irmão de meu pai, a mãe dele é A. S. Lima, irmã de A. S. Lima, casada. Tia A. é casada com Pedro Dourado, que é irmão de Sabino Dourado, um ex-prefeito de Barreiras por uns dois ou três mandatos.

Entrevistador: Vocês chegaram a ser colegas aqui em Barreiras?

Entrevistado: Não, não, não. Eu estudei uma temporada em Dianópolis, 57 e 58, final de 59, que teve a primeira greve dos estudantes na Bahia, no interior da Bahia. Aconteceu aqui em Barreiras, entende? Nós fomos, nós éramos grevistas. E, como (havia) grevistas, tinham os que não eram grevistas. Então houve essa prejudicou. Então eu tive que ir, minha mãe teve que ir, então me mandaram pra Salvador e, nos fins de 59... Quanto ao Zezé, o Zezé Piauhy Dourado Lima nós fizemos, tivemos uma certa aproximação, mas como essa família é muito calada, não sei, muito inibida, nós trabalhamos, eu passei uns três dias na televisão, na TV Itapuã, que inclusive, ele também trabalhava, o Zezé. Ele era fotógrafo e eu tentava desenho, e estávamos em uma empresa e não tinha contato. Até que uma época, não sei... 66, 65, nós fizemos vestibular. O primeiro vestibular da Escola Técnica Federal, que hoje é o...? (Entrevistador: O CEFET, O IFBA?). Não sei por que já mudou de nome não sei quantas vezes. Então fizemos o vestibular, o primeiro vestibular, imposto por essa escola foi justamente na época que eu fui me matricular, foi eu e o Zezé. Eu, agora o Zezé pra mim foi surpresa. Foi mais uma vez, mais um contato que eu tive com ele, que me surpreendeu porque nós não tínhamos muito contato. Ele morava em Nazaré e eu em Brotas e o meu contato não coincidia com o dele porque eu me vi enrolando com a bebida, então eles não bebiam. Nem o Nelson, nem o Zezé, nenhum deles. Então o seguinte: era difícil, então fizemos o vestibular. Por sorte ou azar, eu perdi; ele, por sorte ou azar, ele passou. Eu estava olhando a relação dos que tinham passado, aí a turma querendo tirar sarro comigo, cortar o cabelo, me roubar, me tirar tudo que eu tinha e coisa e tal. E, de repente, eu vi entrar pelo portão o Zezé. Eu tinha visto o nome dele, aí eu corri e disse: “Zezé volte noutro dia, você passou e os meninos tão ali, vão cortar teu cabelo, vão sujar a tua roupa. Olha você amanhã ou depois sem dinheiro e com roupa bem..., bem..., pra eles fazerem o que bem quiserem”. Aí ele saiu. E eu fui fazer Contabilidade em Teixeira de Freitas e ele ficou na escola, então... ele, como fotógrafo! Outra coisa que me impressionou: a minha aproximação com ele sempre assim, surpreendente. Eu aqui em Barreiras fundei uma Associação de moradores de Bairro, na Vila Brasil. Na Vila Brasil eu dava tudo, eu gostava do trabalho que eu estava fazendo, comunitário. Eu era um homem comunitário sem saber, também tentei em procurar ajudar, sempre lutei contra a sociedade, sempre escrevi sobre problema social, entende? Depois eu me descobri político no comunismo, o comunismo comum a todos, mas não é esse comunismo PCdoB, que quer o poder, simplesmente quer o poder através de Guerrilha, através da força, como fez o Nelson e o Zezé. Então lá na Vila Brasil eu

vim descobrir o seguinte: o Zezé era fotógrafo e nas férias vinha aqui para Barreiras fotografar os meninos da Vila Brasil, os meninos sem camisa, na lama, mas todo roto, os meninos buchudo. E aí botava lá na escola, no mural, a consequência do governo militar, dos militares. (Entrevistador: Que escola? Que jornal?) No da escola, da Escola Federal, o CEFET, (Entrevistador: Ah, sim, certo. Qual o curso que ele fez?) Eu não sei, na área de mecânica, não me lembro bem, eu sei que eu tentei edificações, não passei. Então o Zezé tirava foto e criticava o Castelo Branco, o Presidente sem pescoço. Então fazia aquelas críticas... Eu digo (comigo): “mas, moço, o Zezé é disso?”. Ficava admirado, nunca me falou de política, nunca foi revoltoso comigo. Eu era, eu falava, eu falava, agora eu era solto, negócio de partido, o meu partido era o PTA, Partido Tocado a Álcool... Então, o seguinte: o Zezé tirava fotografia, tirava as fotos e levava pra Escola e criticava o governo. Foi aí que ele foi descoberto e aí começou a fuga dele, ele sumiu, ele sumiu. O Nelson deu mais notícia. De repente apareceu também uma história de Nelson também, na vila Brasil. O Nelson era analista da Petrobrás e descobriu naquele lamaçal, na Vila Brasil, ele descobriu que na Vila Brasil existia óleo, tinha óleo na Vila Brasil. No subterrâneo, né? E foi na época que os militares estavam caçando o Nelson, lá em Salvador. Tavam acusando o Nelson, que o Nelson iria explodir uma bomba da Petrobrás... Nelson aqui em Barreiras, né? Nelson nem sabia de nada e, de repente, sumiu Nelson. No meu conhecimento, sumiu Zezé. Eu tive notícias dele, que o Nelson morreu através da FAB. Um avião da FAB soltava mesmo esses prisioneiros no mar. O Zezé eu tive notícia que ele foi morto aqui, no Araguaia, ele e mais quarenta pessoas, inclusive uma criança de quinze anos. Depois disso eu não mais soube notícias dele. Pois é, em continuação, as últimas notícias do Nelson e do Zezé até hoje nós não temos nada, nada concreto. Temos notícias que Nelson foi, largaram Nelson num avião, largaram no mar, não sei. É coisa que eu não provo, eu não sei... Boatos. Pra mim são boatos. O Zezé, também como boato, ele foi morto no Araguaia, entende? Ele e mais quarenta jovens, inclusive uma criança de quinze anos de idade. Que conhecimento tem uma criança de mudar um regime político de um país, o Brasil? Um menino de quinze anos? Hoje um cara com oitenta tá vendo muita corrupção, tá vendo muito roubo, não tem condição nenhuma. Essa do PCdoB querer o poder, querer modificar através de Guerrilha, através de... Não existe, não existe. O PC, um partidão, um partido das elites, elegia um Luiz Carlos Prestes, em dois, três estados, pela quantidade de militância que nós tínhamos, pela quantidade de idealismo, comunismo. Comunista realmente! Não é esse apregoado pelo PCdoB. Comunismo era comum a todos. É a sociedade igualitária, uma sociedade que Jesus Cristo lutou, uma sociedade que Buda lutou e não conseguiu... É o PCdoB que vai conseguir através de armas, através de Guerrilhas? Não vai acontecer, principalmente num país como o nosso, de analfabeto. Nossa! Eu já escrevi muito sobre esse problema social.

Entrevistador: Eu queria muito que o Senhor relatasse pra mim aquele episódio em Salvador de Nelsinho, num movimento em Salvador, que encontrou seu irmão e passo a...

Entrevistado: Ele já tava sendo procurado, ele já tava sendo procurado. Meu irmão não, porque meu irmão nunca aceitou a militância. Eles sempre iam lá em casa levar a ficha, como é que dá o nome? A ficha, a ficha pra o meu irmão militar no PCdoB... Ele nunca aceitou, mas lá numa reunião dessas, num movimento desses de estudante, geralmente aqueles movimentos grevistas era organizado pelo PCdoB,

anarquia, vandalismo puro... Então nessa, descobriram Nelson. E o Nelson, pressentido isso, fugiu. Ele estava armado, aí foi quando pegou a arma e deu pra o meu irmão, que não era conhecido. Ainda não estava sendo procurado e meu irmão, com a inocência, pegou a arma e saiu. Veio embora, guardou sei lá, nunca se soube, minha mãe que ficou preocupada demais.

Entrevistador: Eu queria saber uma coisa: diante desses movimentos, dessa militância dos meninos e pelo que eu vejo, o senhor não tinha militância de partido, mas tinha preocupação com a sociedade. Eu queria saber, assim, qual era os bastidores da família, o que os seus pais conversavam com os pais dos meninos, se expressavam alguma preocupação diante da situação...

Entrevistado: Não, não, não, tanto pra mim quanto pra minha família, até pra a família dele, pai e mãe. Tio Pedrinho e tia Anita nunca aceitaram isso. Logo, o Zezé nunca conversava nada, não conversava com ninguém. Sofreu, deve ter sofrido muito porque a vida dele era silêncio, ele deve ter sofrido pra caramba... Todo tipo de tortura o Zezé sofreu, porque Zezé não conversa. O Zezé não fala, então o Zezé não iria caguetar, não iria dedurar companheiro nenhum, então ele sofreu muito. Pra mim foi uma surpresa enorme, Zezé e Nelson... Inclusive, o Antônio Cunha uma vez me disse, recente, em conversa recente dele sobre Zezé, me disse que a Dilma, que sofreu impeachment, era do grupo de Nelson. Ele me disse: “A., se Nelson estivesse vivo, tava no lugar de Dilma. O Nelson era superior a Dilma. Dilma era menina de recado, era aquela incompetência que é até hoje”. (Entrevistador: Então, tamanha importância que ele tinha no partido, né?) Exato. Ele era chefe, ele comandava, ele era muito perigoso, muito, muito perigoso. Pra mim é surpresa. Lá no Araguaia ele trabalhava em coisa que nunca se ouviu falar de Nelson, farmacêutico, cada profissão. Quer dizer, ele analista, poderia estar fazendo remédio, não sei, mas farmacêutico eu não sei, era cada negócio que ele enfrentava pelo Goiás, pelo norte do país... Estranho, estranho, de vez em quando o Nelson aparecia em lugares muito estranho, difícil pra mim.

Entrevistador: Como foi que você recebeu a notícia, como foi que a família recebeu a notícia da morte dos meninos?

Entrevistado: Bom, eu pelo menos... Só o envolvimento deles com a política, a militância dele com um partido de esquerda, pra mim foi uma surpresa muito grande. Calados que eles são, não mostravam. Eu pelo menos tinha, eu falava, eu escrevia, inclusive o SNI, eu quase ia sendo pego pelo Serviço de Informação na caça ao comunismo. Eu aí sendo caçado, porque eles promoviam concursos de poesia, de teatro, movimentos culturais, eu tinha uma poesia: “Filhos de ninguém”, que era um prato cheio pra eles. (Entrevistador: Protesto...?) Protesto! “Filhos de prostíbulos, de mães mundanas, filhos que a sociedade refusa, oh, filhos de mães mundanas, você ferirá, com alto e bom som, filhos aqueles que”... Sei lá, eu esqueço demais, demais, demais... Então eu tinha mais condição de ser pego, porque eu era solto, eu era um socialista solto e, sem saber, eu não militava em partido político nenhum, entende? Era muito difícil, aí esse concurso, eu vinha descendo, eu tava no terceiro ou segundo andar e eu vi uns quatro xxxx, programaram esse concurso, cada guarda-roupa, elementos fortes... Eu digo (comigo mesmo): “moço, poeta, geralmente poeta é magro, cachaceiro, drogado, é magro, Castro Alves, quantos que morreram aí com a tuberculose?” Eu olhava aquilo, cada guarda-roupa, esses caras não têm sensibilidade pra ser poeta não! Nem sensibilidade, nem físico, porque um físico desse aí é pra luta livre. Se tiver algum prêmio, eles mesmos já ganharam.

Resultado: voltei e não me inscrevi no concurso. Resultado: o meu irmão anos depois me dá um livro pra ler, *Brasil nunca mais*. Eu, lendo esse livro, descobri que eles faziam, promoviam esses concursos de poesia pra descobrir, aí eu disse: “Oh, onde eu aí caí... eh”. Na Livraria Civilização eu entrava, sempre tava lá procurando livro, não comprava não, porque eu não gosto de ler, só a manchete ou a capa, aí eu via Marx, *O Capital* aberto lá na prateleiras, eu olhava, eu começava a ler, ali era um chamariz. Eu olhava, achava uma leitura chata, um economista, num país miserável como o nosso, coisa nenhuma, chata. *O Capital*, pra mim, não consegui ler nada. Hoje eu tenho *O Capital*. Já li um bocado e continua uma leitura chata, aí não li... Aí, com o “Brasil Nunca Mais”, eles iam descobrir que eu era um socialista solto. (Entrevistador: Então, esses concursos, eles usavam como isca, né?). Isca, isca, isca eu era, por duas vezes eu me safei.

Entrevistador: E hoje, assim, na sua visão o que você acha dessa militância desses meninos no combate à ditadura militar.

Entrevistado: Olha, eu como já falei, a minha falta de contato com eles, entende? Hoje eu posso analisar ao meu modo porque eu não tinha contato. Eles não me falavam, mas pelo que o PCdoB fazia, entende? Hoje eu acho uma tremenda ignorância, eu não aceito, nem eles e nem ninguém, inclusive o PCB começou a estourar na criação do PCdoB do mesmo ano, porque o PCB é um partido de ilusão, utópico. Não se consegue não. A verdade é essa, o PCB, partido comunismo não se consegue em lugar nenhum, nem na Rússia, nem na Alemanha, como estouraram, nem na Coreia do Norte com esse maluco, nem em Cuba... Fica pedindo esmola pra esse partido de esquerda...

Entrevistador: Pode falar...

Entrevistado: O 4º BEC, em 76 eu fui intimado a comparecer. Eu fui intimado, eu fui convidado pelo SNI, a comparecer ao 4º BEC. Então o seguinte: no 4º BEC, nesse tempo, eu bebia, eu deixei de beber em 78. Em 76 me convidaram, eu tô lá em casa, os soldados, né, que iam lá em casa me levar a intimação ou o convite, não me encontravam, geralmente iam na casa da minha tia, não me encontravam. Tinha um Nelinho, eu ia lá, tomava um cafezinho, geralmente eu tava de ressaca pra me acalmar. Aí chegava, me dizia: “A., tem um soldado aqui lhe procurando do 4º BEC”. Eu digo: “O que é que eu tenho com o 4º BEC? O pintor letrista de lá é meu amigo, eu não vou não, não quero serviço de 4º BEC, não!” Resultado: tornei a chegar lá em casa e a minha tia brigou comigo: “O que você tá aprontando? Por que tem um soldado aqui lhe procurando?” Eu digo: “Minha tia, não sei”. Daqui a pouco, eu ia saindo e encontro dois soldados: “Olá, oba, rapaz você é difícil, hein!”. “Qual é o problema?” Aí me deram um convite do tamanho da bíblia, um convite. Eu digo: “Que confusão é...?” Não entendi, não entendi o tal do convite, a solicitação. Aí o Cezar tava lavando, Dr. Cezar Lemos, hoje juiz, como eu sou muito amigo, muito conhecido, que Juiz a gente não pode dizer que é amigo, né. Cezar e Toinho, sempre nós tivemos esse contato por causa do Zezé ou do Nelson. Eu digo: “Oh, Cezar, eu recebi esse convite... o BEC... Eu não tô entendendo nada”. Ele deu uma olhada, olhou pra mim, se estremeceu e disse: “A., aqui não é convite não, aqui é uma intimação. Você está sendo intimado pelo SNI”. Eu digo: eu não sabia o que era o SNI. Então, eu recebi esse convite, que o Cezar, Dr. Cezar, dizia que não era nem convite, nem solicitação, era uma intimação, eu estava sendo intimado pelo SNI. Eu

digo: “Doutor, eu continuo confuso”. “A., você procura saber aí o que você andou falando, fazendo...”. Eu bebia e eu sei lá o que indagava? Aí lá vai eu, lá vai, eu já respondia problema, polícia, 10º batalhão, polícia civil. Eu constantemente eu tava dando, sendo entrevistado, intimado, então o que é que fazia? Eu de ressaca, se me deixar eu falar, eu vou te contar, eu sou igual Jânio Quadros ou Lula... Aí eu digo: “Eu vou tal dia, eu vou encachaçar, eu vou tomar uma cachaça com vontade, pra mim saber o que foi que eu falei, pra ver se eu descubra, na minha cachaça, no meu estado de embriaguez, eu saiba o que foi que aconteceu”. Nada, não descobri. “Bom, vou atender a intimação!”. Pego o táxi, vou até o 4º BEC, chega o porteiro, fui pagar o motorista, e ele disse: “Não, eu espero”. “Moço, eu fui intimado pelo SNI, já comuniquei até o Tio A. que eu posso até não voltar... Por quê, não sabe o que é o SNI, não? É onde se desaparecem pessoas, pessoas desaparecem através do SNI, de um convite do SNI...”. “Não, você vai voltar, rapaz. Que negócio de SNI, não tem negócio disso não, eu vou esperar”. Eu digo: “Tá bom”! Quando eu cheguei na porta, um soldado. “Parceiro, vem cá, eu fui solicitado aqui pelo SNI”. E ele disse “O SNI? É lá, é lá” e apontava. Me deixaram entrar, chegava mais na frente quando eu abria a boca que dizia que estava sendo solicitado pelo SNI, neguinho estremecia. Só eu que não entendia nada, por quê? De repente, subi no primeiro andar, aí encontrei um guarda-roupa, tenente, sargento, major, sei lá... Aí ele chegou a mim, pediu minha passagem e (disse) “Que é que há?” Eu digo: “meu irmão, eu recebi esse convite pra comparecer aqui”. Ele “Oh, rapaz, é o SNI, seu A?”. “É”. “Por aqui”. Aí ele foi na frente e eu atrás, aí entramos lá no escritório, tinha uma porcaria desse tamaninho, major, major, capitão, sei não... Major Nobim... Capitão Nobim... Chinês! “Capitão, Nobim!” Ele de cabeça baixa, escrevendo na mesa. Suspendeu a vista, me olhou, tornou a baixar a vista e tornou a escrever. E eu em pé, tranquilo, porque eu tava de ressaca... (Eu pensava:) “Tem problema não...”. Aí ele tornou a suspender as vistas: “Sim, que é que há?”. Aí eu olhei o crachá, aí eu: “Capitão, eu recebi esse convite pra compar... Aí ele: “Aqui não é convite não, aqui é uma solicitação!”. Pra mim tanto faz, convite, solicitação, eu já tô sabendo que não tem nada disso, que é uma solicitação, que eu vou ser torturado, eu tava cheio disso, que eu ia ser torturado... Aí ele levantou mais do que depressa: “me acompanhe!”. Ele na frente, eu atrás dele, e o guarda-roupa atrás de mim. Aí entramos num outro escritório, aí ele mandou sentar num sofá. Aí eu sentei e afundei de tão confortável que era o sofá. Eu digo (comigo mesmo): “Moço, se a tortura vai começar aqui pelo sofá eu tô bom, que é muito confortável”. Aí ele disse: “Pega a pasta de seu A. aí”! Pegou minha pasta, uma pasta amarela, rica, luxuosa, aí abriu a pasta, aí começou a me descrever: “A., nascido em Barreiras”... Essa conversa toda, meu pai, minha mãe, parente, tudo... E começou a me perguntar, e nada de chegar na razão porque eu estava ali. Me perguntou pelo Zezé, pelo Nelson: “Você é parente de Nelson não sei o que perepê?”. E me jogava contra Nelson. Eu digo: “Capitão, eu sou parente, sou primo carnal de Nelson Piauhy Dourado Lima, Dourado Lima, oh o Lima aí...” Mas não foi, forçou a barra... Não! Não teve essa de tortura, não teve esse constrangimento... Ele me perguntava calmamente e eu mais calmamente respondia, só esperando a razão por que eu estava ali, a razão da minha intimação. Aí acabou de fazer as perguntas sobre o Nelson, não perguntou sobre o Zezé. Eu não sabia nem de um, nem de outro. Eu não sabia de nada, não sabia da vida deles dois, eu sei que militava num partido político de esquerda, mas eu não tinha contato... Bom, findou. Aí ele vinha com a razão. Moça, eu dei foi aula, eu dei foi aula. Aí ele me disse: “Seu A., saiu uma nota aqui no jornal papapá...”. Aí eu aliviei, o problema era a nota, que saiu no jornal, que eu não sabia. O jornal assumiu uma

nota mentirosa, caluniosa e eu toda vez que bebia, eu indagava sobre essa nota. Agora, o que dizia essa nota? Que Barreiras ainda não tinha sucumbido porque recebia medicamento e alimentação uma vez por semana trazido por um pequeno avião da FAB, que pousava num minúsculo aeroporto e que se não fosse uma pequena unidade do Exército brasileiro, Barreiras já tinha sucumbido. Ah mais, eu indagava com isso, eu procurava saber quem foi o idiota. (Entrevistador: Qual foi o jornal da época?). Jornal da Bahia. (Entrevistador: Aqui em Barreiras?) Não, Jornal da Bahia, Salvador. Aí eu digo: “Oh, Capitão, que bom, você alivia minha tensão, meu tudo, porque eu na realidade, eu estou chateado com essa calúnia, isso é uma mentira escabrosa, sem medida”. Aí eu comecei a relatar: “Olha, capitão, a nossa Força Aérea não tem pequeno, não tem nada pequeno. A FAB não tem pequeno avião, a FAB não tem um pequeno avião, que não traz remédio, nem alimentação não...”. Aí comecei a expor a FAB, falar sobre a FAB, né... Inclusive falei sobre guerra (Entrevistador: Engrandeceu a FAB, né?). Exato, exato! Tudo que ele falava da FAB, do Exército, eu desmentia, né... Botava lá em cima, então: “O aeroporto não é pequeno... o nosso aeroporto é o segundo maior do Brasil. Capitão, o nosso aeroporto, ele perdeu recente para Anápolis, por causa provavelmente de vontade política...”. Mais ou menos, eu não sei bem se foi essa, aí eu só disse o seguinte: “Que o aeroporto de Barreiras é o segundo maior em extensão do Brasil, não é um pequeno aeroporto, e que não pousava um pequeno avião da FAB, porque a FAB não tem pequeno em nada...”. Aí lá vai eu, lá vai eu, e falei sobre... Teve outra: aí cheguei na “pequena unidade do Exército brasileiro”. (Falei:) Capitão, eu, como barreirense, eu muito respeito e agradeço a grande unidade do Exército, aqui instalado em minha cidade, que é o 4º Batalhão de Engenharia de Construção, ou seja, o 4º BEC. O 4º BEC não é pequeno não, é uma pequena unidade não! O 4º BEC é uma grande unidade que une, que fez estrada...”. E contei que fez estrada, e contei o problema da FAB, que transportava alimentação desse grande aeroporto, que pegava os aviões, que pegava alimentação, carne, essas coisas do Goiás, pra levar pra Alemanha, pra guerra... A FAB se envolveu com a Segunda Guerra, através dos grandes aviões FAB e coisa e tal... Moço, então esses caras não me perguntaram mais, me deixaram, me soltaram. Aí, como eles sentiram que comigo não ia sair nada, me agradeceram. O capitão me agradeceu: “É, seu A., ta legal, eu lhe agradeço, mas eu vou..., sua pasta vai continuar aqui”. Eu digo: “Ótimo, muito me honra a minha pasta aqui”. “Não, não tem problema não, agora, quando você beber, você não fala de política não!”. “Capitão, eu posso não falar, se o jornal da Bahia, um jornal... que eu morei em Salvador, muito admirava o jornal da Bahia, se o jornal da Bahia não cometer outra falha dessa, eu não vou falar não. Mas se ele cometer, se ele tornar a mentir quanto às nossas forças militares armadas, as nossas forças armadas, eu vou gritar, Capitão. Eu vou protestar de novo, nem que vocês me prendam, me torturem, como eu tô aqui e neguinho me disse que eu vou ser torturado”. “Não, não. Olha, tua pasta vai ficar, me desculpe, muito obrigado e não fale de política!”. “Bom, se o jornal da Bahia me permitir...”. (Entrevistador: Então, oh, A., assim, o senhor acha também que pelo fato do parentesco com os meninos e o sobrenome nesse caso pesou?). Lima, Lima, enquanto a isso, enquanto ao 4º BEC, enquanto a minha intimação, logicamente. Mas eu, eu, como continuo a dizer, o 4º BEC não tem nada, nada, sobre esse problema de político, eles não caçavam comunistas, a preocupação do 4º BEC é a mesma até hoje: a preocupação é o 4º Batalhão de Engenharia e é por isso que eu agradeço, essa missão do 4º BEC aqui, não ligar muito pra o problema político. O problema, quem é comunista, quem não é comunista, que comunismo, quem é aqui em Barreiras que vai

enfrentar, vai ter essa ideologia de mudar um sistema miserável como é o nosso, um sistema capitalista, né? É Barreiras que vai mudar alguma coisa? Coisa nenhuma? Não vai mudar nada, nem com guerra, nem com palavra, nem com coisa nenhuma e o 4° BEC não tá aqui pra pegar nem comunista, nem socialista, nem problema político. Estão fazendo uma coisa que é da obrigação deles, né? Da ideologia deles, que é construir estrada e manter estrada. Só. E eu muito agradeço, por essa... Se fosse em Salvador, eu não tava vivo não, se fosse em Salvador eu não estava vivo não, porque o cagete me botou mesmo, me esbuguelou comigo, conhece minha vida, conhece a vida de Nelson, de meu parentesco. É barreirense, é uma família de cagete, pai, três filhos, tem um que tá “morre e não morre”... Eu acredito que já tenha morrido. (Entrevistador: Irmão de Nelson?) Não, não, não. O cagete, eu falo do cagete. Esse é uma família, são todos eles, inclusive tem um que sempre brincava comigo, sempre dizia que foi eu que ensinei ele a fumar maconha... Vagabundo, nunca fumei maconha, quanto mais pra ensinar a ninguém.

(Entrevistador: Quanto mais pra ensinar, né?). Você é um artista, você é um verdadeiro artista. Eu disse pra ele que eu fui intimado graças ao dedo duro do irmão dele. “Ah não, aqui ninguém foi intimado”, tá certo eu não fui intimado não, mas minha pasta tá lá.

Entrevistador: Pois é, pois é. Então tá certo, seu A., muito obrigada pela sua participação na nossa pesquisa, viu?

Entrevistado: Tá legal, eu estou à disposição, sempre com a política. Atualmente eu sou presidente do PCB, militei, fundei aqui o PCB aqui em 86, 87. Hoje não existe mais o PCB, isso é ideologia, o nosso inimigo maior, o capitalismo, entra, penetra, forja tudo, esculhamba com tudo, com o PCdoB, que quer o poder de qualquer jeito, sem competência. Pela militância que nós temos aí, vê-se a incompetência que são o PCdoB.

Entrevistador: A., só mais uma pergunta, só pra fechar. Aí, no início, o senhor disse que o seu tio foi prefeito de Barreiras... (Entrevistado: não, o tio de Nelson) O tio de Nelson, então será que esse espírito de militância tá no sangue da família?

Entrevistado: Provavelmente, da minha mesmo, só eu que sobressaí, sobressaí, vírgula, não tínhamos ideologia política. Nós não temos, nós não temos, a realidade é essa. Essa militância política é essa. Essa política no meu... Foi quando eu retornei pra Barreiras em 73 e me meti com a política e sempre me dei mal, porque eu sempre fui oposição. (Entrevistador: Qual era o partido da época?). MDB, MDB. Depois PMDB, MDB e ARENA. Eu era MDB, contava o número de pessoas que eram do MDB, né? Sempre o Aníbal, sempre estava com Aníbal, o seu Anibinha e Baltazarino, amigo de meu tio, A... Tio A. querendo me ajudar, querendo e eu feito um bobo, militando em partido de esquerda, sempre militando em partido de oposição. Num pode, num pode nadar contra a correnteza (Entrevistador: Baltazarino era de que partido na época?). ARENA. (Entrevistador: Humm, ARENA) Provavelmente já tinha mudado né? ARENA, PFL, PFL, né? Mas é a mesma coisa, é a continuação, é a continuidade da ARENA, o PFL, a direitona.

Entrevistador: Então, tá certo.

ANEXO C – Fotos de locais, fatos e personagens históricos de Barreiras

C1) Porto de Barreiras com navios a vapor desembarcando mercadorias – 1951



Fonte: Blog TvWeb Barreiras¹¹ (2016)

C2) Cais do Porto de Barreiras com três navios a vapor



Fonte: Blog TvWeb Barreiras (2016).

¹¹ Disponível em: <<http://www.tvweb-barreiras.com/2015/11/um-pouco-da-historia-de-barreiras.html>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

C3) Avenida Benedita Silveira – década de 1970



Fonte: Blog TvWeb Barreiras (2016)

C4) Barca de Nelson Cunha



Fonte: foto cedida por morador local

C5) Barcas a vapor – década de 1960



Fonte: foto cedida por morador local

C6) Visita de Antônio Carlos Magalhães a Barreiras



Fonte: foto cedida por morador local

C7) Aeroporto de Barreiras – década de 1970



Fonte: foto cedida por morador local

C8) Construção do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BEC)



Fonte: Acervo histórico do 4º BEC¹² (2016)

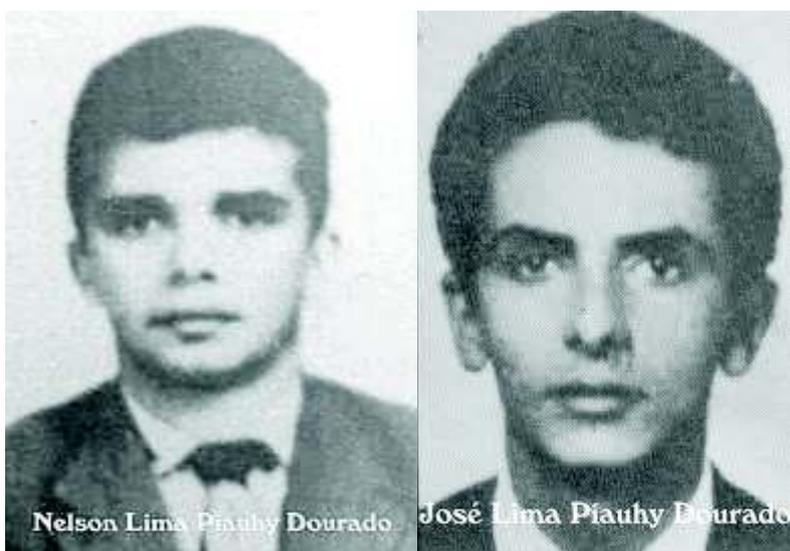
¹² Disponível em: http://www.4becnst.eb.mil.br/informativos/sintese_historica/index_sintese_historica.html. Acesso em: 06 jul. 2017.

C10) 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BEC)



Fonte: Acervo histórico do 4º BEC (2016)

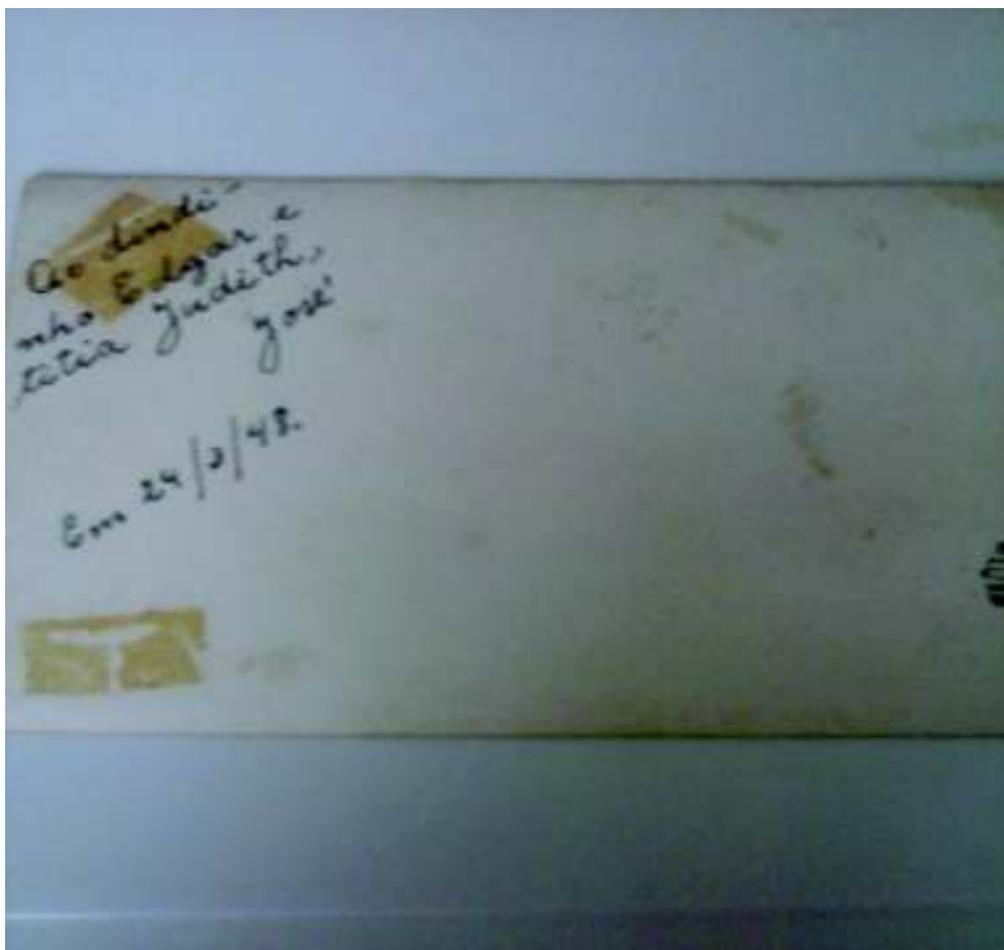
C11) Irmãos Nelson Lima Piauhy Dourado e José Lima Piauhy Dourado



C12) José Lima P. Dourado com dois (2) anos de idade

Fonte: acervo da família

C13) Dedicatória no verso da foto de José Lima P. Dourado com dois (2) anos de idade



Fonte: acervo da família

C14) Aniversário da prima de Nelson Lima P. Dourado (primeira criança da esquerda para a direita)



Fonte: acervo da família

C16) Mapa de Barreiras



Fonte: Google¹⁴ (2017)

¹⁴Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+barreiras+-ba&oq=mapa+de+barreiras+-ba&aqs=chrome..69i57.7415j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 01 jul. 2017.